



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 77

SEXTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 73ª SESSÃO, EM 29 DE OUTUBRO DE 1987

Sessão especial destinada a reverenciar a memória do Ministro José Américo de Almeida, pelo seu centenário de nascimento.

##### 1.1 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se terça-feira, dia 3, às 21 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.2 — ENCERRAMENTO

#### 2 — DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR MARCONDES GADELHA POR OCASIÃO DA SOLENIDADE COMEMORATIVA DO TRANSCURSO DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

#### 3 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador Carlos Chiarelli, pronunciado na sessão de 27-10-87.

— Do Senador Áureo Mello, pronunciado na sessão de 8-10-87. (Republicação.)

#### 4 — ATAS DE COMISSÕES

#### 5 — MESA DIRETORA

#### 6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 73ª Sessão, em 29 de outubro de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

*Presidência do Sr. Humberto Lucena*

#### ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy —

Teotônio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Afonso Camargo — José Richa — Ivan Bonato — Dirceu

Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão, convocada em atendimento à deliberação do plenário, quando da aprovação do Requerimento nº 131, de 1987, de autoria do Senador Humberto Lucena, destina-se a reverenciar a memória do Ministro José Américo de Almeida, pelo seu centenário de nascimento.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÓRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Administrativo  
**JOSECLER GOMES MOREIRA**  
Diretor Industrial  
**LINDOMAR PEREIRA DA SILVA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral .....	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
<b>TOTAL</b>	<b>330,00</b>
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 2,00
Tiragem: 2.200-exemplares.	

Convido S. Ex<sup>o</sup> o Ministro Rapaél Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a tomar parte na Mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO**  
(PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.)  
— Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Rafael Mayer; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Ivan de Souza Mendes; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Antônio Torreão Braz; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Fernando Vilar; autoridades civis e militares; Exm<sup>o</sup> Sr. General Reynaldo Mello de Almeida e demais membros da família do homenageado de hoje, José Américo de Almeida; Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando, alguns meses antes de falecer, José Américo de Almeida visitou Fortaleza, atendendo a convite de Paulo Peroba, em uma interessante promoção cultural, despertou a atenção de todos e não apenas dos mais vividos que contemplaram o grande político e intelectual no tempo da história em que viveu. Aliás, em suas amplas atividades, o homenageado de hoje teve o cuidado de viver com dignidade a história, antes de ser escrita e, logo após, de escrevê-la e interpretá-la, antes que os prazos da vida desfigurassem fatos e pessoas. Visitando o Ceará, já muito idoso e formidavelmente sábio, José Américo conseguiu impressionar a todos, principalmente pelas luzes de seu espírito.

Hoje, nesta solenidade, são as luzes de sua alma que ainda brilham sobre nós. É seu espírito que respandece e nos emociona, exatamente pelo brilho. É ele que continua aqui, pelo milagre de sua inteligência e pelos prodígios de seu intelecto. Ora, quando o Presidente Humberto Lucena me comunicou quealaria esse modesto representante do Estado do Ceará, em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além de emocionar-me pareceu adivinhar no convidado um dos maiores admiradores do mestre paraibano.

Há, entre o orador e o homenageado, algumas identidades que levam o primeiro a ligar-se ao segundo. De princípio, ressalto, a formação jurídica de José Américo, capaz de dimensioná-lo por toda a longa vida. Formado na mesma escola de Tobias Barreto, Castro Alves, Clovis Beviláqua e tantos e tantos outros brasileiros inesquecíveis, José Américo trouxe dali para suas bravas jorna-

das todo o encanto da ciência jurídica, luminária de seu intelecto privilegiado. Vem, após todo esse edifício de conhecimentos da difícil área social, magnificamente enfocada por Joaquim Pimenta, em sua classificação das ciências, em busca de alinhar seus concretismos, o seu gênio literário que o levou, inclusive, a demarcar uma literatura nordestina. E não se fale apenas, na **Bagaceira**, seu livro mais famoso e mais editado, há outros de igual gosto. **O Boqueirão** tem seus méritos e **Coiteiros** é toda uma fase da vida dos sertões, dramáticos sertões varados pelo cangaço e por suas atrocidades que o escritor paraibano sempre cuidou de interpretar, nas suas inteligentes fugas em busca da Sociologia, mesmo pela identidade produzida pelo Direito e mais pela vocação indomada de sempre interpretar, seja a história ou seja o seu próprio destino. Humanista inveterado, nada lhe podia escapar à curiosidade e seu conhecimento era vasto, embora nascido de uma certa inquietude, tantas e tantas vezes confessada.

A trajetória de José Américo de Almeida é todo o selo de uma inquietação, qual se estivesse sempre pronto a realizar algo de diferente e novo. O menino de Brejo de Areia, onde nasceu a 10 de janeiro de 1887, teve sua missão ao longo de oitenta anos no presente século e marcou todo esse período, através da dignidade com que percorreu todos os seus caminhos existenciais, cheios de obstáculos e com todas as pedras que Carlos Drummond de Andrade repetiu em seu famoso poema.

A Faculdade de Direito de Recife foi sua grande aspiração, após concluído o curso no Liceu Paraibano. Em 1908, entre brilhantes companheiros de turma e contemporâneo de um outro tanto de igual valor, José Américo recebeu suas credenciais de bacharel em ciências jurídicas e sociais. No ano seguinte funcionava como Promotor Público em Sousa e, em 1911, atingiria o alto cargo de Procurador-Geral do Estado da Paraíba. Ocupando secretarias do Estado e por duas vezes o Ministério da Viação e Obras Públicas, em 1935 e 1953, nosso homenageado chegou aos cargos da maior importância, além destes e hoje, quando é dignamente relembrado, avulta a sua figura de Senador da República e de Governador de seu Estado. Sua biografia registra uma passagem pela área educacional, como Reitor da Universidade Federal da Paraíba, o que oferece uma melhor visão de sua personalidade, permitindo destaque para sua formação humanística, caracterizada pe-

la amplitude dos conhecimentos e dos propósitos consequentes.

A amplitude da figura hoje homenageada até confunde o orador que nem sabe quem mais deve ser destacado: se o romancista, o jurista, o político, o memorialista e, de certo modo, o historiador. Sim, o historiador que cuidou de explicar ao Brasil a Revolução de 31 de março de 1964 através de seus antecedentes históricos, na tentativa de uma localização sociológica para uma questão que parecia meramente política.

"O militarismo não convém às nossas instituições nem aos próprios militares", dizia José Américo em precioso estudo e advertia: "Temos uma amarga experiência de emulações violentas, na disputa do poder, com os instrumentos da reação imediata". Mas, em situações desesperadas, como dizia, José Américo admitia em discursos proferidos em 1932 e em 1937 o resguardo da segurança nacional. E, testemunhando os aspectos patológicos de seu tempo, chamou de "remédio heróico" a interferência da força no campo político. Para evitar a guerra civil, para fugir da desordem, da corrupção, da inutilidade administrativa, preferia a intervenção de uma força maior que a habilidade política. Mas, de modo muito claro, bradava: "só uma motivação grave ou um ideal superior poderão autorizar a ruptura de um sistema político, notadamente se tem suas raízes na soberania popular".

Apoiava os remédios extremos, mas não o seu exagero ou através desse exagero o desregramento que levou o País a enumerar, com tristeza e muita desinformação, listas enormes de mortos e desaparecidos, para sempre desaparecidos. A tortura jamais somaria ao seu espírito qualquer pecado e, defensor das liberdades, sempre entendeu, como bom conhecedor de Sociologia, que as desordens não favorecem a elas e sim as subtraem da realidade nacional.

Se não houvesse falecido a 10 de março de 1980, teria hoje mais de um século de experiência a contemplar a nossa presente problemática e louvaria, com certeza, aos que, com todas as forças que a vida permite, procuram segurar o País na trilha certa de sua redemocratização, assistida pela ordem, pelo zelo público e pela responsabilidade sócio-econômica. Suas mãos, calejadas pelo tempo, ainda teriam aplausos seculares para os que lhe sucedem nos bons propósitos de pôr o Brasil, como um todo e uma grande afirmação histórica, acima e muito acima dos propósitos

destituídos de raízes e impossibilitados da oferta do fruto.

Nesta hora em que falamos, diante de tantas presenças ilustres, sentimos a presença do mestre paraibano, qual se voltasse, emergindo do tempo e pleno de ensinamentos democráticos, capazes de um grito imenso em defesa da normalidade democrática, preferível a qualquer outro processo já registrado ou não no decurso da História do Brasil. Ouçam-no: "Triste crônica a de 1937. Um golpe branco antidemocrático e antibrasil, espelho da era fascista, com postulados condenados, por toda a inspiração política do império e da República. O Congresso fechado com cavalaria nos à porta; extintos os partidos; a imprensa escravizada pelo DIP; o homem providencial do toralitarismo onipotente; uma caricatura do poder pessoal e de negação dos direitos do homem. Tudo se sacrificou: a representação, a federação, a descentralização".

A importância dos militares, para José Américo de Almeida, sempre residiu na certeza de que as Forças Armadas são mantenedoras da democracia e saudou, com espírito forte, o que chamou de "operação de 1945", reabilitação das classes armadas. E disse: "Restaurou-se a democracia, já triunfante na praça pública a poder das armas".

Mas é impossível fugir do escritor, logo a mim nascido de Jäder de Carvalho e Margarida Sabóia de Carvalho, figuras expoentes da literatura cearense. Agora chega-se a mim José Américo de Almeida, o memorialista de trechos breves e incisivos de sua vida, a vida da Paraíba, a vida do Brasil. Camillo Castello Branco, como Chateaubriand, mais do que um escritor foi e é uma literatura, como já disse alguém referindo-se a um dos grandes nesse difícil setor da criação intelectual. José Américo é mais do que foi: romancista, memorialista, historiador, político, administrador. É o próprio tempo. Juracy Magalhães, o cearense que deslumbrou a Bahia e já deixou e plantou todas as qualidades criativas de seu espírito, prefaciou "O ano do Nego" essas memórias tão ilustrativas de nosso homenageado. E seu prefácio é bela página também memorial. Neste livro José Américo é muito mais simples do que o romancista e seu vocabulário, instrumento de suas lembranças, torna-se ameno e parece colhido no cotidiano, muito mais do que nos tratados complexos que desfilaram ao longo de seu olhar curioso. O assassinio de João Pessoa, antes de consumado, foi um pressentimento de acontecimento trágico na alma do memorialista e José Américo incluí esse presságio como um dos mistério que a vida tem. O homem de ação avulta nesse trabalho, época um tanto quanto trágica e ao mesmo tempo romancista em que o maior mistério é mesmo a sobrevivência do próprio autor, envolvido nos perigos de então. Aliás o episódio que narra em suas memórias contidas no livro **O ano do Nego** relativamente a esse mistério da vida também se encontra, com o mesmo texto, em sua obra **Ocasos de Sangue**.

Não sei, em sua vida, se José Américo tinha por hábito falar muito. Mas, ante a obra que deixou, foi um homem sem silêncio e coragem indômita e cívica de dizer sempre. Confessa em seu livro **Eu e Eles** que fora acusado de falar muito de si mesmo. E hoje, quando se presta a presente homenagem até lamentamos que muito mais não houvesse falado de seu tempo, de suas paisagens,

dos homens, dos fatos, das coisas que lotaram sua permanência no vale de lágrimas, no dizer do pessimista alemão.

Nos primeiros anos José Américo foi a pedra bruta. Na maturidade foi a pedra polida. Essa a diferença que encontrou para dizer a respeito de sua infância e de sua maturidade. Menino de engenho, sua infância e sua adolescência foram "perturbadas por bruscas transposições de ambientes".

Quando sua ama-seca abandonou a casa ele saiu a procurá-la pelo sítio em que morava. A gritar pela volta de quem lhe era tão necessária, o garoto foi encontrado marcado pelas arranhaduras. Sua vida, como um todo, foi a projeção desse fato. A arrancar-se aqui e ali, ferir-se de modo profundo mais adiante, José Américo cumpriu toda uma missão gritando nomes e esquecendo clamores, até parar cansado e ser encontrado pelas impossibilidades naturais, inclusive pela morte. Sua ama-seca multiplicou-se; seus gritos ainda mais e os espinhos do sítio ganharam dimensões magistrais. (Palmas.)

Liberdade para o inquieto paraibano foi estudar na Faculdade de Direito de Recife onde, senhor de si, não tinha tutelas. Rapaz pobre, só tinha uma roupa. Ex-seminarista, estava cheio de inibições para o uso mesmo da liberdade revelada.

Aos vinte e um anos de idade estava formado e já nesse tempo, conta em suas memórias, tinha muitos cuidados morais, evitando ser confundido e envolvido por equívocos. E, assim, já merecendo destaque, antes de completar 24 anos, foi nomeado Procurador-Geral do Estado da Paraíba. Nessa época é que contraiu matrimônio e passou a se achar um sujeito mais sério.

O casamento propiciou a José Américo mais tranquilidade para o estudo e foi logo nos primeiros tempos que começou a robustecer sua biblioteca, "comprando livros diretamente na França, na Itália e na Inglaterra, além dos espanhóis adquiridos no Rio, originais e traduções dos idiomas que eu não conhecia", confessa. Organizada uma grande biblioteca eis que, por fim, sentiu-se preparado para escrever **A Paraíba e seus problemas**, uma de suas obras mais importantes.

Na literatura cometeu aquilo a que chamou de "beliscão modernista na velha literatura". Escreveu, de modo irreverente, **Reflexões de uma cabra**, caricatura de novela. Mas negou-se a cultivar um gênero assim para não perder a austeridade. E se examinarmos a vida de José Américo de Almeida vamos encontrá-lo, de quando em quando, em determinadas renúncias extamente para não abdicar de uma austeridade que sempre teve como primordial.

Como literato, no entanto, sofreu influências de Rui Barbosa. Não gostou da influência do grande baiano e muito menos de ter-se submetido aos que chamou de gramatigueiros. Por isso deixou de reunir um bom número de crônicas, em livro, que originalmente foram escritas para a revista "Era Nova". Sempre obedecendo a seus escrúpulos percorreu a literatura, a política, a administração e, enfim, todos os seus caminhos ditados por talento ímpar.

Não vale aqui lembrar-lhe toda a vida e nem caberia em uma simples solenidade, mas não quero deixar de mencionar sua candidatura à Presidência da República em uma eleição que não houve, tornada que foi a Nação pela violência.

Aceitando sua candidatura em 1937 não deixou de avaliar os complicados itens da situação em que se inseria. Ele mesmo conta: "Os elementos mais chegados ao Presidente Getúlio Vargas já se movimentavam, em plena conspiração, preparando um golpe de estado que o mantivesse no poder, além do período para que fora eleito".

Mas sempre que foi chamado a falar sobre esse período e como o maior fruto que colheu da violência sofrida, José Américo nunca deixou de pregar as liberdades, o valor da democracia e o nacionalismo que marcou sua vida literária foi transformar-se no civismo de que sempre foi detentor.

Chegou à Academia Brasileira de Letras e sua obra vasta mereceria mais se mais houvesse. Saudado por Alceu Amoroso Lima teria, após tudo isso, muito o que produzir. **Antes que me esqueça** é um livro delicioso. São pequenas crônicas em que ele, o próprio personagem, uma luta trava para nada esquecer. E o resultado são pequenos tópicos, alguns verdadeiros poemas em prosa.

O atual Presidente da República, acadêmico José Sarney, ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras fez o elogio de José Américo de Almeida, o seu antecessor. E, no universo de sua emoção, conseguiu definir o homenageado de então e de agora quando disse:

"José Américo, rijo ser, dura cepa, acusado de falar de si mesmo responde:

— Falo por que posso.

— E por que não envelhece?

— Porque não quero".

É agora? Pergunto eu. Falava por que podia, como confessa em "Eu e Eles". Não envelhecia... Terá mesmo morrido? Ou será seu espírito de luz que se encontra aqui, no Senado Federal, a nos iluminar enquanto dele falamos? E um homem assim morre? Morre ou apenas silencia um pouco, para permitir que se fale dele, sem ser ele próprio?...

Nordestino de têmpera eterna, José Américo compreendeu não apenas os problemas da Paraíba, o seu torrão natal. Quando no dia dez de novembro de 1953 compareceu à Câmara dos Deputados, para um depoimento, mostrou o problema das secas com toda a brutal realidade que o reveste, muito embora seja um drama nem sempre compreendido.

Minha biblioteca guarda, com carinho, as obras de José Américo de Almeida, principalmente as primeiras edições que, bibliófilo indomável, me foi possível encontrar. Todo intelectual que possui uma boa biblioteca sabe, em seu espaço, reservar um espaço para seu carinho. Há livros amados e que deixam saudade quando nos afastamos deles. São misteriosos. São companhias e, dotados de uma língua sempre viva, falam conosco quando precisamos. Os livros de José Américo moram ao lado de Jäder de Carvalho, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Josué Montelo e tantos outros. Filho da terra bárbara nordestina, José Américo deixou no que escreveu toda a obstinação de sua vida.

Na velha edição da **Imprensa Oficial da Paraíba**, de 1923, **A Paraíba e seus problemas** é um coração que pulsa livre e soberano, sempre emocionado e tomado de carinho e zelo. Parece bater o seu amor e pulsar todos os protestos da alma que o possui.

A seca é rude e inclemente. A Paraíba, como o Ceará e todos os Estados da região, foi flagelada

tantas e tantas vezes! Os que dirigiram o Governo Federal muitas vezes tentaram produzir os recursos para minorar a problemática, mas, ao decorrer tanto tempo, a insuficiência sempre avulta.

Formou-se no universo da dor nordestina uma literatura rica e nobre, onde avultam páginas da maior sensibilidade. Na área da pesquisa científica, muitas, igualmente, foram as obras de valor inquestionável. O fenômeno sociológico encontrou intérpretes como Jádler de Carvalho, também poeta telúrico que derramou sobre o chão as lágrimas mais poderosas de seu povo. Homens muito especiais surgiram na vastidão do desespero nordestino. A poesia, o romance, o conto, o estudo, a tese acadêmica projetaram-se na consagração da dor. A literatura de cordel é hoje, sem dúvida alguma, uma riqueza a ser descoberta pelos pesquisadores mais astutos e que queiram mostrar ao mundo de como o talento ruído pode burilar a pedra bruta da dor e fazê-la resplandecer qual brilhante trágico moldado não pelo cinzel mágico e firme, mas pela bravura do homem, desprovido de instrumental que não seja a alma e o arsenal de seus sentimentos.

Epitácio Pessoa mereceu o reconhecimento da Paraíba, e, se não era preciso isso, graças a Deus essa gratidão ocorreu, haja vista que José Américo escreveu seu livro para expressar o reconhecimento dos seus pelos benefícios ali chegados naquele tempo.

Todos nós, nesta solenidade, estamos tocados pelo orgulho que, por esplendor, emoldura a figura de José Américo de Almeida na Paraíba, seu berço, sua paixão e terra onde, após a missão exemplarmente cumprida, viveu o seu último instante. Tão importante ao Nordeste como ao seu Estado; imprescindível ao Brasil como ao Nordeste. Trata-se de uma figura indispensável e que não podia mesmo ter faltado esses anos todos contidos de 1887 a 1980.

Voltando à terra natal, José Américo um dia emocionou-se por inteiro: "Entrou na minha terra, como quem entra em casa, no seu natural. O meu maior tesouro é esta simplicidade que os artificios da vida social e da política não conseguiram roubar-me."

Depois falou de sua alma repartida e gritou: "A memória pode falhar, mas no coração não há nada esquecido. Voltar. Voltar é uma forma de renascer. Ninguém se perde na volta."

E agora, nesta homenagem, é preciso gritar-lhe nos ouvidos, que podem estar distantes como podem estar aqui, que o Senado Federal o reverência e que, através de minha voz, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) faz questão de erguer essa homenagem ante o centenário de seu nascimento, fato emocional que se destaca primordialmente no coração dos que o conheceram em plena luta. Um século quase todo ocupado por ele próprio, Dr. José Américo de Almeida, intérprete de seu povo, espelho de sua gente.

Se falava de si mesmo porque podia e não envelhecia por não querer, também não morre, não morre, pois o cenário que deixou é o mesmo, a Paraíba tem os mesmos problemas e o Nordeste também. A alma de seu povo tem o mesmo carinho e os olhos sertanejos as mesmas lágrimas ante o adeus às mesmas esperanças. Não morre porque a Paraíba não deixa e mesmo ele não morre porque não quer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Srs. Senadores, a Presidência acaba de receber o seguinte telex que passo a ler, para que conste dos Anais da Casa:

Gab. Gov. TLX. NR. 478/87

João Pessoa, 29/10/87

A Sua Excelência

Senador Humberto Coutinho de Lucena  
Digníssimo Presidente do Senado Federal  
Brasília — DF

Na impossibilidade de comparecer como desejava cerimônia em homenagem ao grande brasileiro e paraibano José Américo de Almeida por ocasião do centenário do seu nascimento receba vossa Excelência da parte do meu Governo os nossos calorosos cumprimentos pela feliz iniciativa. É escusado ressaltar que José Américo, como homem de pensamento e de ação e tendo sido personalidade marcante de todos os grandes acontecimentos políticos, desde a revolução de 1930 até a sua morte apresentou-se a todos nos brasileiros como o símbolo de um ideal voltado para os supremos interesses da nação.

Que o seu exemplo de dignidade, de lucidez e de patriotismo seja imitado pelas novas gerações, em dias onde se faz raro um líder da sua força e de sua grandeza.

Cordialmente,  
Tarcísio de Miranda Burity  
Governo Estado Paraíba

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Ministro Rafael Mayer; Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard; Ministro Ivan de Souza Mendes; Ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado; Ministro Antônio Torreão Braz, Ministro Fernando Vilar, Embaixador Wladimir Murinho, demais autoridades civis e militares, Sr. Ministro Reynaldo Mello de Almeida e demais familiares do homenageado, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, minhas Senhoras e meus Senhores;

Nem sempre as palavras com a sua força simbólica são capazes de refletir, em exata proporção e correta fidelidade, a dimensão de certos acontecimentos ou o sentido dos fenômenos históricos. Essa imprecisão da linguagem se aplica com evidente propriedade à vida e à obra de José Américo de Almeida, tal a multiplicidade e grandeza dos valores que singularizavam a sua personalidade, o conteúdo messiânico e vulcânico de sua prodigiosa inteligência e as lições de inexcedível sabedoria que transmitiu aos seus contemporâneos e legou à posteridade.

Ao historiador que se aventure em revelar o que mais cintilava no caráter desse grande brasileiro terá pela frente uma missão quase impossível, pois em José Américo as virtudes se coordenavam de uma forma extremamente harmônica e equilibrada. Até hoje — confesso — eu que tive a honra de privar de sua amizade justamente no período mais fecundo de sua vida, não sei dizer o que mais preponderava em sua personalidade: se o estadista arguto, capaz de prever com uma noção cartesiana o desdobrar da História, ou se o político obstinado, pronto a identificar soluções e desatar ações coerentes com as exigências da realidade; se o administrador insupe-

rável em zelo e devoção ao interesse público, ou se o planejador ousado, dotado de uma capacidade quase divinatória para estabelecer diretrizes ajustadas à natureza dos problemas, se o ficcionista magistral, que se alteou aos mais elevados planos da criação literária, ou o sociólogo que foi capaz de identificar as raízes dos problemas estruturais da sociedade e da economia paraibanas; se o estudioso perseverante e percuciente dos dilemas crônicos da região nordestina, ou o titular ministerial que veio pessoalmente em socorro das populações flageladas, em duas ocasiões críticas em que lhe coube administrar a tragédia das secas.

Como estadista, José Américo de Almeida começou a revelar-se como um dos principais líderes da Revolução de 30, credenciado por uma presença marcante nos acontecimentos que culminaram com aquela sedição revolucionária. Mas foi como Ministro da Viação, cargo ao qual foi guindado por Getúlio Vargas em 1932, que demonstraria sua insuperável vocação de estadista. Com efeito, realizou uma obra monumental no Nordeste para resgatá-lo de sua miséria secular e apagar os incêndios conjunturais da seca de 32, salvando algumas milhões de vidas das garras da fome. Hoje, tenho plena consciência de que se a obra de José Américo houvesse sido retomada, depois que ele deixou o Ministério da Viação, seguramente o Nordeste não seria hoje a pátria dos desertados, e a vítima de uma inconcristia política que se constituiu em gravíssima e permanente denúncia contra a omissão criminosa do Estado.

Já como político, José Américo foi uma lição viva de coerência às suas idéias liberais, ao apostolado da democracia como o mais alto valor a ser preservado pela Nação, aos princípios da honra e da submissão à soberania popular. Quando, no Governo Dutra, cuidou-se de cassar os mandatos dos parlamentares comunistas, foi ele uma das poucas vozes — e, seguramente, a mais alta e corajosa — que se levantou no Senado contra esse esbulho da vontade popular. Bradou, então:

"Não! Não serei eu que ajude a expulsar companheiros de um recinto que não é mais meu do que deles, de uma casa que só o povo pode abrir ou fechar, com uma chave que é a mesma que abre e fecha as urnas eleitorais."

A sua devoção aos postulados democráticos não admitia quaisquer exceções.

Candidato à Presidência da República, em 1937, José Américo portou-se como nenhum outro estadista o havia feito na experiência republicana. Sentindo que, nos desvãos dos quartéis e em sítios sinistros do pensamento totalitário, conjurava-se contra a ordem democrática, propôs o afastamento do seu nome e de seu competidor, Armando Sales, da sucessão presidencial, em favor de uma solução que impedisse o estrangulamento das instituições. Não poderia ter sido mais generoso, desde que ninguém duvidava de que seria eleito. Prevaleram, porém, as forças obscurantistas da reação totalitária, com o golpe de Estado de 1937. Caberia a José Américo, contudo, alijá-las do poder, em 1945, desarmando com a sua extraordinária autoridade política o desconjuntado edifício da ditadura, por meio de uma

denodadora entrevista ao **Correio da Manhã**, tomada pelo jornalista Carlos de Lacerda.

Éra ascético, isento e exigente na manipulação dos dinheiros públicos. Em todas as funções públicas que exerceu, mobilizou-se contra a corrupção e os corruptos, não lhes dando menor chance. Foi, assim, alvo de sórdidas campanhas de desestabilização política, como a que o expunha como inimigo do funcionalismo público. Essa infâmia foi respondida por José Américo com esta declaração, durante sua campanha de candidato à Presidência da República:

"Só não transigi com os relapsos, os encostados, os congristas, os que abusavam do sacrifício dos companheiros. Fui implacável com os corruptos. E não lhes darei quartel, quando chegar ao Poder."

Em 1950, por ocasião de sua eleição para o Governo da Paraíba, José Américo deu uma demonstração extraordinária de competência política como raríssimas vezes a crônica do País registra. Havendo grande parte de seus correligionários da UDN o abandonado para aliar-se ao seu principal adversário, então beneficiários de uma ostensiva política clientelista e de inomináveis perseguições, José Américo julgou-se no dever de oferecer o seu nome como candidato. Buscava resgatar a Paraíba dos maus costumes políticos e livrá-la do pânico então reinante. Costurou, então, um problemático e complicado acordo político, sob a suspeita geral de que o malogro eleitoral seria o final daquela operação.

Mas as primeiras aparições de José Américo nos comícios operaram verdadeira catarse popular. Orador no nível de um Rui Barbosa ou Joaquim Nabuco, possuía ele, além do brilho de uma retórica avassaladora, o dom de conduzir as massas ao delírio, com o uso de uma linguagem ao mesmo tempo idílica e ácida, conforme determinassem as circunstâncias. Em uma dessas aparições, encantou ele a platéia, ao dizer:

"Entro na minha terra, como entro em casa, no meu natural. O meu maior tesouro é esta simplicidade, que os artifícios da vida social e da política não conseguiram roubar-me. Rejubila-me a alma repatriada. A memória pode falhar, mas ao coração não há nada esquecido. Volto. Voltar é uma forma de renascer. Ninguém se perde na volta."

Foi eleito Governador da Paraíba por uma maioria consagrada de votos.

E como escritor, José Américo recriou a linguagem literária para fundar, com outras expressões do modernismo, o romance regional, hoje verdadeiro divisor de águas nas letras brasileiras. O seu romance de estréia — **A Bagaceira** — constituiu uma transposição para a letra de forma da saga nordestina, com o homem do sertão em permanente conflito com o meio hostil e absorvido em lutas intestinas e sangrentas. O conjunto de sua obra literária, onde despontam outras grandes expressões da ficção regional, como **Colteiros e Boqueirão**, além de um exaustivo ensaio sociológico — **A Paraíba e seus problemas** — o credenciam a Academia Brasileira de Letras.

Srs. Senadores, como disse ao principiar estas palavras, nem sempre se pode encontrar a representação adequada ao pensamento, por meio da palavra, para expressar a verdadeira dimensão de

um fenômeno. E José Américo, tanto na sua figuração humana, quanto como estadista, político, tribuno, administrador e escritor foi um fenômeno que se pôs aquém e acima dos métodos convencionais de apreciação e julgamento. apreciação e julgamento.

Mas, paraibano como ele — e tenho dito que José Américo foi o meu oráculo na vida pública —, seu profundo admirador, freqüentador de sua inteligência exuberante e criativa, não poderia furtar-me à honra de solidarizar-me em nome da Mesa Diretora, na hora em que o Senado presta, a José Américo, mais uma homenagem, pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Desejo agradecer a presença de todas as autoridades e demais pessoas que acolheram o convite para esta cerimônia e, em especial, dos familiares do homenageado, o Ministro Reynaldo Mello de Almeida, aos quais presto também, neste momento, a homenagem do Senado Federal.

Antes de encerrar, convido os presentes a se dirigirem ao Salão Nobre do Senado Federal onde, na continuação desta homenagem, haverá o lançamento do livro **José Américo de Almeida, A Saga de uma Vida**, de autoria do Professor Joacil de Brito Pereira, e, bem assim, a entrega, **in memoriam** de José Américo de Almeida, da insígnia da Ordem do Congresso Nacional à sua família, na pessoa do Ministro Reynaldo Mello de Almeida. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária a realizar-se no dia 3 de novembro, às 21 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 25, de 1987 (nº 22/87, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera o Decreto-lei nº 1.370, de 9 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a tributação dos rendimentos auferidos por garimpeiros matriculados e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1987 (nº 161/87, na Casa de origem), que altera o art. 4º da Lei nº 7.562, de 19 de dezembro de 1986, que inclui a categoria funcional de inspetor de segurança judiciária no Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do quadro permanente da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 3

Votação, em turno único, do projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1985 (nº 111/85, na Câmara dos Deputados), que aprova, com reservas, os textos da convenção internacional de 1973, para prevenção da poluição causada por navios, concluída em Londres, a 2 de novembro de 1973, e do protocolo de 1978 relativo à convenção internacional para a prevenção da poluição causada

por navios, concluído a 17 de fevereiro de 1978, em Londres, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 4

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1985 (nº 107/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção das Nações sobre o Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 5

Votação, em turno único, do projeto de Resolução nº 159, de 1987, de autoria da Comissão Diretora, que altera dispositivos da Resolução nº 73, de 1984, do Senado Federal, e dá outras providências, tendo

— Parecer proferido em plenário, favorável, com emenda que apresenta.

### 6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 179, de 1987, que altera a Resolução nº 264, de 22 de setembro de 1986, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 180, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 83.740,60 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 14.528.800,00 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e oito mil e oitocentos cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 182, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 35.700.000,00 (trinta e cinco milhões e setecentos mil cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Tefé, Estado do Amazonas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 34.853,81 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

### 11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Birigüi, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 185, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 97.745.900,00 (noventa e sete milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e novecentos cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 186, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 43.586.400,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e quatrocentos cruzados), tendo.

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 187, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 250.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 188, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 300.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

16

Votação, em turno único, do Requerimento nº 104, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 1985, de autoria do Senador Virgílio Távora, que altera o caput do art. 3º da lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.

17

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 1987, de autoria do Senador Mauro Beneditos, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 150, de 1987, de autoria do Senador Afonso Camargo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1986, de sua autoria, alterando dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.

19

Votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 1987, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, solicitando, nos termos regimentais, ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, informações sobre publicação nos principais jornais do País, sob o título "O Brasil começou a mudar pela Previdência", a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei nº 1, de 1987-CN.

20

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1987 (nº 126/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeira instância e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

21

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1986, de autoria do Senador José Fragelli e outros Senhores Senadores, que altera a redação dos artigos 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, de proteção à fauna, e dá outras providências, tendo

PARECER proferido em plenário, favorável, com emenda que apresenta.

22

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1985 (nº 2.929/83, na Casa de origem), que altera a redação da lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos". (Dependendo da votação do Requerimento nº 179, de 1987, de adiamento da discussão).

23

Ofício nº S/42, de 1987, relativo à proposta para que seja ratificada a Resolução nº 126, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.076.988.000,00 (sete bilhões, setenta milhões, novecentos e oitenta e oito mil cruzados) (dependendo de parecer).

24

Ofício nº S/43, de 1987 (nº 33/87, na origem), relativo à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 174.000.000,00 (cento e setenta e quatro milhões de dólares norte-americanos).

(Dependendo de parecer.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 25 minutos.)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO NOBRE SENADOR MARCONDES GADELHA, NO SALÃO NOBRE DO SENADO FEDERAL, ÀS 11 HORAS DO DIA 29-10-87, NA OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO LIVRO DE AUTORIA DO PROFESSOR JOACIL DE BRITO PEREIRA, INTITULADO "JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: A SAGA DE UMA VIDA", EM COMEMORAÇÃO DE SEU CENTENÁRIO DE NASCIMENTO.**

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Exmº

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Rafael Mayer; Srs. Ministros de Estado e demais representantes do Poder Executivo; Srs. membros do Poder Judiciário; Srs. Parlamentares; meu caro Ministro Celso Furtado; meu caro Ministro Paulo Brossard; Ministro Reynaldo Melo de Almeida; meus Srs; minhas Srªs.

Trago o tributo do Partido da Frente Liberal à memória de José Américo de Almeida, nesta solenidade que entendo ainda como uma extensão da homenagem que lhe presta, pelo seu centenário, o Senado Federal, esta Casa que ele tanto honrou.

Trago, Sr. Presidente, a reverência mais sentida do meu Estado, a Paraíba, que por ele se fez grande e alçou vôos inimagináveis, e de glórias e feitos se cobriu e elevou suas cores, suas insígnias e seus emblemas, por páramos e sítios insondáveis, até onde mais comporte a humana empresa.

Órfão de pai aos 12 anos, sofrendo da ta precocemente, pobre materialmente, oriundo de uma pequena cidade, de um pequeno Estado, de uma região paupérrima, José Américo de Almeida foi um fenômeno político de difícil explicação à luz dos termos e da metodologia corrente nas ciências sociais. Fez-se ouvir nos quatro cantos deste País; dominou a sua palavra e a sua imagem, como um pálio, este País e todo o seu tempo, e toda a sua época, e toda a sua geração. Agora, por ocasião do seu Centenário, cabe evidentemente esta pergunta: seria este, também, um tempo para José Américo de Almeida?

Toda a ação política de José Américo se situou dentro de um enorme ciclo de transição, que começou com a Semana de Arte Moderna, em 1922, e vai até, aproximadamente, o Governo Juscelino Kubitschek, quando, afinal de contas, o Brasil completou a primeira revolução industrial, e consolidou a sua urbanização. Foi um lento, tortuoso e doloroso processo, até que o século XX se instalasse definitivamente, neste País, trazendo uma nova ética política, uma nova organização social e novos sistemas de produção. Foi um período de ensaio e erro, de tentativa e fracasso, um período de dúvida e esperança, um período, como não poderia deixar de ser, turbulento, onde, também, à margem das questões internas e sobre elas incidindo de maneira ominosa, havia um quadro de instabilidade externa, que inoculava mais incerteza em tudo e onde destacamos o crack da bolsa em 1929; o violento conflito ideológico dos anos 30 e a própria Guerra Mundial de 1939 à 1945. A República Velha agonizava e, com ela, o século XIX. Em meio a uma inquietação permanente e crises subintrantes, que terminavam quase sempre nos quartéis, em revoltas, como os Dezoito do Forte, a Revolução de 1924 e 1926, a Coluna Prestes e etc., que eram, em verdade, os primeiros vagidos de um País em fase de acomodação aos novos tempos.

Se observarmos o comportamento de José Américo de Almeida a partir de então, em todos os grandes eventos em que se envolveu, participou ou testemunhou, como a Revolução de 30, a Reconstitucionalização, em 1932, a sua própria candidatura a Presidente da República, a Redemocratização, em 1945, a Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, as ações governamentais,

suas campanhas eleitorais, até o suicídio de Getúlio Vargas, vamos verificar que três elementos estão invariavelmente presentes: primeiro, a determinação de não se omitir jamais, o que implica a disposição de aceitar riscos; segundo, o impulso modernizador, que se traduzia numa ânsia insofrida de antecipar o futuro a qualquer custo; terceiro, sua crença inabalável nos valores e instituições democráticas.

Aquela consciência quase compulsiva, de que ao homem público não é dado o direito de se eximir em situações-limite, em momentos críticos; a convicção do engajamento e do envolvimento pessoal, a meu ver, é que responde pela coragem quase mítica de José Américo de Almeida e pela sua rebeldia e pela sua insubmissão. Vamos encontrá-lo, já quando da morte de João Pessoa, assumindo pessoalmente a campanha de princesa, que congregava um núcleo fanatizado com o apoio do Governo central, via Pernambuco, e que se proclamara território independente com Exército, Constituição, Hino Nacional e moedas próprias. Em seguida, a própria condução do processo revolucionário, pelo lado civil, em articulação com os chefes militares.

Vitoriosa a Revolução, José Américo, ungido de todas as graças e de todos os poderes: Chefe civil, governador do Norte, Ministro da Viação e Obras Públicas, bem poderia ser o *enfant gâté* do Estado Novo em gestação. Ao revés, defendeu a reconstitucionalização do País e se candidatou depois, a Senador, em 1935, não chegando a assumir o cargo. Por essa época, segundo ele próprio, já tinha indícios de que o Palácio tramava contra as instituições. Ainda, assim, aceitou a sua candidatura a Presidente da República, trabalhada, inicialmente, por Juracy Magalhães e, afinal, lançada por Benedito Valadares, no mínimo, por um dever de ofício para com as instituições ameaçadas. A campanha, entretanto, explodiu nas ruas com uma força impressionante. Considera, José Américo, que esse foi o seu grande momento. O momento em que introduziu uma linguagem nova que o identificava plenamente com as grandes massas populares; momento de estreitamento de laços já firmados com o povo, em atitudes claras com a luta contra a Light pela supressão da taxa-ouro na fixação das tarifas, com a redução dos preços de luz e de gás; laços já firmados com as mudanças introduzidas nos serviços públicos, de que resultaram uma diminuição de preços nas passagens ferroviárias, nas tarifas telegráficas e no selo postal.

Foi o período dos grandes discursos, de ênfase social, que lhe valeram, afinal, a pecha de esquerdistas, de comunista e de provocador. Por deturpação de frases como estas: "Mesmo com o coração do lado esquerdo, serei o homem do centro no Governo"; ou então: "Eu sei onde está o dinheiro"; "Em vez de um arranha-céu, serão duzentas casas". José Américo caía em desgraça, o que, em verdade, era apenas um pretexto a mais para o golpe. O Governo já tinha o seu jogo armado e não iria alterá-lo fosse qual fosse o rumo da campanha.

Perpetrado o golpe, recolheu-se José Américo às lides do Tribunal de Contas, mas, de algum modo sabia que o silêncio não era o seu modo de existir. Lá fora, a ditadura seguia impávida e truculenta seus rituais de opróbrio, atropelando os direitos humanos, impedindo reuniões e asso-

ciações pacíficas, prendendo, matando e torturando, impondo a mais impiedosa censura aos meios de comunicação, banindo e proscurendo intelectuais; banindo, perseguindo e seqüestrando homens públicos identificados com a causa democrática.

Convidaram José Américo a falar, nessa circunstância, num congresso de escritores, em São Paulo. E ele não se fez de rogado e atendeu, uma vez mais, de forma candente e clara o seu compromisso existencial com a verdade e com a sua obrigação de denunciar as atrocidades do seu tempo.

Em 1945, finda a guerra, triunfante a democracia, o Brasil continuava a ser uma mancha de infâmia no mapa da liberdade. Alguém teria que romper as barreiras do medo e deflagrar o processo de abertura democrática também entre nós. Procurado por Carlos Lacerda, José Américo concedeu a célebre entrevista ao *Correio da Manhã*, seguida por outras do mesmo espírito, e que hoje é aceita por todos os historiadores, por todos os cientistas sociais, por todos os estudiosos dos ciclos autoritários no Brasil como o marco definitivo onde o curso da História se desviou neste País.

Desmoralizada a censura, outras luzes foram se acendendo rapidamente, uma após a outra, numa girândola vertiginosa que levava de roldão e acabou por derrubar completamente a ditadura.

As ações complementares de reconstrução política envolviam a organização dos partidos, a realização de eleições, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. José Américo se aplicou exaustivamente a cada um desses itens, como fundador da UDN, Senador Constituinte, Coordenador do Acordo Interpartidário de apoio ao Governo Dutra.

Candidato a Vice-Presidente da República, nessa época, perdeu por estreita margem. Nesse período fez as suas mais veementes exortações e indicações para a consolidação da democracia recém-instaurada à custa de tanto sacrifício e à operacionalização da transição, e expôs de mil formas a sua visão pessoal sobre a natureza mesma do regime democrático que implicava, necessariamente, o pluralismo, a alternância do poder, a diversidade e as reformas sociais.

Exemplo marcante dessa profissão de fé podemos encontrar no famoso discurso da "Cadeira Vazia", proferido contra a proposta do Líder da Maioria, Ivo D'Aquino, pela cassação do chefe do Partido Comunista, Senador Luís Carlos Prestes: "Quero vê-lo sentado burguesmente nesta cadeira, discutindo, à luz do dia e claramente, as suas teses e as suas idéias, em confronto com os ideais democráticos. A sua ausência é que assusta; a clandestinidade, a maneira fugaz e fugidia como há de operar daqui em diante, deixando apenas uma sombra sobre esta cadeira é que preocupa muito mais do que a sua presença".

Eleito Governador da Paraíba, em 1950, José Américo seria novamente convocado ao cenário nacional na fase democrática e final do período Vargas, com quem, afinal reconciliado, trabalharia até o dia derradeiro.

Na seqüência do episódio da Rua Toneleros, vemos o Governo acuado, submetido a toda sorte de acusações, pressionado por todas as forças vivas da Nação, discutindo alternativas até à undécima hora.

Na reunião ministerial que antecedeu o trágico desfecho, José Américo, que jamais se furtou à sua responsabilidade de falar e jamais usou a palavra para esconder o pensamento, após cuidadosa análise e mesmo com o risco de desagradar, recomendou ao Presidente que se licenciasse. Getúlio relutou, mas acabou concordando e a reunião se encerrou com essa decisão, que perdurou até a madrugada, quando o Presidente fez a sua opção fatal.

As ações administrativas de José Américo foram marcadas, todas, pela austeridade e pelo influxo modernizador. À frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, ou do Governo do Estado, apostava em tudo quanto fosse ruptura com métodos tradicionais. Abriu estradas, ferrovias, melhorou as comunicações com empenho faustiano. Criou a Universidade Federal da Paraíba. Mas o seu campo de luta maior foi o ambiente calcinado dos sertões e aquelas vidas secas, e aquela civilização magoada pelo flagelo cíclico. Tinha uma disposição e conhecimento de causa muito especiais para o enfrentamento do monstro de fauces ardentes, que vinham do tempo em que elaborou os relatórios sobre as ações do Governo Eptácio Pessoa, que depois se converteram no livro "A Paraíba e Seus Problemas", um clássico do gênero, ainda hoje objeto de consultas e fonte de informações preciosíssimas e minuciosas.

Também nesse caso advogava o envolvimento pessoal, a participação direta transcendendo o simples planejamento e a determinações à distância. A tal ponto levava esse senso de responsabilidade e esse amor à causa que seria por elas arrastado a um grave acidente, em que perderam a vida os seus companheiros Antenor Navarro e o agrônomo Lima Campos, quando o avião que os conduzia se precipitou em águas do litoral baiano. José Américo se viu sozinho em pleno mar, sem óculos e sem saber nadar, salvando-se por milagre e tendo que passar dois meses hospitalizado, mas voltando, depois, ao teatro de operações com a mesma, ou, redobrada ênfase.

Na terceira vertente da sua atuação, a literatura, mostrou o mesmo ímpeto inovador e criativo, a mesma audácia pioneira, o mesmo comprometimento com os princípios que informaram toda a sua trajetória. A começar pelas "Reflexões de uma Cabra", sua primeira manifestação de inconformismo com a estética vigente e culminando com "A Bagaceira", que inaugurou o romance regionalista.

José Américo assumiu uma forma absolutamente pessoal e livre de expressão, que viria depois a fazer escola. Por trás de cada texto sempre a denúncia da organização social e a necessidade de substituí-la, rompê-la, usando símbolos mais ou menos claros, como nas páginas finais de "A Bagaceira", em que a imagem das usinas se sobrepondo às gastas charminhas dos velhos bangüês era um evidente apelo em favor da modernidade.

José Américo foi um estilista sem par; escrevendo ou falando era atraente, original, agudo, conciso, absolutamente inexecedível em suas definições. Podia ser mordaz, sarcástico, irreverente ao ridicularizar um adversário; podia ser inflexível, violento, contra a tirania e a opressão, a violação dos direitos humanos; podia ser impiedoso contra o vício e a corrupção, mas tinha sempre uma palavra de consolo e de conforto para os humildes, e em qualquer circunstância jamais deixou

de infundir a esperança no coração dos seus semelhantes. Os seus conceitos correm mundo e, em suas posições e na maneira como colocava, como definia, como desenhava colas, personalidades e fatos, criou imagens que de tão repetidas entraram para a linguagem corrente: "Fulano é tão hipócrita que chora pelo olho de vidro"; "O senhor 'X' é mais fiel ao governo do que o chumbo do Diário Oficial"; "Distribuíram caixas de fósforos com as iniciais JPL, que demonstra a mentalidade incendiária que está por se apresentar à Paraíba"; "Ninguém se perde na volta". E assim por diante, tantas e tão lapidares sentenças que, hoje, o povo não esquece e que estão definitivamente incorporadas ao coloquial nosso de cada dia.

Meus Senhores, cabe de volta, a pergunta inicial. Agora o horário de verão, que também foi uma invenção sua, será este também um tempo para José Américo de Almeida? Este é um tempo de transição, é um tempo de rudes expectativas, é um tempo de grandes esperanças e de grandes tensões. Fosse vivo, por certo, a Pátria a ele acorreria, perplexa, a lhe perguntar: "E agora José?"

Mesmo morto, o seu exemplo e o seu legado não de trazer inspiração, porque este, mais do que nunca, é um tempo de falar, porque este, mais do que nunca, é um tempo de dizer as coisas com clareza, com coragem, com senso de oportunidade, com precisão e, sobretudo, com espírito público.

Não há o que discutir. No seu centenário, os fatos mostram que você não passa, José. Passa o seu centenário, mas você não passa. Depois de cem anos, você continua; você não termina, você não morre, você é duro, José. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CARLOS CHIARELLI NA SESSÃO DE 27-10-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS.** Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Este País teve a oportunidade de ler, estarecido, neste último fim de semana, com projeção até ontem, em todas as capitais, publicação patrocinada pelo Governo federal, com a chancela do Ministério da Previdência Social — e pela primeira vez na História do Brasil o dinheiro público faz a promoção pessoal de quem não tem sequer mais o cargo que anteriormente ocupava — uma divulgação onde se diz que foi feito aquilo que não foi feito, por alguém que devia ter feito enquanto tinha poder para fazer. E temos, em duas colunas, sorridente, com 12 cm, a fotografia de alguém que é apenas, talvez, segurado da Previdência Social.

Imaginem V. Ex<sup>as</sup>, ilustres Senadores se todos os segurados da Previdência Social tivessem direito, aos domingos, de uma fotografia em todos os jornais do Brasil, custando, em alguns jornais nada menos nada mais do que a irrisória quantia de três milhões de cruzados. Para publicar o quê? A fotografia do ex-Ministro, campeão das irregularidades, das ilegalidades, dos atos ilícitos, aquele que sai do Ministério, condenado por uma sentença, aqui em Brasília; aquele que sai do Ministério sem esclarecer por que pagou quatro vezes pelos apartamentos, por que os comprou, por que fugiu

da concorrência pública, por que contratou empresas multinacionais a dez milhões de dólares, para fazer o que tinha que ser feito gratuitamente pelo Tribunal de Contas.

Mas agora, não satisfeito com tudo isto, S. Ex<sup>a</sup> manda publicar em todo o Brasil sua fotografia e duas páginas de publicidade, como o dinheiro do segurado, desse segurado que recebe meio salário mínimo de aposentadoria aos 65 anos de idade, que é o caso do trabalhador rural. Isto é um escárnio, Sr. Presidente, isto é um deboche, isto é uma falta de respeito, isto é uma postura aética. O problema é de justiça e de polícia.

É por isto, Sr. Presidente, que está aí esse requerimento encaminhado ao Sr. Ministro da Previdência Social, Sr. Renato Archer, porque queremos saber quem autorizou essa inidoneidade, essa ilegalidade. O Ministro que saiu preparou a sua programação publicitária posterior. Então S. Ex<sup>a</sup> vai pagar essa conta, e vai pagar os jornais — dinheiro é certo que vai ter — ou o que seria surpreendente, o atual Ministro teria autorizado, na sexta-feira à tarde, a divulgação, inserindo em homenagem a fotografia do Ministro anterior. Só que seria recomendado, no caso, colocar a fotografia de todos os Ministros anteriores e até do mais ilustre de tantos quantos antecederam a história da Previdência, que seria o caso do Eloy Chaves. Então, colocaríamos todas as fotografias e gastava-se bastante dinheiro com a imagem, pelo menos de alguém que tenha feito algo que não fica no rol dos delitos, das irregularidades e das ilegalidades.

Por isto, Sr. Presidente, precisamos saber, em primeiro lugar, de quem é a responsabilidade. Quem é o autor do delito? Porque o delito existe e o corpo do delito está aí. Anexado ao requerimento, não quis fazer o material de alto volume, juntei apenas seis ou sete exemplares do domingo e da segunda. Prova, mas para não ficarmos só nisso, o mais trágico e o mais triste, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que aqui, desta tribuna, o Ministro da Previdência mentiu quando nós o interpellamos, ao mostrar que ele comprará, por três milhões de cruzados, um apartamento que fora vendido por 800 mil cruzados três meses antes, com a certidão. O problema não é ser Oposição nem Governo! ser defensor da moralidade pública, da idoneidade pública (Muito bem! Muito bem!), esta é a questão, permanentemente...

**O SR. EDISON LOBÃO —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS CHIARELLI —** Com prazer, tão logo complete o meu raciocínio.

O Ministro disse, à época, que comprara por esse preço, porque existia uma avaliação. Quem fez a avaliação? S. Ex<sup>a</sup> nos disse que fora o Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília. Quem é o Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília? Um cidadão chamado Aref, cujo pai, Presidente do Conselho Federal, é co-autor da avaliação — era de pai para filho. Mas como eram homens ligados ao setor, apesar de não haver nenhum dado técnico, apesar de dissentir do mercado, apesar de se dizer que só se podia comprar de três firmas, nós ouvimos. Pois bem, o que aconteceu? Cinco dias depois o Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis nos mandava um ofício e anunciava para a imprensa que aquele senhor que dera aquele

ofício, que aqui fora lido, Sr. Aref Júnior, quando deu a informação, há 45 dias já não era mais Presidente do Sindicato. Usou e abusou de um título e de um papel timbrado e de uma informação que não lhe correspondia dar e que estava sendo desautorizada.

Até aí, havia um problema de cronologia. O mais fantástico — e juntamos isto no documento — é que, uma semana antes de sair do Ministério, esse senhor fotografado, um pouco dado às lágrimas em excesso e aos beijos nos momentos emocionais, credenciou, em caráter exclusivo, para ser avaliadora no Brasil inteiro dos 22 mil prédios da Previdência Social, uma firma, constituída agora por pai e filho, os mesmos que deram a ele cobertura para comprar, por quatro vezes o preço, aquilo que foi lesado ao patrimônio da Previdência, do segurado, do contribuinte, do aposentado. Eles ganharam de presente o credenciamento exclusivo, em todo o Brasil, para serem — uma firma constituída agora por ambos — os únicos avaliadores dos milhares de imóveis da Previdência Social. É muita coincidência, é muita casualidade!

O melhor é que o novo Ministro nos explique por que se procedeu dessa forma, quem vai pagar essa conta, quem foi o responsável por essa distribuição generosa de verbas para preparar campanhas eleitorais futuras, quem decidiu implantar essa nova mecânica de ficar gastando dinheiro do trabalhador para projetar figuras que não foram competentes depois de terminada a sua gestão. O novo Ministro vai nos informar, e é isso que estamos solicitando.

Comunicamos à Casa que, ao mesmo tempo, estamos endereçando documentação idêntica, recheada com mais documentos, como a prova de que o prédio da Dataprev foi pago num valor oito vezes maior do que a sua avaliação feita sessenta dias antes, e o contrato de auditoria com as multinacionais. Estamos encaminhando essa documentação para o Tribunal de Contas da União, para que tome providências imediatas, posto que lá já está funcionando uma sindicância, sob o comando do Ministro Adhemar Ghisi.

Era isto, Sr. Presidente, o que gostaria de informar a esta Casa. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ÁUREO MELLO NA SESSÃO DE 8-10-87, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 9-10-87.**

**O SR. ÁUREO MELLO (PMDB — AM.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A palavra proferida em ocasiões fora da Ordem do Dia, no ensejo do espaço destinado aos pronunciamentos, deve, antes de mais nada, caracterizar-se pela oportunidade.

Daí entender eu, Sr. Presidente, a oportunidade daquilo que desejo proferir, justamente nesta hora em que a efervescência política atingiu um ponto paroxístico neste País.

Após os últimos acontecimentos, em que o Partido da Frente Liberal rompeu com determinada área da administração e também com o meu partido, o PMDB, em certos setores dos mais expressivos, quero, Sr. Presidente, em meu nome pessoal apenas, manifestando a minha maneira de pensar, patentear neste plenário absoluta con-

fiança no Presidente José Sarney, Presidente da República e, ao mesmo tempo, integrante da agremiação a que pertença.

Tenho observado que José Sarney tem sido um verdadeiro São Sebastião em relação a apoios e flechas que se cravam sobre Sua Excelência, como se fosse Sua Excelência o responsável único pela situação de aflição financeira em que se encontra este grande povo.

Parece que determinadas áreas se esqueceram de que José Sarney encontrou este País numa situação de defasagem, de miséria, de pobreza e, sobretudo, de endividamento, quando 100 bilhões de dólares de dívida serviam para substituir aqueles 3 bilhões que outrora deram motivo à deposição de João Goulart.

Noto, da parte do Presidente, a maior boa vontade em relação aos seus correligionários, apoiando sempre, em todas as ocasiões, as reivindicações, principalmente daqueles que compunham a chamada Frente Liberal. E, no entanto, observo que nada satisfaz, nada atende àquela ansiedade de um governo perfeito promanada de alguns setores políticos brasileiros.

José Sarney, pelo menos para o meu Estado, tem sido um amigo, um cordial companheiro, um Presidente equânime e justo, atendendo às reivindicações partidárias, observando aquilo que os parlamentares lhe solicitam, e decidindo com o acerto de verdadeiro juiz, a cavaleiro daquele seu temperamento afável, sensato, urbano e patriota, tudo aquilo que lhe é conduzido e pedido.

No entanto, Sr. Presidente, chega o momento em que a paciência, até dos homens calmos, se esgota; chega o instante em que, também, o Presidente tem o direito de reclamar. Dá impressão até que foi José Sarney quem endividou o País, que deixou a nossa Pátria na situação em que se encontra. Há quanto tempo vêm os brasileiros amargando toda sorte de vicissitudes, a pobreza, dificuldades, e será possível que esqueçamos que, dentro de um regime combatido, dentro de uma administração entregue, por assim dizer, com os cofres raspados, esse Presidente, o seu "staff" fundamental, tudo tem feito para evitar que a situação se agrave, que o País continue endividado, pedindo cada vez mais recursos ao exterior; que esse povo pague, em face de uma aparente prosperidade, *ad futurum*, na pobreza, na dificuldade e em toda sorte de problemas que o acometem?

Por esta razão, Sr. Presidente, ainda sou daqueles que dão ao Presidente José Sarney aquele crédito de confiança que merece o próprio movimento de redemocratização deste País, o apoio que a democracia está a merecer e a solicitar de todos os patriotas que não querem que se abata sobre esta Pátria a negra e torva época dos regimes ditatoriais que ensombrecem e tornam inexecutível tudo aquilo que se refere às reivindicações populares de toda a coletividade brasileira.

Temos visto um José Sarney liberal, consentindo greves, dando toda a cobertura para reivindicações populares, auscultando, através do que lhe é permitido e do que lhe é possível, aqueles organismos que procuram encontrar uma solução harmoniosa e positiva para os problemas da nossa terra. No entanto, observo que as investidas contra este Presidente têm sido demasiadamente afiadas, excessivamente contundentes, o que me faz parecer, de um ponto de vista de absoluta

isenção — até porque pessoalmente não tenho um cargo sequer no meu Estado que tenha sido por mim apontado ou por mim indicado — ter sido essa oposição, no meu modo de entender, das mais injustas para com esse cidadão brasileiro.

Por esta razão, Sr. Presidente, manifesto daqui a certeza e a esperança de que sobretudo a nossa agremiação, que é o glorioso PMDB, não venha a fazer jus àquilo que foi dito há dias pelo eminente Senador João Menezes, de que o PMDB é um partido fissurado, em que, de um lado, existe uma ala disposta a pulverizar o cidadão que está no poder e a sua administração, e, do outro, uma outra ala solidária e que apóia incondicionalmente esse Presidente.

Não é, Sr. Presidente, tenho certeza, jogo de interesses contrariados; não é, Sr. Presidente, tenho convicção, nenhuma determinação de caráter ideológico comandando as atitudes de qualquer grupo a não ser a ideologia patriótica, o desejo de fazer com que este Brasil prossiga na sua grande arrancada. O que é necessário, Sr. Presidente, é que se observe o nosso País dentro de um enfoque mais otimista, porque a todo instante, para todo lado, nós somente ouvimos o ressalto, somente observamos o elogio do que é negativo, daquilo que é decadente. Mas, se observarmos o Brasil dentro de um plano panorâmico, estaremos vendo que este País tem avançado, tem progredido, embora os macaréus, as ondas contrárias procurem fazer submergir a grande nau.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, não é num regime capitalista que se vai encontrar a solução definitiva por os problemas da grande massa trabalhadora, mas, acredito, dentro de um sistema que não seja tão radical no concernente ao excesso de ganhos de alguns, e à defasagem financeira da parte de outros. Acredito que, dentro de um sistema do que chamaria de legítimo socialismo democrático, chegaríamos a uma situação em que a pátria tão rica, tão opulenta, que tem nas suas entranhas e na sua superfície potencial econômico e financeiro capaz de assombrar o mundo e de abastecer toda uma população mundial, não teria, Sr. Presidente, razão para prosseguir em dificuldades e materialmente sentindo o sofrimento na epiderme do povo.

Manifesto, pois, Sr. Presidente, a minha fé, a minha convicção, o meu otimismo, a certeza de que chegaremos lá. Iremos, evidentemente, por duros caminhos, encontrando, sem dúvida, a oposição e o cerco da parte daqueles países que, na verdade, estão interessados não na nossa emancipação, não no desenvolvimento econômico deste País, mas na sua estagnação, no seu atraso.

Acredito, Sr. Presidente, que a evasão de lucros, a remessa de lucros para o exterior, venha a ser cercada e moderada, mas que isso tudo venha a ser em termos de democracia, não em termos de atitudes impensadas que possam acarretar para nossa Pátria, para nosso País, uma situação realmente vexatória, de aflição, de coação, de perseguição e de medidas que venham realmente a abalar ainda mais a situação em que nos encontramos.

Dentro de uma análise perfunctória, dentro de uma observação feita, vamos dizer, a *voilà d'oiseau*, porque não houve oportunidade ainda para

mim — que estou, por assim dizer, recém-chegado a este plenário e a esta Casa, em fase de organização do meu gabinete e das minhas atividades pessoais de antigo político que exerce, desta vez, o seu quinto mandato — de fazer um estudo mais aprofundado, porém de minha parte quero manifestar a minha certeza, a minha confiança, a minha convicção de que José Sarney, com o seu equilíbrio, com a sua inteligência, com o seu sentido de patriotismo, ao lado de todos os companheiros do PMDB que lutam no sentido do progresso desta Pátria, há de encontrar a solução adequada para que o nosso povo seja feliz, e a nossa gente se volte cada vez mais para o sol que brilha no alto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO ESPECIAL

**Criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.**

**2ª Reunião, realizada em 5 de maio de 1987**

Às dezessete horas do dia cinco, de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno, presentes os Srs. Senadores Fernando Henrique Cardoso, Relator, Virgílio Távora, Roman Tito e Carlos Chiarelli. Abertos os trabalhos, o Sr. Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada. Logo após, a Presidência esclarece aos Srs. Senadores que a presente reunião é para transmitir e informar, além de estabelecer o roteiro de trabalho, o cronograma, as prioridades e a forma de atuação desta Comissão, assim como elucidar aos jornalistas presentes quaisquer questões. Com a palavra, o Sr. Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, propõe um roteiro de trabalho a fim de que o mesmo seja discutido e aprovado pelos demais membros da CPI. Continuando, a palavra é concedida aos senhores jornalistas, que fizeram algumas indagações e todas respondidas pelos Srs. Presidente e Relator desta CPI. Finalmente, o Sr. Presidente da Comissão, Senador Carlos Chiarelli, determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

*ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO", REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1987. ROTEIRO DOS TRABALHOS DA CPI, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE*

Presidente: Senador Carlos Chiarelli.  
Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso.  
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — A idéia dessa nossa reunião informal e de trabalho de quantos têm funções específicas — aqui temos o Vice-Presidente, o Relator e o Relator-Adjunto — é no sentido de que possamos transmitir e informar, questionar e esclarecer o roteiro de trabalho, o cronograma, as prioridades e a forma de atuação desta Comissão. Porque na verdade, ainda que já se tenha feito reunião para eleição dos seus dirigentes, e uma visita de trabalho ao Presidente da República, hoje vamos definir o seu roteiro e começar com as sessões ordinárias, já amanhã com a vinda do ex-Ministro Dilson Funaro.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Fernando Henrique Cardoso, para que S. Ex.<sup>a</sup> introduza o assunto e faça as considerações que julgar adequadas.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — A nossa intenção, hoje, neste encontro com a imprensa, já que somente os membros da Mesa desta Subcomissão estão presentes, ou seja, os dirigentes executivos da Comissão, é simplesmente mostrar qual o escopo mais organizado nesta Subcomissão o que, aliás, já foi anunciado por nós anteriormente e, também, como já disse o nobre Senador Carlos Chiarelli, para dizer que amanhã é que começaremos efetivamente a trabalhar e o Ministro Dilson Funaro será o primeiro a comparecer a esta Comissão.

Todos irão receber um texto, na realidade são propostas de um roteiro de trabalho. Neste texto dividimos os objetivos gerais da Comissão, na verdade é a reafirmação das propostas que já foram feitas ao plenário e os objetivos imediatos.

Vou ler os imediatos e acrescentar um que peço que todos anotem.

São os seguintes:

Conhecer, analisar e avaliar as políticas e estratégias do Governo brasileiro, o desenvolvimento econômico que originaram e levaram ao processo de acumulação do endividamento externo, em particular, no que se refere aos aspectos de dispêndios realizados para fins de expansão econômica e social.

Acompanhar e apreciar a política e a estratégia de renegociação pluriannual da dívida externa, tal como vem sendo adotada pelo Poder Executivo.

Intercambiar informações com as Lideranças políticas, parlamentares e entidades representativas da opinião pública nos países credores, assim como nos países devedores da América Latina com vistas a promover a melhor compreensão

mútua no complexo relacionamento credor-devedor.

Assegurar que o Poder Legislativo possa também, através da Comissão Especial do Senado, levar sua influência e apoio essencial e constitucional ao Poder Executivo no prosseguimento do processo de renegociação da dívida.

Gostaria de acrescentar, aqui, a idéia de que vamos, também, analisar os mecanismos do comércio exterior. Porque não se pode imaginar que a análise da dívida seja feita independentemente daquilo que é o propósito numa política de desenvolvimento; que é o comércio exterior e uma parte dessa dívida está diretamente ligada com esse mecanismo de comércio exterior.

Para isso o nosso modo de trabalhar vai ser desde aquilo que já foi anunciado, uma análise sistemática da dívida que pode ser considerada uma verdadeira audição desta. Não há nenhuma restrição nem da parte do Governo atual, nem da parte dos representantes do PDS, aqui presentes, através do Senador Virgílio Távora, e que somos, em conjunto, os responsáveis por essa dívida. Nenhuma objeção a que seja feita uma audição dela, ao contrário, é do nosso interesse fazê-la.

Os Senhores podem perguntar como será feito isso. Isso será feito através das informações que nos serão prestadas pelo Banco Central. O Banco Central dispõe, no setor da área externa, de funcionários que participaram da formação dessa dívida e vamos trazer aqui esses funcionários. Nossa idéia não é simplesmente trazer a cada reunião pessoas para serem inquiridas. É mais do que isso, vamos ter uma equipe de trabalho do Senado que vai estar em contato com a área do Banco Central levantando essa dívida. Não queremos transformar esta Comissão simplesmente no que se chama **show off**. Trazer aqui pessoas para fazerem o seu depoimento e nós fazemos perguntas. Queremos transformá-la efetivamente numa subcomissão que trabalhe em estreita comunicação e buscando os canais de informação com o Poder Executivo, não para servir ao Poder Executivo, mas para servir ao Brasil, para trazer a informação de lá para cá.

Neste aspecto não vamos deixar de considerar, também, é óbvio as dimensões que eventualmente possam existir até mesmo de uso indevido dos mecanismos de endividamento. Vamos trazer aqui, o nobre Presidente Carlos Chiarelli já sugeriu, as Cooperativas do Sul que entraram em negociações com bancos estrangeiros, há dívidas a respeito do valor declarado das dívidas que foram contraídas, para verificar se nestas dívidas existem aspectos de ilegalidade e de manipulação que não podem ser aceitos.

Mas o objetivo nosso, portanto — vamos até esse ponto, mas o nosso objetivo é muito mais profundo — é de entender o mecanismo dessa dívida e não se pode entendê-lo se não entendermos, ao mesmo tempo, as estratégias de desenvolvimento que estão envolvidas. A dívida brasileira não se fez pura e simplesmente como um mecanismo financeiro; foi um mecanismo financeiro acoplado ao mecanismo produtivo. Há outros países, estive recentemente numa reunião do chamado Diálogo Interamericano e lá havia um ex-Ministro da Fazenda da Argentina e um ex-Embaixador da Argentina, no Brasil, e alguns

norte-americanos do Congresso e pessoas ligadas ao sistema financeiro.

No caso da Argentina, por exemplo, a dívida quase que se tornou independente do sistema produtivo, um mecanismo financeiro que não resultou em projetos efetivos. Aqui não! A nossa proposta é verificar até que ponto essa dívida foi realmente investida. Por que foi investida? Em que momento? Se é que houve, deixou essa dívida de ter uma conexão direta com a política de desenvolvimento? Quais as limitações da política de desenvolvimento em um País como o nosso? Daí a importância do comércio exterior, de toda uma análise a respeito de como é necessário repor equipamentos é como isso se faz objetivamente. Até que ponto isso foi afetado por outros interesses. Quando, por que e se em um dado momento a dívida passou a ser a geradora da necessidade de novas dívidas e não a política de desenvolvimento. Quando é que houve um descolamento entre uma estratégia de crescimento e uma estratégia que passou a ser uma estratégia de especulação financeira, enfim, fazer uma análise em profundidade desses mecanismos para que possamos entendê-los e também, agora no momento que estamos em negociações da dívida, definir uma política. Não pode ser a política da dívida, tem que ser a política do crescimento do Brasil. Tem que ser a política do desenvolvimento econômico em que a dívida é parte disso, seja como condição favorável, e em dado momento o foi, pode tornar a ser, seja como obstáculo, porque impede que a poupança realmente se forme em função do interesse produtivo do Brasil. A nossa idéia é de analisar a questão da dívida nessa perspectiva bastante abrangente.

Mas temos o propósito, que foi dito desde o início, está contemplado neste roteiro, direto de influenciar a negociação. Influenciar essa negociação tanto no que diz respeito ao fato de que é atribuição normal do Senado, quem deve dar o aval e o acompanhamento da política externa brasileira, como porque obviamente fazemos parte do sistema de governo no Brasil, mas também porque temos a possibilidade de influenciar, embora limitadamente, ninguém aqui quer hipertrofiar essa dimensão, mas temos a possibilidade de entrar em contato e de sensibilizar os credores e os outros países devedores para uma estratégia de negociação da dívida. Isso também está contemplado de duas ou três maneiras. Primeiro, é claro, informando o público interno brasileiro, daí a necessidade de uma permanente ligação com os meios de comunicação, com a imprensa e com os nossos companheiros dos partidos políticos que têm que acompanhar o que está acontecendo.

Mas temos também a possibilidade, por um lado, de pedir que algumas personalidades ligadas ao processo da negociação da dívida no exterior venham aqui, porque podemos pedir eventualmente que venham a esta Subcomissão ou seja, porque, como sugeri, que possamos organizar um seminário, um encontro de personalidades que tenham ligação com o problema da dívida tanto no mundo acadêmico como no mundo financeiro diretamente, banqueiros e outros, para que possamos discutir, aqui no Brasil, o que está acontecendo hoje com a questão da dívida, e digamos assim desprovincianizar o nosso debate, porque isso não é uma questão só brasileira,

é uma questão mundial que está afetando a vários outros países e que afeta as chances de desenvolvimento futuro do Brasil. De que maneira os outros países em desenvolvimento estão procedendo? De que forma os outros países em desenvolvimento estão eventualmente resolvendo o seu problema da dívida? E de que maneira estão mantendo investimentos e que tipo de investimentos?

A dívida nos sufoca hoje, mas o que vai nos sufocar amanhã, se não formos capazes de tomar a decisão hoje, não é só a dívida, é não termos feito o que deveríamos ter feito para o Brasil crescer, na tecnologia, na abertura de novas áreas de investimento, na definição de estratégias de desenvolvimento que tomem em consideração a necessidade mais a médio prazo ou mais a longo prazo.

Há vários países que estão endividados, que estão tentando sair da sua situação, renegociando de uma maneira ou de outra e tomando decisões de investimento. Tanto os países que parecem estar distantes, mas hoje tudo é muito próximo, que são os países asiáticos, na linguagem das Nações Unidas chamam-se os **nic-news industriais countries**, os países de industrialização recente. Nessa corrida, em um dado momento, tínhamos uma vantagem nítida e hoje já não sei se mantemos a mesma vantagem. O Brasil há 10 anos certamente era o País que apontava entre os **nic**, como o que mais teria capacidade de entrar no rol dos países industrializados. Hoje as coisas não são tão claras assim, existem outros **nics** que estão tomando decisões de investimentos e conseguiram uma forma de refinanciamento que permitiram a eles saírem do buraco.

É visível, hoje, que existe uma emergência de um outro pólo financeiro no mundo, que é o Japão. E as conseqüências disso são muito grandes para todos os países que estão sob a influência da órbita japonesa diretamente, e para os países que não estando nessa influência direta podem ter algum tipo de relacionamento com o Japão. Então, queremos dar a questão da dívida, sempre ligada ao problema fundamental que é o do crescimento, uma visão mais ampla e a nossa Subcomissão está disposta a organizar um seminário para que essas questões sejam aqui debatidas.

Há um outro mecanismo que aqui está apenas enunciado, mas que podemos e queremos utilizar, que é o do contato direto com as instituições credoras e com os parlamentos dos países credores, tanto o Banco Mundial, como o Fundo Monetário Internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento. É possível, é conveniente que o Parlamento brasileiro, entre em contacto com eles para saber o que estão fazendo, para dizer o que pensamos e para defender uma estratégia de renegociação que permita ao Brasil manter as suas metas de crescimento de médio prazo, isso aqui também está considerado.

Então são estes, basicamente, os itens que veremos depois, mas especificamente, quais são esses itens, como vamos enfrentá-los — achamos que o prazo de 90 dias é muito exíguo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Pois não.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Na primeira fase do programa de trabalho proposto, o item 5 responde àquela nossa tese.

Exame dos mecanismos do comércio exterior brasileiro e as limitações dele decorrentes.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Vamos uniformizar isso.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Exame dos mecanismos do comércio exterior brasileiro, e limitações dele decorrentes.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Perfeito, está incorporado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Só para ficar coerente.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Então com essa sistemática vamos pedir mais prazos e que esta Comissão, sem ser uma CPI, tenha mecanismos mais impositivos para que possamos, efetivamente, cumprir as nossas tarefas.

O Presidente Carlos Chiarelli está tomando as disposições necessárias para que possamos dotar esta Comissão dos instrumentos legais que permitam uma investigação mais adequada.

Creio que com isso, Sr. Presidente Carlos Chiarelli, del um panorama geral que poderá ser visto com mais detalhes no texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Feita esta exposição objetiva e abrangente, estamos à disposição para responder às indagações que acharem convenientes.

O SR. JORNALISTA — Em 1984, tive a oportunidade de acompanhar a CPI da Dívida Externa na Câmara, que era presidida pelo Deputado Alencar Furtado, e tinha como Relator o Deputado Herbert Levy. Durante essa época discutiu-se muito — houve uma preocupação investigativa muito acentuada, com relação a um aspecto que não chegou a ficar inteiramente elucidado, que dizia respeito ao recebimento ilegal de comissões na contratação da dívida externa, que conseqüentemente ficaram embutidas na dívida. Isso não chegou a bom termo, a correlação de forças, o pacto de poder era outro e apesar de ter havido um golpe branco contra o Deputado Herbert Levy na décima hora da formalização do relatório, isso enfraqueceu a CPI no seu trabalho final, e muita coisa ficou pendente apesar de evidências circunstanciais muito fortes que foram trazidas através dos depoimentos.

Gostaria de saber se, por exemplo, esse aspecto será abordado. Quando o Senador Fernando Henrique Cardoso diz que personalidades do exterior ligadas à área financeira serão convidadas, se uma personalidade — pelo menos uma pessoa que foi peça central dos episódios naquela época — o então ex-diretor do Rev. Comercial de France, o Sr. Jacques Laroisier, se ele seria convocado, chamado, ouvido de alguma forma, se o depoimento de S. S.<sup>a</sup> seria tomado?

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Não há nenhuma dificuldade em fazê-lo. Uma vez estando algum de nós fora daqui ou chamá-lo até aqui, desde que haja recursos para isso, não há nenhuma dificuldade. A Subcomissão tem um escopo muito amplo. Da minha parte nada a opor.

O SR. JORNALISTA — Se o Constituinte me permite esse caráter investigativo que foge as linhas, vamos dizer da Subcomissão, que realmente estão voltadas para o futuro, por tudo que entendi — mas, esse caráter investigativo do passado, ainda que em caráter subsidiário, será circunstancial ou uma norma geral de procedimento?

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Uma norma geral.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Então a impressão da que foi enfatizado pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso que a Comissão tem um compromisso histórico e original no seu próprio documento de formulação, nos termos em que foi aprovado pelo Senado de fazer uma averiguação, uma avaliação e uma auditoria da constituição da dívida. Quem, quando, onde, por que, como, para quem? etc.

Na medida em que vamos verificar tudo o que aconteceu, o que não foi lícito e regular haverá de aparecer e de ter o caminho necessário.

É por isso que se está tomando essa medida um pouco peculiar de buscar da Presidência, da Mesa Diretora, se for o caso do Plenário essa delegação de competência para transformar a Subcomissão Especial em CPI. De maneira que possamos ter todos os poderes, inclusive os poderes de investigação, ainda que não sejamos CPI.

Inclusive tem outra pessoa que não foi lembrada e gostaríamos de ouvir que é o Dr. Toni Guebaler.

O SR. JORNALISTA — Sr. Presidente, eu poderia fazer uma observação rápida?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Pois não.

O SR. JORNALISTA — Gostaria de lembrar que naquela outra Comissão a que aludi há poucos momentos, foi trazido por terceiros, o depoimento de um ex-Embaixador da Suíça no Brasil, em que ele dizia, com a sua autoridade de funcionário diplomático, que na medida em que o governo brasileiro, portanto, uma ação de Governo à Governo, se interessasse pelo levantamento de eventuais contas secretas, isso seria possível em face da legislação Suíça.

Pergunto se a Comissão estaria disposta a remexer nessas coisas delicadas do passado. Como jornalista e como cidadão, acompanho isso, fala-se muito em cidadão nessa época de Constituinte, é uma coisa realmente fascinante.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — A primeira medida nossa foi a de entrarmos em contato com quem trabalhou na comissão anterior da Câmara, que é uma fonte de informação muito grande e trazer para análise, o que já foi levantado. Tudo que permita alguma clareza nessa direção será aproveitado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Acho que poderíamos dizer, que não vamos deixar que a Subcomissão seja só de investigação, mas não deixaremos de fazer nada que corresponda a uma ampla elucidação no campo da investigação. Se essas contas secretas são acessíveis, mediante uma medida governamental por nós estimulada, e se podem trazer uma informação, vamos tomar essa medida. Só acho que estamos, realmente, podendo ter algumas dificuldades em responder,

porque estamos tentando dar, e acho que até este tipo de debate, aqui, com a imprensa é menos uma entrevista e mais uma coleta de sugestões a esta Comissão, a dimensão que o problema tem e um significado que o rol de conclusões, sobretudo na lavra do nosso ilustre Relator, deverá ter como um indicativo a nível político para o País, uma proposta de crescimento, etc. um pouco mais do que ficar no "feijão com arroz".

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Em nome do PDS, fiz ver ao Presidente da Subcomissão e ao Senhor Presidente da República, quando lá estivemos, o absoluto empenho que esta agremiação partidária tem, que seja vasculhada toda a ação dos governos passados, deste setor, e que tudo que depender do apoio do PDS para elucidação dos fatos seja feito.

Ao mesmo tempo, naquela ocasião, frisamos esse aditivo que, cavalheirescamente, o Relator fez inserir no seu trabalho, isto é, todo mundo fala em comércio externo do Brasil, em criação de dívida externa, em moratória, e muito pouca gente sabe como se desenvolve esse comércio externo, os mecanismos necessários, as limitações dele decorrentes; fazemos, também, questão de que fique absolutamente transparente para a sociedade brasileira como se realiza esse comércio externo, o verdadeiro engessamento que, às vezes, sucede às nossas importações e exportações, as maneiras e modos de vencer tais limitações e os reflexos dessas limitações na própria negociação da dívida externa.

Falando isso, acho que respondi a todas as dúvidas que percutiam em sua cabeça, não é?

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Só para esclarecer: V. Ex.<sup>a</sup> vão receber um texto que é um documento de trabalho, a relação de nomes aí citados é meramente indicativa, não quer dizer que serão apenas esses, ou, talvez, nem todos esses.

Amanhã, às 16 horas, ouviremos o Sr. Dilson Funaro, que dará sua visão sobre o problema da dívida externa.

**O SR. JORNALISTA** — Quería usar da palavra por um instante, para destacar uma parte que acho muito importante.

O Senador Virgílio Távora falou sobre a questão de tornar transparente — talvez seja um dos escopos a que se prende esta Comissão Especial, um dos objetivos a serem atingidos, não só para nós, mas para toda a população brasileira, que, em última instância, é quem vai pagar essa dívida; conhecer não só para conhecer, mas para tornar conhecido.

Existe a possibilidade de a Subcomissão entrar em contato com os membros da Delegação do FMI?

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Nós somos Constituintes, esta é uma Comissão do Senado da República, e eles são funcionários que estão aqui de maneira muito provisória.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — A idéia é, exatamente, falarmos com as pessoas a quem eles vão transmitir as informações que estão colhendo. Falaremos e manteremos um contato, está nessa listagem, com a direção do FMI, porque, senão, cada vez que viesse um funcionário, teríamos que estar de plantão para conversar com ele. Talvez ele também não tenha poderes de falar,

mas falaríamos com o FMI, com o Banco Mundial e com o Clube de Paris.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — E convém falarmos com os japoneses, não é?

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — E há a idéia de um contato, também, com os principais bancos credores, com a não obrigatoriedade executiva de nossa posição de membros do Legislativo; não estaríamos negociando tarifas, objetivamente, nem juros, podemos conversar com eles num outro enfoque.

**A SRA. JORNALISTA** — V. Ex.<sup>a</sup> vão vasculhar o passado e ao fazer isso vão encontrar uma série de irregularidades. Verificado como a maior parte da dívida foi contraída quando o País deve administrar...

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Minha cara, o veto do Presidente do PMDB a um dos seus governadores mais prestigiados, aliás, meu adversário político, não colocou o PMDB em sobressalto senão por muito pouco tempo. A mesma coisa: quem em culpa por pego, responsável e de maior idade... Disse bem claro, em nome do meu Partido, qual a posição que a Direção do mesmo adotava, face a esta Comissão, tanto que o Secretário-Geral do Partido veio para a Comissão. Quem não deve não teme.

**O SR. JORNALISTA** — Um dos objetivos da Comissão, dada a uma primeira estratégia, neste momento atual com a vinda do Ministro e do novo Presidente do Banco Central já se esboça uma tentativa de aproximação. O novo Ministro anunciou que vai fazer um programa que tenha a ver com a posição anterior do FMI.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Em primeiro lugar, não posso aceitar suas observações, porque não correspondem, pelo menos ao que entendi, do discurso do Ministro; S. Ex.<sup>a</sup> disse outra coisa.

S. Ex.<sup>a</sup> disse que está preocupado com a inflação que está, hoje, em 16% ao mês, e qualquer Ministro da Fazenda tem que se preocupar com ela.

Agora, disse S. Ex.<sup>a</sup> que quer atingir a meta histórica de crescimento que é de 7%, e acredita que, nas condições atuais, não será possível atingi-la neste ano. Foi isso o que disse e nada absolutamente além disso. Falou em coisas que são do conhecimento de todos, reais. A questão do FMI é outra. A repulsa que em todos nós sempre produziu a política do FMI é por que implica o não-crescimento como a dieta fundamental para restabelecer a saúde econômica. É o não-crescimento econômico. Não foi o que disse o Ministro.

Em segundo lugar, a política do FMI implica cortes muito drásticos, que recaem sobre os salários, basicamente, e sobre o gasto público. Também não foi isso que disse o Ministro.

Por isso, não vejo que exista essa política de aproximação com o Fundo Monetário. S. Ex.<sup>a</sup> pode ter dito que estaria disposto a ouvir o Fundo Monetário, ou qualquer coisa nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Não. Até ouvi uma resposta a uma pergunta objetiva sobre o FMI. Salvo se ouvi mal, entendi S. Ex.<sup>a</sup> dizer que não teria nenhuma dificuldade em dialogar com o FMI, que me parece até uma questão

de urbanidade, mas que não está animado a seguir a dieta do FMI. Tanto é que defende o princípio do crescimento, crescimento limitado à capacidade do nosso investimento, mas crescimento, que é o substantivo do projeto.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — E defesa do salário.

É claro que S. Ex.<sup>a</sup> está percebendo — todos estamos percebendo — que existe um desequilíbrio dos preços relativos, no Brasil, e que a demanda agregada cresceu muito. Nessas condições, é preciso partir para uma política de realinhamento de preços e segurar a demanda agregada, o que me parece que não é uma questão nem de opção. Quando a exportação está variando de 150 a 200 milhões de dólares por mês, este é um sinal mais do que amarelo de que alguma medida tem que ser tomada, pois, caso contrário, não podemos ser coerentes com a nossa posição de uma política de renegociação da dívida com soberania. Se não tivermos recursos, reservas, não temos como fazer. S. Ex.<sup>a</sup> tem que tomar medidas para aumentar a exportação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — O próprio Ministro anterior estava preocupado com isso, em atingir um teto.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — O Ministro Dilson Funaro, que estará aqui amanhã, estava preocupado em manter o nível de 8 bilhões de dólares, no fim do ano, como saldo. Qualquer pessoa que esteja gerindo a economia de um país na situação do Brasil se preocupa em ter saldos na balança comercial. O Ministro Bresser Pereira também se preocupava com isso e tomou medidas para acelerar isso.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Só para completar, com relação não às respostas, mas para uma informação, tenho a dizer que, ontem — e creio que nem o Senador Fernando Henrique Cardoso nem o Senador Virgílio Távora quiseram levantar a questão — tínhamos acertado que, tendo em vista o fato de que recém tomou posse o Ministro, e de que ainda não terminou de tomar posse o Presidente do Banco Central, já que a cerimônia ainda está acontecendo, a nossa idéia é de que, como devem ter ou podem ter informações preliminares valiosas, mas ainda preliminares, estávamos pensando em, talvez na próxima semana, dando pelo menos 15 dias de exercício a um, e ao outro, pelo menos 5 dias, ter um encontro informal com ambos, para que isso viesse contribuir até para as questões que vamos fazer a outros e para o próprio roteiro de que o Relator está tratando.

Então, devemos ter, antes de ouvi-los aqui, dentro de dois ou três meses, quando já houver cobranças a fazer, material a apresentar, respostas a serem dadas, um contato de informação preliminar com essas duas autoridades, porque se trataria de armazenar dados e de saber das intenções no momento, o que traduziríamos para o opinião pública. É apenas para não fazermos uma reunião formal, logo de saída, para a qual eles nos pediriam para esperar um pouco.

**O SR. JORNALISTA** — Senador, tenho uma pergunta. Reportando um pouco ao que disse, o Ministro anunciou um objetivo de crescimento de 3,5% neste ano. Segundo a Professora. Maria da Conceição Tavares, só a agricultura garante

esse crescimento, o que significaria ou recessão ou um crescimento da área urbana em torno de zero. Isso seria tudo o que o PMDB tem condenado, em termos de recessão da área urbana.

Daí vem a pergunta e a inquietação da professora no sentido de se não está havendo uma mudança nesse relacionamento com a dívida externa ir ao FMI, que dizer, aceitar algumas das recomendações dos nossos credores, sem assumi-las formalmente, claramente, mas, na prática executando-as.

Esse objetivo significa uma certa recessão, quer dizer, um problema de desaceleração violento do crescimento, a nível industrial, por exemplo.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Não quero me antecipar às medidas que o Ministro vai tomar. Não sei quais são. Só posso reafirmar o que disse S. Ex<sup>a</sup> ou seja, nas condições atuais, dá para crescer de 3 a 3,5%, sendo a médio prazo o objetivo de 6 a 7%, que é a taxa histórica. Para crescer é preciso ter poupança. O crescimento não é algo que se faça por decreto; é preciso ter poupança. E é preciso tomar as medidas para restabelecer essa poupança. Para crescer na média histórica, essa poupança tem que ser superior a 20%. Evidentemente, se formos concordar com a transferência de boa parte das poupanças para o exterior, vamos piorar e não crescer. Quando diz que vai crescer 6/7%, com realismo, tem-se que olhar qual a taxa de poupança e tem-se que tomar medidas que permitam essa poupança, que permitam o investimento.

Não concordaria com uma política que não fosse uma política de manutenção da taxa de crescimento. Conheço suficientemente as idéias do Ministro Bresser Pereira para saber que S. Ex<sup>a</sup> também partilha deste ponto de vista. No entanto, é preciso que tenhamos uma análise realista da situação, do que se pode fazer num dado momento, para poder chegar lá. Não adianta fazer declarações que não tenham como serem alcançadas. Quero ver que medidas vai tomar. Por enquanto, só tomou uma, ao que eu saiba, que foi a da taxa de câmbio. E acho que tinha que torná-la, porque temos que manter a exportação. Caso contrário, não temos nenhuma possibilidade de manter qualquer política de defesa dos nossos interesses, na renegociação da dívida.

Não quero ir além disso, porque S. Ex<sup>a</sup> não fez nada além disso.

**O SR. JORNALISTA** — Quería pegar neste ponto do aumento das exportações. Acho que deve ser um compromisso nacional, neste momento. Para manter a independência na negociação da dívida externa, precisamos de um mínimo de reserva. Mas também para o crescimento interno precisamos de um mínimo cambial, para que possamos importar componentes que se agregam ao produto final, sem os quais não temos condição de fazer um aumento da produção interna.

De maneira que, por todas as razões, por uma questão de soberania na renegociação da dívida, para o aumento do desenvolvimento interno, é importante termos reservas cambiais. E, no momento, temos que aumentá-la porque, se pegarmos a inflação do mês de fevereiro do ano passado, quando começou o Plano Cruzado, até hoje, veremos a desvalorização do cruzado, há ainda uma defasagem em torno de 15%.

Os negócios que foram entabulados no exterior, e que grandes exportadores brasileiros a duras penas vêm conquistando, aqui e ali, num mercado e outro, estão com dificuldades em assumir e em cumprir esses compromissos. Acho que temos que, neste momento, criar condições, a fim de que esses empresários continuem dentro desse mercado, por todas as razões que disse: aumentar as reservas cambiais, e não só para a soberania na negociação da dívida externa, mas também para o desenvolvimento interno dos componentes de que precisamos para a nossa indústria.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Foi colocado esse item, a nosso pedido, do exame, da transparência do nosso comércio externo, e das limitações que possuímos, que sentimos possuídos, quando praticamos, foi justamente para que não pairasse dúvida e ficássemos apenas discutindo quase que o sexo dos anjos. Sem o excesso, sem o superávit, importação, contra exportação, não podemos nem pagar a conta de serviço, fora a rendição incondicional que tivéssemos aos credores para termos esses financiamentos nesse rolamento da dívida, etc. É a razão por que a Oposição fez questão absoluta que este item fosse colocado. Em lugar de estarmos discutindo só com conceitos opinativos, discutiríamos à base de fatos.

Exportamos, por exemplo, no ano melhor, 27 bilhões de dólares contra uma importação de 14 milhões de dólares. O que foi e como foi feito? Como foi financiado? Qual a parte que foi em divisas? Qual a parte que foi em moeda convênio? E assim sucessivamente e as limitações que esses diferentes modos de negociar nos dão porque quando falamos em reservas externas de tanto, queremos saber se realmente as reservas estão disponíveis no momento, podem ser reservas de crédito. Tenho, mas não posso nelas mexer, como muita gente tem crédito conosco e não pode mexer. Desculpe a observação.

**O SR. JORNALISTA** — V. Ex<sup>a</sup> sabe hoje quais são as reservas líquidas cambiais do Brasil? Ou pretende saber isto?

Depois que o Presidente anunciou, fomos informados de que já caiu para 1,5, 1,8.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — A informação que a Comissão obteve, foi aquela na ocasião do contato mantido com o Presidente José Sarney. Esse foi o momento em que tivemos o dado como colegiado. Se alguém tem outra informação de outra natureza por contato pessoal, a nossa informação é daquele dia obtido junto ao Presidente da República. E já foi revelada, inclusive. (Inaudível.)

(Fora do Microfone)

Em primeiro lugar, acho que ela não é presidida pelo Ministro Guerreiro, é presidida pelo Ministro da Fazenda. O Ministro da Fazenda de então saiu, mas é o Ministro da Fazenda quem preside, seja quem for o Ministro da Fazenda.

Agora, a nossa idéia é ter uma reunião, um encontro de trabalho com essa Comissão, não ouvir a ou b, o Ministro Guerreiro, que é uma figura das mais respeitáveis ou outro integrante, fazer uma reunião da nossa Comissão com a Comissão de Assessoramento da Negociação do Executivo, cujas finalidades, espaços, atribuições, competências e dependências são completamente diferentes da nossa. Porque ela se circunscreve

à hierarquia do Poder Executivo, é órgão de apoio às gestões e atividades dos negociadores da dívida que são os membros do Poder Executivo.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Esta Comissão ouvirá o Ministro Bresser Pereira ou o Sr. ex-Ministro Saraiva Guerreiro?

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — O Relator poderá dizer, mas acho que o Ministro da Fazenda nós o ouviremos individualmente. Depois faremos uma reunião com a Comissão globalmente composta.

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — É isto mesmo. Na verdade conversamos com o Ministro Funaro a respeito disso e S. Ex<sup>a</sup> disse que o Secretário Executivo da Comissão estava à nossa disposição para ajudar no trabalho, para apoio. Conversei com o Ministro Bresser Pereira, no mesmo dia em que S. Ex<sup>a</sup> foi nomeado, a respeito da nossa Comissão, e S. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, tem a mesma atitude que o ex-Ministro Funaro. Não recordei a S. Ex<sup>a</sup> a necessidade de um contato com a Comissão negociadora porque não me ocorreu naquele momento, mas certamente a resposta de S. Ex<sup>a</sup> será igual à do ex-Ministro Dilson Funaro. A Comissão está aí para nos ajudar.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Uma pergunta, que inclusive foi formulada, só para lembrar, já que o Senador Fernando Henrique Cardoso lembra que esta Comissão está disponível para nos oferecer infra-estrutura, apoio e informações, e que está sendo ultimado, parece-me que está saindo por estes dias o livro sobre a dívida, que está sendo coordenado...

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — O livro Branco da Dívida.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — ... montado, feito pelo atual Governo que é também uma montagem de todo o período de constituição dessa dívida e da forma que foi feita. O Presidente José Sarney, por ocasião daquela reunião, daquele contato, nos informou que este livro está sendo ultimado, estaria pronto no prazo de 15 ou 20 dias, não me lembro, e que nos entregaria imediatamente para uso...

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Ou seja, a auditagem será muito facilitada. Temos um ponto de partida, complementar, se houver algo...

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — E aí se vê os pontos, as dúvidas...

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Vamos, partindo daí, havendo dúvida, vamos em frente.

**A SRA. JORNALISTA** — Sobre a Constituinte, o trabalho desta Comissão pode levar alguma proposta de mudança no pagamento da dívida?

**O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso)** — Eventualmente. Não sei se a Constituinte deva entrar na dívida, alguma sugestão que possa ocorrer aqui, evidentemente, somos Constituintes, transmitiremos à Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Até porque nesta Comissão, pelo jeito, vamos ultrapassar os limites da época de propositura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

**3ª reunião, realizada  
em 6 de maio de 1987.**

Às dezessete horas do dia seis de maio de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Aluizio Bezerra, Leopoldo Peres, Raymundo Lira, Ronan Tito, Fernando Henrique Cardoso, Odacir Soares, Leite Chaves, Teotônio Vilela Filho, Carlos Chiarelli, Ivan Bonato, Virgílio Távora e Jamil Haddad, além dos Srs. Deputados Jessé Freire e Brandão Monteiro, reúne-se a Comissão Especial destinada a examinar a questão da Dívida Externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Carlos Chiarelli, comunica aos demais membros da Comissão o recebimento do Ofício da Liderança do PMDB do Senado Federal, indicando o Sr. Senador Aluizio Bezerra para integrar a Comissão como membro titular, em substituição ao Sr. Senador José Ignácio Ferreira. Prosseguindo, é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada. Logo após: o Sr. Presidente convida o Dr. Dílson Funaro, ex-Ministro da Fazenda, para tomar assento à Mesa. Com a palavra, o Dr. Dílson Funaro faz exposição sobre a dívida externa brasileira, afirmando que o problema envolve uma discussão técnica, porém, essencialmente política. Na fase interpelatória usam da palavra os Srs. Senadores Fernando Henrique Cardoso, Relator, Carlos Chiarelli, Leite Chaves, Severo Gomes, Leopoldo Peres, Jamil Haddad, Ronan Tito, Virgílio Távora, Aluizio Bezerra e Ivan Bonato. A seguir, de acordo com o que preceitua o art. 128, do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião é transformada em caráter secreto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO", REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 1987, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR DÍLSON FUNARO, EX-MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

Presidente: Senador Carlos Chiarelli  
Relator: Senador Fernando H. Cardoso  
(Integra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião desta Comissão Especial da Dívida Externa.

Antes do depoimento que aqui prestará o estimado ex-Ministro da Fazenda, Dr. Dílson Funaro, que abre com sua fala os trabalhos efetivos desta

Comissão, comunicamos a V. Ex<sup>as</sup> o recebimento de ofício da Liderança do PMDB no Senado Federal, subscrito pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, incluindo o Senador Aluizio Bezerra, como Membro Titular da Comissão, em substituição ao Senador José Ignácio Ferreira.

Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior desta Comissão, salvo requerimento de algum dos Membros, posto que se trata de ata de reunião ordinária de escolha dos Membros dirigentes da Casa. Consulta V. Ex<sup>as</sup> se querem ouvir a leitura da ata. (Pausa.)

Dispensada a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Saudando, efusivamente, os integrantes da Comissão, Srs. Senadores aqui presentes, e trazendo uma palavra de apreço pessoal, desta Casa e desta Comissão, à figura idônea, digna e patriota do ilustre Dr. Dílson Funaro, tenho a honra de conceder-lhe a palavra para que faça a manifestação e a exposição que entender adequada, a respeito do tema que motiva a Constituição e os trabalhos desta Comissão: a problemática da dívida externa brasileira.

O SR. DÍLSON FUNARO — Sr. Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão; Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores:

Queria, inicialmente, agradecer e cumprimentar o Senado por ter criado esta Comissão, que certamente dará suporte às negociações sobre a dívida externa brasileira.

A discussão da dívida externa envolve uma discussão técnica, mas ela é essencialmente política. Neste um ano e oito meses, a discussão baseou-se profundamente na postura da Nação brasileira.

No início das negociações, uma semana ou dez dias após ter assumido o Ministério da Fazenda, fiz uma visita ao Fundo Monetário, às autoridades americanas e, posteriormente, às autoridades européias.

A posição do Fundo Monetário Internacional continuava a ser a de discutir os antigos acordos **stand-by** que lá existiam em relação aos países devedores. É importante deixar registrado, nesta Comissão, que a postura do governo brasileiro, naquele instante, foi a de discutir os motivos pelos quais os países achavam que o Brasil precisava de um programa de ajustamento. Desde o início da negociação, a posição brasileira foi no sentido de demonstrar a todos os chefes de nações, aos Ministros da área econômica de cada Nação e às principais instituições internacionais, de que o Brasil não era um País isolado que necessitava de ajustes, principalmente sob os cuidados do Fundo Monetário Internacional, mas era um País que tinha vivido uma crise internacional em 1980/82, sendo que a responsabilidade dessa crise pertencia mais aos países credores do que aos devedores. A partir de 1982, com a subida dos juros, em 1980/81, e a crise internacional de refinanciamento em 1982, esses países credores haviam colocado todas as nações devedoras num único lugar comum, exigindo ajustes insuportáveis, porque se ajustava um programa externo que desajustava completamente as economias internamente neste País.

Assim, aconteceu com o Brasil em 82, 83, 84, até o início da Nova República, tendo tido índices de crescimento negativos em alguns desses anos. Houve anos, como em 1984, principalmente, em que chegou a transferir 6,3% do PIB brasileiro,

quer dizer, três vezes mais do que a Alemanha teve de transferir após ter perdido a guerra.

Para continuar o crescimento, o Brasil pôde transferir, no máximo, entre 2 e 2,5%. Dissemos isso no início do governo e continuamos confirmando até hoje. Todos os cálculos nos levam à conclusão de que somente uma transferência inferior a 2,5% pode permitir o crescimento brasileiro. Qualquer transferência maior do que essa exige um crescimento marginal da poupança brasileira de, praticamente, 50%, para poder manter os investimentos e continuar permitindo que o Brasil cresça num nível compatível, como cresceu nas últimas três décadas, que foi de cerca de 7% por ano.

Conforme coloquei no início, a questão não era, portanto, um problema de ajustamento. Uma Nação que, naquele instante, estava com o terceiro superávit do mundo, de longe, que era de 12 bilhões de dólares, sendo que o quarto superávit do mundo era o do Canadá, com 6,5 bilhões, ainda poderia discutir com os credores para que não tivessem uma posição de pagamentos como tivemos nos últimos anos, e sim uma posição de refinanciamento razoável, uma diminuição do custo sobre a dívida e, mais ainda, de garantir o crescimento brasileiro. Tenho sempre dito e discutido como posição de Governo que era e como posição dos Partidos: o Brasil não negocia o seu desenvolvimento. Não temos o direito de exigir da população brasileira superávits que representem fome.

Durante os primeiros seis a oito meses, foi como se o Brasil estivesse conversando com uma parede de concreto. Todas as nações conheciam e discutiam o problema brasileiro, mas só tinham uma receita: "Volte ao Fundo Monetário Internacional e resolva com ele o problema".

Após muitos contatos com os Governos, começamos a abrir uma nova etapa no processo de negociação. Isoladamente, em cada país, essa etapa representava um esforço de compreensão com uma visão de Estado um pouco diferente, com os Estados Unidos, por exemplo; discuti várias vezes com o Governo americano. Era muito importante que, após o primeiro mandato do Presidente Reagan, que conseguiu através das taxas de juros altas, provocar um desalinhamento, uma dificuldade profunda nos países devedores, seu segundo mandato registrasse uma visão internacional que permitisse dar às nações devedoras uma compensação e, mais do que isso, um tratamento justo que modificasse a relação entre países ricos e pobres.

Com a França tivemos um entendimento maior. O governo francês, certamente com uma visão sempre pioneira e em defesa de um movimento maior que unisse nações ricas e pobres, começou a ter uma compreensão um pouco melhor. A Alemanha, também; Itália, sem dívida. E assim, país por país, começamos a levar não apenas uma negociação política, mas uma visão conjunta, universal, que permitisse aos países não ficarem divididos entre ricos e pobres e ao mundo encontrar uma solução para a crise internacional completamente diferente da que havia sido colocada até aquele instante.

Mais do que isso: foi muito fácil, no início da crise, estabelecerem-se regras para que as Nações ficassem enquadradas dentro de um processo de ajustamento internacional. Após alguns

meses, abriram-se algumas portas no sentido de uma compreensão maior e, também, de um desejo de Estado de propiciar ao mundo uma condição um pouco melhor.

Caminhamos para a primeira negociação, em janeiro de 1986, entre os bancos e o Brasil. Estávamos negociando com os Srs. banqueiros a dívida de 1985 e 1986. Foi numa sexta-feira, sendo que, até a quinta-feira, o Banco Central havia tido contato com os banqueiros internacionais. Estava-se caminhando mais ou menos para a rolagem de toda a dívida de curto prazo e também a da dívida de longo prazo em 1985-86.

Na sexta-feira, então, os banqueiros se encontraram numa comissão de bancos, junto com o Presidente do Banco Central, e disseram que não podiam negociar, porque exigiam do Brasil um acordo com o Fundo Monetário Internacional para obter a rolagem de suas dívidas. Durante 4 horas, ficou a delegação brasileira numa sala, a delegação dos banqueiros em outra e eu negociando com algumas autoridades internacionais por telefone, aqui no Brasil, para que o acordo saísse.

O Brasil não mudou um milímetro da sua linha. Naquele dia, se houvesse necessidade, teríamos mantido nossa posição até o fim.

Após 4 horas, os banqueiros aceitaram que o Brasil não fizesse acordo com o Fundo Monetário Internacional e a negociação prosseguiu e assim fizemos a negociação naquele dia.

Posteriormente a esse episódio, continuamos conversando com os Governos e mostrando a necessidade imperiosa de que abrissem outros caminhos. Colocamos, em todos os discursos do Fundo Monetário Internacional, que o Brasil respeitava a entidade internacional, como fórum de discussão, mas que não se sujeitava a manter um contrato **stand-by** ou **arrangement surveyor**, os dois contratos que o Fundo Monetário normalmente tem com países que necessitam de ajustes.

Muitas vezes, interpretou-se que o Brasil estava rompendo com o Fundo Monetário Internacional, o que nunca aconteceu. O que não aceitávamos eram os programas de ajustes do Fundo; é completamente diferente.

Durante esse período, nas reuniões com o Fundo Monetário Internacional, de abril e setembro, a postura brasileira sempre foi no sentido de procurar uma negociação com os países credores diferente dos ajustes solicitados por esses mesmos países.

Em 1985/86, existia pendente o Clube de Paris, onde estão todas as dívidas dos Exembanks, dos bancos oficiais de cada nação. Começamos a preparar, então, a negociação com esse Clube. Em meados de 1986, achamos que dava para começar a pagar juros ao Clube de Paris. Naquele momento, ainda estávamos com um superávit mensal alto, de cerca de um bilhão de dólares. A programação do superávit deveria cair para 500 a 600 milhões — realmente, ela caiu abruptamente a 100 milhões de dólares num determinado mês, depois de outubro, uma crise particular que contarei daqui a pouco.

Encaminhamos com os Governos, então, uma negociação para o Clube de Paris, sem o acordo **stand-by** ou **arrangement surveyor** do Fundo Monetário.

A partir de julho do ano passado, tivemos reuniões no Clube de Paris, onde propusemos o reinício do pagamento de alguns juros, não do principal, e como a resposta foi um pouco ambígua, achamos que era importante, naquele momento, iniciar um pagamento, e o fizemos da seguinte forma: tomamos o acordo de mais longo prazo que o Clube de Paris havia feito — por acaso, tinha sido com a Argentina; nas mesmas condições desse acordo começamos a creditar aos 14 países credores exatamente igual ao acordo que haviam feito com a Argentina.

Depositamos alguns meses, e ficou patente que nenhuma nação deixou de receber o que o Brasil estava pagando. Antes desse episódio, durante 4 ou 5 meses, quando falávamos com o Clube de Paris, eles sempre nos perguntavam se tínhamos acordo com o Fundo Monetário. Se não houvesse acordo, eles não poderiam receber.

Com essa postura do Governo brasileiro, ficou claro que o Brasil estava iniciando o pagamento de juros, sem um acordo formal, entretanto estávamos preparando o caminho para negociarmos, então, com o Clube de Paris. Em novembro do ano passado, iniciamos essa negociação, onde foi capitalizada a dívida de 85, 86 e metade de 87, em torno de 4 bilhões e 600 milhões de dólares, com três anos de carência e três de pagamentos. A condição seria que, no segundo semestre de 87, voltássemos a pagar parte do principal e parte dos juros, se não houvesse um outro entendimento com o Clube de Paris.

O acordo de 85 e 86 estava firmado; o de 87 seria firmado no segundo semestre, se houvesse uma avaliação positiva das instituições internacionais, como foi feito em novembro do ano passado, quando o Fundo deu uma carta ao Clube de Paris, dizendo que a economia brasileira estava indo bem. Nessa avaliação do Fundo, diz-se realmente o que os técnicos acham e sem nenhum monitoramento do Fundo Monetário sobre a economia brasileira.

A carta que recebermos do Clube de Paris, no último item, no dia 18 de dezembro do ano passado, fala muito claramente que haveria uma negociação em janeiro, mas, mais do que isso, que a esse respeito olhariam um sumário sobre as conclusões que seriam dadas pelo Fundo Monetário Internacional, através do art. 4º.

Este artigo é aquele segundo o qual todos os países, membros do Fundo, recebem uma missão por ano, em que é feita uma avaliação da economia e os técnicos do Fundo ficam com essa avaliação. Assim, tanto os países credores como os devedores, sendo membros do Fundo, recebem essa missão, através do art. 4º.

No final da carta, dizem, com muita clareza, que: "também podemos confirmar para V. Ex.ª, que a conclusão desse acordo, através desse repagamento ou refinanciamento desses atrasos acumulados, até o final de 1986, terá um impacto muito positivo e uma normalização imediata, o que vai permitir, com o seu país, a abertura normal das agências governamentais, etc."

Portanto, na carta do dia 18 de dezembro, não só o Brasil encaminhou a negociação ao Clube de Paris, que acabou sendo realizada em janeiro de 1987, firmada e assinada em janeiro de 1987, como também colocava que já era condição sufi-

ciente para receber os financiamentos internacionais através das agências oficiais de cada nação.

O que é importante na discussão da dívida externa é que, posteriormente à negociação feita com as nações, principalmente o Clube de Paris, e o Brasil tendo uma queda do superávit nos últimos meses, precisávamos ligar, com muita clareza, o crescimento brasileiro e a necessidade de refinanciamento.

O Brasil, de acordo com todas as colocações externas, tendo um superávit que não precisava ser de 12, podia ser de 7 ou 8, continuava a ser o 3º superávit do mundo, depois do Japão e da Alemanha. Mais do que isso: toda a discussão sobre o déficit interno brasileiro só serve para um resultado. É evidente que queremos um déficit baixo, toda nação deseja isso, embora nem todas consigam: basta ver que o déficit brasileiro, neste ano, foi menor que o déficit americano.

Mas, na realidade, a negociação toda para ter um déficit baixo significa menos investimentos internos, menos sustentação de um crescimento e, mais do que isso, sempre um poder de compra menor, para que se tenha mais excedentes, para se ter mais oportunidade de pagar o serviço da dívida externa.

Portanto, todas as discussões sobre o mesmo tema ficam iguais ao Bolero de Ravel, porque o tema não muda, é uma discussão profunda, com variações sobre o tema, mas ele continua sendo sempre o mesmo tema.

É uma questão de crescimento versus a remessa de dividendos e as transferências.

Na questão brasileira, como o Brasil, nos últimos anos, pagou e transferiu um montante de recursos incapaz de ser mantido, o quadro brasileiro é muito fácil de ser examinado: 4 anos de recessão, o crescimento de 1984 e 1985 se fez através de capacidade ociosa, quase sem transferência tecnológica e sem investimentos novos. Os investimentos que aconteceram em 1984 e 1985 foram muito pequenos; os investimentos estrangeiros, paupérrimos, como em 1986 também, e os investimentos nacionais, com a retomada de 1986, permitiu, outra vez, que chegassem a cerca de 20% do brasileiro.

Se isso estava ocorrendo no Brasil, é evidente que estávamos constituindo uma nação que estava se distanciando da tecnologia moderna, de uma modernização necessária para um país que deve ser competitivo no mercado internacional e que, cada vez mais, teria a sua capacidade de competição, através de incentivos para exportação ou desvalorização da moeda. E o Brasil precisa se modernizar, ter uma estrutura absolutamente moderna, tecnicamente moderna, para poder ter uma competitividade internacional, sem cada vez mais acelerarmos o processo inflacionário interno.

É evidente que em 1986 e 1987, nesse começo de 1987, os investimentos mudaram de faixa, principalmente em 1986, que permitiu o maior investimento e fez com que o Brasil acelerasse, também, uma transferência de tecnologia. Sem isso, o Brasil tornar-se-ia um País velho em pouco tempo, porque 5 anos de defasagem tecnológica, em um mundo profundamente dinâmico, como é o mundo de hoje, afasta qualquer nação de uma competitividade importante no cenário internacional.

Portanto, mais um motivo para discussão com a questão do endividamento externo e um refinanciamento.

Quanto ao refinanciamento, partimos para alguns pontos absolutamente claros.

Primeiro, o custo da dívida: até hoje, ele tinha sido negociado com as outras nações sempre no montante da dívida daquele ano; dificilmente se negociava o estoque da dívida e isso é uma operação **stand by** que tem que ser feita, realizada neste ano, neste momento, e é um dos intuitos quando paramos, então, a remessa de juros, por que em um dos pontos de negociação, que ficou muito claro na mesa de negociação, é que o Brasil não deseja negociar a dívida de 1987, mas sim, o estoque da dívida,

Para o estoque da dívida, a resposta era sempre de que só se negociaria se existisse um acordo com uma entidade internacional que permitisse garantir o futuro da economia brasileira, o que, em nenhum momento, foi aceito pelo Governo brasileiro.

Temos uma assinatura com os bancos, do final do ano passado, em que qualquer negociação deste ano é retroativa a 1º de janeiro de 1987, tanto os **spreads**, como sobre o total da dívida. Portanto, esse processo de negociação, agora, permite-nos, a qualquer momento em que chegamos a uma conclusão com os Srs. banqueiros, que seja retroativa a 1º de janeiro de 1987. Portanto, temos tempo no processo de negociação.

Segundo ponto: acho que alguns mitos foram derrubados. Cansamos de ver, internamente, no Brasil, a discussão de que a suspensão imediatamente traria um problema com relação às dívidas de curto prazo.

Já se passaram 60 dias da suspensão de pagamentos e, para não dizer que não tivemos nenhum caso, tivemos um pequeno, de 3 milhões de dólares, num banco muito pequeno, que foi contornado, o que significa que, durante muito tempo, nós ouvíamos falar das retaliações, e que, realmente, nós, Governo, nunca acreditamos, porque existem outros processos de negociação que nos levam a resultados muito melhores do que a retaliação.

Outro mito que deixou de existir, durante esse processo é que as regras feitas em 1982, por ocasião da crise internacional, tinha que ser mantidas.

A posição brasileira sempre foi muito clara sobre isso: as regras feitas no momento da crise internacional serviram para conviver com ela no primeiro instante, mas não servem para as nações saírem da crise. Eu não posso imaginar que os governantes das nações ricas desejam eternizar uma crise financeira internacional.

Portanto, no diálogo entre as nações — o Brasil e as outras nações — foi sempre colocado o mundo de amanhã, que não pode permitir que exista o isolamento cada vez maior. Então, na discussão também com parte deste mundo, que é o sistema financeiro, principalmente os banqueiros privados, eles sabem perfeitamente bem que há uma profunda necessidade, de refinanciamento, porque nenhuma nação pode, durante um tempo longo, sacrificar o crescimento para servir a uma dívida externa.

A proposta brasileira ia, também, além dos custos que essa diferenciação em negociação de to-

do o custo sobre o estoque da dívida dá uma diferença de 1 bilhão de dólares por ano.

Nós pedíamos 4 bilhões de dólares, sendo 1 para o custo e 3 bilhões de dólares para o refinanciamento. Certamente, um seria a mais do Banco Mundial e dois viriam dos banqueiros privados, entre dois e dois e meio, e haveria agências oficiais de crédito que, pela carta do Clube de Paris, deveriam começar a financiar o Brasil de novo.

Portanto, o processo de refinanciamento é absolutamente lógico, razoável, e permite que o Brasil, realmente, se reencontre com seu crescimento.

Um ponto a salientar em todo esse processo de negociação é que o aceno de que existia um mercado voluntário — e durante um ano o Brasil tentou voltar a esse mercado voluntário — é apenas um aceno para, cada vez mais, prorrogar decisões definitivas que as nações têm que tomar.

As decisões definitivas são tomadas quando os dois lados olham com muita clareza o problema que está sobre a mesa, o qual é de uma crise de 1982 que, até hoje, procurou ser ignorada pelos países credores, deixando como se fosse uma grande crise de países devedores, mais de 70 nações, em que todas elas recebiam o mesmo tipo de monitoramento, contrário a sua economia: "exporte mais e faça pagamentos à altura das necessidades de servir ao seu débito externo".

O Brasil também é credor no Clube de Paris e de outras nações: nenhuma nação está pagando ao Brasil. Portanto, a crise é muito maior do que apenas uma crise de ajustes internos de algumas nações.

Por isso, a posição brasileira não deve ser mudada, é uma posição de discussão do seu crescimento versus o pagamento da dívida, uma dívida que deve ser honrada, como sempre, pois o Brasil não é um país de calote, ao contrário, é um país sério e que honra seus compromissos, mas honra dentro de determinados princípios que não atrapalhem o crescimento da Nação brasileira.

Fizemos um plano de 4 anos, porque o Brasil não é um país, também, que deveria voltar a viver os idos de 1982, de empréstimos-pontes e financiamentos de curto prazo.

O Brasil é uma Nação que não está discutindo lá fora um empréstimo; está discutindo o futuro dos brasileiros. A Nação brasileira não foi lá fora negociar com as entidades, com os governos, com as entidades internacionais e com os próprios banqueiros privados, como apenas uma empresa que precisa de um crédito — é uma Nação que está discutindo o futuro, o seu desenvolvimento, a modernização, e se o processo industrial do mundo, vai ser mantido ou vai ser escravizado nos próximos anos: é isso que está em jogo.

A discussão brasileira, hoje, é sobre o futuro de uma nação, o qual passa por um refinanciamento absolutamente lógico dentro do sistema internacional.

A parada de pagamento de juros foi em um momento em que o Brasil precisava defender as suas reservas; durante algum tempo, no Brasil, ela teve uma comunicação que não foi a mais correta.

A divulgação não era de um país quebrado, como alguns procuravam mostrar. O Brasil, ao contrário, interrompia o pagamento de remessas quando tinha cerca de quase 4 bilhões de dólares, que, hoje, quando sair do governo, deve estar

em 3 bilhões e 400 milhões, ou algo parecido, porque é absolutamente indispensável para uma nação que interrompe o pagamento de juros aos bancos comerciais manter uma reserva, para poder pagar as suas importações e sustentar o seu desenvolvimento.

No mês de março, apesar de termos tido um superávit razoavelmente pequeno, mesmo assim, as importações brasileiras da livre iniciativa foram maiores do que as de março do ano passado, o que pode permitir manter o crescimento do Brasil.

Em abril tivemos, em contratos de câmbio, que é o que realmente mostra o fluxo de caixa que tem a Nação, mais de 1 bilhão de dólares de superávit. Compramos, no Banco Central, mais câmbio do que vendemos, em cerca de 1 bilhão de dólares, o que, tirando o petróleo, que são 400 milhões de dólares, sobraram 600 milhões de dólares, que deram para fazer face aos outros compromissos e aumentar um pouco a reserva, que, no mês de março, havia caído para cerca de 3 bilhões e 200 milhões, principalmente por causa da greve dos portos e da bancária.

Portanto, o caminho de sustentação de reservas e o caminho da negociação estão abertos, desde que a Nação brasileira continue com a postura de discutir esse problema sem o medo atávico de se subordinar a alguns monitoramentos que, certamente, não beneficiam o nosso Brasil.

Então, Sr. Presidente, nesse início, para poder receber e responder às perguntas dos Srs. Senadores, quero insistir no que disse no primeiro momento e que disse no discurso, quando saí, na posse do Ministro Bresser Pereira: defender os princípios soberanos e um mundo melhor, procurar encontrar um momento em que as nações possam, efetivamente, contribuir para um mundo mais justo, defendendo os princípios de crescimento de uma nação e discutindo os refinanciamentos internacionais. Isto não significa arrogância; significa um dever de uma nação que deve discutir os problemas sem as molduras que sempre foram colocadas, como sendo um problema apenas dos países devedores.

A crise internacional é muito maior que os países devedores; é uma crise que une todas as nações e a sua resposta somente acontecerá no momento em que os países ricos e os países devedores puderem encontrar um caminho comum, como já vem acontecendo nos últimos meses, porque, na reunião do Fundo Monetário, que tivemos em abril, houve uma tarde em que, pela primeira vez, respondendo também a uma proposta brasileira e de outros países, em que a reunião dos países do grupo dos 7 ricos deveria discutir o problema do débito com as nações devedoras e não sozinhas, nós, a Argentina e a Índia pudemos, durante 4 horas, discutir com os Ministros de Economia dos países ricos a posição de cada setor e cada argumento que era colocado sobre a mesa para a questão dos países devedores.

Tenho certeza de que foi uma reunião extremamente positiva, porque em todos os discursos feitos na reunião do Fundo, no dia seguinte, e mesmo durante aquela reunião, as nações desenvolvidas só falavam que a saída da crise era através do crescimento dos países devedores — completamente diferente dos discursos pronunciados pelas mesmas pessoas há 1 ou 2 anos.

Portanto, houve um espaço aberto, que tem que ser sustentado, e cumprimento esta Comissão, Sr. Presidente, porque tendo certeza de que ela poderá ter um entendimento político com as outras nações, uma vez que somente através do entendimento político que mostre a grandeza, a grandeza de visão de Estado, é que as nações poderão se reencontrar e encontrar um lugar comum mais justo, que permita, realmente, não existir uma guerra entre as nações, mas um mundo mais justo.

Quero, novamente, cumprimentar esta Comissão pelo Trabalho que ela vai executar, desejar que ela, realmente, tenha os resultados que nós desejamos, de manter a posição brasileira sempre numa discussão profunda, mantendo a soberania e o crescimento brasileiro e me colocar à disposição dos Senhores para qualquer informação que possa por acaso ser útil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agradecendo, preliminarmente a manifestação do Dr. Dilson Funaro, nós passamos, nos termos da lista de oradores, consultando, preliminarmente o Sr. Relator, se gostaria de ser o primeiro a interpellá-lo ou se ficaria para a interpeção conclusiva.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Vou fazer algumas interpeções agora. Em primeiro lugar, quero congratular-me com o Dr. Dilson Funaro, não só pela exposição que fez, como sempre muito firme, muito segura, como pelo fato de ter acedido, prontamente, ao convite desta Comissão, mostrando, assim, que todos nós estamos interessados na continuidade de uma política de negociação da dívida externa que tenha, como centro fundamental, a questão dos interesses do nosso País, do nosso povo. E V. Ex.<sup>a</sup>, Dr. Dilson Funaro, acabou de reafirmar aqui, em linhas gerais, aquilo que foi a essência da sua proposta para a renegociação da dívida.

Disse-nos V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, que é preciso ter em mente que nessa renegociação, a questão fundamental é de nós mantermos o Brasil como economia em expansão, que garanta condições para os investimentos necessários que tornem essa economia competitiva e que isso só será alcançado se tivermos uma postura de firmeza e de clareza com relação às quais são os objetivos que estão em jogo nas negociações com os banqueiros.

Eu gostaria, nessa direção, e depois de ter ouvido o que disse V. Ex.<sup>a</sup>, quanto ao fato de que os discursos pronunciados por alguns dos responsáveis pelas organizações internacionais mudaram de assunto, o que é verdade, ao tentarem eles, agora, sublinhar que, pelo menos nas palavras, há necessidade de que os países devedores mantenham uma política de crescimento, eu queria saber, na avaliação de V. Ex.<sup>a</sup>, se a esse discurso se seguiu algum gesto concreto que nos levasse a crer que, efetivamente, há um caminho de renegociação, mantida essa perspectiva de crescimento das nossas economias, ou simplesmente é uma retórica nova?

O SR. DÍLSON FUNARO — Essa colocação é importantíssima, porque, sempre após esses discursos na discussão, nas reuniões do Fundo, eu colocava exatamente um problema muito parecido. Não adianta discutirmos a retórica do crescimento, porque o crescimento se faz com financiamentos e precisa ficar muito claro o papel do

refinanciamento internacional. São quatro fontes em que, normalmente, os países podem obter financiamentos. Os primeiros deles são os bancos oficiais, Exêmbanks, os bancos de importação, os bancos oficiais de cada nação. O segundo, evidente, são as instituições internacionais; o Banco Mundial, o Banco Interamericano do Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. O Banco Mundial, certamente, deu um passo extremamente positivo. A nossa discussão com o Banco Mundial, inclusive na missão que nós atendemos nos últimos dias de Governo, preparava para o ano fiscal do Banco Mundial, que é junho/julho, cerca de 1 bilhão e 700 milhões de dólares, e nós, certamente, atingiríamos os 2 bilhões e meio de dólares que pretendíamos, pois discutíamos também um projeto financeiro com o Banco Mundial, 500 milhões de dólares, para que desse suporte, dessa arumação dos bancos estaduais que estão sendo feitas no Brasil e, certamente, conseguiríamos os dois e meio para um financiamento e um desembolso no próximo ano, nos próximos doze meses. Portanto, o Banco Mundial estava dando um passo firme nessa direção. O primeiro plano sobre refinanciamento foi feito pelo Plano Baker em setembro de 1985, e o Plano Baker pretendia que, durante três anos, existisse um refinanciamento de 20 bilhões de dólares e 9 bilhões de dólares do Banco Mundial, das entidades internacionais de crédito.

Realmente, na prática, o Plano Baker não foi bem executado, porque houve por parte dos banqueiros uma dificuldade grande no refinanciamento. Os refinanciamentos só saíram quando foram forçados, através de acordos, que demoraram muito para serem firmados com os bancos comerciais. Mas a segunda fonte, como disse, eram as instituições internacionais, e a terceira fonte, como vimos, são os bancos comerciais. E nós vimos em 1986, o que é que aconteceu com os países vizinhos, onde aguardaram dez meses para conseguirem fechar os seus acordos, e somente tiveram êxito no momento em que o Brasil parou, porque aí, sim, foi uma corrida para fecharem os acordos com as outras nações. Aliás, eu quero deixar claro, aqui, uma posição do Governo brasileiro. Em nenhum momento, como foi citado, tenho a impressão de que por fontes de fora, que um dos pontos importantes para o Brasil é que os outros países também seguissem o caminho brasileiro. Isto não é verdade. O Governo brasileiro, em todos os momentos, procurou facilitar a negociação mexicana e a argentina. Eu, pessoalmente, na mexicana, tive uma posição de procurar ajudar o fechamento do acordo mexicano e, ao contrário, sempre achamos que a melhor coisa que podia acontecer era que todas as nações fechassem os acordos, para que o Brasil, depois, pudesse discutir, sozinho, o problema brasileiro. Portanto, essa notícia de que esperávamos que outras nações seguissem o caminho brasileiro nunca aconteceu e exatamente, a posição inversa, foi de ajudarmos para que as nações fechassem o mais rapidamente, para sermos um caso isolado, porque, isto sim, poderia permitir uma negociação melhor para o Brasil.

E a quarta fonte de financiamento são os investimentos estrangeiros que financiam parte da balança de pagamentos. Portanto, essas fontes, claramente, tivemos, Senador Fernando Henrique Cardoso, apenas o Banco Mundial que, positiva-

mente, mandou uma missão no momento em que entregamos o plano de refinanciamento, imediatamente; acertou conosco; uma missão, veio ao Brasil, estava verificando, e continua a fazê-lo para que o Brasil tenha um financiamento do Banco Mundial.

A questão dos bancos comerciais: a negociação não tinha começado ainda. Como nós estávamos suspendendo a remessa de juros, tínhamos tempo e nosso telex era claro. A negociação tinha que ser concretizada com um plano de quatro anos, porque o Brasil é um país que precisa ter um mínimo de horizonte e não pode ser uma nação que, simplesmente, negocie em cada dez meses e espere dez meses a resposta dos bancos comerciais.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Queria fazer duas outras perguntas e depois não faria nenhuma outra, antes que meus companheiros o fizessem. A primeira diz respeito à composição da dívida, porque esta Comissão pretende, também, fazer uma análise bastante cuidadosa e uma auditoria da questão da dívida externa brasileira, e eu gostaria de saber primeiro: até que ponto, no entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, a formação da dívida externa brasileira se deveu às remessas disfarçadas de lucros e subfaturamentos pelas multinacionais? E segundo, também nesta mesma linha de cogitações, para verificarmos como se compôs a nossa dívida, se os contratos inscritos no Banco Central são disponíveis — a informação oficial diz que sim — e se através deles — e sei que V. Ex.<sup>a</sup> está informado do livro branco sobre a dívida — se esse levantamento que, já está em marcha com mais algum esforço nosso, se poderíamos, num tempo razoável, ter uma idéia razoável a respeito da composição dessa dívida. Essa é uma questão.

E a outra, e com essa, realmente, termino, é que gostaria de saber, no entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, esses esforços que têm sido mencionados ainda sob a gestão do Ministro Dilson Funaro, no sentido de transformarmos parte da dívida em investimentos produtivos no Brasil, sob que condições isso seria aceitável, até que ponto isso realmente traria riscos de desnacionalização como alguns setores de opinião insistem, até que ponto isso é positivo, e quais seriam, no tempo, os procedimentos para evitarmos que houvesse, aí, uma concorrência que pusesse em riscos os interesses da produção nacional. São essas as questões.

O SR. DÍLSON FUNARO — A questão sobre faturamento não só de multinacionais mas de empresas que permitem, inclusive, mandar remessa para fora, com subfaturamento em importação e exportação, procuramos, durante todo o tempo, manter, através da CACEX, um controle rígido sobre isso. Certamente, deve existir. E os controles do Governo, que examinam os preços normais dos produtos, nós procuramos, cada vez mais, transformá-los em controles que pudessem levantar diferenças de preços, principalmente, num período que tivemos no ano passado, onde o dólar, no câmbio paralelo, passou a ter um valor de quase o dobro do dólar oficial. Nós sabemos, perfeitamente bem, que foram alguns meses e isto ajuda muito ao subfaturamento e ao superfaturamento.

A questão da dívida registrada no Banco Central; nós tivemos dois ou três casos de coope-

rativas no Rio Grande do Sul e que foram citadas, inclusive, pela imprensa, e que estão sendo investigados em profundidade; no momento em que surgiram os casos, imediatamente, nós suspendemos e mandamos averiguar. Os contratos existem no Banco Central, estão registrados durante todo esse período, e nós sabemos perfeitamente bem o endividamento como aconteceu, principalmente na década de 70, onde após 65 ou 70, o endividamento brasileiro não era tão alto, e durante o período de 70, com uma liquidez internacional muito grande, eram oferecidos, fartamente, recursos para os países que hoje são os grandes países devedores e que nessa década, por exemplo, em 79, 78, entraram cerca de 12 bilhões de dólares em empréstimo, e o Banco Central, inclusive, teve que interromper a transformação dos dólares em cruzeiros, naquela época, para não permitir um aumento da base monetária de uma forma exagerada. Então, ele guardava os dólares e liberava seis meses depois. Em 1979, nós tínhamos uma reserva líquida de 12 bilhões de dólares que terminou, praticamente, em 1980. Portanto, num período de um ano e meio, essa reserva foi consumida entre 1979 e 1980. Portanto, tenho a impressão de que esses contratos registrados no Banco Central estão corretos. O **spread** era tabelado pelo Banco Central e são endividamentos registrados, mas certamente o que fez crescer a dívida brasileira — quero dar um dado aos senhores — foi a grande diferença de juros a partir de 1981, o Governo Reagan subindo a taxa de juros para uma taxa diferente da que existia, comparada em termos reais, nos últimos cinco anos. Se nós calcularmos a dívida brasileira com as taxas reais anteriores a 1981 e posteriores a 1981, a diferença de taxa real representa 25% da dívida brasileira, representa 25 bilhões de dólares, só a diferença da taxa real. É assim que os países devedores cada vez mais foram afundando nos seus débitos, e hoje, quando se discute refinanciamento, se discute apenas que o ajuste deve ser dos países devedores, o que é uma tese absolutamente inaceitável.

A questão da transformação de investimentos no Brasil, trocar dívida por capital, por investimento.

Nós recebíamos, no passado, até 1 bilhão e meio de dólares de investimentos estrangeiros, por ano, e acho que sabíamos perfeitamente bem, através de uma política industrial interna, não permitir que alguns setores fossem desnacionalizados e que existisse qualquer tipo de problema maior num processo industrial.

Houve momentos em que tivemos alguns setores brasileiros que foram desnacionalizados. E aí cabia ao Brasil chamar empresários nacionais, através de incentivos, BNDS etc., e conseguir promover o fortalecimento do empresariado nacional, como aconteceu uma série de anos seguidos na nossa economia, ocupando espaços vazios ou espaços que começavam a sofrer desnacionalização. Portanto, o Brasil teve, durante muito tempo, um investimento entre 1 bilhão e 1 bilhão e meio de dólares que vieram como capital. Isso deixou de existir, ultimamente. O investimento estrangeiro, em 1986, foi baixíssimo. E nós achamos que a troca da dívida por capital não era interessante para o Brasil, mas a troca de juros pagos no ano por investimento poderia ser algo razoável, e começamos a estudar e a trabalhar

nesse caminho, isto porque o principal vai vencer daqui a 12, 15, 20, 30 anos, e não está sendo discutido nas renegociações e nem no refinanciamento. O principal, em termos de fluxo de caixa para o governo brasileiro, substitui o juro pago sobre esse principal pelo dividendo pago no ano seguinte. Portanto, em termos de caixa, não há uma diferença de caixa tão grande para o governo brasileiro. Ao passo que o juro pago no ano, transformado em investimento, certamente poderia dar uma série de vantagens que permitiria, isto sim, abrir uma possibilidade de renegociação de um juro que ia sair naquele ano; isto sim, pesava, diretamente, no fluxo de caixa daquele ano. Portanto, todos os estudos do Banco Central, até agora, foram no sentido de trocar o juro pago no ano por um investimento estrangeiro.

Uma das fórmulas seria também dividir em categoria o tipo de investidor estrangeiro; se fosse para exportação, poderia ter um dividendo imediato, se fosse para compra de alguma empresa interna, poderia ter um dividendo de cinco anos e algumas limitações possíveis dentro desse processo. Existe uma série de inovações e possibilidades a serem aprofundadas, mas, certamente, existe um caminho importante a ser percorrido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu fico tentado a lhe fazer duas perguntas, antes de passar a palavra. A primeira, Ministro, é a luz da resposta que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar ao Sr. Relator, dizendo que não tem nenhuma procedência as notícias que teriam sido divulgadas de que o Brasil, em qualquer momento, teria feito gestões, ou teria uma estratégia, de buscar uma solidariedade na sua ação com os demais países devedores; ao contrário, o Brasil teria sido um estimulador dos acertos dos demais países, apesar de que alguns desses acertos ocorreram logo depois da declaração brasileira de moratória, certamente, por necessidade de evitar solidariedade maior dos credores. Se a nossa proposta é como é, uma proposta de tentativa de mudança na ordem econômica internacional, de novo enfoque global das relações, não é uma proposta de confronto, mas uma nova visão; não existiria um substrato da nossa estratégia, exatamente, na filosofia da nossa proposta, uma idéia de não igualdade, mas similitude que traria a solidariedade com os outros países devedores. Não seria interessante, por isso mesmo, nós termos condições de agir conjuntamente com esses países no sentido de obtermos melhores condições, dentro da idéia da mudança da ordem econômica, dentro da idéia de que não se trata apenas da relação país a país, mas de um enfoque mais amplo: países ricos, países pobres. Essa seria a primeira questão.

A segunda questão é com relação ao problema da informática ou da ciência e tecnologia. Em algum momento, nessas negociações, houve algum tipo de ameaça clara ou sutil ou indução em que teríamos facilidades ou simplificações no caminho da negociação se mudássemos nossos critérios, procedimentos e legislações com relação àquela que é a nossa Política Nacional de Informática?

O SR. DÍLSON FUNARO — Respondendo a primeira colocação, nobre Senador, existe um ponto maior que certamente une todos os devedores, mas não a suspensão dos juros, suspensão dos juros era uma medida do Brasil no momento

em que quis proteger suas reservas. Mas durante todo o período eu tive uma série de reuniões com os Ministros dos países devedores, principalmente os latino-americanos, para discutirmos a questão da mudança do relacionamento entre os devedores e credores. Mas existia também, nas Reuniões de Cartagena, uma posição muito clara de todos os países devedores que caso a caso deveria ser sempre discutido, porque as economias são diferentes, e assim como nós, Brasil, não admitíamos que os países credores nos coçassem num lugar comum como um país devedor, igual a todos outros países devedores, nós também nós desejamos que o universo fosse verdadeiro. Portanto, a discussão caso a caso foi uma premissa em todas reuniões de Cartagena, em todas as reuniões de países devedores. E a posição também em relação ao Fundo Monetário e às outras instituições, os Governos, foi de que o Brasil era um caso à parte, tinha que ser discutido como um caso diferente e, portanto, ele tinha condições diferentes de outros países devedores e por isso mesmo não precisava dos acordos **stand-by** e monitoramento do Fundo Monetário Internacional, portanto essa posição da defesa do caso a caso foi uma posição constante durante todo o processo de entendimento com as nações latino-americanas e outros países devedores, e também num pronunciamento que fiz no Fundo Monetário, onde dizia exatamente isso, com estas palavras, dizendo que o que estava existindo naquele momento era muito mais um cartel de credores do que um cartel de devedores, porque terminávamos uma Reunião de Cartagena respeitando o princípio de caso a caso e éramos todos tratados com a mesma igualdade dos países credores.

Quanto ao segundo caso da informática, o tema é um pouco maior. O tema não é uma discussão hoje mesmo na questão da dívida, não é uma questão apenas de informática, mas é uma questão das condicionalidades.

A rolagem, quando o Senador Fernando Henrique Cardoso colocava tão bem a rolagem dos anos 70, a rolagem toda da dívida de uma nação era feita comercialmente, era uma discussão entre empresas nacionais, algumas empresas estatais e os bancos.

Acontece que após a crise de 82, a rolagem é feita sob condicionalidade, as condicionalidades existem no Plano Baker, cada vez elas aumentam mais no Banco Mundial, e elas existem no Clube de Paris, e assim as condicionalidades passaram a ser uma constante nas renegociações da dívida externa das nações: a própria Argentina quando acabou de fazer sua renegociação, agora e recebeu uma **tranche** do Fundo Monetário Internacional, ela poderia receber essa **tranche\*085 sem o stand-by**, porque ela tinha uma margem na questão dos produtos de preferência, ela não precisava ter uma assinatura para poder arrumar o montante que ela arrumou, ela poderia saecar das preferências. Mas ela foi obrigada a assumir um acordo **stand-by**, exatamente pelo acordo de condicionalidade existente na renegociação da dívida. E assim outras nações também assumiram as condicionalidades. É por isso que a discussão, hoje, quando se discute tecnicamente, e tem que ser discutido tecnicamente, ela não pode em nenhum momento deixar de reconhecer que é uma mudança profunda na renegociação, uma mudança que leva as nações a receberem as con-

dicionalidades para poderem rolar o que comercialmente já vinham fazendo.

Portanto a Informática e todos os outros pontos são parte de um processo não direto, mas indireto de condicionalidades que obrigam as nações a negociarem uma abertura maior, um país com uma liberdade maior de importação e exportação, contrário um pouco aos interesses do serviço da dívida, que sempre foi um ajuste colocado no sentido de o país só exportar e importar o menos possível, para poder servir a dívida.

E essa contradição foi muito explorada inclusive pelo Brasil, porque no momento que se serve a dívida apenas para o setor financeiro, nós estamos deixando de lado toda a negociação das importações de tecnologia com outros setores também da sociedade. Portanto, é um ponto de máxima importância que certamente terá uma discussão longa no GATT, a negociação agrícola no GATT agora vai ser da maior importância, onde hoje em dia existe um subsídio grande no Mercado Comum Europeu e dos Estados Unidos na questão agrícola, certamente serviços no GATT terá uma importância fundamental como também em outros setores da economia que certamente sofrem uma discussão mais ampla no seu conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Ministro, nos anos de 80, 81, eram profusas as proposições de financiamento que chegavam ao Congresso. Eram tantas e que por cautela chegávamos a pedir informações dos municípios e Estados sobre o grau de endividamento. O próprio Governo na época achando que isso delongava chegou a forçar a Majoria e alterou o Regimento Interno, para que os financiamentos FAS, ou quaisquer outros financiamentos não ficassem condicionados àquelas informações. Surpreso depois, não parecia que dávamos com facilidade qualquer financiamento para uma atividade que se destinava a outra, às vezes a obras faraônicas, sem necessidade de alguma, e nós fizemos uma denúncia no parecer sobre esse financiamento. Em seguida, em 81, nós denunciávamos em Plenário que o nosso endividamento na época já ultrapassava 20% do nosso PIB, por conseguinte, estava sendo perigoso. A Liderança econômica do Governo, na época, negou que fosse aquilo e depois veio ela a convir que realmente já ultrapassava isso. Fiz um discurso e em seguida escrevi um artigo na *Folha de S. Paulo* com este título: "Reescalamento, a grande alternativa". Então fizemos um artigo, àquela época, mostrando que nós tínhamos que reescalonar, porque aquilo não era possível, porque aquilo ocasionaria grandes problemas. Mas nós não tínhamos maior importância, porque nós éramos uma maioria, nós éramos do PMDB, e as coisas poderiam ter alguma influência, mas não conseqüências. E chegamos a essa situação de um tempo a esta parte, entretanto, cheguei inclusive a defender aqui na Casa, feitos outros exames, porque as circunstâncias passaram a ser outras. Mas é um País com essa potencialidade precisando se armar; eu chegava a defender e queria dizer o seguinte: nós não podíamos pagar o débito e nem os juros, e não poderíamos, efetivamente, e nós, ao mesmo tempo, carecíamos de mais dinheiro; inclusive, vou fazer um cálculo

dos valores que teríamos que realizar, e dizíamos que o Brasil que carecia de mais de 100 milhões de dólares, para tais e tais investimentos, até que o Brasil era uma fábrica pela metade, e que uma fábrica por metade não poderia gerar recursos, para pagar os seus compromissos. Isso defendemos em um programa em São Paulo, aqui na Comissão e até o Presidente da República foi a essa Comissão; então, Ministro, digamos que nós temos que condicionar esta discussão da dívida a planos, vejamos bem, Srs. Senadores, o Brasil deve isto, mas nós temos este potencial para ser desenvolvido, não somente, digamos, a estrada da produção, esta mesma a que ele se refere, estes recursos terríveis do Rio Trombetas, do Amazonas, e sobretudo o Oeste, porque, para nós, o Paraná, em alguma parte desta Casa, Brasil é Oeste o que está aberto, hoje, é uma oficina para abertura desta coisa fantástica que chamo Oeste do País. Ministro, eu não sei que plano V. Ex.<sup>a</sup> apresentou aos banqueiros. Apenas o seguinte, em termos claros: nós não podemos pagar isto, porque nós precisamos fazer é isto; então, se eles não chegassem a dar estes financiamentos, pelo menos aceitaríamos logo em princípio aquele congelamento pelo prazo que nós determinássemos. Não sei que planos V. Ex.<sup>a</sup> apresentou, e gostaria de ouvi-lo. Que planos houve para isto ou se não chegou a este ponto? A segunda parte, a questão das taxas de financiamento. Há um princípio geral de Direitos, de que toda vez que uma cláusula contratual fica condicionada ao arbitrio de uma das partes, esta cláusula é nula. Então, se estabelecia, que digamos, juros "X" de dólares. Então, digamos o dólar por vontade até dos credores subia, ou descia na sua conveniência. Houve denúncia do Brasil em relação a isto? Eu ficaria satisfeito, Ministro, se V. Ex.<sup>a</sup> respondesse essas perguntas. Mas eu queria registrar o fato, e V. Ex.<sup>a</sup> chega aqui e já não é Ministro, mas veja V. Ex.<sup>a</sup> deu uma cota de sacrifício pelo País. Todos sabiam do estado de saúde de V. Ex.<sup>a</sup> E V. Ex.<sup>a</sup> corria o mundo, e esta coisa toda, e falava com Deus e o mundo. E a vez que eu o vi melhor foi no Plenário do Senado, eu estava ainda em outra missão, mas eu estava em Plenário e ouvi o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> Fiquei impressionado, no Plenário do Senado, com a segurança de V. Ex.<sup>a</sup> ao responder aqueles apartes, com tranquilidade. Mas no final ficou o seguinte: a imagem de que o Senhor estava sendo sincero; mas V. Ex.<sup>a</sup> não me convenceu de que aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> dizia era exatamente o caminho que nós deveríamos seguir. Então, eu hoje também no Plenário fico com esta convicção, um homem absolutamente convencido, V. Ex.<sup>a</sup> falou com uma segurança que me impressionou, poucas vezes vi nesta Casa um Ministro com tamanha segurança, o Senhor parece que fala para um auditório seu. Mas, digamos, o Senhor convence de que V. Ex.<sup>a</sup> está convencido, mas não convence, não indica um caminho. E era isto o que eu queria, uma objetividade neste sentido.

O SR. DÍLSON FUNARO — Vou procurar lhe dar. V. Ex.<sup>a</sup> citou dois pontos aqui.

Primeiro, quero tomar a liberdade de falar sobre esse **relending**, o Senhor sempre aprovava aqui no Senado, e depois vou para o problema principal que V. Ex.<sup>a</sup> coloca agora. Na questão dos refinanciamentos aprovados aqui dentro do Brasil, é uma utilização do dinheiro externo já em

cruzeiros ou cruzados, e que ao terminar uma operação veio o empréstimo externo e se transforma na moeda nacional, se empresta para uma determinada empresa; vem esta empresa paga ao Banco Central, não é remetido e é realocado para outro empréstimo, qualquer outro Estado, qualquer outra empresa nacional. Esta é uma operação chamada **relending**, e eu terminei com esta operação quando entrei no Governo. Que certamente esta operação exigia Comissões paralelas para os bancos, 3, 4, 5%, onde algumas estatais não podiam no final pagar porque era proibido pelo Banco Central, e existia no mercado, conhecidas por todos, operações que permitiam fazer o **relending** nacional. Interrompi isto em dois ou três meses depois de ter assumido; assumi e mantive durante 86, até a assinatura dos bancos lá fora; interrompi esta operação, e ela não é feita mais desde o princípio de 1986. Onde nós refinanciamos diretamente hoje, estes projetos através do Aviso 9, do Ministério da Fazenda, através do Banco do Brasil, interrompendo, talvez, uma das pontes de maior distorção e vantagens para o sistema financeiro, principalmente lá fora.

A questão que V. Ex.<sup>a</sup> coloca sobre propostas e planos, eu queria ampliar um pouco mais isto. Queria dizer o seguinte: preto no branco. Tenho dito aos Senhores Ministros de fora que o plano brasileiro que realmente eles aplaudem é o plano que mantém o crescimento brasileiro muito baixo, que deu uma perspectiva grande de exportação e que faz o Brasil honrar a sua dívida pagando todo o serviço da dívida. E não com refinanciamento razoável, que permita o Brasil transferir de dois a dois meio por cento do PIB; qualquer plano diferente deste o Senhor estará condenando a sociedade brasileira a não ter crescimento. Portanto, o Plano oferecido de 4 anos, pelo Governo brasileiro foi muito claro, mostrando detalhes da poupança, dos investimentos, do crescimento e como se pode manter um Brasil crescendo através de uma média história, ele não foi discutido em nenhum momento e não foi levantado qualquer problema técnico no plano. Mas certamente não era o melhor plano para eles. Agora, certamente, é o melhor plano para nós, isto eu posso lhe garantir. Vou ter a oportunidade de mandar ao Senhor, que é um livro que nós publicamos, para mostrar o que significa o refinanciamento de 4 anos. Onde se coloca com muita clareza a política interna e externa, não no detalhe que talvez eles gostariam de discutir a política interna e porque a este detalhe eu discuto aqui dentro do País, não neste detalhe, mas vou lhe mandar, para V. Ex.<sup>a</sup> possa ficar informado da proposta brasileira em toda a sua plenitude.

O SR. LEITE CHAVES — E a questão das cláusulas?

O SR. DÍLSON FUNARO — As cláusulas são contratuais. Quer dizer, o Governo brasileiro quando assinou os empréstimos anteriormente, é um juro flutuante, onde a \*087 prime ou a **libor** dependendo do contrato, ele é baseado ou em **prime** ou **libor**, mais um **spread**.

O SR. LEITE CHAVES — A minha pergunta é se esta flutuação pode se realizar no interesse dos credores?

O SR. DÍLSON FUNARO — Ela sempre se realizou representando o mercado.

O SR. LEITE CHAVES — Mas nunca houve denúncias oficiais?

O SR. DÍLSON FUNARO — Não houve denúncia oficial de nenhum país.

O SR. LEITE CHAVES — Qual o fórum que nós escolhemos para estes contratos?

O SR. DÍLSON FUNARO — O fórum sempre é fora do Brasil, é o do credor. Quero lhe dizer que levantei o problema do fórum inclusive quando fomos discutir a primeira vez. E o Congresso Nacional havia levantado o problema do fórum, muito importante, mas apenas em um contrato, de acordo com a pesquisa feita pelo Banco Central, pelos advogados, só houve um contrato de um bônus na Alemanha, em que neste contrato o fórum foi o país devedor, e não do país credor.

O SR. LEITE CHAVES — Então o fórum do credor é Nova Iorque?

O SR. DÍLSON FUNARO — Sempre do credor, é Nova Iorque.

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero reafirmar a solidariedade que sempre tive com as suas posições, não só enquanto durou a sua gestão no Ministério da Fazenda, ultrapassa esse tempo, tenho certeza que durará estes dias que estamos vivendo. Tenho duas perguntas a fazer a V. Ex<sup>a</sup> e vou fazê-las separadamente, para maior clareza. A primeira é continuando a indagação do Senador Fernando Henrique Cardoso, com relação à transformação de dívidas em capital de risco. V. Ex<sup>a</sup> elimina a hipótese de transformar o principal da dívida em capital de risco, e apenas os juros da dívida.

Ora, se não me engano, dados mais recentes, do mês de janeiro, indicavam um valor em torno de 25 bilhões de dólares, sendo que destes 25 bilhões de dólares, 7 eram de reinvestimentos. Quero dizer que nós tínhamos um ingresso, na história, de 18 bilhões de dólares. Portanto, a manutenção de uma conversão no nível histórico deste investimento entre um milhão, um milhão e meio de dólares, eu imagino que estaria dentro do nosso metabolismo. Mas os juros da dívida ou qualquer coisa que fosse até à metade, deste serviço da dívida, iria duplicar numa massa de capital estrangeiro, de difícil assimilação sem uma profunda desnacionalização da economia, lembrando que nós temos setores hoje que são vedados ao capital estrangeiro, como é o caso do petróleo, certas áreas da informática, e creio mesmo que esta nossa Constituinte possivelmente a área da mineração sofrerá um tratamento semelhante.

Então, a minha questão é esta: quando V. Ex<sup>a</sup> faz referências aos juros do ano, estaria fazendo referência a uma limitação em torno do que aconteceu no passado, de quantias que iam entre um bilhão e um bilhão e meio de dólares, ou volumes maiores que poderiam preocupar com relação à desnacionalização da nossa economia, lembrando que na situação atual com este montante histórico de investimento já temos o domínio do capital estrangeiro na grande maioria de nossos setores industriais.

O SR. DÍLSON FUNARO — Senador Severo Gomes, uma das formas era realmente convertendo dívida em capital. Uma das experiências que existem nos outros países é que esta fórmula foi pequena, não é uma fórmula que transforma todos os juros em capital. O que nós pagamos aos bancos comerciais hoje chega a cerca de 5 bilhões e 600 milhões de dólares/ano, que dificilmente existiria um investimento nesta ordem, e nem seria o caso. Quanto à dívida convertida em capital de risco: o ano passado, para lhe dar uma idéia, entraram 100 milhões de dólares de capital novo; neste ano eu não vejo uma grande perspectiva, porque de acordo com toda a discussão dos investidores, eles ainda aguardam a Constituinte para verificar se vai haver modificação na remessa e lucros, se não vai haver modificação. Quer dizer, 1987 também é um ano que certamente não será brilhante em investimentos estrangeiros. Inclusive com a problemática da discussão da dívida. A discussão sobre a transformação da dívida em capital, nós imaginávamos que este ano, se tudo fosse bem, seria cerca de 500 a 1 bilhão de dólares, ou 700 milhões de dólares, isto se fosse tudo muito bem. Portanto, nós não estávamos ainda com esta preocupação de nacionalização no primeiro momento do processo. Depois o Brasil fica com a possibilidade ou não de transformar esses casos; não é uma assinatura em que toda a dívida fica aberta para transformar de uma hora para outra, são registros feitos no Banco Central, e em que se pode discutir e o Brasil tem a possibilidade unilateral de suspender no momento que achar oportuno, ou ampliar os setores em que acha que não deve mais ter investimento. Portanto, existe um controle por parte do Governo brasileiro, que certamente casado com a política industrial, poderia administrar perfeitamente uma troca de endividamento por capital.

A questão dos juros, parece-me que seria muito mais interessante do que o principal, não só por um motivo que já expus, mas também porque permitiria começar um sistema de vasos comunicantes de negociação internacional, principalmente de bancos muito pequenos, que não teriam oportunidades a não ser através de investidores, e de poder realmente entrar num processo de resgates desses juros, e que isto permitiria, realmente, existir um mercado secundário deste certificado de juros no Banco Central, que poderiam ser criados no futuro, e que dariam uma oportunidade grande ao Brasil de diminuir o número de credores que tem lá fora, principalmente no montante de juros, estipulados pelo Banco Central; isto ajuda a negociação, é importante para a negociação, e poderia realmente criar um mercado secundário razoável. Porque certamente os grandes bancos não teriam a solução de baixar de 4 bilhões para 3 bilhões e 800 milhões. O problema fica exatamente o mesmo. Mas certamente para alguns bancos pequenos, com 10 milhões de dólares, 5 milhões de dólares poderia ajudar a diminuir a instabilidade de um processo de comando de uma renegociação externa.

O SR. SEVERO GOMES — A segunda questão, Sr. Ministro, é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> mostrou aí alguns sinais de compreensão especialmente por parte do Banco Mundial. A nossa maior parte da dívida está com os bancos privados. E em paralelo, nós aqui, depois de ouvirmos a descrição da forma

com que foi conduzida a negociação, tivemos uma percepção diferente, no momento em que com a saída de V. Ex<sup>a</sup> os banqueiros internacionais se referiam a sua arrogância, e festejaram com champagne a sua saída. Então, tiveram uma percepção diferente deste tipo de compreensão, e aí vem a nossa interrogação: todo raciocínio conduzido por V. Ex<sup>a</sup> passa pelo refinanciamento da dívida, um refinanciamento em moldes que sejam compatíveis com as nossas aspirações de crescimento e uma melhoria de bem estar da população brasileira. Mas, todos os que fazem exercícios para o futuro, devem imaginar todas as alternativas. Imaginando alternativas de que estas resistências, esta dureza, as negociações permaneçam, e que nós que estamos vivendo já o início de uma moratória, uma suspensão dos pagamentos encontrando uma dificuldade insuperável neste refinanciamento, necessário mas que pode num determinado momento estar bloqueado, isto aí implicaria numa profunda modificação em algumas linhas centrais da economia brasileira para enfrentar uma dificuldade decorrente da inviabilidade deste refinanciamento. Eu perguntaria quais seriam as linhas mestras de uma política econômica que pudesse garantir ao País a sua sobrevivência, seu crescimento, nesta hipótese de recebermos o confronto desses bancos privados.

O SR. DÍLSON FUNARO — Esta discussão eu tive com os Srs. banqueiros com muita clareza, também Senador Severo Gomes, V. Ex<sup>a</sup> está citando um ponto muito importante. Mas esta diferença entre o Brasil e os outros países, os outros países precisam de dinheiro novo, e o Brasil ao suspender o pagamento dos juros, e está suspendendo 5 bilhões e 600 milhões de dólares por ano, dos quais 4 seriam refinanciados. Para normalizar a posição, e a posição que eu tenho conversado com os banqueiros é que o caminho da normalização, não passa por um dinheiro novo, passa por um dinheiro que é um refinanciamento de algo que eles estão recebendo no ano. Portanto, é um processo em que existindo o entendimento, nós normalizamos as posições. E é importante que exista entendimento para normalizar as posições; o Brasil não deseja ficar numa posição sem normalizar sua posição no mercado financeiro internacional. Mas não existindo entendimento é um financiamento que já está no País, portanto, é uma remessa, uma transferência a menos, uma impossibilidade de o Brasil transferir o que precisaria ser transferido para normalizar a sua posição. Todos entenderam bem, compreendem muito bem esta posição do Brasil, portanto, não há uma necessidade imperiosa, neste instante, de modificar a economia brasileira, mas sim uma necessidade imperiosa de ao normalizar o processo, ter o refinanciamento para que o processo se normalize. Por isto não há uma pressão sobre as reservas brasileiras, isto eu quero deixar claro. Não há uma pressão sobre as regras brasileiras, para que o Brasil tenha que fazer uma política que adotou em 1982, 1983. Quer dizer, uma recessão profunda para poder ter superávits gigantescos. Ao contrário, esta posição de suspensão encaminha um processo de normalização através de um refinanciamento; ao refinanciarem as posições ficam normais. Este é o ponto.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Leopoldo Peres.

O SR. LEOPOLDO PERES — Sr. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero dar uma resposta indireta ao nobre Senador Severo Gomes. A impressão que eu tenho, no que se refere aos banqueiros internacionais, é que a altivez do pobre é sempre confundida pelo rico com arrogância. É o caso da interpretação a respeito da atitude de V. Ex<sup>a</sup> Em segundo lugar, acredite que aqui está falando um modesto e endividado brasileiro, que quer apenas se informar a respeito do seguinte: a dívida brasileira é sempre contraída em dólar, não obstante...

O SR. DÍLSON FUNARO — Não, em várias moedas.

O SR. LEOPOLDO PERES — ...não obstante, quando há uma desvalorização do dólar no mercado internacional, a dívida brasileira não decresce, porque me parece que há, no caso do Japão, uma série de contratos em que existe uma cláusula chamada **special right**, pela qual esta dívida passa a ser calculada na moeda japonesa. Então, resumindo; quando o dólar se valoriza, praticamente cresce a dívida externa brasileira, quando o dólar se desvaloriza, a dívida externa brasileira não diminui. Pergunto: existe sempre a cláusula de **special right**?

O SR. DÍLSON FUNARO — Deixe-me explicar ao Sr. o seguinte: primeiro, o Brasil tem empréstimos, praticamente, com todas as moedas mais importantes, temos em marco alemão, em franco suíço, em todas as moedas importantes. Quando o dólar se desvaloriza, existem alguns países que seguem uma cesta de moedas e existem oscilações entre as dívidas desses países com a desvalorização do dólar. E existem nações, como o Brasil, como a Coreia, que seguem proximamente o dólar. Então, quando o dólar se desvaloriza, praticamente, o cruzado se desvalorizou, a moeda coreana se desvalorizou, porque seguem o dólar; e nesse ponto não temos tido nenhuma diferença na nossa dívida em relação ao dólar, porque temos desvalorizado exatamente igual ao dólar.

O SR. LEOPOLDO PERES — Sr. Dílson Funaro, só um minutinho, para esclarecer. Tenho a impressão de que a minha pergunta não foi entendida ou não foi bem colocada.

Vamos admitir que devêssemos 10 bilhões de dólares ao Japão. No momento em que o dólar se desvalorizou em relação ao iene, deveríamos estar devendo "x" ienes ao Japão e não "x" dólares.

O SR. DÍLSON FUNARO — Mas ela não é feita assim. Temos dois tipos de dívidas. Ou o Japão nos emprestou em dólares, e aí é um dólar normal, como se fosse americano, ou o Japão já nos emprestou em iene, portanto, quando calculamos a nossa dívida, cento e poucos bilhões de dólares, quando existe a desvalorização do dólar, as outras moedas sobem, realmente, temos um endividamento maior.

O SR. LEOPOLDO PERES — Esclarecido. Muito obrigado.

Sr. Ministro, segunda e última pergunta. V. Ex<sup>a</sup> acredita que com a queda dos superávits comerciais brasileiros, no decurso deste ano, as nossas

reservas poderão sustentar a posição brasileira até quando?

O SR. DÍLSON FUNARO — Veja, a nossa posição de negociação com os banqueiros...

O SR. LEOPOLDO PERES — Quais seriam os limites?

O SR. DÍLSON FUNARO — Primeiro, 5 bilhões e 600 milhões que é o que teríamos que pagar aos banqueiros, este ano, com exceção de dois meses, janeiro e fevereiro, que suspendemos dia 20 de fevereiro; nós pagamos até o dia 20 de fevereiro. Portanto, existe esse limite que tem que ser negociado com os banqueiros. Depende, evidentemente, do nosso superávit, depende de alguns dos comportamentos internacionais juros, se vai ou não subir, subiu meio ponto, a **prime** subiu de sete e meio para oito.

O segundo ponto é o Clube de Paris que começa no dia 1º de julho, se houver necessidade ou não deve ser renegociado, esses eram os limites de uma negociação. Quando falamos em 4 bilhões de dólares para normalizar a posição brasileira, esperamos um superávit de 8, com uns 4 podendo pagar todos os bancos, acertando todo o esquema de financiamento e continuando a pagar o Clube de Paris, mantendo todas as instituições em ordem, inclusive, o Fundo Monetário.

Portanto, no plano brasileiro de 4 bilhões de dólares, manteria a reserva, este ano ficaria igual ao ano passado e, a partir do ano que vem, subiria 1 bilhão de dólares por ano. Esse é o **cash flow** brasileiro que colocamos na proposta brasileira, portanto, subiríamos um bilhão de dólares todo ano, na reserva brasileira, a partir do ano que vem; esse era o plano brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Um levantamento feito pela minha Assessoria da parte econômico-financeira, tendo à frente um economista de renome, Dr. Luiz Fernando Vitor, mostra, segundo dados divulgados pelo Banco Central, que entre os anos de 1970 e 1986 ingressaram em termos, no País, porque esses ingressos, a maior parte é uma ficção contábil, cerca de 199 bilhões de dólares em números redondos, e regressaram, a título de pagamento da dívida, cerca de 184.1 bilhões de dólares, e ainda ficamos devendo cerca de 106 bilhões. Numa pequena abordagem desses dados percebe-se que 92% do total dos empréstimos tomados no período se destinaram ao pagamento do serviço da dívida, e os 8% restantes se incorporaram, pelo menos teoricamente, aos ativos brasileiros.

Pergunto: V. Ex<sup>a</sup> concorda com a realidade desses fatos? É um levantamento feito com dados do próprio Banco Central, compilados, e posso até informar a V. Ex<sup>a</sup> que esse trabalho será fruto até de um debate em termos da dívida externa brasileira em Sorbonne. De modo que queria que V. Ex<sup>a</sup> informasse se são reais esses dados, porque não é admissível, não podemos acreditar que dos 200 bilhões entrados de 70 a 86, tivéssemos, na realidade, 180 e poucos, que foram para pagamento do serviço da dívida. De modo que pediria a V. Ex<sup>a</sup> que se pudesse prestasse essas informações.

O SR. DÍLSON FUNARO — Em 1970 o Brasil não tinha uma dívida alta, era baixa, se tivesse

um endividamento alto, certamente o pagamento sobre o serviço deveria ser o maior. Mas o que aconteceu, Senador, é o seguinte: Na composição de pagamentos e de juros, e juros compostos, acaba levando a isso — é como o BNH e outras contas — tem uma inflação mundial nesse período, e todo o exercício de juros compostos mostra que resultados razoavelmente parecidos com esses que V. Ex<sup>a</sup> acabou de colocar, que demonstram claramente, como disse a V. Ex<sup>a</sup>, na questão de juros reais, o mundo nunca trabalhou com juros tão altos, como agora, estamos trabalhando entre 3.5 a 4.5% real, o que normalmente, nos últimos 50 anos de capitalismo o mundo trabalhava, a média era 1,2 ao mês, quando chegava a um pico de 2, eram dois ou três meses, depois caía novamente. Normalmente o juro internacional nunca teve anos seguidos de um juro real como está acontecendo atualmente.

Agora, pior do que isso, quero colocar que tem uma outra agravante maior, inclusive os juros sobre a dívida são os valores das mercadorias. Se compararmos os gráficos da troca de comércio no mundo, nos últimos cinco anos, V. Ex<sup>a</sup> vai verificar o seguinte: que nações que têm produtos tradicionais e produtos primários, se começaram num nível 100, há cinco anos, os valores hoje são de 75, e se V. Ex<sup>a</sup> examinar toda a tecnologia moderna, equipamentos modernos etc., o valor há 100, de 5 anos os valores hoje são de 75, e se V. Ex<sup>a</sup> examinar toda a tecnologia moderna, equipamentos modernos etc., o valor de 100, de 5 anos atrás, está em 140. Quer dizer, uma Nação como o Brasil tem que fazer um esforço gigantesco para conseguir continuar exportando e importando equipamentos, tecnologia etc. Daí a necessidade profunda do desenvolvimento tecnológico brasileiro e, mais do que isso, um grande desenvolvimento interno de tecnologia e educação, que é absolutamente necessário para um País que deseja transformar-se num País que possa continuar convivendo com países modernos e industrializados.

Mas seus dados são corretos.

O SR. JAMIL HADDAD — Ilustre Ministro, sabemos que o ingresso do capital era feito sob a forma de capital de risco, no passado, e havia privatização pelos tomadores, e hoje entra com o capital de empréstimo, o Brasil inteiro, que é o atual. É aí então uma socialização da dívida. Na realidade, o que houve foi isso. Antigamente, era privatizada, por assim dizer, a dívida, hoje, não. E como exemplo disso a informação que temos é de que cerca de um terço do montante da dívida corresponde a empréstimos tomados por corporações multinacionais com o aval do Tesouro Nacional. Exemplificando: o Projeto Jari. E eles não pagaram nem em cruzeiros, não pagaram a dívida para implantação, o Governo foi o avalista, o projeto fracassou, não houve benefício nenhum para o País, e eles não fizeram retorno financeiro nem em cruzeiros. Então, queria que V. Ex<sup>a</sup> informasse se esses dados, também, são reais, porque isto me parece um fator que eleva a dívida, acresce, justamente porque um terço dessa dívida está relacionado com empréstimo; com a entrada de capitais para multinacionais que se perde de duas maneiras, primeiro, numa empresa privada e, depois, a remessa de lucros que V. Ex<sup>a</sup> já declarou, o sub faturamento, o super

faturamento, então são duas maneiras em que se esgarçam, em que somem, na realidade, os capitais nacionais em relação ao capital internacional.

O SR. DÍLSON FUNARO — São dois pontos, também, importantes no levantamento da dívida, o que acabou acontecendo, principalmente em 1980, no processo da crise. Grande parte desse endividamento acabou caindo nas mãos das estatais, o que dolarizou o Estado brasileiro e cerca de 85% da dívida tem aval do Tesouro, seja no âmbito federal ou estadual.

Portanto, V. Ex<sup>a</sup> vê que em 1982/83 acabou a grande parte do endividamento, voltando para o endividamento do próprio Governo. Foi o Governo quem dolarizou a sua dívida, e isto foi o que acabou ocorreu no Brasil. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando se refere a isso, porque, no caso do COMIND, Auxiliar e dos bancos que nós negamos a pagar, 63, em percentagem maior do que nós estávamos pagando para os credores internacionais, certamente nós tivemos uma pressão muito grande do Sistema Financeiro Internacional, mas não pagamos.

O SR. JAMIL HADDAD — Um outro dado que pediria a V. Ex<sup>a</sup> que confirmasse é que nós estamos vendo, na realidade, que de 1970 a 1986, as exportações cresceram, em valor, cerca de 10 vezes, mas a dívida externa aumentou em cerca de 25 vezes e queria saber se, na realidade, é a prova dessa política que é a política antinacional, é a política de exportações com dados, produtos cada vez sendo valorizados menos no mercado internacional, e o aumento dos *spreads*, das taxas de risco dos *spreads* dos juros, fazendo com que não haja condições reais do pagamento dessa dívida. Eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> confirmasse, também, a realidade dessa dívida.

O SR. DÍLSON FUNARO — Isto é parte. Sendo que, em 1973, nós tivemos o choque do petróleo que, certamente, foi uma reciclagem internacional de diferenças de preços, com V. Ex<sup>a</sup> colocou, e que eu citava no começo. Esse realinhamento internacional dos anos 70, e em 1979, novamente, levou a uma variação muito grande, e no momento em que passou e iniciou a crise de 1980, 1981 e 1982, os preços, para lhe dar uma idéia, no ano passado, de 18 *commodities* brasileiros, 17 caíram de preço. É o caso do suco de laranja, por exemplo, que, para a mesma quantidade, ao invés de recebermos 1 bilhão e 100 milhões de dólares, recebemos 600 e pouco milhões de dólares. Isto, realmente, é um fato que mostra que o Brasil não pode ficar sujeito a isto, porque o futuro não vai ser diferente. É para isto que nós temos que nos preparar.

Não adianta discutirmos o que aconteceu. Adianta nos prepararmos para que, no futuro, a nação brasileira seja uma nação moderna e industrializada. Isto é que está em jogo.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Ministro Dílson Funaro, a natureza financeira da dívida externa brasileira, que não é mais do que um reflexo contábil de uma questão política, indica que a simples rolagem dessa dívida, além de ineficaz, impedirá a realização de uma tarefa maior, como já declarou V. Ex<sup>a</sup>, que é a do desenvolvimento nacional, pelo menos de um tipo de desenvolvimento que beneficie a grande massa do povo. Que tipo de política, do ponto de vista do cidadão e do empre-

sário, o Sr. Consideraria adequado à solução desse impasse?

O SR. DÍLSON FUNARO — O problema do crescimento envolve educação, tecnologia e postura. Há nações que perderam a oportunidade de se modernizarem nesses últimos 5 ou 6 anos. O Brasil está no limite, e a nação vai-se fechando, e uma nação que se fecha, como eu citei anteriormente, ela só consegue competitividade, não através da tecnologia e modernização, mas através de incentivos e desvalorizações, e isto prejudica, violentamente, a política econômica da nação. Portanto, ela vai-se afastando do poder de competição e perde o ciclo de se recompor.

Portanto, hoje, na nação brasileira, o ponto mais importante não é apenas o crescimento pelo crescimento. Não é um crescimento a qualquer custo, mas é um crescimento para acompanhar o processo dinâmico que está existindo nas nações, e se o Brasil perde isto, ele, certamente, fica uma nação pagando esta perda nas próximas duas gerações, porque, para se recompor outra vez, ter o dinamismo de um mercado internacional e competitividade com os países maiores, ele vai-se afastando e ficando cada vez mais em produtos tradicionais e perde a chance de ser uma nação desenvolvida, e esta chance nós não temos o direito de perder. O que nós estamos negociando não são milhões de dólares. O que nós estamos negociando é o futuro da nação brasileira. É esta a negociação.

O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD — Sr. Ministro Dílson Funaro, um exame de legislação brasileira, indicativo à contratação de empréstimos externos, indica ter havido no Governo do General Emílio Médici uma usurpação pelo Poder Executivo, de funções próprias e indelegáveis do Congresso Nacional. Com isto, desde então, as negociações relativas a empréstimos e endividamento externo têm sido realizadas, por funcionários do Governo, até mesmo pelo segundo e terceiro escalão. A dificuldade de controle dessas negociações, como estive lendo da extensão dessa competência, tem gerado dívida sobre a lisura das mesmas. Mesmo em se tratando de hipóteses, que iniciativa teve V. Ex<sup>a</sup> em sua gestão, à frente do Ministério da Fazenda, para apurar que parcela dessa dívida seria indevida em face de tais irregularidades? Por favor, cite casos concretos — se souber — e a natureza da irregularidade, se dispuser da informação necessária.

O SR. DÍLSON FUNARO — Pois não, nobre Senador. Nós tivemos apenas dois casos no Rio Grande do Sul, e que eu citei aqui. Foi citado pela imprensa, durante todo esse tempo, com duas cooperativas, em que houve dívida sobre o montante, e foi imediatamente suspenso, e um deles cancelado, e o outro está em processo ainda. O Banco Central mantém toda a questão da dívida dentro de um processo bem administrado. Foi citado várias vezes a auditoria sobre essa dívida, e deve se fazer auditoria em tudo. Auditoria é algo extremamente importante em todos os setores do Governo, mas o grande problema, hoje, da dívida externa —, e eu quero voltar a insistir — é a questão que aumenta muito a dívida externa, que são os juros, os custos da dívida em que nessa negociação que nós estávamos fazendo dá 1 bilhão de dólares de diferença do custo, por ano, que é absolutamente importante é a questão

do tempo. O Brasil não é um País que pode ficar todo o ano tendo uma crise com os banqueiros internacionais. Nós somos uma nação, e uma nação tem que ter horizonte. Então, a questão do tempo é muito importante na negociação externa...

O SR. JAMIL HADDAD — De diferença contra o devedor...

O SR. DÍLSON FUNARO — De diferença contra o devedor, é claro, a nosso favor. Então, é 1 bilhão de dólares de diferença de serviço da dívida, a nosso favor. Isto é o seguinte: nós temos na dívida, só com os bancos comerciais, no cálculo de um *prime* para *libor*, como já conseguimos em 1985/86, e que, normalmente, eles só querem a dívida que vence no ano — não querem negociar a dívida que vence em 1991 —, e o que nós estamos propondo na nossa discussão, agora, quando encerramos, é que nós só discutimos todo o estoque da dívida. Então, tem que se passar de *prime* para *libor*, que já foi conseguido em 1985/86, no máximo que o Brasil pode conseguir, que tivesse o mesmo *spread* que o México e a Argentina, que já chega a quase 1 bilhão de dólares de diferença. V. Ex<sup>a</sup> veja que este é o máximo que o Brasil poderia estar pagando. Como existe a cláusula de que é retroativo a 1º de janeiro, quando nós suspendemos o pagamento, nós colocamos em cima da mesa. Isto tem que ser negociado desse jeito. Nós não voltaremos a pagar se não for desse jeito. Portanto, acho que esse ponto é absolutamente essencial, e dá 1 bilhão de dólares por ano, de diferença; então, em vez de 5.600 cai para 4.600, dentro das mesmas condições de juros.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Ex<sup>a</sup> pode repetir, Ex<sup>a</sup>?

O SR. DÍLSON FUNARO — Do *prime* para a *Libor*, nós temos uma grande parte da dívida em *prime* e não em *Libor*, o que dá 1% de diferença. Por outro lado, o *spread* que nós pagamos, o *spread* médio, está dando 2%, e se o Brasil estivesse pagando, porque está pagando 1985, 1986, nós estamos pagando *spreads* menores mas sobre o estoque da dívida, se nós estivessemos pagando um *spread* normal, igual ao que foi negociado recentemente, porque, quando nós negociamos em 1985/86, o México pagava 1,25 e o Brasil impôs 1,15, sem Fundo Monetário e conseguiu.

Na negociação de setembro do ano passado, o México conseguiu 0,82, a Argentina conseguiu 0,82 agora, Filipinas não conseguiu, conseguiu 1,25, e voltou, agora, à negociação, depois que o Brasil parou, e disse que não aceitava mais e queria 0,82, igual ao México, e está nas negociações finais e, provavelmente, fecha a 0,82. E o que estou colocando é que se o Brasil — acho que merece pagar menos do que 0,82 — a nossa proposta era inferior a 0,82, se o Brasil chegasse a 0,82, que é a condição mínima a que poderia chegar, o teto máximo, está dando uma diferença de quase 1 bilhão de dólares, somente em ter esse tipo sobre todo o estoque da dívida, para o estoque da dívida.

O SR. JAMIL HADDAD — Eu faria, agora, a última colocação, Sr. Ministro, que é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup>, respondendo à pergunta que foi formulada,

declarou que o Brasil nunca tentou, na realidade, uma negociação conjunta com os países devedores. V. Ex<sup>a</sup> disse que o que existe, na realidade, neste momento, é um cartel de credores e que a posição do Brasil era uma posição independente em termos de negociação da dívida. Pessoalmente, eu tenho uma visão diferente e que quero deixar colocada, neste momento, aqui. Eu acho que para se combater um cartel de credores, e há de se ter um cartel de devedores, caso contrário, a balança desequilibra violentamente contra os devedores. Os fatos só se tornam fortes a partir do momento em que se unem, e a possibilidade da mudança dessa economia mundial, que é selvagem, brutal e que leva os povos do Terceiro Mundo à fome, à morte de crianças, enfim, a um sistema social degradante, já que somos a 8ª economia do mundo e a 67ª em termos sociais, eu quero deixar claro a V. Ex<sup>a</sup> e acho que a maneira de enfrentar precisaria, na realidade, de um cartel de devedores para enfrentar um cartel de credores. E quero deixar bem claro, também aqui, perante V. Ex<sup>a</sup>, que a posição do Partido Socialista é bem clara, é a favor do não pagamento da dívida externa brasileira, já que nós achamos que essa dívida já está mais do que paga e que houve, na realidade, uma agiotagem internacional e que levou o País a uma situação de falência, a uma situação social que não pode ser admitida no final do século.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Ministro, V. Ex<sup>a</sup> acha que seria possível o FMI mudar a sua ortodoxia frente a uma nova realidade que a cada dia se impõe, que é, no mínimo, a moratória declarada unilateralmente pelo Brasil, e que, também, sabendo como nós sabemos, que o Brasil é sócio do FMI, e que, por isto, tenham os dois interesses comuns, não vê V. Ex<sup>a</sup> a possibilidade de uma mudança na orientação do FMI? Esta, a primeira pergunta.

O SR. DÍLSON FUNARO — Tenho conversado muito com o Presidente do Fundo Monetário, que é o Sr. Michel Camdessus, uma pessoa que conheço já há alguns anos e que, certamente, quer dar ao Fundo uma discussão, entre as nações, um pouco diferente, e mesmo o Sr. Jacques de Larosiere que acabei conhecendo nos últimos tempos, procurava ao final da sua gestão, quando fez um discurso impressionante na sua saída do Fundo, mostrava que a entidade internacional deveria mudar, mas entre a posição do momento em que foi criado, e o Brasil como membro é um dos criadores de uma instituição internacional, onde se discute o sistema financeiro internacional, e as posições e mudanças, no que se refere ao crescimento e à posição de toda a discussão do que vai ser a economia nos próximos três anos, não me parece que haja uma profunda modificação interna na questão dos ajustes com as nações.

Portanto, eu gostaria, ainda, de aguardar um tempo e fazer uma avaliação de um caso concreto porque, até agora tenho, realmente, escutado, discutido, visto um grande interesse para mudança, um diálogo e um discurso do próprio Presidente do Fundo, dizendo que só acredita na solução da crise através de um processo de crescimento, mas eu não conheço nenhum caso concreto, por-

que as nações que negociaram ainda há dois ou três meses, não me disseram que houve nenhuma diferença na negociação entre os anos anteriores, e o que aconteceu nas missões que acabaram negociando nos últimos dois meses.

O SR. RONAN TITO — A segunda pergunta é a seguinte: correu uma notícia às vésperas da renúncia de V. Ex<sup>a</sup>, no Ministério, de que V. Ex<sup>a</sup> tinha uma proposta pronta para renegociar a dívida externa. Primeiro, se é verdade e, segundo, se esta proposta que estaria pronta, se ela contém alguma coisa que ainda não foi falada até agora.

O SR. DÍLSON FUNARO — Sr. Senador, eu vou tomar a liberdade de pedir à Presidência o seguinte: eu acho que, como cidadão e ex-Ministro que, ao negociar a dívida externa, pessoalmente, eu queria passar a V. Ex<sup>a</sup> que são representantes do povo, algumas informações. Por outro lado, eu não gostaria que essas informações atrapalhassem qualquer negociação do nosso Governo com os credores, e eu tomaria a liberdade, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, de propor uma sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu sugeriria uma solução intermediária no sentido de que nós esgotássemos as demais perguntas e, ao final, deliberar sobre isto, inclusive porque não é matéria quase que de deliberação. V. Ex<sup>a</sup> é deponente e, na medida em que V. Ex<sup>a</sup> tem alguma informação a dar, e que entende que pode, tornada pública, prejudicar o andamento da estratégia da renegociação do País, até por uma questão de ética, nós respeitaremos a sua sugestão.

Apenas daria andamento às perguntas subseqüentes e, ao final, em função dessa postura, nós voltaremos ao assunto.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

O SR. JAMIL HADDAD — Eu perguntaria ao nosso Ministro, se, na realidade, S. Ex<sup>a</sup> tem esses dados por escrito e se há algum trabalho a respeito desse planejamento e renegociação da dívida.

O SR. DÍLSON FUNARO — Tenho sim.

O SR. JAMIL HADDAD — Então, eu sugeriria, se possível, que o Sr. Ministro entregasse a cada membro da Comissão esse estudo que seria mantido, então, dentro do sigilo normal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — A Presidência responde: são duas questões de interesse — uma é a possibilidade do diálogo. O Sr. Ministro falará sobre o assunto, isto estimula e permite o diálogo porque o papel em si não permite, evidentemente. Mas, em nome da racionalidade dos trabalhos e da operacionalização...

O SR. JAMIL HADDAD — Eu concordo com a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nós daremos continuidade. Parece-me que o Sr. Senador Ronan Tito tem uma outra pergunta a fazer e ainda nós temos mais 4 Senadores, além do Sr. Vice-Presidente, para argüírem e deixaria essa informação final, fazendo, então, uma ponderação aos Srs. Senadores e membros da Comissão. O

Sr. Ministro mostra uma disponibilidade enorme e eu volto a reafirmar que S. Ex<sup>a</sup> foi constante, aqui, no depoimento inicial do Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso.

Um fato que acho que vale registrarmos: o Sr. Ministro estava convidado como Ministro, no dia em que estava sob a turbulência da sua saída do Ministério, e teve a notável preocupação, isto tem que ser registrado aqui, de tomar a iniciativa de comunicar que o cidadão Dílson Funaro que deixava de ser Ministro, continuava à disposição do Poder Legislativo, do Senado, para prestar as informações que a Comissão desejasse.

Então, acho que, em nome disso e considerando que S. Ex<sup>a</sup> renunciou e tem um compromisso e um avião que sai às 19 horas e 30 minutos, eu pediria que nós pudéssemos, então, agilizar as questões, na medida do possível.

O SR. RONAN TITO — Sr. Ministro, no entender de V. Ex<sup>a</sup> qual o papel que o Congresso Nacional — esta Comissão em particular — poderia desempenhar no processo da renegociação atual, e quais as medidas concretas, na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, caberiam aos representantes do povo e dos Estados? Sabemos que lá fora existe muita desinformação sobre o Brasil, sabemos também que os credores têm consciência do perigo que a moratória brasileira representa para o mundo financeiro. Enfim, como materializar o papel político do Congresso Nacional nesta questão, sabendo que os Congressos dos países desenvolvidos têm também uma força muito grande na decisão da política dos países como os Estados Unidos, França, Alemanha, Japão etc.

O SR. DÍLSON FUNARO — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> coloca um dos pontos mais altos, mas a desinformação não é só lá fora, é aqui dentro também. E certamente, o processo político e o Congresso Nacional podem sustentar o crescimento brasileiro através de um diálogo sobre a negociação externa, nos níveis que ele deve ser colocado. Aqui dentro, acompanhei muito de perto, qualquer empecilho lá de fora, qualquer pequeno problema aparece em grandes manchetes, a solução do problema, no dia seguinte, vem numa pequena notícia, publicada na quinta página. O grande problema da dívida externa é maior dentro do País do que fora dele. Os negociadores internacionais sabem, exatamente, que precisam renegociar nos moldes que as Nações estão propondo. As Nações que tiverem postura, renegociarão sem perder o seu futuro, aquelas que fraquejarem, certamente, não renegociarão nas bases que podem permiti-las continuar o seu desenvolvimento, o seu crescimento e enfrentarem no dia de amanhã. A grande discussão é esta, todo o restante é absolutamente secundário. Portanto, acredito que esta Comissão, através de um grande diálogo nacional, coloca realmente o problema nacional como ele deve ser colocado.

Temos que discutir em detalhes as propostas. A nossa proposta é de 4 anos de refinanciamento. Ela já foi conversada e mostrada aos banqueiros, que não dão opinião. Eles dizem o seguinte: nós precisamos de uma instituição internacional. Que tal o Fundo Monetário para voltar aos sistema anterior? Quando fomos ao Banco Mundial, eles pegaram a proposta — era um livrinho amarelo — e falaram: Lemos a proposta brasileira. Isto é ouro, a sua proposta é correta, é tecnicamente

perfeita, vamos imediatamente mandar uma missão. O Banco Mundial pensa em crescimento, e tem uma outra estrutura, uma outra visão dos problemas internacionais. Portanto, na realidade, acho que o problema, o equacionamento e o trabalho da Comissão é da maior magnitude. Uma comissão como esta pode realmente permitir que o Governo e a Nação brasileira continuem lutando pelo seu futuro. Este é o grande trabalho da Comissão, é o grande trabalho que V. Ex.<sup>a</sup> farão, tenho certeza disso.

O SR. RONAN TITO — É quase sempre o Presidente que negocia a dívida externa. Quando há desgaste do Ministro, ou por continuidade no cargo, ou por crises internas, ou porque há qualquer medida que o Ministro tome aqui dentro e que ontrarie interesses da maioria, ou de um grupo que é mais poderoso, ou que tem maior força para se expressar, isso pode prejudicar a negociação lá fora. Então, a minha sugestão — gostaria de ouvi-lo, porque V. Ex.<sup>a</sup> tem uma experiência grande no trato da dívida — é a seguinte: O negociador da dívida como o Presidente desta Comissão — ela foi criada para negociar a dívida — deveria ser alguém bem sintonizado com o Ministro da Fazenda, mas que não fosse o Ministro da Fazenda, para que não houvesse essa dualidade dos problemas daqui afetarem os de fora, principalmente esse; o outro, de lá de fora, afetar menos o daqui, mas que esse gestor da dívida externa fosse também um coordenador, digamos, das explorações das novas riquezas nacionais. Vou dar um exemplo: V. Ex.<sup>a</sup> falou com muita propriedade na questão do rebaixamento dos preços das nossas exportações e estamos, hoje, exportando minérios de ferro de Carajás a 13 dólares quando o custo interno é de 17 dólares. Temos 93% do nióbio do mundo, o seu quilo metalizado é de 400 dólares o quilo, e estamos exportando uma tonelada dele a 56 dólares.

Então, Ministro, acho que também V. Ex.<sup>a</sup> enfocou este problema de maneira extraordinária. O problema é de crescimento deste País. Temos que dar condições para que não só esta geração, mas também as futuras tenham condições de respirar e de viver. Entretanto, estou sentindo uma dualidade do Ministro que negocia lá fora e do Ministro que gera a coisa aqui dentro. Então, a minha sugestão é neste sentido de que o Ministro da negociação externa seja também coordenador da floração de algumas riquezas, como o nióbio. Temos o nióbio e uma série de outros minérios raros — eu diria 9 no mínimo — que poderíamos metalizar e já temos tecnologia brasileira para metalizá-los, é só começarmos. Nenhum País fica forte se não há um produto para que ele possa predominar no mercado externo e começar, então, assim uma nova fase da negociação da dívida. O que pensa V. Ex.<sup>a</sup>?

O SR. DÍLSON FUNARO — A questão é do enfoque da negociação. Quando discutimos sobre a Comissão de Negociação, um dos problemas que sempre discuti com o Senhor Presidente era este, era de termos uma comissão, porque isso permitiria, primeiro, oficializar um pouco as reuniões que tínhamos no âmbito daquela comissão e, segundo, termos um negociador que pudesse conversar com os bancos privados, para que o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central não tivessem que sair cada vez do

Brasil para ter uma discussão. Somente no momento preciso o Ministro deveria ir para uma negociação final ou conjuntamente, para se dar uma maior flexibilidade ao tratamento da dívida.

V. Ex.<sup>a</sup> colocou um ponto importante: ter um negociador específico para a dívida externa, porém o que poderia representar uma negociação externa é uma postura da Nação, é o reflexo de que não é o Ministro que está negociando. Vejamos o caso, como o meu: se mudássemos de linha hoje, teria sido muito barato a queda de um Ministro pela mudança e pelo crescimento de um país. Nós somos mais do que isso, nós todos juntos estamos querendo uma renegociação que permita que o Brasil consiga este espaço no futuro, por isso seria uma renegociação importante no sentido de mesmo que saia um Ministro o outro continue. É a Nação, é o Presidente, é o Congresso que estão envolvidos. Por isso que a desinstituição nacional me surpreendeu muito, inclusive isso ficou muito claro. Fala-se muito em transparência, mas ficou muito transparente aqui, dentro do Brasil, a posição de muitas pessoas.

O SR. RONAN TITO — Finalmente, apenas, Sr. Presidente, para não abusar, gostaria de perguntar se esta Comissão quer subscrever esta minha proposta, senão eu a farei, pessoalmente ao Presidente da República. Eu sugeriria o nome de V. Ex.<sup>a</sup> para presidir esta Comissão de Negociação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Permita-me chamá-lo de Ministro Dílson Funaro, para deixarmos em tempo bem protocolares aqui a nossa discussão, já que divergimos tanto no plano interno, vamos ver se no plano externo algo vamos ter de comum.

Preliminarmente, aqui foi muito falado, e V. Ex.<sup>a</sup> enfatizou bastante a questão do déficit. É público que seria manejado como um argumento que não respondia bem a uma realidade, o déficit não ser tão importante como o foi. Então, não sendo assim, tão importante, a consideração do déficit dentro das agruras dos problemas brasileiros, qual a explicação dada, e aí fazemos inicialmente a nossa solicitação da imprensa, porque senão não sairia daqui bem fumida dos necessários esclarecimentos, a seguinte observação: após a sua saída, sente-se como que, não diremos subordinação, mas uma maior divulgação de contatos com o FMI.

Ao reajustar as tarifas públicas antes da sua saída, V. Ex.<sup>a</sup> já procurava ajudar essa mudança das negociações ou procurava com as mesmas atacar este problema que aqui não foi apresentado com tanta importância como fosse o déficit público. Essa é a primeira pergunta.

O SR. DÍLSON FUNARO — Nobre Senador, vou colocar o problema do déficit, porque talvez eu não tenha sido bem claro naquele instante. O déficit público tem a maior ou menor importância no processo inflacionário, dependendo de como está a economia. No ano passado, no Plano Cruzado, qualquer pequeno déficit público aumentava a demanda e, certamente, pressionava os custos e se transformava num volante e numa alavanca da inflação. Neste ano, com o mercado

um pouco mais equilibrado, o déficit público já não tem a proporção que teve no ano passado. Se examinarmos o déficit em detalhe verificaremos que parte dele, este ano, será para a compra de uma safra agrícola, que foi maior que a do ano anterior; provavelmente, este será um grande peso do déficit público hoje.

Outra componente importante do déficit, neste ano, vai ser certamente, não o problema das tarifas, que têm que ser reajustadas numa inflação dos últimos três meses, e que têm que ser mantidas, porque não podemos abrir um déficit público maior, devemos mantê-lo dentro de um nível razoável. O que eu quis dizer, naquele momento, é que o déficit público brasileiro, diferente de outras nações, não é um déficit tão alto como existe em outros países que têm uma inflação muito mais baixa que a do Brasil. V. Ex.<sup>a</sup> conhece o déficit italiano e conhece a inflação italiana.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E o progresso italiano...

O SR. DÍLSON FUNARO — O déficit italiano chega praticamente a 9,5%. Este ano, o Ministro da Fazenda de lá, está tentando reduzir para 7,5%. O déficit brasileiro, no ano passado, foi de 2,9%. A Itália está com 7% de inflação. Portanto, a relação déficit/inflação não pode ser vista apenas do prisma único déficit/inflação. Quando falei da dívida em relação ao déficit, é que na realidade todas as propostas do Fundo Monetário, no passado e no passado recente, inclusive na primeira visita que fiz, eram para um país que não tivesse déficit, mas tivesse um superávit de 2%, de 1%. O que certamente provocaria uma recessão profunda este ano se adotássemos uma política de um corte rígido de um déficit público de mais 2,9% para menos 1% ou para zero. Era isto que eu queria citar a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> vai ver que aqui não vamos discutir com V. Ex.<sup>a</sup> aliás até em respeito pela boa idéia e pela boa intenção que teve do Plano Cruzado, em alguns dos seus efeitos bons ou maus. V. Ex.<sup>a</sup> há de concordar que àquela época deve ter até havido muita surpresa na equipe governamental quando o déficit alcançou aquelas alturas, a dívida interna diminuiu e a própria contrapartida de cruzeiros, o superávit foi o menor dos anos anteriores.

V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu a nossa pergunta, que era justamente sobre esses reajustamentos, a que tenderam a suprir de recursos da caixa do Tesouro para que esse déficit fosse menor, ou já era alguma atitude liberalizante por parte do Governo brasileiro quanto às intenções, nunca desmentidas, de fundos internacionais e de diferentes autoridades com que V. Ex.<sup>a</sup> se houve.

O SR. DÍLSON FUNARO — Vou ser muito claro. Não houve nenhuma intenção de reajuste de tarifa por causa do Fundo Monetário Internacional.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ótimo, porque fica registrado.

Então, foi para o déficit?

O SR. DÍLSON FUNARO — Foi.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, o déficit tem alguma importância?

O SR. DÍLSON FUNARO — É evidente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — As perguntas agora serão mais suaves. A grosso modo, qual o percentual da dívida atribuído a bancos privados estrangeiros, a bancos oficiais e instituições internacionais? Todo mundo fala "pagamos de dívida tanto e transferimos tanto". Eu, pelo menos, tenho uma noção disso pelo dever de estar contraditando V. Ex<sup>a</sup>, mas, depondo perante esta Comissão, V. Ex<sup>a</sup> poderia reafirmar, a grosso modo, essas porcentagens?

O SR. DÍLSON FUNARO — Claro. São 67 bilhões a bancos comerciais. Há no Clube de Paris 14 bilhões. Quando negociamos hoje deve dar um pouco mais; há, no último registro do Banco Central, 7,9 bilhões com o Banco Mundial...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O resto dá 16 bilhões.

O SR. DÍLSON FUNARO — É isso.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A Comissão fica informada pelo Sr. Ministro DÍLSON FUNARO de que aos bancos privados devemos aproximadamente 70% da nossa dívida, aos bancos oficiais 14% e às instituições internacionais 16%.

Sr. Ministro, como acompanhar o desenvolvimento industrial, máxima tecnológico, a que V. Ex<sup>a</sup> tanto se referiu, se não forem bem sucedidos os esforços da renegociação da dívida?

O SR. DÍLSON FUNARO — Deixe-me partir deste ponto; primeiro, acho que há algumas variáveis que precisam ser colocadas nesta questão de V. Ex<sup>a</sup> A primeira delas é a seguinte: que tipo de superávit o Brasil pode conseguir este ano e em outros anos? A proposta era cerca de 8% e não 12%, como no passado. A renegociação, como eu disse à Comissão, pode permitir uma discussão sobre os juros retidos para normalizar a posição brasileira. Portanto, os juros retidos estão em cerca de 5,6 bilhões de dólares por ano, e estamos discutindo cerca de 4 bilhões de dólares de refinanciamentos nos órgãos oficiais, nas instituições internacionais e nos banqueiros privados, para normalizarmos a posição brasileira. A questão da renegociação externa passa pela normalização. Isso é importante, porque é diferente de outras nações que precisam de dinheiro novo para fazer face aos seus compromissos. Temos a mesma discussão com os banqueiros internacionais quanto à questão do refinanciamento, que não é colocado por eles com dinheiro novo; porque eles sabem que é um refinanciamento de juros, que foi colocado desde o primeiro momento para normalizar uma posição brasileira. Com o Banco Mundial, sua missão já está propensa a encaminhamento que permita um financiamento maior. Certamente o Brasil tem uma grande oportunidade de fazer esse refinanciamento internacional sem maiores problemas, porque ele tem uma posição dez vezes melhor que já o fizeram. Só que eles adotaram as políticas do Fundo Monetário, e o Brasil não deseja adotar. É incrível o Brasil continuar pagando, como pagou nos últimos dois anos, 24 bilhões de dólares e não receber nada de refinanciamento. Se a Nação brasileira é uma Nação tão pequena, que paga 24 bilhões de dólares, e não consegue refinar uma parte, então, realmente, ela não merece ser refinanciada.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Ministro, só para explicação à Comissão. V. Ex<sup>a</sup> disse que nada de dinheiro novo. Permita-me lembrar-lhe que das instituições — por isso é que perguntei a V. Ex<sup>a</sup> qual, a grosso modo, essa percentagem das instituições internacionais — V. Ex<sup>a</sup> está negociando dinheiro novo, não é só novo não, é novíssimo. V. Ex<sup>a</sup> não, mas o sucessor de V. Ex<sup>a</sup>, o Governo brasileiro, e oxalá pegue não 2,5, mais, até 3, 4 bilhões de dólares. Isso, na hipótese otimista. Mas perguntei a V. Ex<sup>a</sup> na hipótese pessimista, se fomos malsucedidos — se fomos bem-sucedidos, está tudo acabado, direitinho, dentro do figurino — qual o caminho que V. Ex<sup>a</sup> apontaria? Seria uma autarquização da economia?

O SR. DÍLSON FUNARO — De jeito algum. Isso seria um suicídio.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Gostaríamos de ouvir a solução que V. Ex<sup>a</sup> procuraria dar, se Ministro fosse.

O SR. DÍLSON FUNARO — Quero insistir com V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: que não passa por uma mudança da economia interna, passa por uma normalização da negociação. Se fomos mal sucedidos — suponhamos que este ano os banqueiros não quisessem conversar com o Brasil. Neste caso, ficariam suspensos os juros. É evidente que V. Ex<sup>a</sup> está partindo de uma hipótese radical, pessimista. Estou partindo agora da sua hipótese, uma hipótese radical, onde as pessoas não conversam, não há negociação internacional e as pessoas simplesmente se retiram da negociação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não ficam levando com a barriga para a frente?

O SR. DÍLSON FUNARO — Ficariam retidos aqui no Brasil 5,6 bilhões de dólares, sem necessidade, maior do que o que estamos pedindo para normalizar, quando outros países precisariam de dinheiro novo para refinar.

A questão do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento; estamos pagando ao Banco Interamericano de Desenvolvimento mais do que está nos financiando. Quanto ao Banco Mundial, somente no ano passado é que conseguimos receber mais do que estávamos pagando. Quando entramos no governo não havia um volume de projetos que permitissem financiar o montante que estávamos pagando. No ano passado pagamos 1.2 e recebemos 1.7. Felizmente, foi positivo, 500 milhões de dólares, não no ano fiscal do Banco Mundial de junho a julho, mas no ano-calendário brasileiro, que foi durante 1986. Por isso, este ano, estamos ampliando com o Banco Mundial para tentarmos chegar a 2.5 e, para financiarmos uma parte desse déficit e normalizarmos a situação internacional. Agora, nunca parti de uma posição radical, porque as pessoas e os banqueiros, com quem conversei lá fora, estão buscando um caminho para a solução da crise e não querendo radicalizar um processo de crise.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Uma pequena curiosidade, Sr. Ministro. Por que é que em maio, em junho, quando o Governo brasileiro tinha um apoio interno incontestável, reservas ponderáveis, uma credibilidade internacional, ele não procurou forçar a barra e fazer esta renegociação? Isso atesta os importadores as dificuldades já de deter-

minadas importações via restrições feitas pela CA-CEX, que já são muito grandes. Esperamos, como todos os brasileiros, que o Governo, o mais rapidamente possível seja bem-sucedido nesta negociação. Àquela ocasião, V. Ex<sup>a</sup> se sentava à mesa, estava com bastante dinheiro para jogar pôquer com os adversários. Hoje, jogar pôquer com os adversários com os fundos dos bolsos já quase sendo alcançados é muito mais difícil, não?

O SR. DÍLSON FUNARO — Nobre Senador, vamos colocar a visão desse problema dentro de um outro quadro. Em primeiro lugar, rapidamente, a CACEX está liberando, para a iniciativa privada, mais guias do que no ano passado. No mês de março foram 800 e poucos milhões de dólares de guias, contra 700 milhões no ano passado. Portanto, o problema da CACEX é que houve um momento em que os importadores entraram, não com um bilhão de pedidos por mês ou oitocentos milhões de pedidos por mês, mas dois bilhões e duzentos por mês. Achando que haveria uma crise eles quiseram importar mais. Assim, a CACEX foi obrigada a fazer uma administração dos pedidos que lá entravam. Esse é um outro problema.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E face ao desenvolvimento havido no ano passado que requereria e muitíssimo o aumento dessas importações, não, Ministro?

O SR. DÍLSON FUNARO — Claro, mas as importações no ano passado foram 70% a mais do que no ano anterior para o setor privado. Realmente, o desenvolvimento nacional foi compensado por maiores guias e aproveitamos, sim, que o preço internacional do petróleo tinha caído e demos mais guias para o setor privado fazer o seu desenvolvimento no ano passado.

Mas voltando ao problema que V. Ex<sup>a</sup> colocou, e que me parece de fundamental importância; por que não fizemos, depois do Plano Cruzado, uma negociação externa, quando o Governo tinha 6 bilhões e meio, 7 bilhões de reserva naquele instante? Vou responder-lhe o seguinte: naquele instante, tínhamos 14 bilhões de dólares que eram o problema do Clube de Paris que chegava, no final, a 4 bilhões e 600, que chegou no final do ano passado — portanto, é uma importância relativamente pequena no fluxo da dívida — com todas as nações que tinham deixado de ser pago desde 85 e 86 e nós caminhávamos, aceleradamente, para fazermos um acordo no Clube de Paris para deixar o pagamento das nações em ordem, para podermos discutir a grande parcela da dívida que era com os banqueiros comerciais. Isto foi feito em 19 de janeiro deste ano. A partir daí pudemos discutir com os banqueiros, ainda com uma reserva de 3.9 que foi anunciado pelo Presidente à época, hoje, como disse, está em 3.4, no dia que sai do Governo. Isso mostra que o Governo tem, absolutamente, reservas para poder enfrentar as importações dos próximos quatro meses e pouco. Assim, é completamente diferente de um Governo que chegou em 1982 e não tinha um dólar para pagar nenhuma importação e ficava na pendência de pagamento de petróleo e de outras matérias-primas necessárias, e se houvesse alguma exportação naquele momento.

Portanto, o Governo brasileiro, hoje, está absolutamente, a cavaleiro para poder discutir esta questão da dívida. Agora, a dívida de curto prazo, como disse, não aconteceu absolutamente nada, já estamos com 60 dias a partir da suspensão. E toda a história de retaliação, de medo de assustar a sociedade brasileira não passa de um grande blefe, pois o Governo não caiu. O Governo brasileiro teve consciência e amadurecimento de poder discutir, no momento certo, com a reserva ainda com o nível de quatro meses de importação e estabelecer condições diferentes para negociar a dívida brasileira.

Acho que se o Brasil tivesse 7 ou 8 bilhões de dólares, não deveria deixar de pagar. Deveria fazer o que nós fizemos à época, que foi procurar voltar ao mercado voluntário junto com os banqueiros. Hoje, o testemunho é deles, várias vezes me disseram, perguntaram-me por que naquele momento não voltamos ao mercado voluntário? Só que a história não volta atrás, isso aconteceu o ano passado, e eles acharam que precisavam de 100% de assinatura de todos os bancos e iam fazer isso com o Brasil, para que voltasse ao mercado voluntário, o que fizeram com outras nações, mas que ficaram aguardando por dez meses uma resposta do sistema financeiro.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A resposta é brilhante, naturalmente, mas o conceito é meramente opinativo, aí, na última parte. Aceitamo-la e não iremos discutir numa sessão pública como esta, Sr. Ministro Funaro, inclusive o limite dessas reservas.

O SR. DÍLSON FUNARO — Não. Eu faço questão de discutir numa sessão pública, porque este tipo de comportamento, nobre Senador, é o que realmente aconteceu quando vim ao Senado Federal e que o Senador Roberto Campos me disse que eu só tinha 1 bilhão de reservas no Banco Central. Elas estão publicadas que eram 4 e meio naquela época. E este tipo de colocação é de maus brasileiros, porque, na realidade, sempre mostram um país quebrado, quando o Brasil não está e tem reservas depositadas lá fora e estão registradas no Banco Central. Portanto, este tipo de comportamento é o que mais empobrece a negociação, porque sempre estão colocando dúvidas sobre coisas que não existem. Isto precisa ficar muito claro aqui dentro.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminente Ministro, a discussão, com a calma que estou procurando fazer, tem a sua razão de ser e lhe disse que até não gostaria de discutir este caso. Tenho as notas taquigráficas do Senado e V. Ex<sup>a</sup> — sem defender o Senador Roberto Campos — está equivocado. V. Ex<sup>a</sup> dizia que o nível era de 5 e S. Ex<sup>a</sup> dizia que tinha informações de que era menos de 5.

O SR. DÍLSON FUNARO — Não, eram dois. Agora me recordo bem, eram dois. Então, V. Ex<sup>a</sup> vá buscar as notas taquigráficas, porque me lembro bem.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Basta que V. Ex<sup>a</sup> veja as notas taquigráficas para se certificar. Mas em todo caso, não passa na cabeça de um homem que levou toda a sua vida, procurando o bem-estar deste País, cuidando, e a consciência me diz isso, que viesse fazer perguntas, aqui, de mau brasileiro. Isso, naturalmente, é a excitação

de que V. Ex<sup>a</sup> se acha possuído, explicável pelas más compreensões que teve da sua atividade. Mas tornamos a repetir que estranhamos porque no início de maio, junho, do ano passado — V. Ex<sup>a</sup> disse agora que não adianta cantar o passado ou chorar o leite derramado — não fizemos essa renegociação porque realmente era a ocasião, isso toda lógica diz, pois estávamos munidos das condições necessárias.

Finalmente, queremos um conceito meramente opinativo de V. Ex<sup>a</sup>. Em que ponto estaria o Brasil sem os investimentos tomados possíveis graças a essa dívida contraída, em que parte destinada, reconhecemos, às obras fundamentais e algumas delas que todos consideram-nas faraônicas?

O SR. DÍLSON FUNARO — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que o resultado do crescimento de um país é o somatório da poupança interna e da externa. É evidente que o empréstimo externo quando soma à poupança, para que exista, se transforma em investimento e realmente, o país cresce. Não há dúvidas quanto a isto. Nunca, em momento algum, foi discutida a questão do endividamento externo, quando esse se soma à poupança interna transforma-se em investimentos necessários. Isso, ao contrário, ele acelera o progresso de uma nação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Agradecendo ao Sr. Ministro, gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> aceita, depois, que mandemos cópias das notas taquigráficas do Senado, em que verá que a atitude do Senador Virgílio Távora, apesar de seu adversário, não foi de mau brasileiro, não foi de dúvida que as reservas fossem tais ou quais, porque isso daí seria um desserviço ao País. Foi, ao contrário, o de apresentar questionamentos que, a eminente "Situação" — entre aspas —, seja ou PMDB, ou seja PFL, talvez por acúmulo de preocupações políticas, nunca se dignou a responder.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. DÍLSON FUNARO — Nobre Senador, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, em momento algum quis me referir a V. Ex<sup>a</sup>. Eu disse que a colocação de reservas baixas era sempre uma afirmação de maus brasileiros. Referi-me à tese e não a V. Ex<sup>a</sup>. Apenas para esclarecer.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Apenas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a questão das reservas — é a que me referi — não poderia fazer numa sessão. V. Ex<sup>a</sup> deve estar recordado, só para não fazer mais alusão a respeito, de que fui o Presidente de uma Comissão de Inquérito sobre o comércio, primeiro com a Polônia, depois com o leste europeu e nós verificamos bem esta questão das reservas lá.

Era isso que queríamos dizer e alertarmos a V. Ex<sup>a</sup>: nunca houve intuito, aqui, de colocar mal o Governo brasileiro em uma situação que nos cabe, todos, defender.

O SR. DÍLSON FUNARO — É claro. Nem eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — O Sr. Ministro nos trouxe alguns dados e respostas sobre algumas questões que eu deveria formular sobre algumas posições. Mas quero dizer, que como mem-

bro desta Comissão, neste instante, Sr. Ministro, não vou me deter nos detalhes, mas me aterei ao aspecto macro da questão, naquilo que me parece que pesa, que decide, que determina o curso do processo.

A questão da dívida externa não é nova, nem no Brasil, nem na América Latina, nem no mundo. Ela é uma questão que vem tomando uma discussão coletiva nos órgãos, à medida em que os países subdesenvolvidos vão procurando e botando fora para poderem discutir esse grande problema. E nos últimos 60 dias, em dois encontros regionais que tive, tanto na COPAL, em Lima, discutindo com mais de trinta partidos políticos, representando mais de vinte países, a questão da dívida externa era a primeira questão do tema-rio de todos os que representavam os países e os respectivos partidos políticos.

Recentemente, em Argel, nas últimas semanas, participando de um encontro que não era diretamente sobre a dívida, mas na discussão que rodava entre países asiáticos e africanos, também a dívida externa era o tema que mais trazia o centro do debate e das discussões. Há mais de oito anos, discutindo, em Paris, num seminário, quando se discutia e vinha à tona o plano universitário, a questão da nova ordem econômica na busca de uma saída, já se ouvia, dos grandes mestres e dos técnicos de grande envergadura, que a saída para os países latino-americanos ou africanos e asiáticos, com relação ao problema da dívida externa, a manter as relações econômicas injustas — porque hoje existe — não haveria outra saída, senão o de apagar a dívida para melhorar a situação internacional.

Com relação à situação brasileira que, segundo os dados que temos aqui — até tomamos dados de outros companheiros, mas já o sabemos bem — só de 70 a 86, o Brasil, como a América Latina, deixou de ser um país para onde vêm dólares para o seu desenvolvimento, para ser País exportador de dólares para os países desenvolvidos. Isto mostra as estatísticas. Como V. Ex<sup>a</sup> acabou de afirmar agora, há pouco, nos últimos dois anos saíram 24 bilhões de dólares sem praticamente poderem refinar a dívida. Queremos tomar por base — e V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem o problema das relações econômicas injustas em que se baseiam os princípios da nova ordem econômica internacional da constante luta pela discussão Norte-Sul: países em vias de desenvolvimento, 77 versus países industrializados, países ricos. E, como exemplo, o suco de laranja é bem característico. Os países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, lançam grande quantidades de produtos no mercado internacional e recebem, em contrapartida, a metade do preço do que recebem antes.

É impossível que trabalhadores, sem assistência médico-previdenciária, com dificuldades, atavessando sol a sol, trabalhando 14 horas por dia, possam ter os seus produtos na exportação recebendo metade do preço de um ano para outro, quando deveriam receber muito mais.

Tenho uma declaração, também, do Presidente Fidel Castro, numa entrevista a dois parlamentares norte-americanos, onde S. Ex<sup>a</sup> diz que se Cuba não tivesse contrato que tem com a União Soviética para que os preços dos produtos industrializados e matérias-primas que exportam para

a União Soviética acompanhassem o aumento de preços dos produtos industrializados e matérias-primas, Cuba não poderia ter tido êxito de ser hoje o país que tem, mesmo com as transformações econômicas, o menor índice de mortalidade infantil, melhor saneamento, básico de todos os países do Terceiro Mundo e nível de emprego com as condições econômicas de recursos materiais bem distante da realidade brasileira.

Sr. Ministro, tendo em vista estas considerações e outras que falou V. Ex<sup>a</sup> aqui — assim vejo no caso recente da tecnologia —, temos exemplo da Informática. A reação foi violenta no campo internacional com relação à reserva de mercado para a Informática. Tendo em vista todos esses pontos, parece-me que a questão se resume neste ponto básico: o das relações econômicas e justas — naturalmente, que há necessidade do desenvolvimento tecnológico para que possamos fazer parte quando das exportações com produtos industrializados, adotando tecnologia desenvolvida. Isso envolve material humano, pois precisamos de ter uma preparação, como dizia o nobre Ministro Renato Archer anteontem na Comissão de Soberania da Relação Internacional, dando conta do que se passa em sua Pasta.

Não creio, Sr. Ministro, tendo em vista que de 1970 para 1976 para a evolução do crescimento da dívida — hoje praticamente comprometido com a balança comercial, em relação ao serviço da dívida, a subida dos juros, que oscilam em função do mercado financeiro internacional, que é dominado pelos ricos e que não têm nenhum interesse em apoiar o desenvolvimento, mesmo porque, no depoimento que disse V. Ex<sup>a</sup> aqui, o objetivo dos países ricos é de manter um baixo nível da economia interna dos países em vias de desenvolvimento, de exportar o máximo e ser bons pagadores da dívida. Por conseguinte, serem aqueles que assegurem a entrada de dólares para os banqueiros internacionais, para o sistema financeiro e para os países que emprestam dólar. Então, é uma política apropriada para retirar e sugar as economias dos países em vias de desenvolvimento.

Tenho o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup> como Ministro, pela coragem que teve de dar início ao problema da moratória. Creio, entretanto, que esta questão deveria ter sido aprofundada ao nível interno, com amplo debate com a população para que ela participasse dessa política do enfrentamento com o sistema financeiro internacional, que não está brincando com essa história. Nesse sentido, que o problema da moratória repasse meramente aos ditames governamentais e burocráticos, para um amplo debate popular a nível de eleições diretas neste País, para que esta questão do problema da dívida externa ganhe uma base social de sustentação para o enfrentamento, que é gigantesco, em face do sistema financeiro internacional.

Mas eu, sinceramente, com todo este respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, e sabe bem disso, não acredito que possamos ter uma saída para o Brasil apenas com a negociação da dívida nos moldes de que tratamos aqui, pelo simples fato de acreditar que logo mais se reproduziriam o mesmo quadro de hoje se não lutarmos por relações econômicas justas, se não houver um endurecimento concreto. Trago testemunho do Peru, que tem um grande líder continental, como Alan Garcia,

que à frente, na defesa dos interesses do povo peruano, levou o problema da dívida, como eu assisti em várias cidades, para um amplo debate popular, pedindo o apoio da população peruana para a política que S. Ex<sup>a</sup> adotou para o Peru. No ano de 1986, o Peru deveria pagar 5 bilhões e 650 milhões de dólares, que correspondiam a 170% das exportações. Era inviável pagar isso. Então, definiu-se soberanamente que, na defesa dos interesses do povo peruano, deveria fixar até 10% sobre as exportações não preferenciais. Assim, houve êxito na economia num período de 1986, nos parece que tendo reduzido a inflação de 160% para 53%, tendo ampliado a reserva, mesmo com essa dificuldade e o cerco do pessoal, tendo feito crescer o PNB em aproximadamente em 8 e pouco por cento, e criado um certo número de emprego. Se essa posição tivesse sido firme e tomada pelo nosso País, creio que era dever termos mantido V. Ex<sup>a</sup> à testa do Ministério para aprofundarmos a luta para uma melhor solução diante da negociação da dívida.

Mas, Sr. Ministro com estas considerações que formulo, não entro nos detalhes dos números menores, mas na formulação global da proposta da saída da dívida. Apenas entendo que a negociação, mesmo formulada e bem negociada dessa forma que está colocada, agravaria ou se reproduziria em curto prazo situação igual ou pior. Tendo em vista isso, pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, se acredita, mesmo que a negociação formulada nessas bases não vai reproduzir esse quadro logo mais, porque a dívida externa não é um fato isolado, ela é resultante de relações econômicas injustas: subida de juros, subida de spread e toda uma relação econômica que os países em vias de desenvolvimento não têm saída.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nobre Senador Aluísio Bezerra, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fosse breve.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me desse o mesmo tratamento que deu ao Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — S. Ex<sup>a</sup> falou muito menos do que V. Ex<sup>a</sup> e arguiu o depoente.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — A minha arguição não será em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O problema é que temos o limite de tempo com relação à presença do próprio depoente. Esta é a única questão fundamental.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Tudo bem, Sr. Presidente, concluo.

O povo brasileiro está muito mais preocupado com a dívida, é a questão central que enfrentamos. Queremos o tempo necessário para poder discutir e não fazer apenas uma aparência da discussão desta grave questão. A pergunta que formulo ao nobre Ministro é se S. Ex<sup>a</sup> acredita firmemente que a negociação terá uma solução concreta ou se ela vai apenas reproduzir o problema mais à frente, o que exigirá uma outra solução mais aprofundada para a situação brasileira.

O SR. DÍLSON FUNARO — Nobre Senador, acho que o ponto que V. Ex<sup>a</sup> coloca, e com muita propriedade, é qual o nível de transferência que

um País pode ter sem prejudicar o seu crescimento e não entrar novamente numa crise, no futuro?

Toda a discussão internacional feita nos níveis da Nação, na própria reunião do Fundo Monetário, em outras reuniões, em outros fóruns internacionais, mostra que a economia internacional sabe da delicadeza do momento. Todas as nações, em todos os seus pronunciamentos, mostram uma grande preocupação com o mundo de amanhã. Os Estados Unidos, hoje, são um grande devedor. Portanto, é a primeira vez que um país líder não é o grande credor, mas sim o grande devedor. A política de juros hoje atinge profundamente o próprio Estados Unidos.

Portanto, o cuidado que precisa ser dado numa economia mundial, o cuidado com que as pessoas têm-se referido ao futuro e um relacionamento entre as nações tem sido de uma grande preocupação internacional.

Por outro lado, todos nós acreditamos, dentro de todas as simulações possíveis, os estudos possíveis, de que uma Nação como o Brasil tem uma capacidade de transferir até 2% do PIB, não mais do que isso. Quando comparamos com 6% com que transferimos em 1984, mostra que a Nação realmente não poderia, a não ser sair de uma crise e entrar em outra crise. Tenho insistido muito que o problema do desenvolvimento é um só: é a capacidade do País de importar. Estamos hoje exportando duas vezes o que nós estamos importando. Nenhuma Nação pode se manter nesse quadro durante muito tempo. E o Brasil está num estágio de desenvolvimento tecnológico, comparando com os preços, as trocas de produtos etc., como V. Ex<sup>a</sup> colocou. Quer dizer, dentro desse estágio é impossível se manter num estado tecnológico muito avançado, pode-se até manter uma relação diferente, mas dentro desse estágio não podemos manter. Por isso que o Brasil tem que encontrar um caminho que permita uma renegociação, que não transfira mais que os 2, 2,5% do PIB e que com isso mantenha uma capacidade de importação maior do que teve no passado para poder manter o seu desenvolvimento.

Este é o quadro em que foi baseado os estudos que irei enviar a V. Ex<sup>a</sup> para que em detalhe V. Ex<sup>a</sup> possa conhecer a proposta brasileira.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Só para concluir. Então, neste caso V. Ex<sup>a</sup> é de opinião que seja fixado, soberanamente pelo povo brasileiro — naturalmente através do Congresso Nacional — um teto do percentual para o pagamento da dívida, seja sobre importações, seja sobre o PIB, para que esse percentual pago não altere e nem prejudique o crescimento da economia para assegurar o progresso social e econômico do povo brasileiro?

O SR. DÍLSON FUNARO — O que eu disse aqui é que na proposta brasileira para os próximos 4 anos, a transferência oscilava entre 2 e 2,5% que é o que o Governo acha — eu achava naquele instante e continuo achando que é o que podemos fazer face, sem uma nova crise, como V. Ex<sup>a</sup> colocou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ivan Bonato.

O SR. IVAN BONATO — Ministro, vou procurar ser breve. Tenho duas perguntas a lhe fazer.

V. Ex<sup>a</sup> falou que a dívida a curto prazo não tem o problema com relação a sua renovação. Parece-me que houve somente um banco que não quis renovar essa dívida, que é de 60 dias e que serve principalmente para financiar as importações e exportações, o comércio entre o Brasil e outros países. Mas eu fui informado que na renovação os bancos procuraram roubar-nos, três ou quatro dias como um sinal de que a tendência era de que se diminuíssem os prazos. E se essa tendência realmente continuar vai ser asfixiante para o nosso País, porque precisamos desses recursos a curto prazo. E o nobre Senador Virgílio Távora colocou com relação às represálias que poderia haver com relação aos banqueiros internacionais. Penso que essa é uma das armas que eles têm justamente para usar contra nós e nos asfixiar em termos de recursos financeiros.

Então, pergunto-lhe se é verdadeira esta informação que eu tive, e se esta é uma possibilidade? E quais são as medidas, ou armas, que temos para nos defender?

A segunda pergunta é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> falou que nos anos de 84, 85, 86, os investimentos foram pequenos em nosso País e houve pouca transferência de tecnologia, porém em 1987 continua a mesma situação até talvez agravada, e com a moratória isso talvez se agrave mais ainda. Existe uma dificuldade muito grande dos empresários, primeiros porque os investimentos estrangeiros estão sendo muito poucos, segundo porque a importação de máquinas e equipamentos, por parte do empresariado brasileiro está sendo dificultada. Acho que a moratória vai dificultar, não há dúvida alguma. Temos que ser realistas. Há, também, uma certa incerteza por parte do empresariado brasileiro com relação à política interna, e logicamente, isso retrai um pouco as importações em busca de tecnologia.

Então, pergunto-lhe o seguinte: isso não vai agravar o fosso que existe entre nós, o Brasil, e os países mais desenvolvidos e um distanciamento maior com relação à tecnologia? O que podemos fazer para que a indústria brasileira, que hoje está bastante avançada, não aconteça a mesma coisa que aconteceu na Argentina, que se tornou totalmente obsoleta?

O SR. DÍLSON FUNARO — V. Ex<sup>a</sup> levanta dois pontos úteis e extremamente importantes.

Primeiro, sobre os três dias: as operações nos mercados, antes da suspensão de pagamento de juros, eram feitas, mais ou menos — apesar de existirem os projetos 3 e 4, que obrigavam os bancos a reaplicarem essas linhas de curto prazo — num sentido razoavelmente voluntário. O banqueiro terminava a linha, sacava o dinheiro, uma semana depois ele voltava e depositava no banco. Tínhamos sempre, 400, 300, 500 milhões de dólares que éramos obrigados a ficar ligando sempre para que esses bancos retornassem aos projetos 3 e 4. Quando nós suspendemos o pagamento...

O SR. IVAN BONATO — Isso não vai a 10 ou 15 bilhões.

O SR. DÍLSON FUNARO — Não, a linha de curto prazo são 15 bilhões de dólares, ela parte

de uma linha comercial e de uma linha interbancária. Isto acontecia nas duas linhas, mas, principalmente, da intercomercial, da interbancária, menos, mas sempre acontecia. Então, eles voltavam como se fosse voluntariamente uma semana depois, ou três dias depois. Quando fizemos a interrupção de pagamento, para não existir isso, porque sabíamos que na hora em que eles saíssem não voltariam mais, baixamos um telex dizendo que não admitiríamos mais, de acordo com os projetos 3 e 4, que essas linhas fossem sacadas dos bancos brasileiros. Então interrompemos esse processo.

Então, desde a suspensão do pagamento de juros não aconteceu mais nada, eles estão lá. Agora, o perfil da dívida não é de uma linha de 60 dias. No interbancário havia bancos que depositavam por 90 dias, outros que depositavam **overnight**; mas o perfil da dívida dava um momento em que os bancos começaram a pressionar, inclusive os bancos grandes, como Morgan, passaram as linhas que venciam e 30 dias em **overnight**. Porém, isso também não deu nenhum resultado. Sempre conversamos com muita clareza, porque não adianta esse tipo de pressão, a única coisa que poderia acontecer era as agências brasileiras quebrarem. O Brasil tem 3 bilhões e meio de reservas e se os bancos sacarem 15, evidentemente que o saldo não cobrirá.

Eles mesmos viram que não havia sentido fazer pressão contra a linha de curto prazo. A linha comercial ajuda a exportação brasileira, ajuda o superávit e a linha interbancária. Há os projetos 3 e 4 que estão assinados e que deveriam ser mantidos. Assim, não há por que detruir uma Nação que pagou nos últimos anos 24 bilhões de dólares.

Portanto, a negociação ficou muito clara e o próprio Morgan voltou de **overnight** para trinta dias, esticando novamente o perfil das linhas em curto prazo. Foi isso que aconteceu.

Quanto à segunda pergunta: o investimento. O que se precisa é reabrir as agências oficiais. A França abriu um pouco em 1983, em 1984, depois fecharam de novo mas ainda falta os outros bancos abrirem. Em 1985, 1986 financiaram muito pouco, no caso da Varig financiaram 500 milhões de dólares para aviões, pois houve interesse da Boeing. Quero dizer que, na realidade, financiaram muito pouco os equipamentos brasileiros.

E quando falamos em desenvolvimento e o crescimento — esse discurso que já foi citado aqui pelo Senador Henrique Cardoso o discurso do crescimento, é traduzido através dos investimentos e principalmente dos financiamentos. Quero dizer, hoje em dia, grande parte dos bancos oficiais deveria começar a reabrir, de acordo com a carta do Clube de Paris, assinada, porque as nações começaram a receber os pagamentos em ordem. O Brasil não tem atraso com as nações. Portanto, os bancos oficiais hoje deveriam começar a reabrir para o Brasil, principalmente, em linhas de investimentos e de financiamentos de equipamentos. O que aconteceu nos outros países também foi uma coisa curiosa. Apesar do pagamento do Clube de Paris, as agências oficiais sempre diziam que esse pagamento é igual ao pagamento dos juros. Eles não estavam amortizando o principal. Portanto, não amortizando o principal as agências continuavam fechadas. É

um processo de estrangulamento que tem que ser resolvido. Isso sempre foi conversado a nível muito mais alto com os Ministros de Economia e também com os Ministros de Relações Exteriores, para que existisse o entendimento político maior que permitisse, então, aos países devedores financiarem os seus equipamentos para a modernização da tecnologia com a ajuda daquelas nações exportadoras e fabricantes. Mas ainda é um processo em discussão que certamente esta Comissão, quando tiver contato com os membros dos Parlamentos, poderá fazer um trabalho excecional e a um fluxo normal de financiamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sr. Relator, V. Ex<sup>a</sup> tem algum comentário?

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Tenho a impressão de que, para que possamos dar ao Ministro Dílson Funaro a possibilidade de conversar conosco em sessão secreta, creio que, mais proveitoso do que eu fazer alguma pergunta, seria termos a possibilidade de conversar, independentemente desta reunião de hoje. Assim abro mão de levantar qualquer outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Atendendo a solicitação do nosso depoente, nos termos do que a Comissão já entendeu anteriormente no transcurso desta reunião e com base no art. 128, a reunião nesse momento se transforma em reunião secreta.

(Está secreta à reunião.)

#### 4ª reunião, realizada em 14 de maio de 1987

Às dezesseis horas do dia quatorze de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Aluizio Bezerra, Leopoldo Peres, Raymundo Lira, Ronan Tito, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli, Virgílio Távora e Jamil Haddad, além do Sr. Senador Severo Gomes, reúne-se a Comissão Especial destinada a examinar a questão da Dívida Externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes nos planos externo e interno. Abertos os trabalhos, o Sr. Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada. Logo após, o Sr. Presidente convida o Sr. Fernão Bracher, ex-Presidente do Banco Central para tomar assento à Mesa. Em seguida, a palavra é concedida ao depoente que descreve o quadro internacional no qual se desenvolveu o endividamento externo e o posicionamento do Brasil. Na fase interpelatória, usam da palavra os Srs. Senadores Fernando Henrique Cardoso, Relator, Ronan Tito, Leopoldo Peres, Virgílio Távora, Jamil Haddad, Raymundo Lira e Carlos Chiarelli. Finalmente, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Fernão Bracher e, em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO", REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1987, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SENHOR FERNÃO BRACHER, EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

Presidente: Senador Carlos Chiarelli  
Relator: Senador Fernando H. Cardoso  
(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não havendo quem se oponha à dispensa da leitura da ata da reunião anterior, dou por encerrados os nossos trabalhos.

Nós temos o prazer, a honra e a satisfação de ter conosco o ilustre Dr. Fernão Bracher, ex-Presidente do Banco Central, que atendendo à nossa solicitação, e o nosso convíte, aqui comparece para dar o seu depoimento sobre a questão da dívida externa brasileira.

Sem mais delongas, e com os agradecimentos prévios e a satisfação que temos em recebê-lo, passo a palavra a V. S.ª para a exposição inicial que entender conveniente fazer.

O SR. FERNÃO BRACHER — Muito obrigado, Senador Chiarelli, muito obrigado Srs. Senadores e Deputados presentes, é para mim uma honria comparecer a esta Casa, estar com os Senhores para dar o meu depoimento, dar o meu saber a respeito dessa questão do endividamento externo brasileiro.

Eu preparei algumas notas que, espero que sejam breves apenas uma tentativa de enquadrar a discussão de modo que possamos, talvez, com um maior proveito, nos colocar à disposição para as suas perguntas. Talvez eu pudesse, rapidamente, descrever o quadro internacional no qual se desenvolveu o endividamento externo, e depois o posicionamento do Brasil.

Basicamente, as dificuldades que hoje nós enfrentamos vêm da década de 60, com a Guerra do Vietnã, com o enorme déficit americano, que cria o mercado de euromoedas; cria resistências conhecidas, como foram as do General De Gaulle à hegemonia do dólar; cria a necessidade da formação de uma moeda internacional, como foi o Direito Especial de Saque, que veio a surgir na reunião do Fundo Monetário Internacional do Rio de Janeiro, em 1967 e, enfim, consolida a existência do euromercado.

Esse desregramento do dólar traz, em 15 de agosto de 1971, a inconversibilidade do dólar em ouro. Antigamente era possível aos países detentores de dólar trocarem o dólar em ouro. Isto deixou de ser possível a partir de agosto de 1971. Posteriormente, ainda, dentro do bojo da crise monetária, nós temos a Guerra do Iom Kippur, no segundo semestre de 1973, que, dentro desse contexto de instabilidade financeira, em grande parte leva o mundo ao enorme aumento dos preços do petróleo e, enfim, em 1975, temos um novo acordo com o Fundo Monetário Interna-

cional, na Jamaica, pelo qual terminam as paridades fixas e passa-se a ter então paridades flutuantes das taxas de câmbio.

Em 1979, ainda não dominada a crise financeira internacional, temos o segundo choque do petróleo. Em 1980, ainda dentro do mesmo bojo da hegemonia da moeda americana, nós temos o choque das taxas de juros, e o sistema federal americano, tentando controlar a expansão monetária, eleva desmesuradamente a taxa de juros e, com isso, consegue breçar a inflação monetária, mas às custas de grave crise no mundo. E, enfim, em 1982, temos a ruptura do mercado financeiro internacional, ao menos para o continente Latino Americano, com a insolvência mexicana em agosto desse ano. É neste mundo que estamos hoje vivendo.

Como é que o Brasil se desenvolveu? Como é que o Brasil se comportou ao longo desses anos? Nós tivemos a facilidade, o êxito e a possibilidade de nos aproveitarmos da liquidez internacional, e os anos 70, que foram anos de recessão em muitos países, para nós foram anos de extremo crescimento e acelerado investimento.

O que ocorreu naqueles anos foi que o Brasil tomou emprestado largos montantes de dinheiro, embora até o final dos anos 70, fim de 78, a dívida externa brasileira líquida era de 30 bilhões de dólares, com 12 bilhões de reservas, contra 42 bilhões de dólares de dívida.

Mas, de qualquer maneira, havíamos crescido consideravelmente, a taxas superiores às históricas brasileiras nessa década, e com isso havíamos conseguido consolidar o nosso progresso.

Entretanto, já em 1979, com o aumento dos preços do petróleo e, em 1980, com o choque das taxas de juros, que nós vimos anteriormente, tivemos que adotar políticas de maior cautela e de maior restrição.

Finalmente, em 1982, a ruptura do mercado financeiro internacional, que alcançou toda a América Latina, como já indiquei, indiscriminadamente, alcançou, também, o Brasil que vinha obtendo créditos no mercado de até um bilhão de dólares mensais, e deixou de obter qualquer facilidade creditícia daí por diante.

Temos, então, o mundo em crise. Não o mundo, mas uma parte considerável dele; a América Latina, as Filipinas, a África toda. Uma característica dessa crise é, sobretudo, o fato de ser uma crise bancária, diferentemente daquilo que ocorrera nas décadas anteriores, nas épocas anteriores à 2ª Guerra Mundial, em que o endividamento dos países se fazia, sobretudo, na forma de bônus, de tal maneira que a inadimplência de um país devedor não se refletia no sistema bancário, mas se distribuía por toda uma população, para as viúvas, para os dentistas, para os médicos, enfim, por toda uma gama de poupadores, não ameaçando assim a estrutura. Esta crise financeira, pela primeira vez, apresenta características de ser uma crise bancária, porque, na década de 1970, o que ocorreu é que as grandes poupanças se concentraram nos bancos, porque foram, sobretudo, poupanças oriundas de superávits, de balanços de pagamentos ou então de grandes empresas já vindas do desregramento do dólar na década de 60.

E os bancos, para exercerem a sua função de intermediação, aperfeiçoaram e desenvolveram um sistema de taxas de juros, que permitiu a

eles conciliar o curto prazo com o longo prazo, que é exatamente a taxa interbancária de Londres.

Antigamente, voltando à maneira de se financiar, antes da 2ª Guerra Mundial, tínhamos bônus a prazos longos e a taxas fixas, de novo a ruptura de um país não punha em risco o sistema financeiro dos países-centros. Já, agora, nós temos os bancos tendo um trabalho técnico apreciável, e que, em grande parte, evitou uma séria crise financeira na década de 70, reciclando os petrodólares, entre outros fundos existentes, e reciclando-os de tal maneira que eles, que recebiam fundos a prazos curtos, puderam, então, aplicá-los a prazos longos, mas dentro do consenso entre eles e os devedores, de que o risco das flutuações das taxas de câmbio ficaria com o devedor.

Quanto a nós, Brasil, o que caracterizou a nossa posição é que nós desenvolvemos um planejamento de longo prazo, fizemos investimentos de longo prazo com a liquidez que existia no mercado de então, que era uma liquidez de médio prazo, portanto, havia no meu entendimento, como que uma cláusula não escrita entre devedor e credor, pela qual se sabia que, no vencimento, o Brasil iria a mercado para obter fundos para pagar essa dívida, e mesmo o próprio serviço, em muitos casos. De tal maneira que não deveria ser surpresa que, em havendo uma ruptura do mercado, o Brasil se colocasse na situação de dizer: Senhores, as condições nas quais os Senhores e nós contávamos mudaram, de modo que sentimos para programarmos agora como é que vamos fazer daqui para frente. Esta posição é a do devedor relapso, mas é a de um parceiro num negócio em que as duas partes percebem e verificam que um dos pressupostos básicos do negócio deixou de funcionar, que era exatamente a liquidez do mercado.

Então, estamos aqui em 1982. Qual foi o tratamento dado para essa crise de liquidez?

O tratamento dado, basicamente, de início, foi dizer: meus Senhores, é importante pôr-se ordem no sistema, e ordem significa vamos usar os instrumentos da ordem, e os instrumentos da ordem são, em grande parte, o Fundo Monetário Internacional. O Fundo Monetário Internacional virá aos países e procurará fazer com que o mais rapidamente possível eles se coloquem em condições de saldár as suas obrigações. Essa aqui foi a posição do Fundo em relação aos países.

E, em relação aos bancos, foi uma posição de grande firmeza, dizendo aos bancos: eu não entro sozinho, vocês vão entrar, vocês vão continuar o financiamento, vocês vão dar recursos novos, a fim de que se possa ter então uma solução para a crise. Essa solução foi a que durou mais ou menos 3 anos. Julgava-se que tinha se resolvido a questão, os países estavam se adaptando, quando se verificou que a problemática era um pouco mais difícil do que se havia imaginado.

Em primeiro lugar, os países com dificuldades na balança de pagamento tinham as mais variadas razões; havia países em que havia dificuldade na balança de pagamentos por violentas flutuações no preço de matérias primas, como é o caso, por exemplo, da Venezuela e do México, o Chile de certa maneira, havia países que estavam com dificuldades na balança de pagamentos, em grande parte devido às más políticas econômicas, como me parece que talvez tenha sido o caso da Argentina, que persistiu em uma idéia

de combater a inflação através de uma taxa de câmbio, desatualizada, estimulando importações e desestimulando exportações e cobrindo a diferença através de endividamento. E havia, enfim, o caso do Brasil, que havia contado com o mercado, de médio prazo para investimentos de longo prazo. Mas, de qualquer maneira, para a totalidade dos países, não funcionava o sistema proposto e daí parte o Fundo Monetário Internacional, e parte sobretudo o Secretário dos Estados Unidos, o Secretário Baker a sugerir que se adote uma nova política, que é a política de se verificar que, para solucionar o problema da dívida, era necessário se adotar uma abordagem de crescimento. Era o crescimento a única maneira de trazer a paz, ao equilíbrio novamente o Sistema Financeiro Internacional. Esta conceituação, em grande parte, foi adotada pelo Banco Mundial, em grande parte é adotada pelo Fundo Monetário, que mudou sua postura, e infelizmente, não foi adotada pelos Governos. Eu acho que os Governos os países credores são hoje os grades ausentes. São aqueles que, apesar de nós termos a figura do Secretário Baker a conchamar os bancos a cooperarem com os países, que estão reciclando ou que estão rescalonando, as suas dívidas, a contribuir com o Fundo para isso, na realidade, o que se verificou foi uma diminuição do influxo de recursos líquidos da parte dos bancos para os países em rescalonamento. E por que isso? Parece-me, em grande parte, porque as palavras do Secretário de Estado americano não foram seguidas pelo seu próprio Staff, pela sua própria equipe, que deixou de tomar, de implementar, de introduzir as medidas necessárias para que isso ocorresse. Dentro desse contexto, o Brasil que vinha tendo um desenvolvimento consentâneo, com a posição excepcional que tem o Brasil dentro de um endividamento, que é o de um País que investiu e que, portanto, estava colhendo os frutos do seu investimento, certamente, com graves sacrifícios, mas estava colhendo os frutos desse investimento, podendo ter um desempenho extraordinário na área externa, por percalços ocorridos em finais do ano passado, teve um reves muito grande na sua balança de pagamento. Ao invés de se optar pelo caminho do diálogo, entendeu o Governo da República, naquela ocasião, suspender os pagamentos e depois encetar um diálogo que, na realidade, a opinião pública do País não foi informada em que termos foi feito ou, ao menos, não foi informada de uma proposta que tivesse sido feita à Comunidade Financeira Internacional, de modo que é a situação na qual nós nos encontramos hoje.

Nós temos as nossas dívidas, temos que tratar delas com os nossos credores, e nos perguntarmos qual será a nossa proposta, qual será a nossa postura, e qual será a reação dos credores internacionais.

O que me parece importante, é que, diante dessa situação, a situação está madura, para que cada uma das partes dê a sua contribuição, da parte do credor nós devemos exigir que eles dêem taxas de juros mais baixas e dêem prazos mais longos, e que dêem novos financiamentos necessários, e que se criem novos mecanismos de mercado, se possível. E nós o que que devemos dar? Uma vez que estamos tratando de uma relação bilateral, e nós temos que dar segurança de que faremos o que dizemos que vamos fazer, nada

mais do que isso. Agora, como dá-la com uma inflação crescente, com déficit público ascendente, e com obras novas e com retornos duvidosos sendo iniciadas? Devemos negociar com toda a firmeza para obtermos as melhores condições possíveis. Mas sabemos que há uma contrapartida nossa que, aliás é do nosso próprio interesse, a saber, o desenvolvimento sustentado da sociedade brasileira. Essas são as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nós agradecemos a intervenção do Dr. Fernão Bracher e consultamos o Sr. Relator se deseja fazer arguições de início, ou prefere esperar.

Concedo a palavra Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Gostaria de fazer algumas perguntas para facilitar, talvez, o nosso debate posterior.

Eu não quero, me referir, por agora, à questão da formação da dívida e depois farei algumas perguntas sobre isso, para que o Dr. Fernão Bracher esclareça a comissão sobre mecanismos, através dos quais, nós poderemos nos informar com detalhe da composição dessa dívida.

Mas eu preferia iniciar pela parte final da exposição do Dr. Fernão Bracher. Pelo que pude depreender de sua exposição e quero que me confirme, V. Sr. acredita que depois do Plano Baker, o Banco Mundial teria mudado de orientação, no que diz respeito ao tratamento com os devedores, ou seja, especificamente, teria passado a assumir a postura de que é possível compatibilizar crescimento com empréstimos novos. Então eu lhe pergunto: de que maneira e como se substanciou essa eventual disposição do Fundo Monetário, para que haja uma política diferente da anterior, entre o Fundo Monetário e os Governos? Disse V. Sr. que os Governos, não. Então, na minha primeira pergunta é esta: diante desse quadro, qual é a viabilidade efetiva de uma renegociação da dívida com esses nossos parceiros que, na verdade, são nossos credores, tendo em vista aquilo que parece ser essencial, a continuidade de uma política de crescimento? E em outros termos, é possível, efetivamente, dizer não à recessão, como tem sido dito pelo Governo e sustentado pela Aliança Democrática e ao mesmo tempo, negociar com os bancos internacionais, dentro de que condições? Há algum elemento factual que leve realmente a sustentar a expectativa nessa direção?

Por outro lado, se isso não for ao caminho consistente, ao caminho que vá além das palavras e boas intenções — e eu vi que V. Sa. mencionou que a suspensão do pagamento da dívida, tal como foi feita, teria tido um efeito, eventualmente, negativo — então, qual seria a política correta, se não fosse a suspensão do pagamento da dívida? Por outro lado, tendo havido essa suspensão, acha V. Sa. que essa suspensão foi feita com as cautelas devidas, para permitir uma política de médio prazo para o Brasil enfrentar as dificuldades da sua economia ou isso foi um expediente, sem que tenha havido uma análise mais aprofundada, e uma preparação da economia brasileira para enfrentar, eventuais negativas dos banqueiros internacionais e dos Governos? Ainda mais, hoje, depois das medidas já tomadas pelo Governo Brasileiro, depois que V. Sa. aqui disse que, na verdade, o País inteiro sabe que é real, que

a inflação está como está e que existe um problema do déficit que não está sobre o controle, e não sei até que ponto, e acha V. Sa. que nos próximos meses, depois da moratória, os nossos credores terão o comportamento que vêm tendo até agora, de esperar um pouco a situação para ver e tomar alguma medida, e esse comportamento obedece a uma estratégia desses bancos? No julgamento de V. Sa. terão eles condições, amanhã, de retaliar, ou senão qual é a estratégia, que no entender de V. Sa. esses bancos estão desenvolvendo para se contrapor à política brasileira de não pagamento? Começo por aí porque levantei várias questões relativas à negociação e depois eu volto. Obrigado.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador Fernando Henrique Cardoso, a pergunta central de V. Ex. diz respeito, sobre se me parece possível nós seguirmos uma política de desenvolvimento nacional e ao mesmo tempo termos um acordo com os credores. Eu respondo, positivamente. É do meu entendimento que deve ser possível e que é possível uma política de crescimento, ao mesmo tempo, de entendimento com os credores. O que é necessário, como eu procurei ressaltar, é que haja responsabilidade da nossa parte, e essa responsabilidade parece-me, para alegria de todos nós.

Estamos encontrando nas palavras nos atos e nos propósitos do atual Ministro da Fazenda, que são realmente consentâneos com o crescimento nacional. E é um crescimento sustentável porque em economia, como em tantas outras ciências, é possível praticamente se fazer tudo; só depende do prazo. Se se quiser parar todos os preços de uma hora para outra, por dois dias, se pára. E o que acontece depois? Pára-se por um ano, como já se tentou, indo contra as leis de mercado. O problema é a sustentabilidade do processo, que — parece-me — está sendo tentado no momento. Estamos dentro de um contexto favorável em que a opinião internacional vai aos poucos se apercebendo de que os métodos usados não são aqueles mais condizentes com os interesses globais de todos, sendo, portanto, necessário acharem-se novos caminhos. Nesse sentido, falam as universidades estrangeiras, os parlamentos estrangeiros, inúmeros senadores e deputados americanos se manifestaram nessa direção e nesse sentido, também, falam alguns bancos de alguns países. O que houve — e é uma das coisas a ser aproveitada e cuidada — é que o sistema montável de negociação foi muito desfavorável para o desenvolvimento mais adequado de todas as fases de estudo e melhor solução da questão. De fato, desenvolveram-se tirando-se da palavra qualquer conotação pejorativa, cartéis de credores. Se se vai ao dicionário procurar o significado da palavra cartel encontra-se: associação de pessoas jurídicas independentes, para, num objetivo comum, impor determinada norma de mercado. É o que se vê, com a finalidade precípua de se impor determinada regra de se cobrar o mais depressa possível a dívida, sem que se tenha consideração, se é mesmo possível de se fazer.

Há uma noção do sistema bancário de que a manutenção de tal sistema não convém a ninguém. Dizer, talvez, sistema bancário, eu esteja exagerando, mas vários bancos, em entendimentos pessoais, nos contatos pessoais que tenho

tido notado isso. De modo que eu acho que os tempos estão maduros para que possamos manter o diálogo. Espero que, com a posição firme que venhamos a ter dentro do País, ganhemos suficiente prestígio e autoridade para podermos trabalhar em condições melhores de renegociação da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Dr. Fernão Bracher, V. Sa., num ponto muito particular do seu depoimento, diz que nós os devedores fomos os grandes ausentes, quando o Secretário Baker convidou-nos para o diálogo e disse também, pelo menos foi o que entendi, que nesse diálogo presunha entendimento com o Fundo Monetário Internacional. Houve mudança na orientação do Fundo Monetário Internacional na questão da receita que sempre prescreve para os países, ou, mesmo no momento em que houve o convite, que prescrevia a recessão como forma de amearhar maior soma de divisas nos países devedores?

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador Ronan Tito, peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, pois devo ter-me expressado mal. Não era minha intenção dizer que nós devedores fomos ausentes ao clamor do Senador Baker. O que quis dizer é que os próprios bancos foram ausentes. Quem ele clamou? Em Seul, em 1985, disse: "Meus senhores, é necessário, para resolver a crise, que se conte com o crescimento dos países devedores e também com o suporte dos bancos credores. Os bancos credores deverão dar "x" bilhões de dólares para os países como empréstimos novos, os países devedores deverão crescer e o Fundo Monetário e o Banco Mundial deverão entender esses problemas de crescimento". O que ocorreu é que os bancos credores não compareceram com esses bilhões de dólares, em grande parte, porque não lhes foram criadas facilidades estruturais de regulamentações dentro de seus próprios países, para que assim o fizessem. Em contrapartida, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial desenvolveram programas nesse sentido. O Banco Mundial, que antigamente concedia seus créditos sobretudo na forma de empréstimos de projeto, passou a conceder empréstimo de programa, mais abrangentes, em que o saque dos fundos é mais rápido. O Fundo Monetário, por sua vez, passou a permitir cláusulas, prevendo o crescimento do produto nacional ou mesmo cláusulas da automaticidade na obtenção de novos recursos, como é o caso do acordo feito com o México e com a Argentina. Há muito ainda a aperfeiçoar nesse acordo, mas ele, sem dúvida alguma, aponta numa direção bem diversa daquela de início. Não fomos nós os ausentes, mas efetivamente os bancos, por falta de condições de vontade política dos governos para estabelecer as regras devidas. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, estes sim, tiveram efetivas mudanças nas suas políticas.

O SR. RONAN TITO — Houve, quanto ao Estados Unidos, na escalada das taxas de juros, um aumento substancial da nossa dívida, estimado pelo Dr. Dilson Funaro em 25% V. Sa. vê a possibilidade de **walver** desses 25% de aumento para o princípio de uma renegociação com os bancos particulares?

O SR. FERNÃO BRACHER — Em vez de responder diretamente a pergunta, vou fazê-la indiretamente. Procurei demonstrar, no início da minha exposição, a imprópriedade ou a imperfeição do atual Sistema Monetário Internacional, que é baseado preponderantemente na moeda americana, o dólar, de tal sorte que as autoridades monetárias daquele país, ao administrarem suas finanças, levam em considerações os interesses próprios de seu país, dando peso completamente diferente — como talvez humanamente se possa entender — às repercussões que isso tenha no resto do mundo. É um sistema imperfeito que deve ser mudado. Nessas semanas que findaram, tivemos exemplo disso: a queda abrupta da cotação do dólar em relação às outras moedas chamadas fortes. Temos hoje preocupação de como se haverão as autoridades monetárias americanas no que concerne ao nível de taxas de juros. Não é possível que estejamos correndo o risco de elas virem a achar conveniente aumento da taxa de juros. Esse é o pano de fundo. Há imperfeição no sistema financeiro internacional todos os países sofrem com essa imperfeição; há muito que se fazer para se melhorar.

Isto posto, dentro do mundo imperfeito no qual vivemos, temos intermediários financeiros, que são os bancos. Eles recebem depósitos de um lado, pagando juros, e emprestam do outro lado. Estamos do lado daqueles que tomam emprestado. Em determinando momento da História, em 1980, os juros subiram, tivemos que pagar mais e os bancos repassaram o produto do que receberam de nós aos seus clientes. E sequer se pode dizer que são clientes de um único país, porque, entre os clientes de um banco, existem inúmeras multinacionais, inúmeras nações estrangeiras. A Arábia Saudita é um delas, os países produtores de óleo são os depositantes. Não se pode dizer que se vai tirar daquele que recebeu, de quem aproveitou o aumento; porque é impossível se determinar isso, entre a dona-de-casa americana que depositou num banco e que recebeu juros maiores. A empresa British Petroleum, uma Multinacional inglesa, depositou, também, em banco americano e recebeu juros maiores. De quem se vai receber de volta? O que ficou com o banco emprestador com os bancos credores do Brasil foi **spread** a margem de diferença e não os juros maiores que o Ministro Dilson Funaro estimou em 25% ou 25 bilhões de dólares. A única maneira de obtermos de volta seria tirar dos contribuintes americanos, que não se sentirão muito bem em pagar, e não vejo qual o político americano que irá propor ao seu Congresso uma lei nesse sentido, para que o estado americano pague isto. É uma situação difícil dizer "eu quero isso de volta". Foi um risco que se correu, é a imperfeição própria do mundo.

Isto posto, há um apelo à cooperação internacional. Documento Pontifício, emitido há pouco tempo, faz menção a isto. Enfim, há um entendimento de que essa situação anormal deve ser consertada de alguma maneira, mesmo que seja com sacrifício de uma ou de ambas as partes. O sacrifício não é excluído, mas é difícil dizer: eu quero tal montante, por cusa disso, porque não está com ninguém. Ninguém quantificado ninguém identificado.

O SR. RONAN TITO — Eu tinha uma leitura um pouco diferente sobre banco da que V. Sa.

acaba de expor. Curvo-me, portanto, ao conhecimento, em face de ser V. Sa. do ramo. Entendia o banco como alguém que captasse recurso sem carimbar o dinheiro. Pegava-o como mercadoria, emprestava-o a devidas taxas e assumia riscos também. Esse era o entendimento que tinha de banco.

O SR. FERNÃO BRACHER — É também o meu raciocínio.

O SR. RONAN TITO — V. Sa. disse que o dinheiro veio da dona-de-casa, o outro veio da Arábia... A quem se deve pedir o desconto? No meu entendimento, temos que negociar com o banco que negociou conosco, mas curvou-me ao conhecimento de V. Sa. que é do ramo. Sou leigo no assunto.

O SR. FERNÃO BRACHER — Penso que me está faltando habilidade, clareza de expressão. Quis dizer que o banco é mero intermediário. Os maiores juros que ele recebeu, pagou-os a alguém, repassou-os a terceiros. Então se dirá: não interessa as pessoas a quem o Banco repassou. Interessa que o Brasil, como Nação, pagou a mais. E uma nação recebeu o dinheiro. Esta Nação, como tal, deve arcar com o ônus disso. Digo que essa generalidade é possível de se fazer, porque o banco não poderá arcar com esse ônus. Foi posto que não ficou com o produto dos juros. Quem pode arcar se formos mais adiante — estou tentando desenvolver mais o seu raciocínio estou dizendo que ele é correto. — vamos perseguir até o final, até a última consequência. Já que não se pode reaver esse dinheiro do banco, de quem reavê-lo? Do depositante. Onde está o depositante? Está no país. Então, quero revê-lo desse país. *Ái*, não podemos ir, porque o depositante não era natural de um único país, mas do mundo inteiro. De sorte que é difícil levar o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> às últimas consequências como seria interessante fazer.

O SR. RONAN TITO — No momento, também pensei que poderei se tirar do ativo dos bancos que cresceram enormemente nesse período. Vamos a outra pergunta: qual a participação do Tesouro no **overnight**? Trata-se da questão da dívida interna que se entrelaça à dívida externa.

O SR. FERNÃO BRACHER — O ativo dos bancos se contrapõe ao passivo. V. Ex<sup>a</sup> queria tirar isso do passivo não exigível dos bancos?

O SR. RONAN TITO — Exatamente.

O SR. FERNÃO BRACHER — Mas o passivo não - exigível dos bancos não aumentou muito. Aliás, está aquém daquilo que é necessário. Uma das dificuldades dos bancos internacionais é justamente aumentar o seu capital para enquadrá-lo nas propeções exigidas pela boa prudência bancária. Não está tão fácil assim.

Quanto à pergunta sobre a participação do Tesouro Nacional no **overnight** não sei bem o que V. Ex<sup>a</sup> chama de **overnight**.

O SR. RONAN TITO — É essa operação que chamamos de "capital boêmio", aquele que, enquanto o pessoal dorme, está rendendo dinheiro no banco, a curto prazo. Pode ser chamado de mercado aberto ou **open market**.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não tenho a proporção da divisão do **overnight** que, sendo de

curto prazo, basicamente em grande parte se faz através das Letras do Banco Central, ou então, de títulos bancários, que são vendidos com carta de recompra. Não sei como se divide o mercado, proporcionalmente, entre um e outro. Gostaria de lembrar que o tamanho do **overnight** é consequência direta da instabilidade monetária em que vivemos internamente. Como não há uma confiabilidade, que instrumentos de remuneração poderão garantir uma remuneração adequada ao dinheiro? Por um período mais longo de tempo, aqueles possuidores de popupança, qualquer um deles dentro desta Casa, provavelmente assim o fará, temem comprar um papel de uma ano. Imaginem qualquer um de nós, com a disponibilidade que temos; tenha dentro do seu portfólio um papel de um, dois ou três normal em qualquer país de moeda estável. Um país que atravessou a instabilidade monetária que atravessamos, convidou indiretamente a população a se voltar para o curto prazo. Agora, aos poucos, quando estamos pensando em retornar à estabilidade, é que provavelmente veremos o início do desaparecimento do **overnight**, trocado por operações de mais longo prazo, que são de maior interesse para todos.

O SR. RONAN TITO — Antes de fazer a última pergunta, gostaria de pedir licença à Comissão, porque tenho que tomar avião para o Rio de Janeiro, ainda hoje às 17:30h, não podendo ficar até o final e beber da sabedoria e da franqueza com que o Dr. Fernão Bracher está expondo todos os problemas. Está sendo muito esclarecedor para todos nós, qual é a opinião de V. Sª sobre a conversão da dívida em capital de risco? Qual o mais aconselhável, juros ou o principal? Qual a viabilidade e se é aconselhável?

O SR. FERNÃO BRACHER — Penso que a conversão da dívida externa em capital de risco se insere dentro do quadro global no nosso relacionamento com o exterior, havendo uma grande vantagem, em que se cria um ambiente adequado de confiança e de respeito recíprocos. É um trabalho comum a todos nós. Essa conversão deveria fazer parte disso. Dentro desse contexto, há uma pergunta muito discutida entre os teóricos e interessados no assunto, se é melhor se ter dívida, ou investimento direto. É onde devemos distinguir entre os vários tipos de investimentos diretos. Há o investimento direto em que V. Exª tem a propriedade nas mãos do investidor estrangeiro e há o investimento direto no qual não necessariamente a propriedade da empresa fica nas mãos do estrangeiro, podendo V. Exª ter participação minoritária, ou mesmo investimentos em bolsas, que são aqueles que se estudam.

Seria necessário qualificar e conseqüentemente, dependendo da avaliação que se dê, ponderar as vantagens que, eventualmente, se vem atribuir. Parece-me que, no momento presente, a pergunta em tese se responderia como sendo uma coisa favorável, interessante a conversão de dívida em investimentos, desde que respeitados os parâmetros de expansão monetária, adequação nos setores de investimentos e de vantagens que o Brasil terá, a participação que o Brasil possa vir a ter dentro dos eventuais deságios que se concedam pela transferência anterior que tenha havido lugar nessa dívida. Explico-me melhor. V. Exª poderá ter a dívida na mão do proprietário, do credor

inicial, ou poderá tê-la nas mãos de um terceiro que adquiriu essa dívida. Esse terceiro que a adquiriu, provavelmente o fez com deságios. Os papéis brasileiros, hoje, são negociados no exterior com deságios por volta de 35%, a saber por 65% no seu valor de face. A questão que se coloca é se devemos, nós, a Nação brasileira, participar ou não dessa vantagem auferida pelo terceiro adquirente do papel brasileiro. Dentro desse contexto, que é um problema complexo, devemos aproveitar todas essas vantagens, ter o cuidado de resguardar o interesse nacional. É uma operação interessante de se fazer.

O SR. RONAN TITO — Resta-me, agora, uma dúvida. V. Sª fala em deságios de 35%. Neste caso, quem paga? A aplicadora norte-americana? O país que depositou a Arábia Saudita?

O SR. FERNÃO BRACHER — O banqueiro, que pode querer arcar com isso. Esse é um problema de querer e poder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Tem a palavra o nobre Constituinte Leopoldo Perez.

O SR. LEOPOLDO PEREZ — Dr. Bracher, gostaria de fazer duas perguntas muito simples: pelo que pude entender da exposição de V. Sª, o México teria obtido um reescalonamento de seus débitos de forma, a seu ver, satisfatória. Pergunto: por que ao Brasil não foram facultadas condições semelhantes ou iguais?

O SR. FERNÃO BRACHER — Não disse que ao México foram acordadas condições satisfatórias, disse que, no caso do México, como no caso da Argentina, notou-se um avanço na posição do Fundo Monetário. Agora, no nosso caso, não chegamos a solicitar o reescalonamento aos banqueiros ainda, que eu saiba, não apresentamos nenhum projeto a eles e nem nos sentamos à mesa com eles para discutir. De modo que não nos foi acordado porque ainda não se apresentou a oportunidade.

O SR. LEOPOLDO PEREZ — A segunda pergunta é a seguinte: qual o percentual dos Estados membros da Federação no montante da dívida externa brasileira? V. Sª, como ex-Presidente do Banco Central, poderia nos dar uma noção ao menos aproximada?

O SR. FERNÃO BRACHER — Não sei lhe dizer e nem sei se alguém terá essa estatística, porque a dívida soberana brasileira dos Estados e da República não é grande no exterior; é grande a dívida das empresas estatais e grande parte da dívida dos Estados foi contraída através de operações chamadas 63, que estão registradas no Banco Central sob a rubrica do Banco tomador do empréstimo no exterior. De modo que não conheço nenhum levantamento discriminando as dívidas por Estados. Não sei se alguém do Banco Central, que está aqui, poderá dar informação diferente da minha.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — E se nós quisermos saber sobre isso, quais seriam os caminhos?

O SR. FERNÃO BRACHER — Do Estado independente é muito fácil, porque basta recorrer-se a todos os bancos, são 100 no Brasil, e pedir a eles que relacionem todas as 63 em nome de Estados, mais os bancos de investimento, que

são mais 50. Então teríamos essa relação e verificaríamos junto ao FIRCE os empréstimos registrados em nome do Estado propriamente dito. Parece-me que são essas as duas fontes de Estado. Mas isso seria sempre um levantamento impreciso, porque o que interessa são as empresas estaduais, que estão endividadas e que efetivamente oneram a caixa do Estado. Então seria necessário fazer esse exercício para todas as empresas estaduais, relacionar todas elas e pedir à rede bancária que desse a informação. Aí já seria um trabalho mais extenso de pesquisa, mas me parece que é um trabalho factível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dr. Bracher, aproveitando a pergunta sobre o mesmo tema, e ampliando a questão e pedindo as suas luzes sobre o assunto. Já se viu que é difícil se ter a posição exata da dívida dos Estados, precisaríamos fazer esse levantamento, essa espécie de investigação detalhista e detalhada. Então eu amplio esta questão. Na medida em que queremos conhecer, individualizadamente, todas as rubricas, todos os itens componentes da dívida externa, passando pelas estatais, federais e estaduais; passando pelos Estados e pelos municípios, teríamos de fazê-lo através deste processo de indagação individualizada e de pesquisa banco a banco, ou podemos ter um órgão, ou existe um órgão de controle, registro e cadastro, um tabelionato ou um cartório no Banco Central que nos possa informar esse quadro detalhado e evolutivo, que ao final, feche esse montante, que todos nós de certa maneira repetimos, de que o Brasil deve 110 bilhões de dólares? Como é que se chega a 110? Como é que se compõe: 2 mais 3 mais 8? De onde e de quem? De que forma? Esta indagação eu faço em termos do interesse da Comissão, que tem a necessidade, inclusive estávamos conversando com Sr. Relator, para ver como faríamos, no sentido de ter esse elemento absolutamente atualizado e com a exatidão indispensável, para que com ele possamos trabalhar. Já que a pergunta surgiu do Constituinte Leopoldo Perez, à luz dos Estados e V. Sª nos deu essa informação preliminar, peço que V. Sª então nos dê essa pista, esse caminho e essa informação indispensável.

O SR. FERNÃO BRACHER — Como um lembrete: talvez nesta mesma Casa seja mais fácil de se procurar, porque a dívida externa ou interna entre Estados e Municípios é sempre previamente autorizada pelo Senado, de modo que o Banco Central não registra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Quando o Estado tem responsabilidade...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Sª sabe que fui Governador duas vezes e posso dizer perfeitamente que, pelo menos, na última vez, muito uso fizemos de 63 e de autofinanciamento. Como o Banco Central tem capacidade de afirmar nos seus documentos, nem sempre coincidentes, aí vai uma crítica construtiva, de que dívida externa registrada é de tal? Não sei se situei. Como é que ele afirma, por exemplo — tenho divergências de números — no último número, 1986, no dia 31 de dezembro, que devíamos 101 bilhões, 540 milhões de dólares? Baseado em que ele afirma isso? É o que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Precisamos saber quem é o contador da firma independente da parte que passa pela chancela e pelo controle do Senado, porque para isso nós temos um espaço de investigação local e caseira.

O SR. FERNÃO BRACHER — Por obrigação legal é o Banco Central, mas existe uma série de qualificações a fazer. Desejo dizer que há uma imperfeição técnica e há uma imperfeição lingüística se falar em dívida do Brasil. Esses 101 bilhões ou 107 bilhões de dólares não são de dívidas do Brasil, são de dívidas contraídas por entidades no Brasil, das quais o serviço foi trazido em moeda estrangeira para dentro do País e aqui convertido em cruzados. O que aconteceu em cada um desses casos? Mandou-se do exterior para uma conta brasileira — vamos admitir, por hipótese, que só exista o Banco do Brasil — então, foi creditado junto ao Banco do Brasil de Nova York, por exemplo, a quantia de 100 bilhões de dólares, para ser emprestada a Pedro, Paulo e Antônio. Eles tomaram emprestado, então, cada um tomou emprestado 33 bilhões de dólares, vendeu-os ao Banco Central, recebeu por cruzados equivalentes e são esses os responsáveis pelo pagamento no exterior.

O SR. LEOPOLDO PEREZ — Dr. Fernão Bracher, permita-me apenas esclarecer: entre esses Pedro, Paulo e Joaquim, existe Schimidt também?

O SR. FERNÃO BRACHER — Existe. O importante é saber quem foi que recebeu os 100 bilhões de dólares. No meu exemplo, porque foi exatamente o que ocorreu. Foi o Banco do Brasil. O Banco do Brasil recebeu 100 bilhões de dólares — nesse exemplo, não foi só o Banco do Brasil, foram inúmeros. Mas, recebeu 100 bilhões de dólares — digamos que foram três Estados — o Estado do Norte, o Estado do Centro e o Estado do Sul. Receberam, cada um, 33 bilhões, venderam esses 33 bilhões de dólares ao Banco do Brasil, receberam os cruzados e fizeram suas obras. O Banco do Brasil, por sua vez, pegou esses 100 bilhões de dólares que ele comprou e os vendeu ao Banco Central, que lhes deu os cruzados que ele deu aos Estados e o Banco do Brasil, como intermediário, não ficou com nenhum. Quem ficou foi o Banco Central — o dinheiro foi creditado no Banco do Brasil e o Banco do Brasil, com os dólares, entregou o contra-valor aos Estados, recebendo esse contra-valor do Banco Central, contra a entrega dos dólares ao Banco Central. E o que foi que o Banco Central fez com esses dólares? Pagou as importações brasileiras, pagou os serviços brasileiros, etc. Se nós chamarmos as pessoas receptoras dos empréstimos, Pedro, Paulo e Antônio, temos que, se elas não pagarem, nenhuma responsabilidade incumbe ao Estado brasileiro. De modo que não é correto se falar em dívida brasileira. Se eles forem à falência, o credor estrangeiro não recebe o seu dinheiro e não tem a quem se queixar. Entretanto, se no vencimento, Pedro, Paulo e Antônio, tiverem os cruzados suficientes para, à taxa do câmbio do dia, irem a um banco autorizado a funcionar e comprar dólares e o banco lhes disser: não tenho os dólares para lhe vender; então, estamos vivendo aquilo que se chama de risco de transferência, o risco político. Então, a dívida comercial se soldou e transferiu-se como que para a Nação, posto que ela não pode fornecer a transferência, tendo

ela recebido em cruzado à taxa a qual se comprometeu vender a moeda estrangeira. Então, é este o modo pelo qual a coisa se desenvolve.

Ao longo dos anos, o Banco Central diz: meus Srs, empréstimos no Brasil, eu só registro se tiverem no mínimo tal prazo e tal taxa de juros. Fora isto, eu não registro. Antes de vir o empréstimo para o País, vai, então, o interessado, contata com o potencial credor estrangeiro, acerta o empréstimo de 1 milhão de dólares, acerta a condição de prazo, a condição de juros e acertado, telegraficamente, isto, dirige-se ao Banco Central e pede uma autorização prévia para fazer esse empréstimo. O Banco Central dava essa autorização prévia para o empréstimo, ele contraía o empréstimo. O empréstimo entrava, era creditado, no exemplo, no Banco do Brasil, era trocado aqui, e, depois de entrado no país, o devedor brasileiro vai ao Banco Central e registra esse empréstimo. Então, qual é a figura que nós temos: nós temos o seguinte: o empréstimo só é registrado no Banco Central, diante da evidência de que os dólares foram vendidos ao Brasil. De modo que não há hipótese, a não ser de falsificação — me parece que jamais isto tenha ocorrido — de um empréstimo registrado, que não tenha ocorrido; o que é possível, isto sim, teoricamente, é que tenha havido um empréstimo que não tenha sido registrado, porque nada obriga a aquele que tomou o empréstimo a registrá-lo no Banco Central, salvo que, se ele não registrar, ele não pode remeter para fora nem os juros e nem o principal. Logo, é interesse da parte registrá-lo.

Então, este é o sistema montado que me parece tem funcionado a contento. Se o tomador, ao invés de ser uma pessoa de direito privado for uma pessoa de direito público, antes de ter autorização prévia do Banco Central, deverá ter as autorizações competentes, seja da Seplan, seja do Senado, seja de quem for. De sorte que, então, repetindo: o processo é este — entra o dinheiro no País e, depois de entrado e mediante a prova de que entrou, ele vai e registra. De modo que, quando se fala em auditoria da dívida externa, não vejo muita... é claro, tudo cabe auditar: — basta chegar lá e ver se ao certificado de registro corresponde a um contrato de câmbio fechado. Efetivamente, parece-me que seria bom fazer a auditoria mas não vislumbro a possibilidade. É muito remota a possibilidade de haver. O que me parece, novamente, e, aí, há talvez, um engano de linguagem — quando se fala em auditoria, deseja-se saber qual é o destino dado aos fundos tomados como empréstimos no exterior e, aí, quanto ao destino dado, existem dois destinos. Os dólares foram entregues ao Banco Central que os aplicou, então, nas importações brasileiras, no pagamento de juros, enfim, nas despesas constantes do balanço de pagamento e os cruzados são cruzados como quaisquer outros, como é o cruzado no caso de um empréstimo em que o Estado tenha contraído junto ao Banco do Brasil, junto ao Banco do Estado, junto a uma financeira ou junto ao seu fornecedor. De modo que são cruzados que ele tem e que vai aplicar bem ou mal, de acordo, enfim, com as possibilidades dos seus interesses.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dr. Fernão Bracher, por fineza, deixe bem claro, aqui, para a Comissão e, naturalmente, isto constituirá base para, depois, discussões nossas, de que não há

possibilidade de dólares registrados terem outro destino se não aquele que o Banco Central assim aprovar fazer.

O SR. FERNÃO BRACHER — A idéia é a seguinte: se foi registrado é porque entrou o dólar.

O SR. LEOPOLDO PEREZ — Perfeitamente, mas a minha pergunta é de outra natureza — só um instante, Dr. Bracher — e é para qualificar melhor a colocação. Eu entendi perfeitamente a mecânica, embora seja leigo no assunto que V. S<sup>a</sup> nos expôs. Mas eu queria saber, por exemplo, o seguinte: a firma "Y", estrangeira, pediu um empréstimo de 10 milhões de dólares — 30 bilhões de cruzeiros. No jogo dela, não se poderia fazer um jogo contábil — aumentar os seus lucros neste ano e remeter como lucro, parte desse dinheiro? É a minha pergunta. Não pense que é ingenuidade, eu posso pegar 30 bilhões de cruzeiros e fazer o jogo contábil...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas eu não estou falando nada.

O SR. FERNÃO BRACHER — A pergunta não diz absolutamente respeito ao comércio exterior, às regulamentações de câmbio. Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, para lhe responder corretamente, a pergunta diz mais respeito à regulamentação da Lei das Sociedades Anônimas, quer dizer: se é possível falsificar, de tal maneira, o balanço, é fabricar um lucro que não existe. Se for possível falsificar um balanço, fabricando lucros que não existem, esses lucros poderão ser remetidos ao exterior com ou sem empréstimo prévio, porque a empresa — admitindo no seu exemplo — seja de controle estrangeiro. Então, ela sempre será de controle estrangeiro. Então, qualquer lucro que ela faça, pode remeter ao exterior, não havendo um acordo especial entre os países, até 16% brutos ao ano, ou 12% líquidos, sobre o lucro que ela tiver feito naquele ano. De modo que isto é independente de empréstimo. O empréstimo viria apenas aumentar a caixa dela para remeter para fora. Não me parece que é por aí que pega. É saber se dá para falsificar de tal maneira, de manipular de tal maneira, um balanço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>a</sup> nos elucidou sobre a mecânica, a forma operacional. A pergunta continua de pé, em face do conhecimento da mecânica, a forma de avaliação e a maneira de chegarmos ao somatório global que nos indique, com exatidão, o quantitativo da dívida, apenas por uma questão de que seria mais objetivo. Isso que acontece, de acordo com a mecânica que V. S<sup>a</sup> nos identificou, ocorre sempre? Se isso ocorre sempre em todas as operações históricas constitutivas da dívida, é só chegar lá, no Banco Central, apertar um botão e sai a listagem de todos. Se isso não acontece sempre, há falhas. Houve época em que tal registro não ocorria. A pergunta é a seguinte: a quanto vai chegar o somatório lá existente? Estou curioso em saber quanto é e por que chegamos ao valor que afirmamos e reafirmamos. É uma segunda questão: qual é a posição de responsabilidade do Brasil, Estado, País em face da tomada desses empréstimos por parte do Pedro, do Antônio, do Paulo, ou este João, enfim Schimidt, todos eles? Felizmente não tem Chiarelli. Qual é a responsabilidade do País e do erário e do Tesouro, com relação à tomada de empréstimo por particulares a que V. S<sup>a</sup> se

referiu e que, pela sua informação, apenas transita na órbita pública, continuando devedor sendo a pessoa privada. Essas as duas indagações. A primeira quero saber quanto é, onde está a conta e a certidão do cartório? Não sei se isso complementa.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — V. Ex<sup>a</sup> ao formular a pergunta já antecipou o que iria saber. No fundo é isso mesmo. Como é que se chega a cerca de cento e não sei quantos bilhões de dólares? Onde é que está registrado, se não é no Banco Central, se passou pelo Senado? Em segundo lugar: como é que nós vamos saber — precisamos saber disso — como se compõe a dívida, o que é da responsabilidade das empresas estatais, da União, dos Estados, o que é dívida direta dos Municípios, dos Estados e da União, e o que é de particulares? E aí, em seguida, a pergunta que foi feita pelo Senador Chiarelli. Até que ponto, no que diz respeito ao endividamento dos particulares, e quando e por que o Brasil, como Nação, como Governo, assumiu a responsabilidade desta dívida, porque a cobrança é feita em termos do Governo, e não em termos de particulares. Dito de outra maneira: os particulares deixaram de pagar, ou foi o Governo do Brasil que não teve os dólares para fazer a transferência?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dr. Bracher, completando a pergunta do Fernando Henrique porque assim nós vamos deixar bem a limpo esta questão. Recebeu o dólar, o País e co-responsável da dívida: sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Vou assegurar ao depoente o direito de responder não, ao sim, ou não.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — É o que todos querem saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não se trata de inquirição, trata-se de um depoimento. Vou assegurar o direito de resposta.

O SR. FERNÃO BRACHER — Por falar em inquirição, eu acho que ele teria que buscar o auxílio dos escolásticos antigos, que diziam: distingo. Recebeu dólar, é o país co-obrigado na dívida? Sim ou não? Distingo. É co-obrigado no pagamento da dívida, desde que se lhe sejam entregues tantos cruzeiros quantos necessários para comprar os dólares, à taxa de câmbio que se anunciou naquele dia. Se não recebeu os cruzeiros, não é. É, aliás, a posição que foi adotada na questão da 63, dos bancos que sofreram intervenção em novembro de 85, em que o Governo da Nova República informou que não assumiu a responsabilidade desses pagamentos, nem antes e nem depois. O que depois se fez foi instituir um sistema especial de seguros para outros negócios, outras obrigações e aqueles bancos estrangeiros, que se interessaram, pagando uma comissão de seguro, tiveram sobre todo o seu porta-fólio bancário, uma proteção, sem distinguir um estabelecimento do outro. De modo que aquilo não foi garantido. Portanto, esta responsabilidade mesmo num caso prático, a pergunta levantada.

Com referência, então, ao montante, aos cento e tantos bilhões de dólares, isso está tudo certo. Dentro deste montante nós temos quatro grandes componentes. A primeira, são as dívidas de médio prazo, a chamada 63 e 4.131. A Lei n<sup>o</sup> 4.131, de 1962, que a rigor é a lei que rege tudo. Apenas

dentro do jargão popular, a lei não só é a que rege tudo, mas também é a que criou a obrigatoriedade do registro junto à SUCMOC, se não me engano, àquela altura, e depois junto ao Banco Central, da dívida estrangeira. Toda entidade não bancária, que assume a dívida no exterior, esta tem a dívida registrada, de acordo com as normas da Lei n<sup>o</sup> 4.131. Se, ao invés de ser uma entidade não bancária, for entidade bancária, essa contrairá esse empréstimo no exterior, sob a égide da Resolução n<sup>o</sup> 63, do Banco Central, que é uma regra menor do que a Lei n<sup>o</sup> 4.131. A Resolução n<sup>o</sup> 63, tem a característica principal de dizer que o Banco está tomando este empréstimo não para si, mas necessariamente para reemprestar, e se não tiver reemprestado tem que estar depositado no Banco Central. De modo que daí é que há uma série de empréstimos a entidades públicas registrados em nome dos bancos. Nós temos dois tipos de registros nisto, que perfazem praticamente 64 bilhões de dólares, que é a dívida a médio prazo. Parte é chamada 4.131, que são tomadoras diretas as empresas, e parte 63, é aquilo que foi ao longo do tempo, quer dizer há 12 anos, até 1974; em 1975 cai para cinco anos e, em 1977, foi para 8 anos. E daí ficou até o final, é esta que ainda está em vigor hoje. É exatamente a dívida sobre a qual se deixaram de pagar os juros agora.

Existe uma outra parcela, se não me engano, de 13 bilhões de dólares, que é a parcela devida aos organismos internacionais; o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional, são as agências de desenvolvimento dos diversos países. Esses também têm o seu registro próprio no Banco Central, tudo está registrado no Banco Central.

Temos mais cerca de 13 bilhões de dólares, que é ao Clube de Paris. O que é o Clube de Paris? O Clube de Paris são as dívidas que são garantidas por agências governamentais estrangeiras. Nós somos também credores do Clube de Paris, não só devedores. Temos grandes créditos contra a Polônia conhecidos, contra a Nigéria, contra a Bolívia, contra o Chile.

Os empréstimos concedidos com garantias, ou diretamente com fundos e agências governamentais, no caso dos Estados Unidos, é basicamente o Eximbank, e a CCC, que é a corporação de crédito de teto agrícola. Em outros países como na Alemanha, na França, na Inglaterra tomam outros nomes. Esses perfazem outros 13 bilhões de dólares, e às vezes, não se tem o montante exato porque o empréstimo que está registrado como empréstimo comercial, de fato tem uma garantia, que ele não sabia, de um órgão do governo.

Depois temos 15 bilhões de dólares, que não estão registrados, que são as dívidas de curto prazo. As dívidas de curto prazo são as concedidas sobretudo na prática, de 10 bilhões de dólares, para financiamento do comércio brasileiro, e 5 bilhões de dólares que é o interbancário. Essas são dívidas até 180 dias, e em face da sua grande volatilidade, no sentido de que podem ir até 180 dias, são dívidas de 30 dias, 15 dias, é o capital de giro, se tem apenas um conceito global, e de fato do ano se verifica quanto é.

Além disso, ainda há 2 bilhões de dólares de bônus e mais 4 bilhões de dólares de empréstimos interempresas.

Por que mesmo esse montante oscila? Não tenho exatamente o número de memória, mas cerca de 70, 80% da dívida brasileira é constituída da moeda americana dólar, cerca de 70 a 80% da dívida brasileira é denominada em dólar, e de 20 a 30% é denominada em outras moedas. Essas outras moedas, se for 30%, é aquilo que corresponde a 30 bilhões de dólares. Se houve uma desvalorização do dólar em relação às outras moedas, as outras moedas ficaram valendo mais dólar. Aquilo que era antigamente 30 bilhões de dólares, se houve uma desvalorização de 15%, passa a ser agora 34,5%. De acordo com a oscilação entre as moedas, como nós estamos cotando a nossa dívida em dólares, é necessário a cada fim do ano, ou a cada período de cotação, se transformar todas as dívidas em dólar. E então esse resultado modificar-se-á dia-a-dia, de acordo com a cotação, ele será sensível ou não, conforme a grande ou pequena oscilação que terá havido entre as moedas.

Daí é um pouco frustrante àquele que deseja saber exatamente a dívida, porque exatamente a dívida a médio prazo se sabe, como toda informação, que é de 64 bilhões de dólares, sabe-se com perfeita exatidão. Tenho uma informação adicional, são 57 mais ou menos a bancos estrangeiros e 7 a bancos nacionais sediados no exterior, inclusive Banco do Brasil e outros bancos, desde 1964. São 13 bilhões a organismos internacionais, por volta de 13 bilhões a organismos do Clube de Paris. Esse, do Clube de Paris, pode haver algumas oscilações. Os bônus também têm o montante exato, por volta de 2 bilhões de dólares. Mas isso eu creio que o Banco Central poderá mandar para V. Ex<sup>a</sup>, amanhã, com precisão.

O SR. LEOPOLDO PEREZ — Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que solicite ao Banco Central essas informações, e sobretudo a participação das estatais no tempo, em que ano as dívidas foram feitas.

O SR. FERNÃO BRACHER — Com relação a isto, eu não sei se V. Ex<sup>a</sup> tem alguma convivência com computadores. Se o computador não estiver programado para dar essa informação, ele não dá. É preciso fazer um novo programa, e programa leva algum tempo. Perguntar como é isso ou aquilo...

O SR. LEOPOLDO PEREZ — Eu não posso saber, por exemplo, quanto a Vãle do Rio Doce pediu em 1979?

O SR. FERNÃO BRACHER — Não sei, é preciso saber se está no programa; se estiver no programa, ele responde apertando o botão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Segundo dados por mim levantados e pela minha assessoria, 1/3 da dívida externa brasileira corresponde a empréstimo tomado por corporações multinacionais com aval do Tesouro Nacional.

O que eu pergunto a V. S<sup>a</sup>, é se nós podemos, se teremos condições junto ao Banco Central de ter a relação dessas corporações multinacionais que tiveram o aval do Tesouro Nacional, e se elas cumpriram o pagamento do que foi, na realidade, avalizado pelo Tesouro.

O SR. FERNÃO BRACHER — Parece-me que provavelmente essa informação não será correta.

na medida em que as cifras que eu disponho indicam, como tomadores do setor público, no valor de 85% da dívida. De modo que é a primeira reação que tenho em face da argumentação de V. Ex.<sup>a</sup> Não creio, não sei se o Banco Central, ao registrar a dívida, indica os demais coobrigados. Quem deve ter o registro dos demais coobrigados é aquele que prestou o aval, a saber o Executivo, o Ministério da Fazenda, que é aquele que prestou o aval, e para isso deverá ter a autorização devida. Eventualmente, no certificado de registro se registra o banco credor, o devedor no país e a taxa e vencimento. Não sei que outros elementos mais se escreverão no registro, e se esse que V. Ex.<sup>a</sup> se interessa lá estará.

O SR. JAMIL HADDAD — V. S.<sup>a</sup> tem conhecimento de que, no Projeto Jari, que teve o aval do Tesouro Nacional, se foi pago algo desse empréstimo em cruzeiro, mesmo que fosse em cruzeiro?

O SR. FERNÃO BRACHER — Eu não tenho notícia.

O Sr. JAMIL HADDAD — A informação que se tem é que nem em cruzeiros houve ressarcimento do empréstimo internacional feito com aval do Tesouro Nacional. Apenas queria saber se V. S.<sup>a</sup> poderia prestar essa informação.

Dados levantados também — e, aí pergunto a V. S.<sup>a</sup> se confirma, como foram confirmados pelo Ministro Dilson Funaro — indicam que, de 1970 a 86, dados compilados do Banco Central, o Brasil captou praticamente 200 bilhões de dólares e regressaram, a título de pagamento da dívida, cerca de 184.1 bilhões de dólares.

E, segundo tudo indica e V. S.<sup>a</sup> acabou de informar num levantamento por alto, que ainda estamos devendo 106 bilhões. Eu pediria se V. S.<sup>a</sup> pode também confirmar esses dados, frutos de uma tabela, retirados, ano por ano, de dados do Banco Central.

O SR. FERNÃO BRACHER — Seria necessário fazer a soma, de uma maneira curiosa, que eu não a fiz; seria necessário somar o principal e os juros pagos ao longo do período. Estamos misturando uma coisa com a outra, mas, enfim, sob aspecto de fluxo é interessante ver; sob o aspecto jurídico, trata-se de duas categorias diferentes.

O SR. JAMIL HADDAD — O levantamento mostra que 92% desses 200 bilhões regressaram na rolagem da dívida, e apenas 8% realisticamente se incorporaram aos ativos brasileiros. Esses são dados do Banco Central, em uma tabela...

O SR. FERNÃO BRACHER — V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas eu não entendi.

O SR. JAMIL HADDAD — De 70 à 86, o Brasil captou no exterior, em 16 anos, entraram contabilmente, em números redondos, 200 bilhões de dólares. Desses 200 bilhões, 184.1 bilhões retornaram como pagamento de serviço da dívida, ou seja 92%.

O SR. FERNÃO BRACHER — Só juros.

O SR. JAMIL HADDAD — Em pagamento da dívida, serviço da dívida, sem o principal, tanto que ainda devemos 106 bilhões.

O SR. FERNÃO BRACHER — Às vezes, a palavra serviço da dívida pode englobar o principal

e juros, de modo que eu não sei, se ao longo desses 16 anos tenhamos pago... Senador, nós estamos vendo o fluxo, se esses 200 bilhões de dólares teoricamente tiveram entrado num ano 1, não seria demais se imaginar que pagamos 180 bilhões ao longo de 16 anos. Posto que, numa taxa de juros de 10% ao ano, em 10 anos, teríamos 200 bilhões, de modo que depende de como, ao longo do tempo, se distribuíram esses 200 bilhões de dólares.

Realmente, os dados que V. Ex.<sup>a</sup> solicita eu não os tenho aqui.

O SR. JAMIL HADDAD — Eu tenho uma tabela compilada, ano por ano, do Banco Central.

O SR. FERNÃO BRACHER — É possível. Se o Ministro falou deve ter feito a soma correta, apenas não sei se o nome corresponde à parcela.

O SR. JAMIL HADDAD — O motivo que me deixa perplexo é esse, quer dizer, nós pagamos 92% dessa captação de serviço da dívida, só 8% realisticamente entraram em caixa e nós devemos ainda 106 bilhões. Isto é uma agiotagem internacional, é o meu ponto de vista. Não quero que V. S.<sup>a</sup> concorde com meu ponto de vista, mas considero isso uma agiotagem internacional e não há como o País continuar dentro desse esquema de pagamento, porque a insolvência do País é flagrante.

São problemas que coloco como meu ponto de vista pessoal.

Nós sabemos que as exportações cresceram neste mesmo tempo cerca de 10 vezes e a dívida externa aumentou 25 vezes. Isso é a prova da desvalorização de nossos produtos de exportação, que não são estipulados por nós, pelo País, são estipulados pelo mercado internacional e uma prova a mais que nós, dentro desse critério, não poderemos, de maneira alguma, saldar esse dívida que fica a critério das retaliações e dos jogos internacionais relacionados com as exportações brasileiras.

Agora, eu perguntaria, já que V. S.<sup>a</sup> foi Presidente do Banco Central, se há condições da Comissão — eu passarei esses dados ao Presidente da Comissão e ao Relator, para que sejam solicitados ao Banco Central — se há condições de o Banco Central prestar informações sobre o saldo da dívida externa bruta, ano a ano, em dólar norte-americano, distinguindo o setor público do setor privado.

Na apresentação dos montantes, distinguir as dívidas de curto prazo das de médio e de longo prazo, e distinguir a dívida pública do setor privado. Se há condições de nós conseguirmos esses dados do Banco Central que muito auxiliarão a Comissão, para que ela possa fazer um levantamento real do montante da dívida brasileira.

O SR. FERNÃO BRACHER — Evidentemente, a resposta que tenho que lhe dar é uma resposta de parecer: me parece, sem ter a ciência efetiva do fato, mas, me parece que aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> citou deve ser fornecido pelo Banco Central. Existe inclusive em várias publicações do Banco. Isso a partir de 68, antes de 68, acho que não. Parece-me que, a partir de 68, foi quando se organizaram os serviços, mas, com maior segurança a partir dos anos 70.

O SR. JAMIL HADDAD — E se também existe a possibilidade de se conseguir o saldo da dívida

externa bruta, a curto, médio e longo prazo, ano a ano, de governo a governo, empréstimos de instituições multilaterais, empréstimos de instituições financeiras privadas, empréstimos de outras empresas internacionais, empréstimos...

O SR. FERNÃO BRACHER — Aí, nesse grau de detalhamento, é necessário perguntar ao técnico para ver se é possível.

O SR. JAMIL HADDAD — Queria perguntar apenas qual a impressão de V. S.<sup>a</sup> sobre o monitoramento do Fundo Monetário Internacional; se V. S.<sup>a</sup> considera válido o monitoramento do Fundo Monetário Internacional.

O SR. FERNÃO BRACHER — Acho que o monitoramento é consequência daquilo que se acertou, de modo que, se aquilo que se acertou foi mal acertado, o monitoramento não vale; se aquilo que se acertou foi bem acertado, eventualmente, dependendo das condições pode ser alguma coisa que possa ser aceita, mas, depende muito dos termos em que foi feito.

O SR. JAMIL HADDAD — V. S.<sup>a</sup> tem conhecimento do empréstimo que seria feito ao País de cerca de 1 bilhão e meio de dólares, pelo Banco Mundial, em operação triangular para ser entregue ao Fundo Monetário Internacional?

O SR. FERNÃO BRACHER — Nunca ouvi falar nisso.

O SR. JAMIL HADDAD — Nós estamos vendo, na realidade, a dificuldade de ingresso de dinheiro novo no País, que há uma avalanche de projetos encaminhados ao Banco Mundial, o que internacionaliza a dívida a curto prazo, em contrapartida aumenta mais rapidamente a dívida externa.

Essa prática tem sido usada ultimamente, corriqueiramente...

O SR. FERNÃO BRACHER — Há uma avalanche de solicitação de empréstimo junto ao Banco Mundial...

O SR. JAMIL HADDAD — ... já que há dificuldade de se conseguir dinheiro novo, o País tem conseguido, através desses projetos, junto ao Banco Mundial. V. S.<sup>a</sup>, quando esteve à frente do Banco Central, teve conhecimento de que foram feitos vários financiamentos desses junto ao Banco Mundial?

O SR. FERNÃO BRACHER — Eu tenho conhecimento de que o Banco Mundial recebeu projetos apresentados pelo Brasil, por diversas entidades...

O SR. JAMIL HADDAD — Mas concedeu esses empréstimos?

O SR. FERNÃO BRACHER — Sim, certamente, durante esses anos tem concedido, ano após ano, empréstimos, ao Brasil.

O SR. JAMIL HADDAD — Não sabe se houve um acréscimo ultimamente?

O SR. FERNÃO BRACHER — Os empréstimos foram em um montante crescente, mas o que se fez com o dinheiro...

O SR. JAMIL HADDAD — Estou perguntando se houve um aumento na solicitação de empréstimos com projeto junto ao Banco Central.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não sei, o número de empréstimos por Estados não sei, o mais importante seria verificar o quanto foi concedido.

Parece-me que se tomarmos os últimos três anos, houve um aumento sobre o período anterior.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Meu caro Presidente Bracher, vamos bem devagarinho sobre alguns assuntos.

Declarada a moratória em fevereiro — nós vamos fazer a pergunta, porque existem algumas proposições que parecem ignorar a realidade —, o Brasil deixou de pagar juros a amortizações ao Banco Mundial, ao Banco Internacional? E quanto ao Clube de Paris?

O SR. FERNÃO BRACHER — **Subcensura**, porque são informações que tenho como cidadão, não participava do Banco Central por ocasião da declaração da moratória. Ao que eu saiba não suspendemos os pagamentos normais ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano. Com referência às nossas obrigações no Clube de Paris, conforme acordado em janeiro deste ano, no que concerne ao principal, tem o seu pagamento suspenso até junho. Salvo erro meu, ser essa a situação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Essa também é a informação que tenho, mas gostaria de deixar, perante a Comissão, bem estatuída que a informação que tenho é a mesma que V. S<sup>a</sup> nos dá, e que, naturalmente, o Banco Central nos confirmará: que os juros e amortização ao Banco Mundial e ao BID, para citar os dois, não foram suspensos, em outras palavras, a nossa moratória foi com os bancos privados.

Na ocasião que V. S<sup>a</sup> deixou a Presidência do Banco Central, tem recordação de qual o montante líquido de nossa reserva, e em que momento V. S<sup>a</sup> deixou aquele cargo?

O SR. FERNÃO BRACHER — Não tenho lembrança do montante exato, eu sei aquela que o Presidente anunciou, e aquelas que tínhamos em dezembro, que eram por volta de 4 bilhões 600. Deixei em meados de fevereiro, haviam caído já exatamente qual o montante em que estava, pelo menos de pronto.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Agora vem uma pergunta, que não julgue inoportuna, mas é interessante, isso o meu partido faz muita questão que a formule. Em 1983, 1984, a seu ver, haveria outra solução que não aquela concretizada pelas assinaturas do projeto 1, 2, 3 e 4, que é a fase 1, e o projeto a, b, c e d, que é a fase 2? É um conceito opinativo, mas nós gostaríamos de tê-lo.

O SR. FERNÃO BRACHER — Certamente haveria várias outras alternativas, se seriam melhores, ou não, do que aquelas adotadas, isso é uma questão de gosto. Eu mesmo, àquela altura, advoquei outras alternativas.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E poderia dizer alguma coisa a respeito, Dr. Bracher? Quanto ao projeto 3 e 4 acho que V. S<sup>a</sup> está de acordo que tem o curto prazo interbancário, do comercial, havia de ser obtido de qualquer maneira. Vamos discutir o 1 e o 2. Desculpe-me estar descendo a estas minúcias.

O SR. FERNÃO BRACHER — O 1 é o dinheiro novo e o 2 é o normal.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O 2 é o novo e o outro era parcela.

O SR. FERNÃO BRACHER — O que me parece é que justamente naquele momento, em setembro de 1982...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eu estou falando de 1983, 84, porque o Governo de Figueiredo, como o Governo do Presidente Sarney cometeram o mesmo erro, em escala maior ou menor. Dado a desgraça do "setembro negro", e depois de chegar até as eleições, num caso e no outro, sem ter tomado as devidas precauções, está o fato já concedido como feito e acabado. Daí para diante, como sairia V. S<sup>a</sup> ante aquele déficit enorme que havia na balança comercial e na balança de pagamento? Nós tínhamos chegado a reserva a menos zero, estava arrasado, voltamos ao tempo dos atrasados comerciais. Isso é que pergunto a V. S<sup>a</sup>, que tem sido motivo de muita crítica e gostaria de saber sua opinião, é um conceito.

O SR. FERNÃO BRACHER — Parece-me que aquele seria o momento adequado para se reclamar o atendimento da cláusula **rebus sic stantibus**, que é justamente aquela em que pressupunha das duas partes entendimento que os empréstimos deviam ser renovados, e nos colocar portanto numa outra posição negociadora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. S<sup>a</sup>, no lugar dos responsáveis, à época, pela negociação brasileira teria procurado outros caminhos? Não estou lhe botando nenhuma "casca de banana", que não assinar, primeiro, em 1983, o projeto fase 1 e 2, projeto a, projeto 1 e 2, no ano seguinte, 1984, o projeto a e projeto b.

O SR. FERNÃO BRACHER — O ano seguinte já não sei bem, o que tenho bem presente é que me parece que não sei se foi devidamente explorada a possibilidade de se levantar a questão de princípio de que o pagamento da dívida não era devido, naquele momento, em virtude de uma ocorrência externa, inesperada, fora do controle das partes.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A outra pergunta é um pouco impertinente, mas é um aconselhamento. V. S<sup>a</sup> sabe que estamos numa Comissão, que tem por finalidade justamente a transparência a todos os **affaires** referentes à dívida externa. Deparamo-nos, e o Sr. Relator muito mais do que os demais membros da Comissão, de vez em quando com dados estranhos. Há pouco, respondendo com toda honestidade a uma das nossas solicitações, esclarecimentos, disse V. S<sup>a</sup> que, em dezembro do ano anterior à saída de V. S<sup>a</sup>, portanto o outro ano, estávamos com as reservas de 4 bilhões e 600 de dólares. Eu tenho aqui do Banco Central, uma documentação em que me dá 6.760 bilhões. A que V. S<sup>a</sup> atribui tanta divergência?

O SR. FERNÃO BRACHER — Provavelmente não há divergência.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Talvez sejam conceitos de liquidez.

E aqui, para orientar a nossa pouca compreensão do assunto por toda a Comissão, inclusive de quem está lhe perguntando. O Banco Central, que V. S<sup>a</sup> conhece, poderia dar esclarecimento

à Comissão a respeito, tomando esses diferentes conceitos de liquidez de 70 a esta parte.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não sei se de 70 a esta parte poderia dar esse esclarecimento.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Porque justamente nós nós nos satisfaríamos muito, até uma curiosidade do eminente Senador.

O SR. FERNÃO BRACHER — É uma questão de perguntar aos responsáveis. É um conceito novo esse que se introduziu, o conceito de liquidez, que é mais severo e que visa exclusivamente a informação dos saldos em conta-coorrente. Como eu não sei qual o conceito que prevalecia antes da crise cambial, esse número não era usado, esse é um conceito criado após 1982, ao que estou informado, daí a dificuldade que eu possa talvez antever em fornecer esses dados a partir de 1970.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Estamos satisfeitos, ilustre depoente, e creio que, na ausência do Senador Chiarelli vamos dar a palavra Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Eu creio que o Senador Raimundo Lira quer também fazer uso da palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Dr. Bracher, pelo que sabemos, existem três modalidades de empréstimos no mercado internacional, com juros flutuantes, com juros fixos e uma terceira modalidade, que é de juros reais. Parece que a City de Londres oferece uma modalidade de empréstimos, onde paga-se uma taxa real em torno de 2% e, no final do contrato, paga-se o dólar norte-americano mais a inflação acumulada no período, 5, 8 ou 12 anos.

Temos informações, agora, exatamente, nos causa muita preocupação quando nós falamos em números, em percentuais, porque eu tenho informações, por exemplo, de que os empréstimos feitos pelas multinacionais está em torno de 10 a 12% da dívida total e a gente ouve aqui, acolá, nos jornais ou alguém dizer que é 1/3, é 40% e 50%, e parece que o que V. S<sup>a</sup> falou aí que a dívida estatal é em torno de 85% e esse números de 10 a 12% estejam próximos da realidade.

Mas apenas quando vou falar no número, num dado estatístico nos dá essa preocupação, porque não sabemos se realmente a informação é correta, mas nos parece que, em agosto de 1986, foi firmado um contrato de renovação naquela data em torno de 30 bilhões de dólares, parte da nossa dívida que foi renegociada naquele período e a taxa na época estava em torno de 5,87; eu perguntaria primeiramente se, naquele momento, houve a possibilidade, de acerto nesse valor, nesse montante, de 30 bilhões, como parte da negociação da dívida a curto prazo. Então eu perguntaria se, realmente, houve essa renovação, a taxa realmente estava a baixo de 6%, e se havia a possibilidade, no momento, de ter sido feita essa negociação na base do juro fixo ou do juro real que, ao que nos parece, são as duas modalidades mais interessantes, são as que dão maior segurança ao tomador. Gostaria de fazer essa pergunta inicialmente.

O SR. FERNÃO BRACHER — Eu não sei o montante total da renegociação de 83, certamen-

te somaram várias parcelas a prazo médio, projeto I, 2, 3 e 4. Agora, indo diretamente ao assunto, que acho que é o que preocupa V. Ex.<sup>a</sup>, é o dos três tipos de taxas: taxa fixa, taxa fluante e taxa real.

O mercado de taxa real é praticamente inexistente. Há tentativas de se estabelecer, de se criar esse mercado, mas é por demais incipiente e com muita dificuldade poder-se-ia fazer uma operação ou outra mas nunca chegando a nenhum montante mais expressivo, ao menos é assim que o mercado se apresenta.

Então, a opção que realmente se oferece ao tomador do empréstimo é a taxa fixa ou a taxa fluante, e aí qual das duas tomar? Hoje em dia temos taxas fixas em dólar à base de 7, 8, 9%, 10 anos, 8 anos, 6 anos, 5 anos. Vale a pena, ou não vale a pena? Taxas em marco à 4, 5, 6% no mesmo período. Vale a pena ou não vale a pena? Tudo dependerá da taxa de inflação que se vier a estabelecer nos períodos futuros e da taxa que efetivamente vier a prevalecer no mercado. A taxa fluante subiu, desceu, a taxa histórica, nós sabemos que é 1%, 2% ao ano, a real, portanto não é esta que temos experimentado nos últimos 10 anos, ou nos últimos 8, 9 anos. Temos experimentado taxas reais como nunca antes tivemos na história recente da economia.

De modo que acho que a melhor receita que tem — tem uma receita de não se tomar mais emprestado, não quero mais tomar emprestado e não vou, não sei como vai se comportar o mercado, não uso do crédito, não uso da alavancagem do crédito para acelerar o meu crescimento, para importar mais do que estou exportando que é exatamente aquilo porque se construiu a dívida.

Então, já que vou usar do crédito, vou tentar fazer uma mistura, uma certa composição de carteira em que a maioria ou a minoria será a taxas fixas ou a taxas variáveis. Se realmente nós tivermos período de estabilidade inflacionária nos próximos 5, 6 anos, tomar um empréstimo à taxa de 7% se sentirá muito mal porque estará pagando 7% de juros reais, possivelmente, com uma estabilidade inflacionária, teríamos as taxas flutuantes caindo sensivelmente, talvez tivéssemos taxas de 2, 3, 4%. Já se tivermos, em contrapartida, um período de maior agitação financeira, ou uma agitação econômica nos países-centros talvez tenhamos taxas muito mais elevadas.

De modo que é difícil prever-se, o bom senso, talvez seja o caso de se adotar a regra salomônica aí.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, Dr. Bracher. Pela experiência que V. S.<sup>a</sup> teve como Presidente do Banco Central, naturalmente pelo próprio cargo tornou conhecimento de todos os mecanismos do mercado financeiro internacional. Naturalmente como experiente também na rede privada nacional soube também identificar os melhores espaços e as melhores alternativas para o Brasil negociar a sua dívida.

Eu perguntaria: V. S.<sup>a</sup> vê alguma possibilidade, em função do quadro internacional, porque no meu entendimento existe uma sobra de dinheiro, tanto é que os bancos emprestam aos países do Terceiro Mundo, se não existisse esse dinheiro sobrando eles só emprestavam à Phillips, à Mercedes, à Shell, à Texaco, então esse dinheiro que está emprestado ao Brasil, Argentina, ao México,

ao Peru é sobra, é o dinheiro que está sobrando, é o excedente do mercado internacional.

Então, mas mesmo assim os banqueiros agem como se estivessem realmente emprestando a uma empresa privada apenas, lógico, cobrando uma taxa de risco superior. V. S.<sup>a</sup> vê alguma possibilidade — esse é o mérito da pergunta — de nessa negociação da dívida brasileira haver algum benefício da influência política nessa negociação; V. S.<sup>a</sup> acha que há alguma possibilidade de trabalho junto a congressistas dos Estados Unidos e de outros países, influências de governo para governo, que venha a sensibilizar e melhorar o posicionamento e as vantagens dessa negociação, enfim, a política pode influenciar positivamente, pelo que V. S.<sup>a</sup> conhece da sensibilidade e a forma de agir dos banqueiros internacionais?

O SR. FERNÃO BRACHER — Minha resposta é, certamente, positiva. Entendo que há uma responsabilidade dos Governos dos países sedes, não apenas na indução da política correta, pois que eles é que regulamentam seus bancos, eles é que regulamentam o tipo de reservas que os seus bancos devem fazer sobre os seus diferentes tipos de créditos, eles é que regulamentam o tipo de abatimento que os bancos terão, ou não, do imposto de renda, conforme as perdas ou as provisões que devam fazer, e eles é que asseguram a eventual liquidez, se houver algum problema com algum banco. Isso no que concerne aos governos como entidades reguladoras.

Depois, existe ainda o problema do Governo como proprietário de bancos mesmos. Eles são donos do Eximbank, donos e de outros mais. E com os seus próprios institutos eles têm capacidade de determinar o que fazer.

Em terceiro lugar, existe a posição dos governos como orientadores dos organismos internacionais. São os governos que votam no Fundo Monetário, são os governos que votam no Banco Mundial. E são os governos, enfim, que têm a responsabilidade pela manutenção do mercado financeiro internacional. É isso que fazem os Srs. Ministros da Fazenda dos 5 grandes quando se reúnem e discutem a respeito das taxas de câmbio, a respeito da posição do endividamento do Terceiro Mundo, todos esses dados.

De modo que, certamente, há uma grande responsabilidade governamental, ao lado de um aspecto de técnica bancária, porque o fluxo de recursos reais que veio para os países em desenvolvimento veio, em grande parte, através de bancos comerciais. E foi muito bom que fosse assim, ao menos no nosso caso. Foi expedito, foi rápido, pôde vir atendendo ao nosso desenvolvimento nos anos 70. Apenas esses bancos demonstraram um veículo inadequado ainda a esse tipo de empréstimo, porque eles estão muito mais aparelhados no que concerne à sua regulamentação e à sua própria estrutura interna para empréstimos a curto prazo.

O projeto bonito a ser feito e a ser desenvolvido seria o de se montar estruturas tais que permitissem aos bancos também serem carreadores de recursos a longo prazo para países em desenvolvimento.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Dr. Bracher, no meu entendimento, o Brasil, a exemplo do que tem acontecido com os países capitalistas, temos informações, também não sabemos se esses dados

são de publicações especializadas, mas não sabemos se esses dados são efetivamente exatos. A Espanha, por exemplo, que é um país que está sendo governado por um partido socialista, no ano passado, no ano de 86 a Espanha recebeu, segundo informações dessa revista, 4 bilhões e 460 milhões, aproximadamente, de dólares, em investimentos diretos, capital de risco. Então, sabemos que os países europeus têm um crescimento econômico muito pequeno porque eles são países que têm praticamente a economia estagnada.

Então, países, a exemplo do Brasil, da Austrália, do México e da Argentina são países efetivamente que melhor oferecem condições de um retorno mais rápido para o investimento estrangeiro. Então, no meu entendimento, uma opção que o País tem de resolver os seus problemas econômicos, de continuar com o seu crescimento, é o investimento de capital de risco aqui no Brasil.

V. S.<sup>a</sup> não acha que existe, no momento, que vem existindo já talvez há uns anos, um preconceito muito grande com relação a essa entrada de capital aqui no País, independente de estabilidade ou não, política do País? V. S.<sup>a</sup> não acha que se isso efetivamente for interessante para o Brasil, em vez de ter aqui um clima de hostilidade ou de preconceito contra o capital estrangeiro, que esse capital efetivamente seja regulamentado naquilo que interesse ao País, e que interesse, também, no aspecto econômico, ao investidor, e criemos novamente incentivos ao capital estrangeiro, como aconteceu aqui na década de 70, quando tivemos ano de entrada de aproximadamente 2 bilhões e 400, 2 bilhões e 600, na época do Governo do Presidente Geisel? Acho que o capital de risco, realmente, é a grande alternativa que o Brasil tem nesse campo para auxiliar o **superavit** da sua balança comercial. O que é que V. S.<sup>a</sup> diz a respeito disso?

O SR. FERNÃO BRACHER — Mais ou menos, secundando as suas ponderações, Senador, tenho a impressão de que o Brasil, para o nosso tamanho, nossa potencialidade e a nossa capacidade, estamos sendo muito tímidos na aproximação com o capital estrangeiro. Devíamos ser muito mais agressivos, com relação ao mundo exterior, certamente nos resguardando, certamente cuidando das nossas vantagens, temos muito mais coragem a dar, e temos muito mais proveito a tirar disso. Não há a menor dúvida. Seja para incrementar as nossas exportações, para o fim precípuo de aumentarmos as nossas importações, seja para agredirmos o mercado externo como fonte de recursos para nos trazer através de tecnologia ou mesmo de, enfim, de desbaratamento das nossas potencialidades de exportação, seja, enfim, inclusive se um dia viermos a ter a moeda estável — acho que um dia lá chegaremos — para termos, inclusive, a nossa moeda requisitada pelos centros estrangeiros, por que não?

Um país com o tamanho territorial do Brasil e com a força econômica que temos, não há porque, ao termos uma moeda estável, não termos a nossa moeda cotada em paridade com as grandes moedas do resto do mundo. Então teríamos empréstimos não sob a forma de empréstimos, mas simplesmente de reserva.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Dr. Bracher, vou fazer a última pergunta, sei que o tempo está muito adiantado. Fala-se, no momento, da possibilidade, até real, de que parte da nossa dívida seja transformada em investimentos estrangeiros. Agora, também informações que recebi, está havendo impasse, porque em vez de os banqueiros quererem transformar os juros, que é uma dívida vencida, dívida de hoje e de ontem, nesse investimento de risco, eles querem transformar parte do principal, ou seja, dinheiro que vai vencer daqui a 3, 4, 5, 8, 9, 10 anos. Então, realmente, esse tipo de operação não seria interessante para o Brasil. O que interessa ao Brasil é aliviar aquele endividamento existente, aquele que venceu, que está vencendo. Mas, por outro lado, sentimos, também, exatamente — essa pergunta tem uma correlação com as colocações anteriores — que se nós precisamos de que parte dessa dívida vencida, ou dos juros vencidos sejam transformados em capital de risco, por outro lado, existe uma preocupação, que é verdadeira, da sociedade brasileira, de que exista um nível muito grande de desnacionalização da nossa economia, principalmente porque um dos instrumentos para essa capitalização ser feita, seria através da bolsa de valores e verificamos que as ações das nossas principais empresas, principalmente empresas estatais, tem empresa aí com a cotação na bolsa de valores correspondente a 25% do patrimônio líquido da empresa.

Quer dizer, uma ação, vamos supor, deveria custar 1 cruzeiro e está custando 25 centavos, ou seja, 25%, 27, 28% do patrimônio líquido. Então, estão aí as duas colocações, os nossos credores estão exigindo, caso transforme parte desses investimentos em capital de risco, eles estão exigindo que seja do principal, a se vencer, e caso houvesse a possibilidade de transformar alguma importância 2, 3, 4, 5 bilhões, qual seria a melhor alternativa para o Brasil, de tal maneira que não houvesse uma venda do patrimônio dessas empresas muito barato, ou até de empresas privadas. Qual seria o melhor mecanismo para que o Brasil atendesse aos seus interesses e aos interesses da economia nacional, nesta transformação de dívida em investimento?

O SR. FERNÃO BRACHER — Já tive oportunidade de abordar alguns elementos desta questão, quando respondi ao Senador Ronan Tito. A minha impressão é a seguinte: eu não sei, não conheço nenhuma exigência do credor estrangeiro, em que a conversão se faça apenas sobre o principal e não sobre os juros. Evidentemente a preferência é evidente, é patente, agora não conheço discussões a nível de Governo, a nível de conjunto de credores, de tal maneira que se tenha uma representatividade de opiniões para se poder qualificar, como exigência, o posicionamento de alguns bancos estrangeiros nesta circunstância. No mais, eu creio que é uma questão de regulamentação; acho que a aplicação de capital estrangeiro em bolsa, é uma das aplicações mais interessantes da economia nacional. Mas é possível se estabelecerem regras para aplicação, como se estabelecem para os fundos, para os quais se determina que não haja um percentual maior do que tanto por empresa, que não haja um controle, que haja uma diversificação, que haja, enfim, uma série de regras de aplicação, de tal maneira que não teríamos o aporte do capi-

tal estrangeiro, efetivamente na capitalização da empresa sem que houvesse uma participação efetiva na direção delas. Agora, um percentual grande, isto será interessante; se o preço da bolsa, está conveniente ou não para se entrar nela, e se farão os estrangeiros um bom negócio, se entrarem na bolsa agora, e em número ponderável, logo o próprio mecanismo do mercado tenderá a elevar as cotações. Parece-me que há o interesse para a própria capitalização de outras empresas, de modo que será mais uma questão de dosagem, que deverá ser possível qualquer regulamentação, há de estabelecer uma quantificação mensal da entrada de capital estrangeiro. De modo que me parece que é interessante isto, agora, é um assunto técnico, que merecerá uma regulamentação tal que preserve os interesses nacionais. Isto me parece possível fazer.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado. Estou satisfeito com as informações.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Vou fazer uma pergunta, que talvez saia um pouco da tônica do que foi discutido até agora. O Dr. Fernão Bracher foi Presidente do Banco Central, até há pouco tempo, e houve uma viva discussão no Brasil a respeito das taxas de juros. Eu queria, então, agora saber do Dr. Fernão Bracher, que relação poderia existir entre a dívida externa e a dívida pública interna, e se há alguma relação entre elas, e se esta relação tem a ver com as taxas de juros. E se não ou mesmo que haja, como normalmente depois da saída do Dr. Fernão Bracher do Banco Central, não houve nenhuma alteração, na política das taxas de juros, mesmo por aqueles que, aparentemente, criticavam a tendência do Banco Central de manter a taxa de juros levemente acima da inflação para manter os juros reais, se o Dr. Fernão Bracher acredita que esta política é a política correta e por que?

O SR. FERNÃO BRACHER — Dívida é uma forma de financiamento de modo que existe uma correlação; o poder público, ao necessitar de mais recursos para fazer obras além de sua arrecadação, procura antecipar receitas, que é a forma de contrair e aí a contrai no mercado interno ou no mercado externo. De modo que há uma correlação imediata, o fato é que se nota que uma série de obras realizadas pelo poder público, extração de petróleo pela Petrobrás; construção de Itaipu, Tucuruí, Açominas e de uma série de outras obras, umas, sem dívida nenhuma, meritórias, outras talvez discutidas, se basearam na poupança estrangeira, através de antecipação de receitas, que é o que se constitui a dívida, de modo que existe este elemento.

Na questão de taxas de juros nos empréstimos internos e externos foram negativas na maior parte da década passada, de modo que foi aquilo que se chama um grande negócio, estávamos tomando dinheiro a taxas menores do que da própria inflação, do que a desvalorização da própria moeda estrangeira, apenas elas voltaram assim fortemente positivas na década em que hoje vivemos.

No que concerne à política doméstica de taxas de juros, elas são instrumentos muito importantes para regular a política monetária, e inclusive para estimular e desestimular a atividade econômica. No momento em que estávamos vivendo no ano

passado, o grande desastre que se abateu no "plano cruzado," foi o de excesso de demanda, incapacidade física de se atender à grande demanda que se instaurou por uma quase fuga da moeda, que é o que se verificava na ocasião, fuga da moeda que se manifestou em todos os sentidos, não só pela aquisição, de bens de consumo ou de outros bens, mas inclusive para estocar, como se verificou no caso do boi, foi inclusive pela compra de moeda estrangeira, como se verificou pelo comportamento do dólar, no mercado paralelo. Era absolutamente indispensável que se valorizasse o dinheiro, que se desse um valor para aquele que deixasse de consumir imediatamente, para aquele que poupasse, e foi isto que se procurou e procura ainda hoje o Governo, pela manutenção de taxas de juros positivas, permitindo ao comprador uma proteção, no caso de vir a comprar, e me parece que esta política foi aquela que nos liderou de uma perda total de controle da situação. Nós estamos à beira de perder o controle da situação, uma fuga da moeda, porque a hiperinflação se caracteriza mais pelo desgosto da moeda do que pelo aumento de preços propriamente dito. Foi isto que aconteceu na Alemanha e em outros países em que as pessoas preferem não vender, a vender e receber moeda. Neste momento é que temos a hiperinflação, em que se repudia a moeda. Enquanto o que temos vendo no Brasil, e com alegria, que ainda existe o interesse de conservar a moeda. E tanto existe que uma das provas disso é hoje, em dia, a taxa em que o mercado paralelo se encontra, em que vemos gente vendendo, se desfazendo de dólares para ter cruzados, para fazer frente às suas necessidades. Se houvesse um desgosto da moeda cruzados já estaríamos, como estivemos no ano passado, comprando quais quer outros bens. De modo que, me parece que é muito importante que tenhamos uma taxa de juros tal, que seja compatível com os objetivos da economia naquele determinado momento. No momento em que atravessávamos uma situação em que víamos a perda de uma das mais belas experiências econômicas que fizemos, e que causou tanto prazer a toda a população brasileira, durante tantos meses, foi pelo excesso de demanda, pelo desgosto de se ter a poupança. Então era necessário, como o é ainda se dar ao poupador o benefício da poupança, e àquele que estoca mais do que as suas próprias necessidades, o custo efetivo dessa estocagem. De modo que me parece que é uma peça central, na qual o Governo se baseia, que evidentemente há de ser uma política até se obter uma estabilização para, o depois então, se poder passar por um período de prosperidade melhor.

O SR. JAMIL HADDAD (Fora do microfone) — Parece-me que há uma contradição na sua colocação, porque há desestímulo que leva à recessão, enquanto temos 45,46% de juros na aplicação de dinheiro. Qual será o investidor industrial, comerciante, que investirá para ter que pagar uma série de quesitos, por assim dizer, junto à Previdência, junto a uma série de órgãos se ele, sem esforço algum — é aí está o Governo captando no mercado por falta de caixa, então ele capta a 40, 45%. E isso é um fator, na minha opinião — não sou economista, sou médico — é um fator de desestímulo na aplicação, pois aplica-se só no mercado financeiro, e é um fator de inflação e um fator de recessão. No meu entendimento

de médico, não sou economista, mas tenho uma equipe com serviços de economista de alto gabarito, que tem que orientar no sentido de que não há possibilidade de o País continuar nesta alta taxa inflacionária no mercado financeiro. E 42% é na realidade um estado de crise. E a população não está sabendo o que fazer, pois a maioria dela vive de salário mínimo, e não há classe média hoje, já está praticamente equilibrada à classe trabalhadora:

Eu queria que V. S<sup>a</sup> me desse uma explicação de como se conciliar isso; taxas elevadas, mantendo um crescimento, que pelas informações do atual Ministro da Fazenda, o crescimento que se pretende é de apenas 3,5%. E se já chegamos a ele nesse momento, então o País vai parar.

**O SR. FERNÃO BRACHER** — É o crescimento na indústria até o fim do ano...

**O SR. JAMIL HADDAD** (fora do microfone) — Estou dizendo que o crescimento nessa base ignorando a realidade, e não temos nada a fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>a</sup> me permite uma pequena intervenção. É só um complemento, aproveitando o assunto. Na sua manifestação sobre a questão de juros, V. S<sup>a</sup> dizia que é necessário a utilização das taxas mais elevadas para evitar o excesso de demanda. É instrumento para tal fim. As taxas hoje são tão altas quanto as mais altas que já tivemos, quem sabe superiores aos melhores índices já alcançadas. Evidentemente não é este o momento em que temos a mais alta demanda, temos uma demanda declinante e as taxas ascendentes. Como é que se explica esta gangorra insensata, que não fecha com a melhor das teorias expostas.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Com licença, dando uma de mineiro.

Eminente amigo, diga-me uma coisa: quanto tempo V. S<sup>a</sup> acha que a atividade produtiva pode suportar esse juro que V. S<sup>a</sup> defende ser alto, e que, no momento, está levando à concordata e à falência um número não pequeno — são fatos aqui, não se está discutindo com hipóteses de empresas no Norte, Nordeste e agora se estendendo para o Sul? Não pense que é brincadeira; nem contrabando de cocaína dá tanto lucro quanto eu não fazer nada e ter aplicação no Over a umas alturas destas. É a pergunta. Quanto tempo V. S<sup>a</sup> pensa que pode essa atividade produtiva suportar uns juros a esta altura?

**O SR. FERNÃO BRACHER** — Estamos falando em juros da LBC, que é aquilo que se paga no over, que é aliás o mesmo juro que se paga na caderneta de poupança. De modo, que talvez, pudéssemos pegar a caderneta de poupança como base. Aquele juro que se diz extraordinário, aquele juro que se diz extorsivo, é o juro que recebe o poupador da caderneta de poupança, que é exatamente o juro equivalente ao aumento do custo de vida, mais 0,5% ao mês. De modo que o que parece é que estamos sendo vítimas de uma ilusão ótica, na qual o que é extorsivo, o que é abusivo, o que é excessivo é a taxa de inflação. De modo que estamos, efetivamente, vivendo num regime de taxas de inflação realmente insuportáveis e incompatíveis com um bom e normal processo produtivo. E é para isso que toda a atividade, toda a atenção deve ser voltada. Taxa de inflação esta que foi criada em virtude de as

taxas de juros serem baixas e ter havido um enorme descaminhamento da demanda para a procura de bens que eram inexistentes no mercado. De modo que temos hoje uma taxa absurda. É absurda, sem dúvida nenhuma, porque absurda é a taxa de inflação. Agora, aquele que depositou no dia 1º do mês na sua caderneta de poupança 100, retira no fim do mês, na sua caderneta de poupança 120,5, retira 20% a mais, e vai comprar, provavelmente, o mesmo bem de consumo que comprava com 100. De modo que ele não ficou nem mais rico e nem mais pobre. É evidente que estamos trabalhando com a média da inflação, sabemos que esta média da inflação é feita de vários bens, que alguns ficaram mais caros e outros mais baratos. Mas não me parece que se possa dizer que ao poupador na caderneta de poupança esteja virando um milionário. De modo, realmente, o que a gente deve prestar a atenção, e evidentemente verificar se esta taxa de juros, a qual estamos criticando, não é exatamente aquela que remunera a caderneta de poupança. Então temos uma visão melhor do assunto. Ou não é? Não é a taxa que remunera a caderneta de poupança?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Chiarelli) — Só um momentinho. Vou usar essa condição de Presidente. terá V. Ex<sup>a</sup> o privilégio de perguntar.

É o seguinte: V. S<sup>a</sup> está fazendo uma relação, quase um silogismo, que houve um crescimento porque tivemos taxas de juros inferiores à realidade.

**O SR. FERNÃO BRACHER** — É o que mostram todos os gráficos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Chiarelli) — Muito bem. Isto é uma relação, quando muito 86/87. E por que tínhamos anteriormente uma taxa tão elevada de juros e uma inflação também tão elevada, que chegamos a decretar o Plano Cruzado? Por que tínhamos aquelas taxas tão elevadas? Ou será que as taxas de juros em 1985 também não nos traziam inquietação, perturbação, intranquilidade? A mesma pergunta de que era uma coisa mais confortadora ficar em casa e aplicar sem atividade produtiva? Porque não é uma novidade de agora as altas taxas de juros.

**O SR. FERNÃO BRACHER** — A taxa de juros que era paga pelo poder público em 1985 era a da ORTN, a saber, hoje da LBC, mais 18%. Hoje em dia, é OTN ou LBC, mais 0%. De sorte que a taxa de juros paga hoje pelo poder público, para se financiar, é igual à da inflação, sem deságio. Enquanto que em 1985 chegou a ser até de 21% de deságio. Não estou dizendo que a taxa de juros alta é remédio para todos os males. Muito pelo contrário, haverá momentos em que, eventualmente, será conveniente ao poder público ter uma taxa de juros quiçá até negativa. De modo que isso dependerá de cada momento e de cada circunstância. O que me parece que salta aos olhos de qualquer um de nós que viveu neste País o ano passado, qualquer um de nós que conhece a correlação de taxas de juros com o comportamento da inflação no ano passado, é onde é que se origina a causa da presente situação. Quem é que não viu uma demanda exceder em 30, 40% a capacidade da oferta? Quem é que não viu a falta de bens físicos? Quem é que não viu a taxa de juros? Quem é que não viu a

é isso? É taxa de juros? Quem é que não viu a prática de agios por todo lugar? De modo que é muito importante nós termos uma visão histórica, e não é uma visão histórica de longo prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Chiarelli) — Evidentemente que nós não queremos aqui um debate para convencê-lo das nossas idéias. Nós queremos ouvir a opinião de V. S<sup>a</sup>

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Mas V. S<sup>a</sup> não respondeu à minha curiosidade. Quanto tempo V. S<sup>a</sup> acha que a atividade produtiva suporta essa taxa de juros? Estou no fato, não estou aqui mais na teoria. Há uma corrida para concordatas e falências em todo o País. O Sr. Ministro da Fazenda, ontem mesmo, disse aos empresários que estávamos à beira de uma hiperinflação, a acreditar pelos jornais.

Então, essa política de taxas de juros altas, permita-me, com todo o respeito que tenho a V. S<sup>a</sup> de longos anos, é como a mágica besta do papagaio que o navio estava se afundando. Desculpe-me!

**O SR. FERNÃO BRACHER** — Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> ou me fica devendo ou me paga agora a história da mágica besta do papagaio, que me deixou muito curioso. Agora, em segundo lugar, no que concerne à taxa de juros, evidentemente, a mim me parece que quando o Senador cita a taxa de 48%, evidentemente 48% não é 20%. Há, e me parece talvez algum aperfeiçoamento a ser introduzido nesta mecânica para o estabelecimento da taxa média, que resultará em 20%. Esses 48%, combinado com a taxa cobrada no início do período, resultará em 20%. Essas são as imperfeições do sistema, devem ser corrigidas, oriundas de um estado extremamente grave, como o próprio Senador reconhece. Efetivamente, nós termos passado de uma inflação de 2% em novembro para uma inflação de 20% em maio, qual é a atividade produtiva que resiste a tais e tamanhas discrepâncias na taxa de inflação? A tais e tamanhas subidas nos preços gerais de todos os bens? Essa é a grande pergunta que temos que fazer e esse é todo o esforço que temos que fazer. É uma situação extremamente difícil, extremamente constrangedora e extremamente penosa. Mas me parece que é simplificar demais o assunto pretender, como por um golpe de mágica, resolver pelas taxas de juros, de fato é um alvo muito fácil de resolver. A situação é extremamente grave. Vejamos os senhores que nós passamos de 2%, de 1% para 20% ao mês. Quer dizer, passamos de 12% ao ano para 1.000% ao ano. Quer dizer, isso, sim, é que traz uma dificuldade extraordinária no processo produtivo. Agora, dizer: não existiu nada, só existe a taxa de juros, parece que nós estamos barateando demais a questão. Agora, que é evidentemente, uma coisa extremamente desagradável de se discutir, que é para a autoridade monetária que é obrigada a praticar tais políticas são situações difíceis e dolorosas de cumprir, são. Ninguém faz com prazer. Agora, não se descobriu coisa melhor. Pelo contrário, está-se tentando ir contra o movimento que foi a causa dessa situação, me parece, ao menos. De modo que a sua pergunta, Senador Virgílio Távora, me parece que é de se responder: vamos juntos nos deter um pouco mais nas causas da situação, e é perfeitamente justificável perguntar até quando se agüenta. Mas se agüenta o quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Tenho uma pergunta, o Governo determinou uma midli, ou mini-máxidesvalorização. A pergunta objetiva que lhe é a seguinte: isso visou aumentar o nosso fluxo de exportação, entre outras coisas, aumentar nossas reservas, melhorar nossa posição em termos da possibilidade de fazermos frente aos nossos encargos, etc. V. S.<sup>a</sup> nos lembrava que a nossa dívida é basicamente em dólares, ou tem como referência o dólar, então a pergunta, como nós temos, por exemplo, uma informação, como temos agora, graças a essas medidas nós estamos tendo um aumento, um saldo das nossas exportações, entre outras coisas, por causa disso, 500 milhões de dólares, ou 600 milhões de dólares, por mês, e previsão de que também se repita esse número.

Agora, a pergunta também de maneira bem objetiva. Nós realmente estamos ganhando porque estimulamos essas exportações e tivemos um aumento de saldo ou na hora de fazer a conta porque, por outro lado, aumentamos a dívida e, como sobre a dívida se calculam os encargos e os juros, etc. nós estamos fazendo um buraco na água?

O SR. FERNÃO BRACHER — Nós vimos retratos, todos nós conhecemos, ou porque estivemos lá, de Hong Kong, de Formosa, que era uma ilha absolutamente deserta, que não tinha nada lá dentro, ou melhor, tinha culturas milenares se quisessem, como tudo o que é daquela parte da Ásia, mas nada de moderno conhecemos a Coreia do Sul, esses três países, para não citar outros, para não citar Cingapura, são países que cresceram extraordinariamente, são hoje extremamente sofisticados. 12 mil doutores só trabalham em um único vale, em Formosa, em matéria de computação, graças à integração das suas economias a economia internacional. Quer dizer, de uma miséria efetiva que reinava nessas regiões, temos hoje regiões prósperas, com trabalho para todos, que é a coisa que mais dignifica o homem, é ter essa possibilidade de trabalho, e com grande quantidade de reservas internacionais, portanto, tendo a sua independência resguardada, não tanto por palavras, mas por fatos efetivos, que é a possibilidade de ter riqueza em mãos e disponível.

O acerto da taxa de câmbio que foi procedido pode ter como consequência, e terá como consequência, eventualmente, uma melhor capacidade da indústria nacional de concorrer no exterior, e uma maior proteção da indústria nacional contra importações estrangeiras, que é muito importante. Portanto, dos dois aspectos, preservará, de um lado, empregos, porque garante melhor a indústria nacional de importações estrangeiras e, por outro lado, cria novos empregos, na medida em que cria novas oportunidades e novos mercados para a nossa produção.

O que é importante na taxa de câmbio é que ela esteja adequada, adequada à capacidade de produção, aos custos do País. Também na taxa de câmbio, temos a triste experiência feita pelo Governo Matinez de Hoz, na Argentina, em que se tentou combater a inflação pela taxa de câmbio. Manteve-se a taxa de câmbio baixa, tudo se importou de fora, fecharam as indústrias dentro, se dificultou a exportação, perderam-se empregos dos dois lados, e a Argentina tem a situação que tem hoje, que nós conhecemos.

De modo que uma das coisas mais importantes que existe no país é a adequação da taxa de câmbio à sua realidade. E isso, me parece, foi um dos primeiros passos procedidos pelo Sr. Ministro da Fazenda, com muito acerto, nos dando uma outra desenvoltura em olharmos e enfrentarmos o mercado externo.

O SR. JAMIL HADDAD — Posso formular mais uma pergunta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Pode.

O SR. JAMIL HADDAD — Nós sabemos que a exportação é subsidiada.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não toda, Senador.

O SR. JAMIL HADDAD — Não toda, mas uma grande parte da nossa exportação é subsidiada: a de automóveis, mesmo determinado tipo de grãos. Ocorre que a partir desse subsídio, vamos aumentar a nossa dívida interna. Mas que essa política exportadora, que é a tônica que interessa muito, porque sabemos que determinadas empresas multinacionais não estão muito preocupadas com mercado interno, porque sabem, na verdade, que têm um mercado externo. Então para elas é secundário. E o que ocorre é que nesse caso há um aumento do déficit interno, quer dizer, o déficit interno aumenta a inflação. Então, não é na realidade uma bola de neve, na minha opinião, que não sei honestamente aonde vamos desaguar, por isso que pergunto a V. S.<sup>a</sup>, que é um homem experimentado neste setor, queremos as suas luzes, porque nada vemos, o túnel está escuro e não vemos nenhuma luz. Essa é uma realidade, para nós políticos que temos a responsabilidade de encontrar uma solução política para resolver a situação crítica da população brasileira, neste momento, nós, na hora em que uma pessoa com o gabarito e com a capacidade que tem V. S.<sup>a</sup>, comparece a esta comissão, o nosso intuito é, na realidade, é conseguir essas luzes para que possamos, amanhã, nos orientar no sentido de uma saída para o povo brasileiro. Nós não lhe chamamos aqui para que V. S.<sup>a</sup> perdesse seu tempo, que é precioso, não estamos aqui por vontade de apenas inquiri-lo, consultar, estamos aqui, justamente querendo que pessoas gabaritadas nos mostrem a saída para essa grave crise institucional brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agradecemos a presença do nosso ilustre depoente, às suas respostas objetivas, a sua manifestação tão franca, tão digna e damos por encerrada a...

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, antes de encerrar, queria dizer que temos a pauta para a próxima reunião. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> e os nobres Senadores componentes desta comissão foram sabedores do fato ocorrido ontem no Banco Central, em que uma comissão de Senadores e Deputados do Espírito Santo foram muito mal recebidos pelo Presidente do Banco Central. E proponho para mostrar a diferença de tratamento, que caracteriza o nosso posicionamento em relação ao posicionamento do Presidente do Banco Central, que a próxima pessoa a ser convocada para vir a comissão fosse o próprio Presidente do Banco Central.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Conversar com o atual Presidente do Banco Central sobre a necessidade da presença dele aqui e estranho a informação, porque pelo modo que me recebeu foi o mais correto possível. Vou me informar para saber.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Porque então são...

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Mas aqui não sou o único, há até duques. Na conversa com o Presidente do Banco Central, tinha pensado que era mais adequado pedir a presença de S. S.<sup>a</sup> aqui, mais adiante, porque está tomando posse agora e, provavelmente vai nos dizer o tempo todo que não sabe ainda.

O SR. JAMIL HADDAD — Então peço a V. Ex.<sup>a</sup> nobre Relator, que encaminhe esta petição de informações que entreguei, que seja encaminhada imediatamente ao Banco Central, para que possamos ter mais dados e mais subsídios para os próximas inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Gostaria de dizer que acho que temos todo esse questionamento e todos esses pedidos de informações, vou solicitar e me comunicar com os demais membros da comissão, para que até segunda-feira, ou quem sabe, terça-feira, nos dêem todos os pedidos de informações e faremos um bloco só e encaminharemos ao Banco Central.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Ou a quem seja.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Quem quiser saber informações para que pensemos de uma maneira objetiva.

Vamos ver o próximo e combinar com o Relator.

Está encerrada a reunião.

#### 5ª reunião, realizada em 5 de novembro de 1987

Às dezessete horas do dia cinco de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Aluísio Bezerra, Leopoldo Perez, Raymundo Lira, Ronan Tito, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli, Ivan Bonato, Virgílio Távora e Jamil Haddad, além dos Srs. Senadores Mauro Benevides, Severo Gomes, Roberto Campos, Dirceu Carneiro, Mário Covas e dos Deputados Robson Marinho, Victor Fontana e Joaquim Bevilacqua, reúne-se a Comissão Especial destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira a avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno. Abertos os trabalhos é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada. A seguir, o Sr. Presidente, Senador Carlos Chiarelli, convida o Dr. Bresser Pereira, Ministro de Estado da Fazenda, para tomar assento à Mesa e em seguida, concede-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Com a palavra, o Sr. Ministro discorre sobre o encaminhamento da negociação da dívida externa e o que foi dito, fundamentalmente, às autoridades americanas. Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Ronan Tito, Virgílio Távora, Jamil Haddad, Aluísio Bezerra, Raymundo Lira, Roberto Campos e Fernando

Henrique Cardoso. Finalmente, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Ministro, Dr. Bresser Pereira, e em seguida, determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO", REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1987, A FIM DE OLHAR O DEPOIMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, BRESSER PEREIRA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

Presidente: Senador Carlos Chiarelli  
Relator: Senador Fernando H. Cardoso  
(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, Sr. Ministro da Fazenda, queremos, em primeiro lugar, registrar nosso agradecimento pela concordância de V. Ex<sup>a</sup> em postergar o horário previamente ajustado para esta reunião, que era às 15 horas e 30 minutos e, por solicitação da Mesa da Comissão, Senador Virgílio Távora, Vice-Presidente, Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator, a reunião ficou postergada, tendo em vista os lamentáveis compromissos que tivemos hoje, de comparecer ao sepultamento da esposa do nosso estimado Companheiro Senador Jarbas Passarinho.

Sem mais delongas, Sr. Ministro, manifestamos satisfação pela presença de V. Ex<sup>a</sup>, e passamos a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para que possa fazer as considerações que entender adequadas, antes da arguição compatível desta reunião, que deverá estar concluída às 18 horas e 30 minutos, tendo em vista os compromissos que V. Ex<sup>a</sup> assumiu e que postergou para poder dar ao Senado o tempo necessário ao debate indispensável. Passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. BRESSER PEREIRA — É com prazer que estou aqui no Senado e nesta Comissão. Os três Senadores que estão ao meu lado estiveram, um pouco antes de mim, nos Estados Unidos, em Washington e em Nova Iorque, e tiveram uma série de conversações, que foi muito importante para mim, exatamente porque ajudaram na minha missão em Washington, recentemente.

Creio que a forma mais conveniente de fazer uma pequena exposição inicial é dizer como estamos encaminhando a negociação da dívida externa brasileira, e o que dissemos fundamentalmente às autoridades americanas, trataremos disso um pouco adiante.

A idéia básica é a seguinte: preparamos um plano de controle macroeconômico e ele prevê as necessidades de recursos externos que o Brasil terá nos próximos anos. Esse plano macroeconômico imagina que haja compatibilidade do ser-

viço da dívida com o crescimento do País. Esse é um tema que merece muito debate. Há um grande número de economistas que afirmam que não há essa compatibilidade, que é impossível para o Brasil, ao mesmo tempo, crescer e, ao mesmo tempo, ter um superávit comercial de 10 bilhões de dólares, e, ao mesmo tempo, ainda, pagar juros sobre uma dívida extremamente alta, que vão diretos para o déficit público. De forma que, o Brasil não tendo condições para isto, não teria como pagar a dívida. Entendemos que, embora esses argumentos sejam muito ponderáveis e respeitáveis, desde que haja um sacrifício muito grande dentro do Brasil...

O SR. RONAN TITO — Sr. Ministro, uma questão de ordem, por favor.

Sr. Presidente, nós, Membros desta Comissão, gostaríamos de enxergar o Ministro enquanto S. Ex<sup>a</sup> está parlamentando conosco. De maneira que, após a imprensa registrar a presença de S. Ex<sup>a</sup>, pediria que fosse dado início à palestra e à esplanção de S. Ex<sup>a</sup>. O assunto é de magna importância, e todos nós gostaríamos de entender e de saber o que está sendo dito aí. Pediria que fosse dado tempo à imprensa para registrar a presença do Sr. Ministro e, em seguida, iniciáramos a exposição do Ministro e os debates. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sr. Senador, apesar de não o ver, ... (risos) defiro o requerimento. Solicitaria aos nossos estimados amigos da imprensa que atendessem o requerimento, por lógico e compatível. (Pausa.)

O SR. BRESSER PEREIRA — Este plano macroeconômico prevê que precisaremos, dos bancos privados, 7,2 bilhões de dólares, nos próximos dois anos, para financiamentos de juros. É o que eles chamam de dinheiro novo, mas que prefiro chamar de financiamento de juros, porque dinheiro novo é para financiar novos investimentos, e, na verdade, deveremos pagar nesse período. Nesses dois anos de 87 e 88, cerca de 11 ou 12 bilhões de dólares — não tenho o número exato aqui agora. Então, estaríamos financiando pouco mais de 50% dos juros nesse período.

Precisaríamos ainda que os **spreads** baixassem para zero. O pressuposto básico do programa é de que o **spread** seja zero em toda a dívida. Com essas duas condições básicas — 7,2 bilhões e **spread** zero — teríamos condições de compatibilizar crescimento com a instabilidade de preços e com o serviço da dívida. A idéia é que teríamos 10 bilhões de dólares de superávit comercial nos próximos anos, que teríamos um déficit decorrente de 3 a 4 bilhões de dólares e que teríamos uma transferência de recursos de, aproximadamente, 7 bilhões de dólares nos próximos anos.

Foi esse tipo de informação que, basicamente, levamos às autoridades americanas, às autoridades dos bancos multilaterais e, também, aos bancos credores, dizendo que teríamos condições de sair da moratória, uma vez acertada essas condições. Perguntaram-me: E com relação ao FMI? Com relação ao FMI não pretendemos fazer um acordo com ele neste momento, não temos necessidade disso, nem vemos interesse da parte do Brasil de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional, no momento, por alguns motivos. Em primeiro lugar — disse isso bem claramente a todas as autoridades americanas, sem

exceção, a todas as autoridades multilaterais e ao próprio gerente do Fundo, Sr. Michel Camdessus — entendemos que o poder do Fundo de ter vinculado a ele os bancos é excessivo. O Brasil é um país suficientemente poderoso e responsável para não ter esse tipo de vinculação em cima de suas atividades e de sua política econômica.

Em segundo lugar, não pretendemos ter esse tipo de acordo, porque o Brasil tem uma decisão muito firme de proteger suas reservas. O Presidente Sarney entende que as reservas brasileiras não deveriam ser inferiores a 6 bilhões de dólares. Só fizemos a suspensão dos pagamentos com um número inferior de reservas porque houve uma deficiência de comunicação. O Presidente Sarney só veio saber que as reservas tinham baixado para 4 bilhões de dólares alguns dias antes da moratória.

Se nós, de repente, fizemos um acordo com o Fundo, faremos, em seguida, um acordo com o bancos. Em terceiro lugar, admitindo, portanto, a vinculação dos bancos com o Fundo, se o Fundo começar a desembolsar os recursos que são desembolsados trimestralmente e se os bancos, também, **pari passu**, passarem a desembolsar e depois de 6 meses, por exemplo, não atingirmos um determinado objetivo, é claro que eles suspenderiam os pagamentos todos. Suspendendo todos os pagamentos, nossas reservas começariam a baixar e não teríamos outra alternativa, já que não teríamos empréstimos voluntários, senão fazermos nova suspensão de juros nossos. De forma que a moratória viraria uma espécie de hábito — o que realmente não me parece razoável. Moratória é um instrumento normal a que o Brasil pode ser obrigado a recorrer quando não existe um mercado voluntário para o Brasil, mas preferimos não fazer moratória a todo instante.

Por esses motivos, disse que não tinha interesse em fazer acordo com o Fundo, mais tarde poderíamos fazê-lo. Quanto ao problema de o Fundo ter políticas recessivas, isto para mim está fora de cogitação, porque é claro que só assinaríamos acordo com o Fundo em cima de um plano feito pelo Brasil, de acordo com os interesses e objetivos que temos. Eu disse a eles: Tivemos problemas gravíssimos. No ano passado, esses problemas aborreceram aos senhores, mas aborreceram muito mais a nós. Os erros que foram cometidos no passado, que levaram a um desequilíbrio na balança de pagamento no Brasil, esses erros atingiram os Srs., mas atingiram muito mais a nós mesmos. Portanto, somos perfeitamente responsáveis para saber quais são os nossos problemas e como é que os resolvemos.

Disse também a todas as autoridades, na conferência que fiz perante a **Council of America** e aos jornalistas que me entrevistaram, que essa solução que estávamos propondo, que começaríamos a negociar a partir de setembro — agosto é férias para eles — era o que eu chamava de negociação convencional da dívida — **spread** zero para mim é convencional — que realmente o que não era convencional seria uma solução mais definitiva para a dívida externa brasileira. E que essa solução mais definitiva para a dívida externa brasileira era aquela que estava sendo apontada pelo mercado financeiro internacional. Nesse mercado há um desconto sobre a dívida brasileira de 45%; este desconto também já acon-

teceu sobre a dívida em geral, isto é, no valor das ações dos bancos, que já foram reduzidas substancialmente devido a terem feito empréstimos que são, em grande parte, incobráveis.

Depois, este desconto já aparece nas reservas que os bancos fizeram. A mais famosa delas foi a recente do Citibank, mas há muitos anos, desde 1983, que os bancos europeus e japoneses vêm fazendo reservas; só mais recentemente é que os bancos americanos passaram a fazê-las também. Então, o mercado já determinou que devia fazer um desconto e seria muito razoável que o Brasil, que o País devedor, participasse de alguma forma desse desconto.

Quando eu estive nos Estados Unidos não só conversei com economistas, mas passei uma tarde inteira conversando com os membros do Congresso americano, da Câmara dos Deputados e do Senado, que haviam acabado de aprovar no Senado e na Câmara duas resoluções, duas recomendações que agora vão ser compatibilizadas, para se tomarem uma coisa só, sobre **Debit Management Relief**, que seria basicamente o seguinte: propor ao Governo americano que desse uma garantia a títulos que seriam emitidos pelos países devedores por um valor menor para trocar com a dívida atual. Por exemplo, se o Brasil tem um desconto de 45%, poderíamos emitir títulos no valor de 70% ou 75% da dívida, baixando a taxa de juros para que isso ficasse num valor correspondente. Esses títulos seriam trocados pelos atuais débitos do Brasil, mas com uma garantia dada pelo Governo americano ou por uma entidade qualquer que este governo apontasse, como por exemplo o Banco Mundial; para isso também seria necessário que os outros governos fizessem coisa semelhante.

Essa solução, evidentemente, atenderia aos interesses do Brasil, resolveria o problema da dívida brasileira, e atenderia aos interesses dos nossos credores. Por quê? Porque os nossos credores estão interessados em exportar para o Brasil — e nós estamos interessados em importar deles. Mas como é que o Brasil pode importar dos Estados Unidos, ou da França, ou da Alemanha, ou do Japão, se precisamos realizar um superávit comercial de 10, 11, 12 bilhões de dólares? É difícil! E por que que precisa? Porque se imaginarmos que a dívida externa, que tem dificuldades — é um número apenas — é de 750 bilhões de dólares no mundo inteiro e que os juros que estão sendo pagos sobre essa dívida é de 10% — juros inclusive **spreads** — 75 bilhões de dólares de juros. Somam-se a isso mais 25 milhões de dólares de outros serviços. Que outros serviços? Outros serviços reais tipo: seguros, transporte, turismo, assistência técnica e mais dividendos e repatriações que são pagas por este País — somando tudo isso deve dar uns 25 bilhões. Então, dá 100 bilhões de dólares. Suponhamos, finalmente, que a dívida esteja muito alta e que todos concordem que a dívida não deve aumentar mais. Como é que se resolve o assunto? Qual é a aritmética que agora se resolve? A aritmética é apenas uma — nós, os países devedores, temos que ter um superávit comercial contra os países credores de 100 bilhões de dólares. Isto significa que eles terão que ter um déficit comercial neste valor e que terão desemprego e nós teremos, aqui, um esforço brutal para conseguir esse superávit. É por isso que o Congresso americano está

interessado em maior emprego, em maior desenvolvimento para os Estados Unidos; é que está interessado em que a coisa mude. Portanto, seria uma solução que atenderia a todos. Agora, eu dizia, que sei também que os Senhores não estão maduros para isto, que as autoridades americanas e europeias não estão maduras para esta idéia. As dos japoneses estão ficando mais próximas, mas também não está madura para eles ainda. Então, vamos ter que esperar um pouco. Enquanto esperarmos, ficamos com a nossa proposta convencional, mas espero que os senhores pensem bem no assunto, porque também vamos pensar do nosso lado e vamos falar sobre isso, porque esse processo depende fundamentalmente de conversa e de uma conscientização geral da sociedade daqui e de lá, dos interesses e dos conflitos que haja entre nós todos. Basicamente, é assim que estou vendo o problema da negociação da dívida externa. Nós deveremos fazer essa negociação a partir de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Passo a palavra ao Senador Ronan Tito, que será o primeiro a formular as suas ponderações e questionamentos. Sugeriria aos companheiros e colegas que cada um usasse no máximo 5 minutos para que se pudesse ter a oportunidade de oferecer a palavra a um maior número de integrantes da Comissão.

O SR. RONAN TITO — Sr. Ministro, fala-se muito que o PMDB, principalmente, seria consultado nas questões básicas da definição da negociação da dívida externa, como por exemplo ir ao FMI, etc. Por isso nós mesmos precisamos ter um pouco mais de conhecimento de alguns detalhes, detalhes esses da maior importância...

O SR. BRESSER PEREIRA — Preferiria até não discutir a questão de ir ao FMI, porque está tão longe disso.

O SR. RONAN TITO — Espero que esteja muito mais longe, Sr. Ministro.

V. Ex.<sup>a</sup> já disse algumas vezes, e também achamos, que há um mínimo que este País tem que crescer, existe um mínimo. V. Ex.<sup>a</sup> fala num mínimo de 5% este ano, num mínimo de 6% no ano que vem e, depois, 7%. Acho essas taxas, inclusive, conservadoras, porque temos um incremento demográfico da ordem, de 2,5%; a taxa de poupança do trabalhador é zero. Ele tem é endividamento. A reserva é quase nula. Gostaria que o Sr. Ministro soubesse que fui Secretário do Trabalho à época da recessão, em Belo Horizonte, onde há 400 mil favelados. Dei-me ao trabalho de sair do meu gabinete e ir visitar os favelados e assistir à política de genocídio que é a recessão no Brasil. Tivemos que criar inclusive alimentação, uma série de coisas, para não continuar a morrer gente como estava morrendo de fome. Então, parece-me que recessão nós todos sabemos e estamos convictos de que não nos convém, sob nenhum pretexto. Com o incremento demográfico da ordem de 2,5% e com o crescimento da agricultura que vai repercutir em torno de 3% sobre o PIB — 5% acho até que seria uma taxa conservadora para que não entrássemos outra vez naquele limite de desemprego, da recessão, de fome, de miséria e de morte por inanição.

A primeira pergunta que faço a V. Ex.<sup>a</sup> Qual é o máximo de recursos que poderemos depen-

der por ano com o serviço da dívida? Segunda: a nossa reserva, segundo V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer, quando foram suspensos os pagamentos de juros, era da ordem de 4 bilhões de dólares. Suspendemos os pagamentos, mas alguns pagamentos tivemos que fazer. As nossas exportações voltaram a crescer. Quais são as nossas reservas hoje? Terceira: Nas propostas esboçadas por V. Ex.<sup>a</sup> existe alguma coisa amarrada contra o PIB, ou quanto ao diferencial entre a exportação e importação?

O SR. BRESSER PEREIRA — Esta última não entendi.

O SR. RONAN TITO — Na proposta de pagamento de juros, serviço da dívida — não vamos chamar de juros — tem alguma coisa amarrada quanto ao PIB, ou quanto ao diferencial entre exportação e importação?

O SR. BRESSER PEREIRA — A primeira e a última podem ser respondidas juntas, mas vou responder primeiro à segunda.

Com relação às reservas, não tenho os números do momento, só posso dizer o seguinte: as nossas reservas, depois da moratória, continuaram caindo, chegaram perto de três bilhões de dólares e a partir daí voltaram a crescer. Qual o valor exato, no momento, não sei, mas voltaram a crescer substancialmente. Então inferiores, ao que eu saiba, ao valor do momento da moratória, mas não tenho número maior que isso. O importante é o seguinte: no dia em que assumi este Ministério, o Presidente Sarney disse-me o seguinte: "Estou informado de que as nossas reservas estão caindo, apesar da moratória, e a continuar essa tendência deverão esgotar-se entre julho e agosto." Fui verificar no Banco Central e, de fato, essa informação existia, embora já houvesse algumas indicações de melhoria. Foi dada uma prioridade absoluta para o setor externo, para evitar esse problema. Foi feita uma pequena máxi, ou uma mídi, imediatamente, em função disso. Depois, as nossas reservas aumentaram substancialmente e esse fantasma desapareceu. No momento as nossas reservas crescem ao invés de diminuir.

Bom, qual é o máximo de recursos que é compatível com o crescimento? Praticamente respondi esta sua pergunta e a terceira na minha exposição inicial. Estamos prevendo uma transferência de recursos de sete bilhões de dólares, mais ou menos, nos próximos anos. E estamos imaginando que isto seja compatível, ainda que com dificuldades — porque V. Ex.<sup>a</sup> sabe que os planos macroeconômicos não são coisas precisas, os modelos macroeconômicos são simulações que têm dificuldades. Estamos imaginando que seja compatível com o crescimento da economia brasileira nos próximos anos. Então, o nosso parâmetro fundamental era crescer essa taxa de 6% a 7% nos próximos anos — e somente neste ano 5% — e verificamos que se conseguíssemos aumentar a poupança interna, como está previsto no plano, conseguiríamos crescer a essa taxa e ao mesmo tempo servir à dívida. Então, a amarração foi essa, ao invés de amarrar a uma exportação ou a uma porcentagem do PIB, amarramos a uma taxa de crescimento do PIB, num modelo macroeconômico bem mais sofisticado, com uma série de coeficientes colocados no computador, etc, que dão os resultados. Insisto, não é uma solução fácil, é uma solução limite. Está muito no apertado, está muito no justo, conseguir

compatibilizar, com sete milhões de dólares de transferência, o crescimento.

O SR. RONAN TITO — E neste caso não precisamos de **fresh money** ou **new money**?

O SR. BRESSER PEREIRA — Precisamos. O chamado **fresh money** ou **new money**, que está previsto no plano, é de aproximadamente, todos os anos, de três ou quatro bilhões de dólares, que é o déficit em conta corrente.

O SR. RONAN TITO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Ministro, inicialmente nos agrada, e como, saber pela voz de V. Ex<sup>a</sup> que tudo aquilo que os Senadores Fernando Henrique, Chiarelli Lyra nós ouvimos na América das autoridades, sejam governamentais, sejam credores privados, tiveram plena confirmação. Temíamos, e com justa razão, fossem muito mais cortesias para uma delegação política, como fizemos questão de afirmar lá. Então, essa é uma boa notícia. Não temos o otimismo delirante que ouvimos hoje no "Bom Dia Brasil" e acreditamos que V. Ex<sup>a</sup> também não seja ponglosiano nesse ponto.

Aqui estão algumas perguntinhas a V. Ex<sup>a</sup>.

Primeiro: Há algum país, Ministro, que já tenha conseguido, nessas negociações, **spread zero**?

Segundo: há alguma condicionante, Sr. Ministro, por parte dos supostos futuros investidores japoneses quanto à anuência do FMI a qualquer operação de vulto que tenham que fazer, neste País?

Terceiro: Quando lá chegamos, esta pergunta diz respeito, porque estava sendo votado justamente o que nós chamamos Carta de Intenção Legislativa, americana. O que existe, afora desta, desculpe o termo, carta de intenção — que é a lei que eles votaram e a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, mas é carta de intenção porque não abriga — o que existe fora disso, de concreto, a respeito da transferência, da transformação da nossa dívida, seja de juros, seja do principal, a forma de **export**, etc?

Aí estão as três primeiras perguntas; conforme a resposta, faço a quarta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Antes de o Ministro responder, quero creditar ao Senador Virgílio Távora o direito de mais 2 minutos.

O SR. BRESSER PEREIRA — Com relação ao **spread zero**, o Brasil será o primeiro, o que é muito bom; é papel do Brasil ser o primeiro. Observem que a Bolívia, por exemplo, em vez de ter **spread zero**, está obtendo 90% de desconto na sua dívida. Não paga **spread zero** e está recebendo 90% da sua dívida. Uma coisa interessante.

Segundo: condicionante FMI — Japão. A informação que eu tinha, até uma semana atrás, era que a condicionante era absoluta; mas não é mais. Hoje, a posição oficial do Japão continua sendo essa, mas a posição oficiosa, ao que tudo indica, é que eles poderão fazer acordo também sem FMI. É uma coisa a ser discutida. Eles estão discutindo muito no Japão também sistemas; há muitas propostas sendo feitas no Japão de se conseguir um desconto na dívida, especialmente através de juros mais baixos, que os japoneses poderiam fornecer, mas as coisas não estão muito

claras para eles. Tenho alguns documentos e a última viagem do Professor Nakano ao Japão trouxe novas informações sobre isso.

Quanto ao que existe de concreto, por enquanto, concreto mesmo, só existe o caso da Bolívia, que é um caso muito particular, em que é muito difícil fazer comparação com o Brasil. Mas, existe de concreto na sociedade americana, além das duas leis — recomendações já aprovadas, o grande interesse revelado em vários momentos, por setores empresariais, industriais, dos Estados Unidos, em exportar mais para os países devedores, e resolver o problema do seu déficit comercial muito grande, percebendo que isso é rigorosamente incompatível com a solução da dívida nos termos que estão aqui. Além disso, há um outro fator importante. Quando surgiu o problema da dívida, há 4 anos, a posição oficial dos governos centrais era de que este era um problema conjuntural, que se resolvia facilmente. Bastava que os países devedores fizessem um ajustamento necessário nas suas economias que eles pusessem ordem na casa, que esse assunto se resolvia. Os países puseram ordem na casa, passaram a fazer transferência de recursos muito grandes para os países credores, bilhões e bilhões de dólares — não tenho o número aqui, mas os senhores já viram esse número várias vezes — e no entanto, o que aconteceu? Os coeficientes de dívida do Terceiro Mundo em relação ao PIB, ou em relação às exportações, aumentaram em vez de diminuir. De um modo geral, aumentaram cerca de 30%, ou seja, o problema da dívida hoje, do ponto de vista dos países devedores, é tão grave ou mais grave do que era anteriormente.

Por outro lado, o problema dos bancos credores tornou-se bem mais fácil; se tivesse havido uma total suspensão de pagamento em 82, muitos deles iriam à falência; hoje, não; hoje, os bancos já fizeram reservas, já se ajustaram, de forma que eles têm condições de enfrentar, por exemplo, esse desconto de maneira muito mais natural, muito mais simples para eles.

Quer dizer, não se resolveu o problema da dívida, mas creio que o tempo está colaborando para se abrirem condições para que isto se resolva.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Louvando a inteligência de V. Ex<sup>a</sup> Ministro Bresser, diríamos que não foi respondida perfeitamente a nossa pergunta, pelo menos não nos esclareceu a que ponto chegávamos e vamos tornar então a insistir já sob outra forma, para que, acredito, muito mais a Comissão do que nós, veja a que queremos chegar.

Primeiro: o Brasil já tem baseado em que fora — tornamos a repetir — dessas recomendações americanas, recomendações que agora vão ser compatibilizadas, há algum aceno para transformação de parte de dívida, seja do principal, seja de juros, em investimentos?

Segundo: V. Ex<sup>a</sup> poderia dizer a esta Comissão as providências tomadas para que não se dê o que lamentavelmente aqui é apresentado como uma capitulação nossa e que não é — e nisso fazemos justiça a V. Ex<sup>a</sup> — de desnacionalização de empresas com essa transformação de dívida em investimentos?

O SR. BRESSER PEREIRA — Se estou entendendo, é uma pergunta sobre a transformação de dívida em capital. Isto está sendo estudado,

é uma coisa que deve e pode ser feita e está baseada fundamentalmente nesse desconto. O que se imagina, é que se há um desconto de 45% na dívida brasileira e o banco está perdendo totalmente esse desconto quando vende a dívida: então, seria razoável que o investidor ficasse com uma parte e que o país onde se investe ficasse com a outra parte. Se isso for possível, então, poderemos ter investimentos feitos nessa forma.

É claro que esses investimentos terão que ter uma série de regras. Em primeiro lugar, eles não vão resolver o problema da dívida: eles terão um papel limitado no processo. Por que? Porque eles criam imediatamente o problema de emissão de moeda. Toda vez que transformo dívida, tenho que dar cruzados para o investidor; isso implica em criação de moeda. Até certo ponto, isso pode ser feito, porque se eu tinha um investimento de um bilhão de dólares, posso, até um certo ponto, fazer essa transformação, mas, se eu for um pouco mais adiante, já tenho um problema seriíssimo, porque terei que transformar em dívida interna, e isto não vale a pena. Não faz muito sentido transformar dívida interna a uma taxa de juros maior. Na verdade, como já tenho uma dívida interna grande, então há uma limitação clara.

Claro está que qualquer tipo de regulamentação que fizermos sobre este assunto não deve permitir a compra de empresas nacionais. Isso não faz nenhum sentido.

Já existe uma regulamentação do Banco Central e já houve conversões antigas de dívidas, feitas diretamente pelos próprios bancos. Nós abriríamos um pouco, regulamentaríamos, trataríamos de obter uma parte do deságio para nós, o que não havia na antiga regulamentação. Isso seria feito com muito cuidado e muito limitadamente e não resolveria o problema da dívida. Mas, pode resolver um pouco, estimulando investimentos, dinamizando a economia brasileira, que está um pouco parada nessa área.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ministro, a pergunta foi feita justamente para ouvir esse esclarecimento porque hoje, quando abrimos os jornais vemos opiniões as mais disparadas a esse respeito. Acreditamos que, nesse ponto, a oposição vai-lhe fazer justiça: colocou a questão nos seus devidos pontos. Estamos satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Ministro, há uma realidade que precisa ser colocada com muita clareza: o nosso País vinha pagando, de serviço da dívida, um média de 10 a 11 bilhões de dólares anuais. Num determinado momento, resolveu declarar uma moratória. É preciso que fique bem claro que não foi uma moratória. O que o Brasil decretou foi a falência, porque, a partir do momento que o superávit da balança comercial caiu para 150 milhões de dólares, não havia como, na realidade, pagar o serviço da dívida de 10 a 12 bilhões de dólares anuais. Esta é a primeira verdade que tem que ser claramente configurada. O Brasil decretou uma moratória para uso interno; para uso externo, o Brasil decretou a falência do seu sistema financeiro.

Tenho dados compilados do próprio Banco Central, que têm me causado estranheza — fiz esta observação, há poucos dias, ao nobre Senador Virgílio Távora — porque apresentei várias

formulações ao Banco Central, há cerca de um mês, a respeito do endividamento brasileiro, a respeito da captação e do pagamento do serviço da dívida e até hoje não obtivemos resposta do Banco Central àquelas formulações.

Houve uma grande euforia por parte do Ministério da Fazenda a partir do momento em que se voltou ao superávit de quase um bilhão mensal na balança comercial. Ouço dizer que o FMI, em absoluto, não interferirá, que o Brasil não irá ao FMI, mas a realidade é flagrante, inclusive por parte da Federação das Indústrias, porque o seu Presidente pediu ao Ministério da Fazenda que fosse concedido um abono à população brasileira, à classe trabalhadora, em razão da defasagem do salário mínimo.

Acha V. Ex<sup>a</sup> justo que, mais uma vez, esses Planos Cruzados atinjam a classe média e a classe dos trabalhadores, que permanece com o salário congelado de 1.900 cruzados quando a cesta básica, hoje, está por cerca de 1.800 cruzados?

V. Ex<sup>a</sup> acha correto os juros elevados no mercado privado bancário, que levaram a balanços extremamente astronômicos da rede bancária, em detrimento da aplicação no mercado interno, junto à indústria — à pequena, à média e à micro — a ajuda à agricultura, com juros mais baixos, no sentido de facilitar o aumento da produção e, com isto, aumentar a demanda de emprego?

São estas as perguntas que formulo a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. BRESSER PEREIRA — Em relação à primeira colocação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador, o entendimento é que a moratória que o Brasil decretou não foi uma decretação de falência; foi, realmente, uma decretação de moratória, de suspensão de pagamento de juros. É bom que respeitemos a nós mesmos, acho que isto é fundamental. O que seria a decretação de falência? Seria, se deixássemos as nossas reservas a zero e, nesse momento, parássemos de pagar. Isto seria a nossa falência. Eu não era Ministro, não estava aqui; o Ministro era o meu antecessor, Dilson Funaro, que eu respeito, e o Presidente da República era o mesmo e foi ele que tomou a decisão, para defender as reservas do Brasil. Acho que isto deve ficar claro para todo mundo, aqui e lá fora: que defendemos as nossas reservas, decretando uma suspensão de pagamento, antes que elas ficassem a zero.

Quanto ao segundo problema, se mais uma vez, esses Planos Cruzados estariam reduzindo o salário dos trabalhadores, sabemos que o primeiro Plano aumentou substancialmente o salário dos trabalhadores e este foi um dos motivos, não foi o único, que nos criaram problemas. Este segundo Plano, já expliquei longamente, deu uma recuperação parcial ao salário dos trabalhadores; é uma recuperação parcial, porque eles tiveram um aumento muito grande no ano passado; começaram a perder a partir de novembro e recuperamos, mais ou menos, a metade do que perderam. Não recuperamos tudo, porque, se assim fosse, teríamos excesso de demanda, que não interessa ao País. Existe uma discussão, agora, do que vai acontecer para o futuro. Para o futuro vai depender, em primeiro lugar, da taxa de inflação. É fundamental que a mantenhamos em níveis baixos. Em segundo lugar, vai depender, nas datas bases, da capacidade dos trabalhadores e empresários negociarem. Espero que empresários e trabalhadores sejam capazes de negociar,

sem repassar para os preços suas negociações, porque, quando simplesmente se repassa para os preços o aumento, não é negociação coisa nenhuma.

Quanto ao problema dos juros, concordo que ainda estão altos, mas estão num processo de transição para serem reduzidos e vêm sendo reduzidos sistematicamente. No último mês, essa dualidade de índices — o fato de haver um índice a partir do vetor e outros sem vetor — fez com que a redução dos índices de juros fosse mais lenta, mas vai continuar acontecendo durante o mês de agosto. De qualquer forma, já conseguimos resultados notáveis. Ainda hoje, um dirigente e não foi o primeiro, dizia-me que uma coisa fundamental para salvar o setor dele, de eletrodomésticos e bens de capital da parte elétrica, foi a queda dos juros nominais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Aluízio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Ministro, os jornais têm noticiado que a tática adotada por V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de buscar negociação primeiro com os bancos privados, para, depois, ir ao FMI, prende-se ao fato de que, anteriormente, alguns bancos privados não aceitavam discutir sem que antes fosse resolvida a questão a nível de FMI, e que, hoje, alguns bancos importantes, sobretudo de capital japonês, estariam dispostos a discutir questões de empréstimos, independente do resultado das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Esta é a primeira questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Se há várias perguntas, eu pediria ao nobre Senador que formulasse todas de uma vez, para ficar dentro do esquema já estabelecido com todos os senadores.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Formularei só mais uma questão, Sr. Presidente, e gostaria de ouvir por parte, se a Mesa concordar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Pois não.

O SR. BRESSER PEREIRA — Tive uma reunião com os grandes bancos americanos, na qual disse que não tinha intenção de ir ao Fundo Monetário Internacional antes de fazer acordo com eles, porque eu não pretendia que houvesse a vinculação. Eles só apresentaram uma objeção, que foi logo resolvida, que não era objeção de caráter importante, política, de poder; perguntaram como é que ficaria o problema aritmético, que explico. Se o FMI pode dar, por exemplo, um bilhão de dólares, enquanto pedem 7,2 bilhões de dólares, quer dizer que se fossem primeiro ao FMI, poderíamos receber 6,2 ao invés de 7,2 bilhões de dólares. É uma aritmética bastante simples, à qual respondi, também, com uma aritmética muito simples, que está lá no nosso Plano. É que, neste ano, estamos prevendo uma redução de reservas do Brasil de 950 milhões de dólares. Portanto, se obtivéssemos o dinheiro do FMI — que não seria 1 bilhão de dólares este ano, de forma nenhuma; seria menos — usá-lo, exclusivamente, para recompor reservas.

O que existe é um sistema financeiro internacional, que tem um sistema de poder. E esse sistema de poder, de ordem — tem a sua lógica, e eu respeito — que tem o FMI como cúpula,

os demais bancos fazem parte do sistema, como o FED, no caso dos Estados Unidos, e os bancos centrais também — estabeleceu que, quando um país é devedor, ele deve se ajustar e, para tal, deve haver esse mecanismo de poder. É uma coisa que está se enfraquecendo e o Brasil não pode aceitar uma coisa dessas. Expliquei a eles isto e eles entenderam. O ex-Ministro Mário Henrique Simonsen deu uma entrevista dizendo que os bancos estavam pouco se importando com isso. Talvez seja exagerado, mas é mais ou menos isto, não é fundamental para os bancos. Eles só não farão se o governo americano disser a eles: "Não façam". Isto pode acontecer, mas é um problema em que vamos ter um pequeno impasse que acaba se resolvendo a nosso favor, eu imagino. E o governo americano não disse, pelo menos oficialmente.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — A segunda questão, de certa maneira já foi tocada quando já estava chegando aqui, é com relação à conversão da dívida em capital de risco. Segundo a imprensa tem noticiado esta semana, também se está discutindo e é preocupação nacional, tendo em vista a posição assumida pelo nosso Partido a nível da opinião pública nacional, com relação a submeter-se a economia ao Fundo Monetário Internacional e que, a esta altura dos acontecimentos, haveria uma possibilidade de um retorno ao Fundo Monetário Internacional. Alguns economistas, teóricos economistas, que têm se posicionado sobre essa questão, alguns deles de posição renomada, colocavam ou noticiavam que poderia ser um suicídio para a economia nacional uma posição de retorno ao Fundo Monetário Internacional.

O que diria V. Ex<sup>a</sup>, acrescentando mais um ponto no caso em discussão, da conversão da dívida em capital de risco, com um limite de 10 bilhões de dólares, por exemplo. Seriam suficientes para desnacionalizar o mais substancial da economia nacional? São algumas das preocupações que a imprensa vem noticiando e estamos acompanhando, que são da população brasileira e, sobretudo no interior do PMDB.

O SR. BRESSER PEREIRA — Essa idéia de que é suicídio o Brasil fazer acordo com o FMI, eu não concordo. Se nós viermos a fazer acordo com o FMI mais adiante, e acho que não devemos ficar discutindo isto agora, está muito longe ainda; primeiro, temos que fazer um acordo com os bancos e vamos ver. Se os bancos fizerem acordo rápido conosco, aí temos que discutir esse assunto rápido, mas, imaginar que seja suicídio, só se tivermos vocação para suicidas. Vamos imaginar que fizéssemos acordo com os bancos nesses próximos dois, três meses e aí, então, iríamos discutir se faríamos acordo com o Fundo. Nós só faríamos um acordo que interessasse ao Brasil, com metas que fossem de acordo com os interesses do Brasil. De qualquer forma, o poder do Fundo ficaria bastante reduzido. O que que ele poderia fazer? Era suspender o pagamento dos empréstimos que ele próprio fez a nós, o que é uma coisa que muda completamente de figura, de forma que não estou preocupado nem um pouco com o suicídio aí; seria o último a querer que cometêssemos suicídio. Realmente, não há esse problema. Eu vi esta declaração feita por um economista, não me lembro qual foi, mas é um bom economista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Sr. Ministro, inicialmente gostaria de trazer um depoimento rápido. Estive no Nordeste e em São Paulo, e conversando com vários setores empresariais, pude observar que existe um clima positivo com relação às expectativas da economia brasileira. Isso tudo, naturalmente, vai depender da estabilidade e do prosseguimento do sucesso das medidas que o Plano Bresser poderá ter no futuro.

Preocupa-me, sobretudo, o seguinte: O Brasil, para que sua economia funcione, precisa que esta economia seja modernizada, principalmente que haja investimentos no setor industrial, para criação de novos empregos. Mas, também estamos numa fase em que o Governo Federal está totalmente impossibilitado de fazer investimentos expressivos, também como forma de auxiliar nessa criação de novos empregos. Então, dentro dessa necessidade de investir, setor público e setor privado, para a criação de novos empregos e absorção da mão-de-obra que o Brasil precisa absorver a manutenção de empregos existentes, V. Ex<sup>a</sup> não acharia importante que, independente do próprio trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, que o Governo definisse, o mais rapidamente possível, a forma de incentivar o investimento do capital estrangeiro no País? Seja através de investimento direto, seja através da forma de convenção, da conversão de juros em investimentos?

Acho isto de extrema importância, porque estamos, praticamente, em termos de economia brasileira, no limite da obsolescência da nossa indústria e, dia-a-dia, o País vem deixando de criar novos empregos e até perdendo a sua capacidade de manutenção dos empregos existentes. Este é um aspecto que considero extremamente importante.

Por outro lado, para que o Governo retorne sua capacidade de investimentos, que é extremamente importante para o País, considerando a importância que o setor público tem na economia brasileira, o caminho mais simples seria o do aumento de impostos. Qual seria o caminho mais interessante, mais seguro que o governo encontra para essa decisão? Seria a redução, dos subsídios, porque automaticamente aumentaria a arrecadação líquida, ou o aumento, puro e simples dos impostos? Porque, no momento em que o Brasil, sem fazer investimentos na sua economia no setor privado, aumentar os impostos, automaticamente reduz a capacidade do setor privado de fazer novos investimentos, mesmo que venha aumentar a capacidade do governo público de fazer novos investimentos. Então, como o governo vai encontrar o ponto de equilíbrio, de maneira que estimule o setor privado a fazer novos investimentos e, também, retorne ao poder público a capacidade de também fazer investimentos?

O SR. BRESSER PEREIRA — Com relação a investimentos estrangeiros, acho que estou de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>, de que é importante e essencial que os investimentos estrangeiros no Brasil sejam reativados.

Não há necessidade de se fazer normas sobre investimentos estrangeiros, estes são livres — há apenas um outro setor em que há limitações, que são muito corretas, a meu ver — mas, de modo geral, o Brasil tem um regime, em relação

aos investimentos estrangeiros, extremamente liberal e não estou vendo necessidade de mais regras sobre esse assunto. Há necessidade, isto sim, de regras para a conversão de dívidas, porque um dos motivos que leva à paralisação dos investimentos no Brasil é outro. Mas, um deles é a expectativa que lhes possibilite que surjam regras, permitindo-lhes uma parte de um desconto da dívida. Estou esperando por isto!

A idéia de fazer, rapidamente, acho que é importante, para que possamos ter mais investimentos estrangeiros no Brasil e isto seja um fator dinamizador da economia. A idéia de que o investimento estrangeiro é negativo ao País é superada, a meu ver. Basta que tenhamos capacidade de, em um ou outro setor, que sejam importantes limitarmos sua entrada, especialmente em setores de indústria nascente, como é o setor de informática.

Quanto ao problema do aumento do investimento privado, dos subsídios e dos impostos é um problema central de todo plano macroeconômico. Como fazer isso? Não é fácil. Qual é a idéia? Primeiro, entre aumentar impostos e diminuir subsídios, não tenho dúvida nenhuma; prefiro eliminar os subsídios, incentivos e isenções, porque há uma quantidade enorme de incentivos, subsídios e isenções dentro do sistema brasileiro e precisamos diminuir. Muitos já estão velhos. Acho que V. Ex<sup>a</sup> deveriam ter na Constituição um dispositivo que dissesse o seguinte: Nenhum incentivo ou subsídio fiscal poderá ter duração de mais de três anos. Depois de três anos, sim, se quiser manter o subsídio, mantém. Mas faz-se outra lei, renovando a coisa. Se quiser, no máximo 5. Depois disto, o incentivo ou subsídio fica velho. Alguns, precisamos renovar. Os incentivos da exportação são essenciais, porque todos os demais países fazem e nós temos que fazer também. É impensável você cobrar imposto de bens exportados, porque, se o fizermos, os outros não fazem e ficamos perdidos. Mas, fora disto, os outros, sim, e mesmo esses deveriam ser renovados, de qualquer forma.

Quanto aos demais deveriam ser sistematicamente renovados ou não, é uma decisão que o Congresso novamente toma. Por quê? Porque, automaticamente, ele perde efeito depois de um certo período. Acho muito melhor fazer a redução dos subsídios, inclusive temos muitos que estão velhos e disfuncionais dentro da economia brasileira. De qualquer forma é fundamental que reduzamos o déficit público, porque, ao reduzirmos o déficit público, nós liberamos recursos do setor privado para investir no próprio setor privado. Quer dizer, estaremos criando recursos seja através da eliminação dos subsídios ou um pouco através de aumento de impostos — vamos ter, também, mas espero que seja pouco — certamente, outra parte através do aumento das tarifas públicas e, da redução das despesas excessivas, que em certos setores do Estado ainda existem. Através de todo esse conjunto de medidas é que nós conseguiremos aumentar a poupança do Estado, reduzir o déficit público e, então, permitir que o Estado financie os seus próprios investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Srs. Membros da Comissão, exceção feita ao Sr. Relator, que, normalmente, — argüi em último lugar, eu submeto a possibilidade de damos a palavra

a algum outro membro da Comissão que ainda não a tenha usado. (Pausa.)

Então, passo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Ministro, eu descreveria a postura negocial do seu ilustre antecessor, Ministro Dilson Funaro, como sendo uma postura de arrogância messiânica. E descrevo a postura de V. Ex<sup>a</sup> como sendo racional onírica. Racional, porque V. Ex<sup>a</sup> é um bom economista, com livros de texto que mereceram aplausos e que conta com o respeito da comunidade acadêmica. Onírica, porque V. Ex<sup>a</sup> é obrigado a prestar contas a um partido que não prima pela consistência de seus postulados econômicos e cujo gerenciamento direto ou indireto da economia passará aos livros de textos como detentor de vários recordes: duas hiperinflações no espaço de 18 meses, uma recessão e uma moratória.

Como sou mais velho e os velhos são presunçosos, diz mesmo o ditado espanhol: "Que o diabo sabe más de dinheiro que de diabo", permitirme-a dar-lhe um conselho, e, esse conselho seria não falar em **spread** zero.

Minutos depois de V. Ex<sup>a</sup> enunciar, como um dos objetivos do Brasil, a obtenção de um **spread** zero, subiram os **spreads** sobre as nossas linhas de curto prazo de 0,25%. Reação instantânea de mercado. O que, certamente, terá causado prejuízo aos nossos exportadores, que tiveram que arcar com custos adicionais e, certamente, também aos nossos importadores que enfrentaram custos mais altos e, certamente, os buscaram transferir para o consumidor. Não é realista falar em **spread** zero e não há semelhança entre **spread** e deságio. O deságio, que existe para os títulos brasileiros, e para títulos de vários outros países é um fenômeno de mercado, não é uma decisão bancária tomada em comitês de crédito e comunicado aos acionistas. Um banco não pode dar **spread** zero a não ser que ele esteja disposto a se transformar em entidade filantrópica, coisa que, geralmente, não é aceita pelos acionistas. O **spread** zero significa que o banco se contentaria, meramente, em repassar recursos aos custos de captação, que ele próprio enfrenta, sem nada para cobrir custos operacionais. Nada de lucro e nenhuma margem de risco. Perguntaria a V. Ex<sup>a</sup>: E os deságios que ele sofre no mercado? Isso é um problema de mercados que o banco tem que explicar aos acionistas. Mas ele não pode, de antemão, pronunciar-se como entidade filantrópica encarregada de meramente repassar dinheiro a custo zero.

Não é realista, também, Sr. Ministro, essa postura, porque o Brasil não é o único País que negocia a sua dívida. Existe um emaranhado de acordos complexos com a Argentina, com o México, com a Venezuela, com a Coreia do Sul, e certamente, se o Brasil obtivesse **spread** zero, todos esses países imediatamente passariam a querer renegociar suas dívidas nessa base filantrópica. Não é realista, Sr. Ministro. E quanto mais V. Ex<sup>a</sup> falar em **spread** zero, mais se encurtam as linhas de curto prazo e mais se acresce o **spread** de curto prazo. E, ao contrário das linhas de longo prazo, que nós já absorvemos, as linhas de curto prazo são ainda uma vivência cotidiana, são elas que alimentam o comércio de exportação e importação, para nós absolutamente necessário.

Não participo do otimismo de V. Ex<sup>a</sup> em relação aos próximos meses. Acho que V. Ex<sup>a</sup> está empenhado, patrioticamente, numa queda-de-braço. O meu receio é exatamente o fato de que nós dependemos vitalmente de linhas de curto prazo. E acontece que essas linhas de curto prazo, que financiam o comércio exterior, são dadas pelos mesmos bancos com os quais estamos numa queda-de-braço em relação aos créditos de longo prazo. Ainda um fenômeno que é peculiar à legislação americana e que deve causar inquietações. Se até outubro não for feito nenhum pagamento, ainda que simbólico, é provável que as três entidades controladoras do mundo bancário tenham que se reunir para reclassificar os créditos brasileiros. E há um certo risco de o País ser declarado um risco **sub standard**, subpadrão. Neste caso, é legalmente vedada a extensão de qualquer crédito à situação que atualmente se encontra o Peru. Esse perigo de reclassificação ou desclassificação do Brasil é um perigo real. Eu não o contemplaria frivolamente, à base de experiência assaz longa que tenho, porque fui renegociador de dívidas do Brasil por três vezes, as três consolidações de dívidas. Pensei que a última consolidação, feita em 1984, nos livrasse para sempre dessa humilhação. Vejo que essa humilhação agora se repete e vejo que estamos criando uma nova cultura, a cultura da moratória.

Nos meus tempos a moratória era considerada humilhante acidente de percurso, do qual precisávamos nos livrar, por um sentido de decência íntima, o mais rapidamente possível. A nova cultura da moratória passou a ser um ato patriótico. Essa nova cultura da moratória ameaça destruir a economia de mercado, Sr. Ministro. Nós esperávamos ter um efeito dominó externo. País sobre países, declarando-se insolventes, e forçando uma reforma do sistema financeiro internacional. O que aconteceu foi o efeito dominó interno. A cultura da moratória é fácil, porque estados e municípios se consideram desobrigados de pagar à União, a União não paga os seus fornecedores — temos aí as reclamações da ABINEE, reclamações lancinantes — e os devedores que não pagam aos bancos. Essa cultura, Sr. Ministro, é perigosa porque conflita com um dos objetivos, muito sabiamente expresso por V. Ex<sup>a</sup>: a restauração da poupança privada. A restauração da poupança privada exige confiabilidade contratual. Aliás, o nosso desenvolvimento econômico como um todo não avançará se não reorganizarmos um sistema de confiabilidade contratual. O que a morante, patriotizar a inadimplência, que a meu ver é sempre um acidente de percurso humilhante. No caso atual, aliás, é um acidente de percurso que nos ocorreu por simples descuido na condução do veículo, porque não havia precipícios internacionais, como aqueles que precederam outras moratórias brasileiras: queda dramática de preço de café, depressão mundial, alta de preço de petróleo, alta da taxa de juros.

Na realidade, quando nós declaramos a moratória a conjuntura internacional era favorável, o crescimento mundial normal. Em alguns países, como os do leste asiático há um crescimento até anormal, da ordem de 12,5 ou 10% anualizados. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em que não há motivo nenhum para considerarmos uma ida ao FMI um suicídio. Tenho a impressão de que, no partido de V. Ex<sup>a</sup>, pouca gente saberá realmente o

que é o FMI. Eu sei bastante, porque sou suficientemente velho para ter participado da conferência de fundação.

Hoje, o Fundo Monetário tem 151 membros, dos quais apenas 22 são países desenvolvidos; todos os outros são países subdesenvolvidos e, portanto, basicamente simpáticos às dificuldades do subdesenvolvimento. Doze dos países membros são comunistas, e há indicações de que, como parte da própria **glasnost**, ou seja lá o que for, até o próprio Gorbachev estaria interessado em se juntar a essa organização, como já o fez a China comunista.

Persiste uma confusão, e V. Ex<sup>a</sup> prestaria um serviço ao País se a esclarecesse, particularmente no tocante ao seu próprio partido, entre recessão e FMI. Nenhuma organização internacional, como nenhum governo sensato, jamais objetiva fazer um programa recessivo. A recessão pode advir acidentalmente, de outra causa, do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Se um país tem um desequilíbrio de balanço de pagamentos e não encontra mais fornecedores ou financiadores dispostos a pagar a conta, ele tem que fazer um ajustamento, queira ou não queira, com o FMI ou sem FMI. E nós estamos, Sr. Ministro, sob sua batuta, fazendo precisamente esse ajustamento, estamos procurando ter saldos de exportação. O que é que significa isso? Significa contenção do consumo interno. Essa contenção pode ter aspectos recessivos, independentemente de ir ou não ao Fundo. Ir ao Fundo talvez atenuaria o problema, porque nós teríamos maior acesso a financiamento internacional, e poderíamos manter um ritmo mais elevado de importações. Portanto, o programa do FMI podia ser anti-recessivo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sr. Senador, eu pediria que concluisse em um minuto, porque está com o tempo excedente dentro da regra.

O SR. ROBERTO CAMPOS — É preciso, então, separar cuidadosamente as duas coisas: recessão *provém da necessidade de ajuste de balanço de pagamentos e recessão pode advir, acidentalmente, com ou sem o FMI. Devemos tomar todas as medidas possíveis para minimizá-la. Mas ninguém pode curar o câncer da inflação, a hemorragia do balanço de pagamentos, exigindo do médico uma garantia de que não haverá choque anafilático, nem hemorragia. A operação tem que ser feita, e minimizados os seus riscos.*

Uma vez que o Presidente está impondo limites de tempo, provavelmente é esta a sua função, limito-me a estas considerações, desejando a V. Ex<sup>a</sup> *bom sucesso na sua empreitada, mas solicitando-lhe, talvez, um pouco mais de preocupação com as consequências adversas que podem advir de um impasse ou de uma queda-de-braço. A mais grave dessas consequências é o total desaparelhamento da contribuição de capitais de risco para a economia brasileira.*

O SR. BRESSER PEREIRA — Senador Roberto Campos, eu também o considero um Economista notável, e tenho dito que os economistas têm obrigação, entre si, de estarem de acordo em basicamente 80% das coisas, mas, felizmente, eles ficam em desacordo em 20%, os bons economistas. Os maus economistas podem ficar em desacordo em tudo. E acho que há um desacordo

também entre nós que depende, inclusive, do fato do Sr. ser de um partido e eu ser de outro. Eu sou do PMDB, me orgulho de ser do PMDB. Afirmando que o PMDB é uma frente. Eu não creio que seja uma frente, é um Partido que tem certos compromissos que são diferentes do PDS, por isso dá uma diferença.

Com relação ao problema do **spread** zero, eu acho que eu não entendi o que V. Ex<sup>a</sup> falou. Há, aí, uma discordância, em primeiro lugar, de conceito. V. Ex<sup>a</sup> disse-me: a que banco não é entidade filantrópica, banco tem que cobrir custos operacionais e deve ter uma taxa de lucro. Estou de pleno acordo com tudo isso. Acontece que o **spread** não foi feito para isso. O que foi feito para isso é a taxa de juros. A taxa de juros é feita para cobrir os custos operacionais e dar lucro para a empresa.

O SR. ROBERTO CAMPOS — É o custo da captação.

O SR. BRESSER PEREIRA — Não: O que é o **spread** salvo engano meu, é a taxa de risco. Por que o Brasil sempre pagou uma taxa muito mais alta do que outros países, do que paga, por exemplo, a França? Porque a taxa de risco do Brasil seria muito mais alta do que a da França. Mas o risco já foi realizado. Agora, nós estamos simplesmente tendo um problema de financiamento de juros com outro nome. O outro nome é dinheiro novo que eles dão. Mas na verdade é capitalização de juros. De forma que, nesses termos, parece-me que é uma coisa que pode perfeitamente ser negociada, a tese de que o Brasil não é o único país e que há outros países que seguiriam o exemplo do Brasil. A única coisa que a gente tem que discutir, agora, é que se esta teoria é a do bom exemplo ou do mau exemplo.

Estou de acordo que o Brasil é um país importante, e uma decisão e uma conquista do Brasil se espalhará para os demais países. Por exemplo, o Brasil, até recentemente, não conseguia **spread** maior do que 1 e 1/4. Argentina e o México já conseguiram porque mudou o clima, já conseguiram treze vinte e cinco avos. Eu acho que está na hora do Brasil conseguir zero. Porque, realmente, toda essa idéia do desconto é uma idéia que está ficando nova. Como também a decisão do Citibank de fazer as suas reservas é uma idéia nova. Não se trata de uma quebra, entendo perfeitamente a preocupação do Senador a respeito de uma "quebra de braço". Não se trata de uma "quebra de braço". Trata-se de o Brasil defender uma posição de interesse dele. Claro que teremos que avaliar entre os nossos poderes mas, infelizmente, o que nós não temos é mercado. E não tendo mercado não há outro jeito se não houver, um peso dos poderes de barganha dos dois lados. V. Ex<sup>a</sup> se preocupa, também, com relação ao meu otimismo em relação aos próximos meses. Eu não vou dizer que esteja muito otimista. Eu espero resolver o problema. Com relação às linhas de curto prazo que são essenciais para financiar as exportações brasileiras eu me preocupo com elas, sem dúvida nenhuma, mas eu gostaria de lembrar que estas linhas de curto prazo interessam ao Brasil, mas também interessam aos bancos credores, que ganham um bom dinheiro com elas, que tem interesse em manter boas relações conosco e que, portanto,

fazer retaliações nesta área não interessa aos bancos credores. Então, nós não estamos tomando decisões unilaterais, eles também não devem tomar. Agora, eu acho que nós devemos, realmente, nos preocuparmos em que os bancos não tenham prejuízos maiores, que não haja o problema dos créditos deles com o Brasil, em (inaudível). Isto é que vai acontecer em 20 de outubro. Se nós pudermos evitar isso será bom. É muito importante que mantenhamos boas relações com os nossos credores. Mas, infelizmente, em certos momentos nossos interesses não são exatamente os mesmos dos deles. E aí, então, nós temos que fazer alguma coisa que não é agradável para eles.

Quando ao problema da cultura da moratória, eu realmente não gosto da cultura da moratória e não estou propondo, em hipótese alguma a cultura da moratória. Mas, o que eu acho importante é que não fomos nós que decidimos suspender o mercado, foram eles. Em agosto de 82, depois de nos emprestarem em excesso, claramente em excesso, a nós e a muitos outros países, os bancos, de repente, perderam a confiança a partir da quebra do México e suspenderam o mercado para o Brasil e para quase todos os outros países, inclusive para aqueles que tinham uma situação boa, como era o caso da Colômbia. Nessas condições, devemos fazer todo o esforço possível para evitar a moratória, mas temos que ter com muita clareza que ela é um instrumento de negociação que temos e que deve ser utilizado de maneira muito objetiva. Se pudermos evitá-la, ótimo. Se for inevitável, assumamo-la, porque isso faz parte dos nossos interesses.

Estou de acordo que, quando temos um problema de desajuste no balanço de pagamentos, temos que resolvê-lo. Uma das soluções para ele é a recessão. A outra, é a desvalorização cambial. Uma das duas é inescapável. Às vezes, se pode, através de financiamento, adiar-se o problema e resolvê-lo dessa forma, mas como o financiamento está escasso, geralmente um País como o Brasil não tem alternativa quando se vê diante de um problema de balanço de pagamento, como tivemos no ano passado, senão desaquecer um pouco a sua economia sem entrar em recessão e, além disso, desvalorizar a taxa de câmbio que está valorizada em excesso. Com isso, recupera-se. O que é preciso é saber fazer isso bem, equilibradamente.

O FMI não significa necessariamente recessão estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> O que existe da parte do Fundo Monetário Internacional, historicamente, é uma priorização para o ajuste do balanço de pagamentos em relação ao crescimento econômico. Só recentemente é que essa teoria vem sendo mudada, mas o processo de mudança é lento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, depois de todas essas indagações, cabem muito poucas perguntas pertinentes ao Sr. Ministro.

Em primeiro lugar, felicito-o, e a nós também, por esse encontro. Participei de várias reuniões, no passado, com outros Ministros, nunca no processo de negociação e nunca para explicar com

clareza o que estava sendo feito. Só depois da restauração da democracia e de o Congresso voltar a assumir a posição de liderança nas questões políticas brasileiras, inclusive nas econômicas, é que nós assistimos a essa espécie de prévia do que seria o parlamentarismo, em que os Ministros vêm, explicam, recebem perguntas precisas, curtas e objetivas — e nos felicitam por isso hoje — e respondem também com toda clareza. Isso é um avanço muito importante. Se tivéssemos utilizado tal prática no passado, não teríamos hoje de adotar a técnica da racionalidade onírica. O onirismo é um pesadelo das dívidas imensas que o PDS nos deixou e foram contraídas sem que tivéssemos absolutamente qualquer participação no processo decisório. Hoje, estamos penosamente tratando de repor a situação do Brasil numa condição que permita a este País continuar crescendo.

Quero dizer também — e falo pelo PMDB — o meu Partido tem, nesta matéria, um pensamento que não foi de improviso. Ainda recentemente, na Convenção do PMDB, depois de um esforço grande, houve uma negociação entre vários pontos de vista conflitantes. O Ministro Bresser Pereira tem conhecimento dos resultados dessa negociação e sei que deu as informações pertinentes no exterior a respeito e que a posição do PMDB é hoje absolutamente racional, com respeito aos interesses do Brasil.

Há várias modalidades de racionalidade. Ela, em si mesma, pode não ser substantiva — para usar uma expressão weberiana — pode ser uma racionalidade formal, que atende apenas à reposição de um sistema tal como ele é dado, sem que possamos mudar as regras desse sistema. Há uma outra racionalidade, que visa atender às mudanças necessárias, para que aqueles que estão na posição, como é o nosso caso, de país em desenvolvimento possam assumir, no concerto internacional, uma posição madura, mas de reivindicação de seus interesses. Acredito que o Ministro, ao dizer aos bancos que deseja uma negociação com eles e que os bancos têm, e, evidentemente, têm a ver com a nossa capacidade de pagar e com a nossa contratualidade. Vamos pagar, mas, aí, encerra-se o diálogo entre banqueiros e o Ministro da Fazenda do Brasil. Os banqueiros não têm por que discutir as políticas postas em prática, aqui, a não ser que se tratasse de dinheiro novo. Isso não ocorre. Trata-se apenas de refinanciamento de juros. Quem tiver dinheiro para colocar no mercado para nele investir terá o cuidado de verificar se se trata de um bom investimento. Cabe a essa pessoa, seja banqueiro privado ou oficial, tomar as medidas necessárias para se assegurar do bom investimento. Não se trata disso, e sim de renegociar juros. Portanto, acredito que a política do Ministro Bresser Pereira é correta no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> vai aos bancos para tentar um entendimento — diga-se de passagem — é um entendimento de grande interesse mútuo. Talvez, até seja de mais interesse dos bancos do que do Brasil. O nosso é contratual, pagar o que devemos. O dos banqueiros é mais do que isso, é assegurar-se de que continuarão a ter bom cliente. Continuarão a tê-lo, porque o Brasil é uma economia com potencial em desenvolvimento, ao contrário do que muitos apregoam, pensam. Falo novamente pelo PMDB, não estamos impondo nenhuma cláusula restritiva ao

investimento estrangeiro, restritiva, além do razoável de um país que tem que proteger o seu processo de crescimento.

No que diz respeito à postura do PMDB com relação ao desenvolvimento, ela é clara. O PMDB não está postulando em toda essa Constituinte por nenhuma regra restritiva. O Ministro Bresser acabou de dizer que as regras brasileiras são liberais e o são mesmo. O PMDB nisso ele insiste em manter regras condizentes com o País em crescimento e defende a proteção temporária — expressão que usamos no mercado — aquilo que é tradicional, a existência de certas áreas, de interesse estratégico nacional nas quais, obviamente, o País terá, como qualquer país do mundo, interesse em preservar a sua capacidade de controle de certas áreas. Fora disso, não há qualquer restrição, ao contrário. Aproveitaria para fazer a primeira pergunta ao Ministro Bresser Pereira. Interessados que estamos no crescimento — essa é a perspectiva do PMDB — parece-nos que a questão da dívida tem que ser invertida, ou seja, até há pouco havia uma, vontade de dizer que o Brasil passou a ser gerenciado pela dívida e não a gerenciá-la. Até certo ponto, isso é verdade. Hoje estamos no limiar de uma outra situação, em que a dívida deve ser parte de um processo mais amplo no qual a nossa verdadeira pergunta é a seguinte: o que nos interessa para continuar o desenvolvimento? Essa a questão verdadeira. Trata-se de equacionar a dívida dentro desse ângulo do desenvolvimento. O Ministro Bresser Pereira respondeu, aqui, também com precisão, fazendo até mesmo referência a algo não concreto, de que estaríamos, eventualmente, dispostos a discutir o *talking payment*, não sei qual a expressão que está sendo usada, necessário, agora, para que os bancos não sejam penalizados pela legislação norte-americana.

Tal é a preocupação do Ministro Bresser no sentido de mostrar que não estamos querendo levar esse braço-de-ferro a uma situação de desespero e que permita a continuidade de uma negociação. Não há, portanto, intransigência, intolerância. Há, sim, maturidade, afirmação da política de um País que tem tranquilidade para dizer: "nós queremos crescer e precisamos de investimento". Em que condições? De onde vem esse capital? Sr. Ministro Bresser Pereira, é real o que se comenta a respeito dos capitais japoneses e até que ponto seria possível atrair dividendos, em que condições? É real que a negociação seria necessária tanto com o FMI quanto com o acordo com os bancos para facilitar um fluxo de capitais que viessem para acelerar o processo de desenvolvimento no Brasil, vindo do Japão ou da Alemanha? Dentro de que condições? São essas as questões que devemos colocar com toda clareza e sem nenhuma preocupação de temer a vinda do capital estrangeiro, mas também sem nenhuma preocupação de definir os critérios para que isso possa ocorrer.

Ouvi com agrado, também, as perguntas de alguns Senadores e a resposta do Ministro Bresser Pereira com relação à questão da conversão de parte do principal e, mais freqüentemente, dos juros em capital de risco. Pelos jornais, vi que foi suspensa a conversão que se estava processando, para que pudéssemos definir regras claras. Perguntaria ao Ministro: é este o caminho, efetivamente? E digo por que pergunto — de novo é

o PMDB —: o PMDB, na sua última convenção, aprovou uma moção de um deputado do Rio de Janeiro que pede, precisamente, que se definam essas regras claras, e indica alguns critérios gerais com relação a essas regras, mostrando, mais uma vez, que não está assumindo uma atitude de intolerância mas de prudência, crítica, de analisar quais são as condições, se vantajosas ou não, para que haja essa conversão.

O Ministro já deu, antecipadamente, uma explicação de que essa conversão tem que ser limitada, porque se assim não for vai provocar um aumento da dívida interna e vai acrescentar problemas, e não resolver problemas. Por outro lado, mostrou também que o interesse maior — como se diz hoje nos Estados Unidos, de apresentar-se um **menu**, um cardápio para a escolha de alternativas de solução do problema da dívida — o interesse maior da colocação da questão relativa à transformação de parte da dívida em capital de risco é precisamente de dar um sinal de que a economia não se está fechando. Esta solução não resolve a questão da dívida, mas sinaliza uma posição que pode, eventualmente, permitir o ingresso de novos capitais para o desenvolvimento do Brasil.

Acredito que quaisquer críticas que não partam da realidade, que é a realidade do PMDB, de um Partido que sustenta a política do Governo, quando a mesma é compatível com o interesse nacional, essas críticas não podem estar baseadas em preconceitos, de imaginar que se trata de um Partido de botocudos, que estão aqui com flechas a atirar no primeiro avião que venha com a missão do Fundo Monetário. Até porque, mês passado, esteve aqui uma missão do Fundo Monetário, combinada com o Ministro Dilson Funaro, na reunião de janeiro, no Clube de Paris. Houve uma negociação e veio uma missão, missão normal, que não nos veio impor nada, veio simplesmente, a partir do ponto 4, crelo, do acordo do Fundo, veio ampliando um pouco a relação de mútua informação.

Não se trata, portanto, de uma atitude de prevenção, no sentido negativo da prevenção, mas trata-se, sim, de uma postura que tem que ser consequente com uma concepção do que deva ser o desenvolvimento do Brasil.

Quero, também, informar a V. Ex<sup>as</sup>, como membro da Comissão, e respondendo ao que disse o Senador Aluísio Bezerra, que o Banco Central nos está prestando os esclarecimentos pedidos. Já recebemos uma série importante de informações a respeito do perfil da dívida. Estamos lá com pessoas fazendo um levantamento — e foi o Senador Jamil Haddad que perguntou —, estamos fazendo uma série de pesquisas, que são difíceis, porque os contratos são muito numerosos, talvez atinja a cem mil contratos, pois são várias empresas que contrataram e que requerem, portanto, um grande trabalho de elaboração. Mas as informações começam a fluir e V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jamil Haddad, não estava na reunião; quando voltamos dos Estados Unidos comunicamos aos Membros da Comissão que essas informações começam a chegar. O Senador Virgílio Távora...

O SR. JAMIL HADDAD — O Senador Virgílio Távora me informou que não está recebendo informação, razão pela qual fiz a colocação.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estão sobre a mesa.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Posso informar também a V. Ex<sup>a</sup>, como um dos membros que foi ao Banco Central, que recebemos parte das informações, e como disse muito bem o Senador Fernando Henrique Cardoso são mais de cem mil contratos, mas parte das informações já as temos, Senador!

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Há várias tabelas importantes a respeito disso, e devo dizer que por algumas dessas tabelas se verifica que uma parte substancial dessa dívida é consequência da taxa flutuante de juros e aí, sim, é uma questão que deveríamos falar com muita clareza porque se trata de alguns bilhões de dólares, que não correspondem ao investimento real feito no Brasil, mas que correspondem a uma obrigação contratual do Brasil. Isso vai acima de vinte bilhões de dólares por alguns cálculos preliminares que nos foram apresentados pelo Banco Central.

Se nós, em outra época, tivéssemos a possibilidade de discutir essas questões, com a franqueza com que hoje discutimos, eu lhes asseguro que o PMDB teria impedido que nós tivéssemos chegado a tais descaminhos, a tais descabros, que nos levaram a uma situação em que a dívida passou a gerenciar o Brasil mais do que o Brasil gerenciar a dívida.

Sr. Ministro, perdoe-me V. Ex<sup>a</sup> por não lhe ter feito questões mais precisas, porque acredito, e anotei conscienciosamente, que o conjunto das questões aqui feitas, desde as mais críticas, até aquelas que permitiram a V. Ex<sup>a</sup> esclarecer o seu ponto de vista, especialmente a questão relativa ao Fundo Monetário, que acho deveríamos colocá-la na devida perspectiva, mas acredito que V. Ex<sup>a</sup> o colocou muito bem. Não se trata de uma decisão a ser tomada, porque não houve uma proposta formal, o PMDB foi informado pelo Ministro de que não houve uma proposta formal, e a única proposta formal do Ministro diz respeito à negociação com os bancos, portanto, essa questão hoje não está na ordem do dia, e quando vier a estar, se vier, nós teremos maturidade suficiente para discuti-la, dentro da perspectiva que aqui anotei de que o que nos interessa é o desenvolvimento do Brasil.

Como somos sócios do FMI, conhecemo-lo por dentro, temos algumas de suas práticas, anotamos algumas das suas intenções, conversamos — eu também conversei — longamente com o Diretor-Superintendente do FMI, o Sr. Michel Candes, que nos manifestou muito boa vontade. No momento em que essa boa vontade se transformar numa proposta concreta, seremos maduros o suficiente para aceitá-la, se não for mais do que boa vontade, seremos também maduros o suficiente para dizer não, sem que com isso estejamos, de alguma maneira, sendo incapaz de racionalidade, e estaremos defendendo, profundamente, uma racionalidade substantiva, que é a do interesse do País.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. BRESSER PEREIRA — Obrigado, nobre Senador.

Vou responder especificamente o problema do capital japonês, que foi a pergunta mais específica que me foi feita.

Já respondi antes, mas acho que teria coisas a acrescentar.

O Japão está com um superávit em conta corrente de mais de 100 bilhões de dólares. Nos próximos anos, apesar do processo de ajustamento, ao inverso, que o Japão está sofrendo, para tentar aumentar as suas importações e reduzir suas exportações, aumentando o consumo interno, apesar disso, as expectativas que os economistas japoneses têm, hoje, é de que nos próximos anos o superávit em conta corrente do Japão — o que é mais grave — ficará em torno de 60 bilhões de dólares. Este ano, talvez, mais do que isso. Isso cria um problema muito sério para a comunidade financeira internacional: se somarmos a esses 60 bilhões de dólares o superávit em conta corrente da Alemanha e mais o superávit do resto da Europa, chegaríamos a mais de 100 bilhões de dólares! Quer dizer, teremos o problema da reciclagem desse dinheiro. Como é que se vão tornar compatíveis esses superávits enormes? Claro, o que está acontecendo são déficits com correspondência nos Estados Unidos e nos países devedores, que estão com uma situação de relativo equilíbrio com um pouco de déficit; e o déficit significa aumento da dívida, o que eles não querem. É uma coisa incompatível e os japoneses percebem isso, eles percebem que são necessárias soluções mais estruturais para isso. A idéia básica deles é fornecer recursos para os países devedores, fornecer recursos em torno de 20 bilhões de dólares por ano, aos países devedores, para que esses países pudessem comprar mais dos Estados Unidos, basicamente; não comprar deles, porque eles não precisam disso. Isso, então, facilitaria o processo.

No caso brasileiro, nós temos muito interesse nesses recursos, desde que esses recursos sejam a uma taxa de juros mais baixa, senão não interessa; é fundamental que a taxa de juros seja substancialmente, mais baixa do que a taxa de juros que pagamos normalmente. Eles têm isso muito claro também. Tenho um documento em que eles declaram oficialmente isso a respeito da taxa de juros, está muito claro que eles deveriam encontrar uma fórmula de subsidiar a taxa de juros para os países, caso contrário não faz sentido todo o esforço deles.

Outra coisa, eles percebem que aquela idéia do desconto sobre a dívida é uma idéia perfeitamente lógica, só falta fundamentalmente alguém que o garanta. Ora, a criação de um fundo no Japão, ou o Japão apoiando um fundo para isso, poderia permitir ou que isso fosse resolvido definitivamente ou que se resolvesse em parte. Por exemplo: os bancos pequenos. Seria perfeitamente viável que o Japão nos desse um empréstimo a um juro baixo, e nós pegássemos esse empréstimo e em vez de pagarmos a dívida do Brasil, o usássemos para fazer um depósito, um fundo, aplicássemos o dinheiro num fundo que, no final, vai render alguns milhões de dólares, que é a garantia contra a troca dos créditos dos pequenos bancos e ficaríamos livres de todos os pequenos bancos com um desconto sobre eles, porque os pequenos bancos venderiam os seus títulos para nós e trocariam por novos com desconto substancial, e os japoneses podem nos ajudar a fazer isso. Eles estão interessados nisso, sabem que isso é fundamental para eles e para o mundo, e que o comportamento deles na economia mundial é um comportamento que cria um grande problema: eles precisam ajudar a descreir o pro-

blema que estão criando. E nós precisamos ter competência para aproveitar essa situação e vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sr. Ministro, esta Comissão, nos termos da sua própria estruturação, foi criada para acompanhar a negociação da dívida externa. Antes disso, foi constituída para avaliar e averiguar a constituição da dívida; e ela se destina a ensejar contatos a nível do Poder Legislativo, pela primeira vez, inclusive junto aos credores privados e governamentais nacionais e internacionais.

Por isso, a primeira informação que dou a V. Ex<sup>a</sup>, agradecendo a sua presença, a valia da sua manifestação, a objetividade das suas respostas e a qualificada forma de interrogação e de atendimento dessas interrogações, quer dos Srs. Senadores quer de V. Ex<sup>a</sup>, me leva a dizer que esta Comissão voltará a convidá-lo. Nós entendemos que na prática democrática, na valorização do Poder Legislativo, um fato como este não pode ser um fato quase que tomado como *sui generis*, no momento em que a negociação da dívida externa é um processo dinâmico e continuando, no momento em que todos sabemos que teremos novas e mais intensas negociações e que esse problema tem conseqüências sociais, políticas e econômicas, nós queremos dizer que, provavelmente em setembro ou outubro, V. Ex<sup>a</sup> haverá de ser novamente convidado para um debate tão largo, tão objetivo e tão aprofundado como este. Porque queremos cumprir, como Legislativo, a tarefa de acompanhar a missão que é sua, mas que é também do povo brasileiro. Entendemos que é uma questão suprapartidária, aqui não participamos dos debates travados entre diferentes greis políticas — nem sobre problemas históricos, nem sobre posições unitárias ou fracionadas no presente. Não vamos compartilhar dessa questão porque entendemos exatamente que o interesse nacional é maior e não será a Comissão o momento adequado para alfinetadas referentes ao quadro político-partidário.

Queremos dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, de comum acordo com o Sr. Relator, deveremos convocar o Presidente do Banco Central, Dr. Fernando Milliet, para que seja o próximo depoente — e aqui já se pode dar por intimado, notificado ou citado — em data a ser previamente ajustada, evidentemente, de comum acordo; oportunidade em que, além da documentação que nos chega, que vem em função do item 1<sup>a</sup> da Comissão, seguramente S. S<sup>as</sup> haverá de nos trazer informações complementares, na medida do possível, sobre todo o questionamento referente à origem da dívida, que é uma das tarefas da Comissão.

Quero também dizer a V. Ex<sup>a</sup> que uma questão apenas eu gostaria de deixar porque todas as perguntas foram feitas e não cabe à Presidência fazer perguntas: é que o art. 44, inciso I, da Constituição estabelece que:

“É da competência do Congresso Nacional resolver, definitivamente, sobre tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República.”

Sr. Ministro, evidentemente que na exegese rigorosa da lei, trata-se de ato do Presidente da República. Sabemos que a renegociação, os ajustes, os acordos, os compromissos talvez não tenham a assinatura do Presidente da República,

mas têm a responsabilidade política e administrativa do Presidente e, mais do que isso, a responsabilidade do povo brasileiro e desta Casa, particularmente, no processo democrático.

Gostaria de deixar com V. Ex<sup>a</sup>, sem que isso significasse qualquer limitação ao exercício da plenitude da sua capacidade de negociar, em nome do País, que sabemos idônea, competente e séria, que no decurso desses contatos que vão se amiudar — permita-me que lhe diga antecipadamente, contando com a sua aquiescência — gostaríamos de ter, no momento decisivo do processo, a possibilidade e — permita-me a expressão — o direito, em nome do processo democrático, de examinar, junto com V. Ex<sup>a</sup>, a estratégia definitiva para, assim como ouvimos na nossa missão nos Estados Unidos, do Secretário do Tesouro, do Subsecretário de Estado e de tantas autoridades, que dependiam de determinadas manifestações políticas do Congresso para tomar determinadas posições, V. Ex<sup>a</sup> tenha, não apenas pelo apreço democrático, mas também como um trunfo, ao nível da negociação internacional, o direito de dizer que determinadas concessões V. Ex<sup>a</sup> não poderá fazê-las, mesmo que facilitassem, aparentemente, e seguramente V. Ex<sup>a</sup> não gostaria de fazê-las, porque tem o dever democrático de prestar contas ao Congresso Nacional, não apenas ao seu Partido, que respeito e aprecio, mas que não é o dono do monopólio do patriotismo, mas a todos os Partidos e a esta Casa, que representa a sociedade brasileira.

Muito obrigado pela sua presença e até a próxima oportunidade. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 18 horas e 45 minutos.)

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

**Criada através da resolução nº 41, de 1987, destinada a apurar irregularidades divulgadas no jornal a Folha de S. Paulo, na concorrência para implantação da ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia.**

**10<sup>a</sup> reunião, realizada**

**em 6 de outubro de 1987**

Aos seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às onze horas, na Sala da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores João Menezes (Presidente), Leopoldo Perez, Affonso Camargo, Olavo Pires, Alexandre Costa e Pompeu de Souza, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar irregularidades divulgadas no Jornal a **Folha de S. Paulo**, na concorrência para implantação da ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ruy Bacelar, Mansueto de Lavor, Iram Saraiva e Mauro Borges. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e informa aos Senhores Membros, recebimento de Ofício do Senhor Relator, comunicando que irá submeter seu Relatório à apreciação da Comissão,

no próximo dia quinze do corrente mês. Em seguida, o Senhor Presidente franquea a palavra aos Senhores Membros. Usaram da palavra pela ordem, os Senhores Senadores Olavo Pires, Affonso Camargo, Pompeu de Souza e Alexandre Costa. Finalizando, o Senhor Presidente convoca os Senhores Senadores para a próxima reunião a realizar-se dia quinze de outubro, às dez horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos da Comissão às onze horas e quatorze minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 10<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1987, DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES DIVULGADAS NO JORNAL A FOLHA DE S. PAULO, NA CONCORRÊNCIA PARA IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE—SUL E ANALISAR TODOS OS ASPECTOS DA VIABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DAQUELA FERROVIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador João Menezes  
Relator: Senador Mansueto de Lavor

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Está aberta a reunião.

Conforme a Comissão deliberou na sua última reunião, hoje é o dia final para apresentação do parecer do Relator.

Depois da decisão da Comissão, enviei o seguinte ofício ao Senador Mansueto de Lavor:

“Sr. Relator da CPI da Ferrovia Norte—Sul, cujo documento de V. Ex<sup>a</sup> é datado de 28/9/87, no qual informa os motivos que o impedem de apresentar relatório competente, apesar do acordo com V. Ex<sup>a</sup> ter transferido a reunião previamente marcada do dia 23 para o dia 29 do corrente.

Outrossim, comunico que a Comissão deliberou designar o prazo final para apresentação e apreciação do mesmo no próximo dia 6 de outubro em reunião a realizar-se às 10:30h.

Será bem recebido como subsídio à Comissão se V. Ex<sup>a</sup>, 48 horas antes da realização da dita reunião, fizesse a gentileza de distribuir uma cópia do relatório aos membros da mesma, o que, estou certo, será de grande valia.

Contando com o seu trabalho, a sua inteligência e colaboração, fico ao seu inteiro dispôr. Admirador atento,  
João Menezes.”

Ontem, para surpresa minha, recebi o seguinte ofício do Senador Mansueto de Lavor:

“Sr. Presidente, venho comunicar a V. Ex<sup>a</sup> e pedir a sua providência no sentido de que o meu relatório seja apresentado impreterivelmente na quinta-feira, dia 15 do corrente, portanto, três dias antes da expiração do prazo regimental.

Certo da sua compreensão para o exposto, subscreve atenciosamente, Mansueto de Lavor."

Informo que S. Ex<sup>a</sup> está fazendo uma grande confusão entre o prazo que tem para dar o parecer e o prazo que a Comissão tem para funcionar. O prazo da Comissão termina no dia 19 do corrente e o prazo para o parecer é aquele que a Comissão determinar, como foi determinada, dentro dos termos regimentais.

E depois de várias protelações, a Comissão designou hoje, que seria o dia final. Mas em face do ofício que recebi, quero ouvir a manifestação dos Srs. Senadores a respeito do assunto. S. Ex<sup>a</sup> aqui se compromete a entregar o parecer, impreterivelmente, na quinta-feira, dia 15 do corrente.

O SR. OLAVO PIRES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires.

O SR. OLAVO PIRES — O prazo para funcionamento da Comissão vai até o dia 18 do corrente e o Relator está nos pedindo um prazo até o dia 15. Mas o Sr. Relator, com a devida vênia, sobretudo pelo fato de estar ausente, não pode prejudicar a decisão da Comissão.

Admitamos a hipótese de a Comissão rejeitar o relatório e V. Ex<sup>a</sup> designar novo relator. Que prazo terá o novo Relator?

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Tem que ser de imediato. Vinte e quatro horas.

O SR. OLAVO PIRES — Quer dizer que o novo Relator terá que refazer todo o estudo num prazo de 24 horas?

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Tem que ser, para a Comissão cumprir o seu **desideratum**.

Os Srs. sabem que, quando instalamos esta Comissão, houve uma descrença geral de que não chegaríamos ao fim. Esta Comissão era feita para, como a maioria das comissões, ficar parada no meio do caminho e não chegar ao resultado final. Graças à colaboração que tive dos Srs. Senadores e da Secretária da Comissão, chegamos ao final. O Sr. Relator tem todos os elementos pedidos, foram fornecidos todos, todas as facilidades. Aqui prestaram depoimentos pessoas, às mais variadas, dos órgãos mais diversos, inclusive com demonstrações, enfim, tudo que foi possível, foi feito dentro da Comissão. Então, não há nenhuma razão para essa protelação, a não ser algum motivo pessoal do Sr. Relator, que temos que respeitar.

Agora, não é possível S. Ex<sup>a</sup> fazer confusão entre o prazo que tem para dar o parecer e o prazo que a Comissão tem que fazer vigorar. E como esta comissão resolveu que o prazo final seria hoje, diante desta exposição que S. Ex<sup>a</sup> faz, dizendo que, impreterivelmente, dia 15 do corrente apresentará parecer, eu não sei se será de bom alvitre atendermos, pois esta foi uma Comissão muito debatida e questionada. Todos aqui sabemos que não é porque o Relator recebeu todas as facilidades — os Senhores são testemunhas disso —, todos os elementos possíveis e até os mais difíceis foram concedidos a S. Ex<sup>a</sup>, mas, em termos de opinião pública, penso que esta Comissão estaria impedindo, amanhã, que o Relator

desse o seu parecer, a favor ou contra a instalação da Ferrovia Norte-Sul. Então, deixo a critério da Comissão. Quero ouvir V. Ex<sup>a</sup> para tomar uma decisão. A princípio, a minha posição seria — se ele não tivesse enviado esse ofício — nomear outro Relator, porque penso que esta comissão não pode chegar ao seu prazo final sem ter um parecer a favor ou contra. É esse o nosso interesse, o nosso cuidado e é por isso que estamos assim agindo. Mas quero ouvir de V. Ex<sup>a</sup> o que acham em face do acontecido e do inesperado desse acidente que vem acontecendo independente da vontade dos Srs. Senadores.

Tem a palavra quem quer que queira usá-la. (Pausa.)

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> sabe, até porque participamos da última reunião, que fui um dos que concordaram plenamente em que se desse mais uma semana...

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — V. Ex<sup>a</sup> até propôs!

O SR. AFFONSO CAMARGO — Exatamente! Porque acho que todos estamos interessados em que se chegue logo ao termo dos trabalhos da Comissão. Realmente, as preocupações de V. Ex<sup>a</sup> são as minhas preocupações. Pela primeira vez — pelo menos de uma forma escrita — o Relator dá uma data, que ele impreterivelmente vem prestar o seu depoimento. Então, estamos diante do fato consumado: ou aceitamos a data que ele estabeleceu, ou teremos que tomar outra providência, que não sei se será até mais complicada do que designar novo Relator para pegar todos esses metros cúbicos de papel. Penso que, no fim, será protelar mais ainda. Então, me parece que não é o ideal; o ideal seria que, hoje, pudéssemos ouvir o relatório. Mas, diante do fato consumado, minha opinião é que temos que aceitar, desde que agora é impreterivelmente dia 15; quinta-feira da semana que vem, viremos aqui para ouvir o relatório. Acredito que, se houver qualquer problema com relação a essa preocupação levantada pelo Senador Leopoldo Peres, se ocorrer de termos de designar um novo Relator, V. Ex<sup>a</sup> pede mais 15 dias, porque a comissão não tem um prazo fatal. Penso que o importante é que se saiba que nós estamos caminhando concretamente e atravessando todas as etapas. Essa etapa do parecer do Relator é fundamental. Não vejo sinceramente outra opção a não ser a de nos submetemos a esse problema da data do Relator, que alega que ainda está necessitando de outros depoimentos. Ficamos com dificuldade de saber se ele precisa ou não de mais prazo. Essa é a dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Quero informar a V. Ex<sup>a</sup> que esse prazo já é uma prorrogação. O prazo já ia vencendo e pedimos uma prorrogação para o Senado, que nos foi dada. Então, o que desejo...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, concordo inteiramente com a argumentação do Senador Affonso Camargo e toda a motivação desse argumento, inclusive a montanha de papéis e tudo o mais, o acompanhamento completo das atividades, que dificultaria muito o trabalho a essa altura. Por outro lado, concordo com o argumento de V. Ex<sup>a</sup>, mesmo quando V. Ex<sup>a</sup> diz que esta comissão ficou muito observada, muito exami-

nada, acompanhada e fiscalizada. De forma que, se nós, abruptamente, hoje, diante do ofício do Relator de que impreterivelmente nos trará esse relatório dia 15, na quinta-feira, o destituirmos, pode gerar suspeita realmente de que houve uma manobra interna nesse sentido, de que o Relator teria tal ou qual posição, que eu não sei qual é, e que estaria sendo destituído por esse motivo. Quer dizer, pode ser mal interpretado. É um argumento que V. Ex<sup>a</sup> me sugeriu. Eu não tinha pensado nesse argumento, mas é muito válido, porque nós devemos estar muito atentos à repercussão dos nossos atos perante a opinião pública, porque homem público precisa prestar contas ao público.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, o prazo não tem importância, mais 10 dias, menos 10 dias, na verdade, não serão 8 dias a mais ou a menos que impedirão seja ela informada. Está gravada em todas as fitas, em todos os depoimentos que foram dados nesta Casa. O que quero lamentar é que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente de uma comissão, não saiba que o Senado da República, que aliás sempre comete irregularidades, esteja fornecendo passagens para consultores independentes, e não públicos para ver se consultou sobre o relatório que deverá ser apresentado na nossa comissão. Homem de posição firmada, é um cidadão que não tem por que não dizer o nome; chama-se Benito Bruno. Não é funcionário público, é consultor, ganhador de dinheiro dos cofres públicos. E o que tem a comissão de V. Ex<sup>a</sup> para mandar passagem aérea para ele se deslocar do Rio de Janeiro para cá? E a hospedagem, quem vai dar? Que magnanimidade é essa da comissão? Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — Vou responder a V. Ex<sup>a</sup>. Não foi autorizada a compra de passagem.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Mas a passagem...

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — O ladrão entra na sua casa, você não dá permissão mas ele entra! Estou sabendo neste momento através de V. Ex<sup>a</sup>, porque está mais bem informado do que a comissão; o secretário também me informa que não sabia do fato. Vamos procurar saber a verdade. Procuraremos o Presidente do Senado para saber quem deu a passagem. É o que posso fazer. V. Ex<sup>a</sup> não atribua à comissão a doação da passagem. Só demos passagem àqueles determinados pela comissão. V. Ex<sup>a</sup> está falando de uma forma, como se a comissão tivesse dado a passagem. Os Senadores Pompeu de Sousa e Affonso Camargo não sabem. Ninguém sabe. Só V. Ex<sup>a</sup>, que trouxe, em boa hora, a notícia.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente: só posso atribuir ao presidente da comissão, pois que só ele...

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — V. Ex<sup>a</sup> não pode atribuir ao presidente. V. Ex<sup>a</sup> poder dizer que é direito do presidente da comissão, mas dizer que forneci é um erro. V. Ex<sup>a</sup> pode dizer que o presidente da comissão tem o direito, mas atribuir ao presidente da comissão, não! Isso é diferente.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Posso atribuir ao presidente da comissão, porque só ele po-

autorizar passagens aéreas para que pessoas se desloquem de qualquer lugar para vir depor e prestar serviços à comissão. Não poderia atribuir a outra pessoa. V. Ex\* pode dizer: eu não autorizei. Eu aceito a palavra de V. Ex\*

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — V. Ex\* está certo de que quem tem o direito de atribuir é a Comissão, mas V. Ex\* está cometendo um engano, pois a comissão não deu a passagem, e eu não aceito.

O SR. ALEXANDRE COSTA — É dever de V. Ex\* mandar apurar, cassar a passagem, mandar

devolver o dinheiro e não permitir que se hospede aqui, às custas do Senado, quem esta comissão não permitiu.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — V. Ex\* está certo.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Ignorávamos totalmente o assunto, com exceção do Senador Alexandre Costa, e acho que V. Ex\*, Sr. Presidente, não tem nada com isso, não tem motivo algum para se sentir atingido com a observação do Senador Alexandre Costa, porque apenas S. Ex\* atribuiu, mas atribuiu errado. É o modo do verbo,

ele poderia atribuir. É o condicional. Hoje se diz: futuro do pretérito, é uma questão de tempo e modo de verbo.

O SR. PRESIDENTE (João Menezes) — A próxima reunião será no dia 15 às 10 horas e 30 minutos. Espero que os Srs. compareçam para chegarmos a um resultado definitivo.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11 horas e 14 minutos.)*